

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP  
Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília, São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI  
Estágio de Pós-Doutorado**

**RELATÓRIO DE PESQUISA**

**VALOR E SENTIDO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO CFB (CONSELHO  
FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA) [CE-CFB] PARA O BIBLIOTECÁRIO  
BRASILEIRO ATUANTE EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA**

**Pós-Doutorando: Francisco das Chagas de Souza**

**Supervisor: José Augusto Chaves Guimarães**

Marília, SP

Fevereiro de 2013

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de realizar esta atividade de Estágio pós-doutoral, com o desenvolvimento dos estudos que me permitiram o desenvolvimento desta pesquisa, às/aos docentes do Departamento de Ciência da Informação (CIN) e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que endossaram meu pedido de afastamento das atividades presenciais, pelo período de um ano, pois concordaram na assunção de alguns encargos a mais em suas jornadas a fim de me conceder esse importante momento de aperfeiçoamento.

Agradeço ao Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação (CED/UFSC) pela confirmação da decisão do CIN-PGCIN.

Agradeço a atenção do Professor José Augusto Chaves Guimarães (PPGCI-UNESP) pela aceitação da supervisão deste Estágio e pela oferta de condições para que a pesquisa proposta fosse realizada. Sua interlocução foi pordemais enriquecedora como colaboração ao desenrolar deste estudo e da minha vivência em Estágio de Pós-doutorado.

Agradeço também a todas as demais pessoas, que são tantas, começando por Yolanda, minha companheira de todos os momentos; Terezinha Cardoso, minha procuradora neste período junto à UFSC, mas também participante em diálogos acadêmicos; José Gawrizewski, interlocutor em muitos finais de semana, sobre terra, clima, etc., aspectos importantes na reflexão sobre a formação de valores e busca de sentido que esses valores, uma vez assumidos, impõem. Peço desculpas a todas as demais pessoas em não nominá-las para não cometer o erro de me esquecer dos seus nomes pessoais, mas ao mesmo tempo não posso deixar de afirmar que reconheço a todas a sua participação em diálogos que com tanta gente pude ter em Portugal, na Espanha, em Montevideú, em Maputo, em Brasília, no Rio de Janeiro, em Fortaleza, em Beberibe, em São Pedro, em Águas de São Pedro, em Marília, em Balneário Camboriú, em Itajaí, em Anitápolis, em Bombinhas, em Biguaçu e em Florianópolis.

Por fim, destaco que todas as limitações que este texto contém são fruto do alcance de minha percepção sobre o tema e seus contextos neste momento e, portanto, são de minha plena responsabilidade. De outro lado, estou seguro de ter ampliado meu convencimento pessoal e minha convicção de que se trata de tema a ser muito mais

estudado. Nesse sentido continuarei a explorá-lo, pretendendo gerar contribuição contínua para meus próprios interesses docentes no ensino de disciplinas atinentes à Ética Profissional de Bibliotecários e de Arquivistas, assim como na orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado, que envolvam a temática.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO.....6

### PARTE 1 – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ÉTICA PROFISSIONAL.....21

1.1 - A realidade.....21

1.2 - A sociedade.....24

1.3 - O indivíduo.....27

1.4 - Do agir e das ações.....28

1.5 - Filosofia pessoal *versus* filosofia profissional.....35

1.6 – Valor.....41

1.7 - Sobre as noções de bom e de mau.....44

1.8 - Dos valores pessoais e profissionais.....48

1.9 – Sentido.....62

1.10 - Boas práticas profissionais.....67

1.11 - Conduta profissional com foco em boas práticas.....72

1.12 - Conduta profissional do bibliotecário como boas práticas.....77

1.13 - Codificação de conduta profissional e seus fundamentos clássicos.....80

1.14 - A ação de comunicar sobre as ações profissionais.....86

1.15 - Morfologia dos códigos de ética.....89

1.16 - Morfologia dos códigos de ética dos profissionais bibliotecários.....91

1.17 - Atualidade de um Código de Ética e valor em si para a atuação profissional.....103

### PARTE 2 – BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO.....105

2.1 - Profissão, campos de trabalho e moralidade.....106

2.2 - Código de Ética do Conselho Federal da Biblioteconomia (atualidade).....108

2.3 – O CE-CFB e os códigos dos bibliotecários da Suíça, Itália, Armênia e Filipinas.....116

### PARTE 3 – UNIVERSIDADE E BIBLIOTECÁRIO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO.....120

3.1 - A instituição universidade – sua constituição, desenvolvimento e estado atual.....120

3.2 - A universidade no Brasil – rápido olhar sobre sua constituição, desenvolvimento e estado atual.....124

3.3 – Bibliotecário universitário brasileiro: atuação profissional.....128

3.3.1 – Estratégias de ação..... 130

3.3.2 - Mecanismos de promoção e fortalecimento profissional.....135

### PARTE 4 – CONCEPÇÕES DE VALOR E SENTIDO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO CFB PARA O BIBLIOTECÁRIO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO CONFORME SEU DISCURSO PÚBLICO: PERFIL DO ESTUDO EMPÍRICO REALIZADO E DISCUSSÃO.....139

4.1 – Universo e instrumento de intermediação da escolha das fontes dos dados primários.....139

4.2 – Procedimentos empregados.....141

4.2.1 – Fontes dos dados primários.....141

4.2.2 Amostra selecionada e delimitação da observação.....142

4.2.3 – Período de Coleta.....143

4.3 – O processo de comunicação pública para difusão das ações profissionais realizadas na biblioteca universitária.....	145
4.3.1 – Finalidades e valores expressos pela biblioteca.....	146
4.3.2 – Regulamentação das operações.....	148
4.3.3 – Serviços ofertados.....	151
4.3.4 – Comunicação sobre conduta profissional.....	154
4.4 – Concluindo.....	164

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
---------------------------	-----

NOTA METODOLÓGICA.....	174
------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178
---------------------------------	-----

APÊNDICE (Quadro único - Comparação dos principais aspectos dos Códigos de Ética do Bibliotecário de cinco países: Suíça, Itália, Filipinas, Armênia e Brasil).....	187
---	-----

#### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Valores e posturas profissionais apontados no Código de Ética do CFB...	110
Figura 2 – SNBU: edições e temário...	131
Figura 3 - Descrição dos sistemas bibliotecários estudados...	143
Figura 4 – Finalidades da Biblioteca.....	147
Figura 5 – Valores das bibliotecas.....	148
Figura 6 – Regulamentação dos Sistemas de Bibliotecas....	150
Figura 7 – Serviços oferecidos pelas BUs.....	152
Figura 8 – Público atendido com serviço de empréstimo bibliográfico ....	155
Figura 9 – Material emprestado, quantidade e tempo de empréstimo ....	156
Figura 10 – Estímulo à devolução do material emprestado no prazo contratado....	160

## INTRODUÇÃO

A ocupação com o trabalho é, em geral, o fator que constitui a parte principal do dia a dia da maioria das pessoas em idade produtiva. Nas sociedades orientadas para o lucro, que tomadas como campo de estudo são parte do objeto de análise de Weber (2009), as ocupações tendem a se tornar, progressivamente, profissões. Nesse sentido, as ocupações podem estar relacionadas ao ato de fazer alguma atividade de cujo resultado se tem necessidade imediata ou mesmo relacionadas a atividades não rotineiras de fabricação de objetos para uso próprio ou de terceiro. Nesse caso, o produto obtido oferece uma resposta pessoal ou pode estar assegurando a ocupação do tempo de um indivíduo no exercício de uma atividade que compraz seu executor. As profissões, ainda que possam reunir alguns desses aspectos, predominantemente refletem a ocupação de um tempo pessoal de seu praticante com o propósito da obtenção de salário e renda.

O fim último de uma prática profissional não está relacionado, necessariamente, ao gosto e prazer que um sujeito tem em fazer ou construir um objeto material ou não ou a obtenção de uma satisfação subjetiva com a produção final alcançada. O resultado obtido com sua prática é, nas sociedades modernas, uma “mercadoria” que é entregue a um comprador, cliente ou usuário. Na teoria econômica, o trabalho é tratado genericamente como um dos fatores de produção empregado para a composição de bens e serviços.

O trabalho realizado resulta da aplicação de habilidades, domínios, competências ou conhecimentos de determinados conteúdos por parte de quem o executa. Essas habilidades aplicadas por quem delas dispõe na produção de bens ou serviços em dado espaço, por certo tempo, associadas a recursos materiais ou não gera benefício para quem delas necessita. Nesse caso, há em perspectiva um cliente ou usuário que faz a demanda e aquisição dos bens e serviços que as incorporam e ao obtê-los remunerará direta ou indiretamente a quem os entrega ou dá a possibilidade de que tais bens materiais ou imateriais circulem em um “lugar socialmente construído”, chamado mercado. A remuneração paga ao trabalho realizado representa o custo para o cliente, mas em contrapartida representará o salário ou parte do salário, isto é, renda econômica, daquele que foi o produtor ou trabalhador que gerou o bem parcial ou integralmente.

Essa relação social descrita no último parágrafo constitui uma prática de mercado profissional, isto é, que ocorre num espaço de transações econômicas em que há pessoas

que são remuneradas pelo exercício costumeiro de uma habilidade. Nessa relação, há profissionais ocupados em produzir rotineiramente bens e serviços para terceiros em troca de uma remuneração e o fazem por terem adquirido conhecimento especializado. A esse domínio dá-se uma designação representativa da ocupação permanente pela qual passam a ser identificados todos aqueles que fazem parte de uma comunidade de pessoas com a mesma ocupação. São pessoas que adquiriram capacitação similar e, modernamente, isso designa aquelas pessoas que adquiriram essa ocupação através de instituições de ensino universitário.

No mercado profissional há, então, grupos de pessoas com a identidade social fornecida pela capacidade adquirida para produzir determinados bens e serviços, e que vivem material e economicamente dessa ocupação em torno da qual se organizam como grupos com objetivos definidos.

Grupos profissionais, por isso, mantêm requisitos que os colocam na condição de corpos sociais, necessitando definir para seus membros modos de proceder nas relações interpessoais que realizam entre si, com os seus clientes e usuários e nas interações que desenvolvem com os demais indivíduos e organizações da sociedade onde se inserem. A esses modos de proceder em geral se chama de conduta ou moral profissional (DURKHEIM, 2002). Essa conduta tem diversos aspectos que podem ser tratados na discussão acadêmica. Ela constitui, por exemplo, conhecimento que se transmite na escola através de cursos ditados, estudos programados, etc. para os futuros profissionais que estão em formação. Ela pode ser assimilada por observação do comportamento dos profissionais já inseridos no ambiente de trabalho, nas ocasiões da realização de estágios práticos, ou viagens de estudo, por exemplo. Ela é o conjunto das atitudes que os profissionais tomam em seu dia a dia de trabalho, resultante das disposições que admitem como adequadas para a produção de resultados bons ou justos para si e para a sociedade. A essa conduta ou moral profissional passou a ser atribuído o nome: ética profissional. Essa ética tem duas abordagens principais consolidadas nas discussões históricas da Filosofia Moral: a abordagem deontológica e a abordagem utilitarista. Uma vez sistematizado, esse conhecimento sobre o comportamento ou conduta profissional vem a consolidar-se sob a forma de guias de postura profissional a que se designa predominantemente: Código de Ética.

Códigos de Ética visam explicar diretrizes ou orientações, em forma de máximas ou disposições verbais que representam a expressão do modo como os membros do grupo profissional devem lidar nas relações interpessoais, especialmente as de caráter profissional com os colegas do próprio grupo, com os clientes ou com a sociedade mais ampla. Essa ideia, como se observa amplamente, vem nutrindo o pensamento dos membros de todas as profissões que constroem esses instrumentos, na medida em que os Códigos de Ética representam a nucleação de informações básicas sobre postura e comportamento.

O Código de Ética, como um texto orientador, carrega o sentido da historicidade de exercício de dada profissão e reflete o modo como foram sendo construídas as relações entre as pessoas, a partir do reconhecimento e composição por essas de valores admitidos como apropriados para a autoconsolidação de um grupo de especialistas. Por essa característica, o Código de Ética como a unificação desses valores, ao tecê-los e compor um discurso singular, pode ser considerado um valor profissional, pronto a cumprir o papel de instrumento de trabalho que porta a representação de um núcleo de valores básicos capaz de dar rumo ao exercício de uma profissão. Como tal valor, é esperado que ele seja incorporado à rotina profissional e, por isso, deve ser lido, assimilado, discutido, praticado e, sobretudo, aperfeiçoado pelos profissionais a que se refere.

A expectativa em torno do desenvolvimento das ações que decorrem do valor do código de ética de uma profissão estará em conformidade com o próprio movimento organizativo de dada sociedade em dado tempo histórico, onde um grupo profissional atua. Isso significará, então, que o Código de Ética deverá ser do pleno conhecimento de todo os membros do grupo profissional do campo para o qual se aplica.

Tendo em vista o propósito a que se destinam, os Códigos de Ética não sofrem mudanças estruturais e de forma e conteúdo com muita frequência. Por serem eles parte das profissões que os estabeleceram e por estarem estas correlacionadas às estruturas das sociedades onde como profissões estão inseridas, sua mudança estaria articulada com mudanças mais amplas na sociedade, especialmente quando essas mudanças produzem modificação nas estruturas do mundo do trabalho. A durabilidade ou nível de atualidade de um código de ética contribuirá para que sua assimilação por futuros profissionais durante a etapa de sua formação acadêmica fortaleça neles a compreensão da relação que há entre profissão e contexto social. É que o código tende a ser reflexo



também de um conhecimento histórico, sociológico e político capaz de situar-se transversalmente no conjunto de conteúdos estudados, dando-lhes valor e sentido como conhecimentos aplicáveis.

Transportando o foco dessa discussão para o âmbito do profissional bibliotecário, tem-se que pelas informações ora disponíveis, o Código de Ética do bibliotecário dos Estados Unidos da América é o mais antigo a constituído por essa categoria de profissionais. Sua primeira redação data de 1903 (SHIELDS, 1991). Contudo, para manter-se coerente com as demandas da sociedade norte-americana ele foi sendo atualizado ao longo do tempo por todo o século XX e teve sua última modificação em 2008, já no século XXI (ALA, 2012).

A construção do Código de Ética da América Librarian Association (ALA) motivou a construção de instrumentos similares por grupos de bibliotecários de outros países, na medida em que reuniram as condições necessárias para a composição desse tipo de instrumento. Igualmente, tanto nos Estados Unidos da América (EUA), quanto em outros países, as atividades profissionais dos bibliotecários vêm provocando o interesse no estudo do tema Ética Profissional ou do Código de Ética como um recurso profissional com características próprias e propósitos específicos.

Em 1991, Lancaster e vários outros profissionais e pesquisadores atuantes nos EUA, reuniram-se para compor a coletânea *Ethics and the Librarian* tratando, dentre outras, de questões como: a ética e o profissional de referência (BUNGE, 2001), a ética nos dias de hoje – anos 1980/1990 – com o potencial de destruição planetária que a moderna tecnologia possibilita (CHRISTIANS, 1991), aspectos éticos do relacionamento do bibliotecário como “vendedor” de informação (GOEHNER, 1991), perigos que afetam a integridade profissional (HAUPTMAN, 1991), ética profissional na equipe de pessoal (HEIM, 1991), ética no acesso à informação (MORRISON, 1991), uma revisão histórica da ética bibliotecária nos EUA (SHIELDS, 2001), questões éticas de fundo religioso, legal e de opinião pública para discussão (WENGERT, 2001), o ensino de ética profissional para estudantes de Biblioteconomia e Ciência da Informação (WHITE, 1991).

Embora essa seja uma coletânea com grande abrangência quanto aos assuntos tratados, sabe-se de trabalhos anteriormente publicados no país. Por exemplo, CRAWFORD (1978) publica um artigo, apresentado em um evento da área da Associação de Bibliote-

cas Médicas; também HURYCH e GLENN (1987) publicara um texto sobre a ética em Biblioteconomia das Ciências da Saúde.

Deixando o espaço norte americano e olhando para outros contextos, identifica-se que em 1999 Rafael Capurro criou com colegas o International Center for Information Ethics (ICIE, <http://icie.zkm.de/>) que, desde 2004, publica o periódico International Review of Information Ethics (IRIE, [http://www.i-r-i-e.net/about\\_irie.htm](http://www.i-r-i-e.net/about_irie.htm)). Esta revista já publicou 16 volumes, contando de seu primeiro fascículo divulgado em junho de 2004 até o último, publicado em dezembro de 2011. Cada volume tem, em geral, um editor especial e trata de uma temática específica. De certo modo, temas que foram tratados na coletânea coordenada por Lancaster em 1991 têm sido tratados na IRIE de forma mais profunda, envolvendo colaborações de especialistas de vários lugares do mundo. O volume 14 (<http://www.i-r-i-e.net/issue14.htm>), por exemplo, de 2010, foi coordenado por Elizabeth A. Buchanan and Dennis Ocholla, trazendo oito textos, com um enfoque mais direcionado ao ensino de Ética na Informação, com abrangência maior que a Ética em Biblioteconomia.

Esse movimento liderado pelo ICIE é coerente com a intensificação do uso de tecnologias mais atuais da comunicação da informação que, empregadas na biblioteca, por exemplo, avantejam a geração de conflitos e dilemas.

Por essa razão, não apenas as preocupações com a redução de maleficência se entrecruzam. De fato, há uma ampliação do interesse mundial pela temática. Esse interesse toma espaço na academia e passa a ser incorporado pelas entidades profissionais, destacando-se a presença da Internacional Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), que é a entidade representativa dos bibliotecários com o maior alcance social e político internacional, tendo sede na Europa.

Em 2002, sob a coordenação editorial de Robert W. VAAGAN, a IFLA lançou como número 101 de sua Série “Publicações” o título *The ethics of librarianship: an international survey*, contido em 344 p. O volume é composto por dezoito textos, de autoria própria, dois dos quais com dois autores e traz análises referentes aos aspectos éticos da profissão de bibliotecário em 17 países (África do Sul, Argentina, Canadá, Costa Rica, Estados Unidos da América, Estônia, Finlândia, Islândia, Japão, Lituânia, México, Noruega, Reino Unido, Rússia, Suécia, Tailândia e Uganda). O décimo oitavo texto, de autoria de Alex Byrne, é apresentado como Introdução ao volume e nele Byrne discute sobre a ética da informação e, portanto, da conduta dos profissionais da

informação no sentido de alertá-los como melhor cumprir suas obrigações como profissionais perante usuários e comunidades. Atente-se para o fato de que Byrne atuava, então, como Chefe do Escritório central do FAIFE (Free Access to Information and Freedom of Expression), considerado uma atividade central da IFLA em prol da defesa e promoção do direito humano básico definido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.<sup>1</sup>

Além dessas iniciativas, a discussão da temática Ética Profissional, mesmo que não tenha o peso da produção bibliográfica de outros assuntos. Podem-se destacar ainda trabalhos que se vão produzindo em países africanos e asiáticos. FERREIRA (2008) discute sobre as questões éticas que se apresentam na ação dos responsáveis pelo desenvolvimento de coleções em universidades na África do Sul; NDWANDWE (2009) apresenta um estudo sobre as práticas de ensino e aprendizagem da Ética da Informação em Escolas e Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação na África do Sul; TRIPATHI e TRIPATHI (2010) discutem sobre a privacidade em bibliotecas na Índia; SHAHEEN; ARIF e MIRZA (2012) estudam a ética na informação no Paquistão, abordando em particular os grupos de comunicação online de e-mails.

Outros estudos abordam questões de recorte mais psicológico ou filosófico da ética na informação. Por exemplo, FROHMANN (2008) trata da subjetividade e ética na informação; FLEISCHMANN; ROBBINS e WALLACE (2009) trazem uma abordagem educacional, acentuando a necessidade de se estudar uma ética na informação que leve em conta as questões interculturais; McGUIGAN (2011) ressalta a existência de crise de profissionalismo nos serviços públicos apontando para a necessidade de mudanças na conduta bibliotecária.

Esses vários aspectos que vêm sendo tratados na discussão relativa à Ética Profissional do bibliotecário em âmbito internacional, por todo o século XX e já no século XXI, exercem algum impacto no ambiente brasileiro. Seja este impacto visto como uma fonte de produção de abertura visando à incorporação de ideias na codificação da conduta profissional do Bibliotecário brasileiro ou, ao contrário, seja este impacto uma espécie de matriz teórica a apontar a existência de um distanciamento do bibliotecário brasileiro em tratar do tema ética profissional como um objeto de interesse

---

<sup>1</sup> A redação deste artigo diz: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.” Ver em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 15-12-2012.

corrente, independentemente das consequências que daí resultem.

No Brasil, o grupo profissional bibliotecário mantém um código de ética cuja criação teve início no ano de 1961. Esse Código de Ética do Conselho Federal da Biblioteconomia (CE-CFB) já sofreu quatro alterações ao longo dos últimos cinquenta anos. Durante esses cinquenta anos, poucos estudos foram feitos acerca dele, especialmente envolvendo as percepções do valor e sentido das normas que ele dispõe para os seus autores e destinatários, isto é, os bibliotecários brasileiros. Alguns dos trabalhos realizados tiveram como escopo levantar a produção científica e acadêmica que resultou em comunicação apresentada em eventos profissionais como Congressos de Biblioteconomia e em artigos de periódicos (STUMPF, 2011); outros atentaram para a questão do ensino de Ética Profissional na formação do bibliotecário (BOTTENTUIT, OLIVEIRA e FERREIRA, 2009; SOUZA e GUIMARÃES, 2012); ou ainda sobre o que a ética como tema representa para os bibliotecários de distintos tipos de bibliotecas. (SOUZA et alli, 2012).

Há também uma vertente de interesse que constitui tema abrangido pela temática, que diz respeito aos valores profissionais (GUIMARÃES, 2006; GUIMARÃES et alli, 2008; GUIMARÃES, FERNANDEZ-MOLINA, 2011). Essa vertente é igualmente pouco explorada como tema isolado, na medida em que constitui um dos pontos de partida para a construção dos códigos de ética, porquanto suas disposições aos representarem os compromissos relevantes para os profissionais seriam, em linguagem de senso comum, os valores assumidos. Por contingência de que valores apontam para os compromissos e compromissos representam o campo comum que, do ponto de vista dos profissionais, faz a interseção entre o que podem produzir para atender as demandas sociais e tais demandas propriamente ditas, então se apresenta subliminarmente a noção de sentido. Sinteticamente, o sentido de uma ação profissional seria dado pelo contexto social, para cujos participantes o produto dessa ação faz sentido para o atendimento de suas necessidades. Dizendo de outro modo, sentido refere-se à relação causal entre objetivo dado (neste caso, os valores profissionais propostos) e o resultado atingido (produção de satisfação para a clientela, para a sociedade e para o próprio profissional).

Esse objeto levado aqui a estudo, constituído pelas noções de *valor* e *sentido* e essas qualidades como inerentes ao Código de Ética do Conselho Federal da Biblioteconomia, pareceram apropriadas para serem submetidas à análise neste momento do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. Pareceu ser conveniente se

examinar como elas estão refletidas nas manifestações profissionais do bibliotecário. De outro lado, dada à diversidade de áreas de atuação profissional do bibliotecário, considerando apenas os tipos de bibliotecas, elegeu-se o segmento universitário. Trata-se de um segmento inserido no ensino superior brasileiro o qual experimenta forte expansão, pois desde o início do século XXI tem crescido quantitativamente de forma significativa em sintonia com a expansão do acesso da população à formação escolar em nível pós-secundário no país.

No ano de 2012, o número de Instituições de Ensino Superior, em suas diferentes formas de estrutura (universidades, centro de ensino, institutos, escolas e faculdades), está em torno de 2.500. Elas empregam de um a dezenas de bibliotecários. Esses contam com ambientes de trabalho dos mais simples aos mais complexos, quanto à assimilação de tecnologias de comunicação e informação. Há, por isso, diversidade de atuação multiprofissional, onde se encontram ambientes com a presença de equipes multiprofissionais, incluindo especialistas de outros setores do conhecimento. Nesse segmento de biblioteca, há também mais recursos para a realização de educação contínua e verifica-se a atuação da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), que desde 1978 realiza a cada dois anos o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

Considerando que o texto do Código de Ética é uma das bases de formação histórica, sociológica e política para os futuros profissionais, ele o é como síntese de um movimento que se constituiu para a sua construção textual e sua transformação. Desse ponto de vista, é razoável que se situe aqui nesta introdução, uma reconstituição dessa trajetória, pois dará suporte para as seções posteriores deste estudo.

O CE-CFB começou a ser construído a partir do momento em que se deu a criação da primeira associação de bibliotecários, a Associação Paulista de Bibliotecários (APB), estabelecida em 1938 (LINHA..., s.d.). Depois, o CE-CFB passa a ser mais fortemente definido com a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), em 26 de julho de 1959, decorrente da reunião de propósitos das demais associações de bibliotecários existentes na década de 1950.

A Federação surgiu, de acordo com Castro (2000, p. 178), “de proposta apresentada por Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior no II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Salvador, [...], no ano de 1959] cujo principal objetivo era defender e incentivar o desenvolvimento da profissão”.

Com a FEBAB implantada, sob a condução de Laura Russo como presidente, ficou mais claro o foco a ser dado no direcionamento dos esforços encetados sob sua liderança, visando defender a profissão de bibliotecário no Brasil. Nesse foco, é esta ação que será indicada como primeira: *defender e incentivar o desenvolvimento da profissão*. Assim, toda a atenção foi direcionada para a obtenção das condições de elaboração e sanção de uma legislação para estabelecer no país a profissão em nível universitário, sua regulamentação, o estabelecimento de currículo mínimo para o curso de graduação em Biblioteconomia e a entrada em funcionamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CFB/CRB).

O empenho em torno dessas conquistas vai dar o norte político para a atuação da Federação, que constrói a infraestrutura formal para a habilitação dos egressos universitários ao exercício profissional e para a fiscalização do exercício da profissão. Como instrumento também utilizado para a preparação política profissional coletiva dos egressos dos cursos então existentes, para a discussão de suas teses de caráter profissional, educacional e associativa e para a prospecção de seu futuro, os bibliotecários realizavam desde 1954 as edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD). É neste fórum de debates que são encaminhadas as proposições e realizadas as discussões pela criação do CE-CFB, como instrumento de fortalecimento profissional. Consultando-se os títulos dos trabalhos apresentados nas edições iniciais do CBBBD, bem como as deliberações tomadas, pode-se encontrar a reiterada presença do tema (FERREIRA, 1979) e assuntos conexos, como formação profissional e mercado de trabalho.

No III CBBBD, realizado em 1961, Laura Russo apresenta o trabalho intitulado “Deontologia e ética profissional”, e a plenária final dessa edição do evento aprova a recomendação de: “que se crie um Código de Ética Profissional do Bibliotecário”. No IV CBBBD, realizado em 1963, dentro da temática Educação do bibliotecário documentalista foi aberto um tópico intitulado “ética profissional”. Contribuindo com esse tópico do temário, Voline Cardim apresentou o trabalho: “Ética profissional – nova sugestão para os currículos das Escolas de Biblioteconomia e Documentação”. Na mesma oportunidade, Laura Russo apresentou quatro textos, relacionados ao movimento associativo e temas conexos e um deles se intitulou *Código de Ética do Conselho Federal da Biblioteconomia*. Esse documento teria sido aprovado como o primeiro Código de Ética do Bibliotecário Brasileiro e colocado sob a alçada da

FEBAB. Isso se deu dessa forma pelo fato de que mesmo já sancionada em 1962, a Lei 4.084 ainda estava pendente de regulamentação, a qual se daria apenas em 1965; desse modo o Código de Ética não poderia ainda ser implementado pelo CFB e CRBs. Cuartas, Vieira e Costa (2003, s.l.), como membros de uma Comissão de Trabalho do CFB, criada no ano de 2001, fazem um relato histórico do CE-CFB, abrangendo desde sua criação até à última alteração textual feita naquele ano de 2001. Segundo esses autores, a primeira modificação na redação do Código ocorreu quando de sua transição de instrumento sob o mando da FEBAB para a condição de instrumento da alçada do CFB.

Data essa primeira alteração de 13/07/1966, feita por ocasião da realização da primeira reunião Plenária da primeira gestão do CFB sob a presidência de Laura Russo. E ainda de acordo com esse relato, novas alterações no texto do CE-CFB ocorreram em 1974, 1985 e 2001.

Desse modo, sabe-se que a segunda alteração no texto do CE-CFB foi realizada em 25/04/1974. A proposta de redação foi elaborada por Cecília Andreotti Atienza e tinha como justificativa a

[...] necessidade de os CRB e CFB disporem de um instrumento que possuísse uma redação atualizada, permitindo soluções adequadas para os problemas éticos que se apresentavam na época [...] os CRB deveriam funcionar como tribunais regionais de ética, pois detinham as condições naturais e indispensáveis ao exame dos problemas de ética com pertinência aos profissionais que lhes eram diretamente jurisdicionados [...] do antigo documento, foram aproveitados quase todos os artigos, que foram incorporados ao novo código, em forma de artigos ou alíneas, dentro das várias seções, antes inexistentes”. (CUARTAS, VIEIRA E COSTA, 2003, s.l.).

Quanto à terceira alteração, deu-se por votação do CFB em 20/08/86, após aproximadamente cinco meses de trabalho da Comissão de Ética Profissional, que em março daquele ano foi incumbida da reformulação do Código de Ética. Segundo Cuartas, Vieira e Costa (2003, s.l.)

Analisando esta versão, percebe-se claramente que houve uma tentativa de enxugar o código anterior, suprimindo os artigos que pretendiam “...padronizar conduta pessoal...” , “...os itens de interpretação subjetiva...” e as dificuldades da “...aplicação das penalidades prescritas dentro dos princípios de justiça.

A quarta alteração veio a ocorrer em 20/10/2001 sob a responsabilidade da Comissão

de Ética Profissional do CFB e levou em conta as reivindicações dos CRB que apontavam a necessidade de modernização dos preceitos do código. Era urgente criarem-se mecanismos para atender os avanços do mercado frente aos avanços tecnológicos e à política econômica do país. Estas carências, já haviam sido apresentadas à 11ª. Gestão, pelos Conselhos Regionais através de vários documentos, oriundos dos Encontros de Conselhos Regionais de Biblioteconomia, ocorridos naquela época. Cuartas, Vieira e Costa (2003, s.l.).

Esse rápido balanço sobre o CE-CFB mostra-o como um recurso para que os bibliotecários percebam sociedade, história e sua política profissional. Ele representa uma espécie de caixa de ressonância dos fenômenos sociais, econômicos e políticos constituintes do movimento da sociedade brasileira. A primeira redação – 1963 – ocorre quando os bibliotecários reivindicavam a regulamentação da profissão e reflete o quadro de liberdade política dos anos da década de 1950 e começo dos anos da década de 1960. Ao mesmo tempo tem início como o instrumento de uma Federação de Associações “livres” da tutela estatal.

A sua segunda redação ou primeira alteração – 1966 – já representa um instrumento de uma organização paraestatal com funções de exercício de controle sobre os bibliotecários; seja pelo registro que passa a fazer do profissional, cumprindo uma função em que substituía a Delegacia do Trabalho, a fim de habilitá-lo ao exercício de sua ocupação na sociedade ou por fiscalizar o exercício da profissão visando coibir a ocupação por não habilitados ou por habilitados despreparados.

A sua terceira redação ou segunda alteração – 1974 – tem por propósito levar os CRB a funcionarem explicitamente como tribunais regionais de ética, em que se evidencia o espírito pós-1968, quando se deu o acirramento da ditadura iniciada em 1964 na condução administrativa e política do país.

A sua quarta redação ou terceira alteração – 1986 – tem por propósito enxugar o código anterior, suprimindo os artigos que pretendiam “...padronizar conduta pessoal...”, “...os itens de interpretação subjetiva...” e as dificuldades da “...aplicação das penalidades prescritas dentro dos princípios de justiça”. Isso, já respondia ao momento em que a distensão e redemocratização política têm início com a transferência da presidência da República para uma autoridade civil.

A sua quinta redação ou quarta alteração – 2001 – ainda vigente em 2012 se propunha a encontrar respostas que permitissem modernizar os dispositivos do CE-CFB



a fim de responder aos problemas éticos manifestados no ambiente profissional frente aos avanços tecnológicos e à política econômica do país. Vê-se, por essa breve descrição, que para cada nova redação reivindicada para o CE-CFB havia motivação externa à própria categoria profissional derivada da sua necessária interação com a sociedade. No primeiro momento, percebe-se a busca da afirmação de uma identidade de grupo; no segundo, houve uma mudança institucional no âmbito da representação profissional; no terceiro, veio para corresponder a uma sociedade moralizadora e com um estado cerceador de liberdades políticas e da segurança pessoal; no quarto, busca corresponder a uma sociedade em transformação política em que a liberalização de movimentos populares tende a crescer; no quinto, visa atender a todo um conjunto de novas relações sociais, econômicas e políticas, que sofre o impacto muito grande de uma nova ordenação capitalista mundial e de um novo modo de comunicação das informações.

Essa trajetória do CE-CFB - que pode ser reiterado como um instrumento de política profissional da categoria bibliotecária - representa a trajetória de um “instrumento” construído por um grupo profissional para exprimir seus valores, mas também representando um valor em si e apontando para um sentido. Tanto ele tem o propósito de ser um valor profissional que é continuamente adaptado às circunstâncias de transformação da sociedade. Nesse sentido, ele foi construído para ser utilizado e é mantido em transformação como um instrumento objetivo de proteção profissional e de proteção social. Relativamente a esse uso, seus usuários imediatos – os bibliotecários – podem esperar dele que cumpra no mínimo o papel de proteção profissional. Nesse caso, cabe avaliar em estudo futuro, se em suas alterações houve uma evolução de seus aspectos fundamentais.

Em cada nova alteração redacional, a nova versão capta uma nova essência que orientaria o comportamento do bibliotecário? Essa é uma pergunta relevante. A análise histórica deixa visível que nos anos 1950 e 1960 ainda era predominante o discurso bibliotecário direcionado para fatos e pessoas usuárias de informação mais próximas de um leitor demandante de biblioteca pública e escolar que de um usuário da informação científica e tecnológica industrial e isso está mais relacionado aos movimentos sociais de base, sobretudo até 1964. Haveria, assim, uma resposta típica do bibliotecário naquele período para atender a uma sociedade que demanda a leitura propedêutica, de formação geral, e isso se manifesta nos trabalhos apresentados nas edições do CBBD

realizadas na época. Depois, vê-se que nos anos da década de 1970 o bibliotecário teria sido orientado a “colaborar” com os desmandos morais de um estado que tenta se legitimar pela truculência de seus agentes centrais; pela censura; pela perseguição a estudantes, professores e trabalhadores, pois sua mudança de redação fundamenta-se na transformação dos CRB em tribunais de ética.

Nessa versão do CE-CFB se pretende padronizar a conduta das pessoas que exercem a função de bibliotecário e se pretender prescrever para os CRB atribuições similares às do poder judiciário. Nos anos 1980 e 1990 o CE-CFB vai atender ao papel de conduzir os bibliotecários em uma sociedade que se redemocratiza, pacifica-se, restitui aos poucos a praça como lugar de manifestação política, que, enfim, se coloca para a sociedade também como garantia da atuação de profissionais conscientes e socialmente engajados e dignificadores de sua ação, portanto, merecedores de alta valorização social.

Nos anos 2000, o CE-CFB é visto pelos bibliotecários como um fator de aglutinação e suporte para defesa e reforço de uma profissão que se vê diante de uma ampla modificação das Tecnologias da Informação e Comunicação e, portanto, da profunda aceleração das ações que seus membros realizam.

Aparentemente, as várias versões do CE-CFB não alteraram a essência do primeiro texto adotado pelo CFB e CRB, a despeito do que está apresentado na análise de Cuartas, Vieira e Costa (2003, s.l.). Na forma, a redação com que se apresenta nunca deixou de ter as características de um texto legal e no conteúdo vai além do propósito de tratar de uma moral profissional, se por essa expressão toma-se como referência a primeira lição de sociologia de Durkheim (2002). Mas, como o bibliotecário que está no mercado de trabalho hoje se coloca diante de suas prescrições e encara o CE-CFB? Que serventia pessoal e social esse “instrumento” valorativo lhe proporciona?

Há nessas questões a expressão de um tipo de necessidade a ser suprido pelo bibliotecário brasileiro, se admitir-se que ele precisaria se dispor mais a observar e apreender com maior ênfase sua psicologia e sua sociologia profissionais por meio das quais pudesse enxergar melhor e expressar os significados de valor e sentido que, coletivamente, em tese, atribui ao CE-CFB. Tal estado de ânimo poderia se dar a partir da expressão dos bibliotecários atuantes nas bibliotecas, ou melhor, nos Sistemas de Bibliotecas Universitárias, selecionadas para o estudo, e possível de ser captado e comunicado através deste relatório. Para isso, poderia partir-se da análise dos discursos bibliotecários, tomados como tais aqueles contidos nos sites das bibliotecas em que

atuam. Essa foi a abordagem adotada.

As noções aqui focalizadas podem ser tratadas a partir do entendimento de que as práticas profissionais são fortemente relevantes para os seus executores e estão carregadas de possibilidades que podem traduzir-se em valor e sentido. Entretanto, valor e sentido, são noções abstratas, só existentes nas mentes das pessoas. No caso da ideia de valor podem-se relacionar seus significados ou representações em listas e descrevê-los, mas mesmo assim deve-se ter claro de que não estão dados de uma vez por todas, não estão prontos e definidos indiscutivelmente. Quanto à noção de sentido trata-se de uma ideia ainda mais subjetiva, que esconde a possibilidade de ser descrita. Está tão diretamente relacionada à noção de valor, que alguns filósofos e psicólogos acreditam ser difícil distingui-las. Como noções, valor e sentido, são parte de atribuição pessoal que decorre da interação pessoa-ambiente como em estado de produção da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2007) dentro e fora do grupo para o grupo e para os outros. Mesmo assim, é possível trazer esses conceitos à análise de circunstâncias correlacionadas à conduta profissional, pois eles retroalimentam permanentemente as pessoas como seres humanos numa sociedade mais ampla e sustentam o caráter do ser e agir como profissional diante dos pares, dos clientes e de todos os demais membros individuais e organizações da sociedade (ELIAS, 1994).

Na parte 1 deste relatório são tratados alguns conceitos que terão por fim compor um quadro analítico sobre ética, valor e sentido, servindo de recurso para o tratamento do objeto principal deste estudo, isto é, as noções de valor e sentido que o bibliotecário brasileiro, atuante em Biblioteca universitária, poderia atribuir ao CE-CFB.

Nessa parte 1 foi examinada uma literatura constituída por produção sociológica e, mais amplamente, por produção filosófica, sem a fixação a uma escola ou doutrina em particular, mas considerando-se sempre um viés crítico. Assim, se acentuam as posturas que mais tendem para a compreensão da realidade do mundo humano como processual e em construção. Não são adotados fundamentos de recorte positivista, que tendem a considerar a realidade como objetivação ou coisa cristalizada. A não adoção de fundamentos dessa natureza responde ao entendimento que a única constante que os sistemas de vida apresentam é a mudança da sociedade. A propósito, os melhores exemplos dessa constante são dados pela contraposição dos sistemas filosóficos, pela competição de ideias que esses apresentam em torno da existência. Mesmo quando novas interpretações são expostas, elas tendem a acrescentar novas percepções, como a

Filosofia simbólica de Ernst Cassirer sobre a Filosofia da ilustração de Kant, para referir um exemplo.

Na parte 2, que também converge com a discussão a ser realizada na parte 4, tratou-se do bibliotecário brasileiro nos aspectos referentes à profissão, seus campos de trabalho e moralidade profissional, articulando-os com uma apreciação do grau de atualidade do CE-CFB e suas implicações para a presença desse profissional na sociedade.

Na parte 3, igualmente caminhando no sentido de oferecer subsídios para a construção da parte 4, é apresentado um breve contexto de constituição, desenvolvimento e estado atual da instituição universidade no âmbito internacional e no Brasil, para, a partir disso, situar a atuação do bibliotecário universitário nacional, considerando suas estratégias de ação e os mecanismos de promoção e fortalecimento profissional que tem adotado.

## **PARTE 1 – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ÉTICA PROFISSIONAL**

Nesta parte, se faz o tratamento do tema tendo em consideração que a ética profissional, como um campo de interesse da Filosofia Moral, contém aspectos que a constituem ou que lhe permitem ser construída pela reflexão humana, provocada por um mundo real formulado na relação que se estabelece entre o empírico e o racional.

Na sequência deste texto, são abordados dezessete tópicos destacados como propícios a uma compreensão do tema, particularmente, relacionados ao ambiente profissional do bibliotecário universitário brasileiro.

### **1.1 A realidade**

Uma das mais significativas noções para a qual se busca, permanentemente, esclarecimento, denomina-se “realidade”. Ela pode conduzir, quando é expressa, a diferentes significados. E cada um desses determina as modalidades de intervenção da pessoa humana no contexto social em que atua.

Tomando-se as duas perspectivas que o homem tem para conhecer, isto é, a razão e a experiência, intui-se o processo desenvolvido para se conceber o que é real. De um dado ponto de vista é real tudo o que pode ser expresso como conhecimento, independentemente de atingir os sentidos humanos (visão, audição, gustação, olfato ou tato). Essa perspectiva, que é racional, idealista, dá a todas as abstrações, que podem ser formuladas e expostas, isto é, emanadas por um proferente, o status de reais. Dessa forma, por exemplo, o número, como representação de quantidade, é um elemento da realidade, da mesma maneira que a beleza, a felicidade, a honestidade, etc. De outro ponto de vista, é real aquilo que é apreendido pelos sentidos humanos. Essa perspectiva, dita empírica, admite como real aquilo que inicialmente pressiona esses sentidos. Objetos que são apreendidos pela visão, ou tocados pelo corpo humano, os cheiros percebidos, os sons ouvidos e os sabores identificados na gustação, esses constituem o real.

A totalidade que é constituída por esses dois conjuntos constituidores da realidade, formam o universo básico e cotidiano dos indivíduos, estejam eles em quaisquer contextos, momento existencial ou idade de vida em que possam perceber ou raciocinar

com autonomia intelectual. Quer dizer-se então que a realidade pode ser distintamente percebida ou criada/assimilada, a depender das disposições dos indivíduos. Supõe-se que pessoas orgânica e mentalmente saudáveis podem criar ou recriar objetos pelo raciocínio ou captá-los e transformá-los pelos sentidos.

Em tais circunstâncias, esses objetos constituidores da realidade adquirem vida real se deles pode-se dizer um nome, um significado, um valor, um sentido, uma aplicação, etc. Isso parece transportar para o fato de que a realidade racional ou empírica só existe na medida em que está registrada sob a forma de discurso e passível de fomentar diálogos. Coisas ainda não identificadas pela mente e pelos sentidos ou ainda não designadas são coisas que não existem. Uma das explicações para as descobertas é que são coisas de identificação e designação recentes, constituindo-se por fenômenos ou objetos até então “invisíveis”, inaudíveis, intocados, não perceptíveis por outros sentidos ou ainda construídos pela razão. Todas as descobertas, em qualquer momento em que tais circunstâncias ocorreram, têm relação direta com o seu alcance pelo raciocínio, como um novo teorema matemático, ou pela percepção por meio de um ou mais dos sentidos humanos, como espécies da fauna e flora até então desconhecidos, e que uma vez designadas passam a fazer parte da realidade. Igualmente as criações, as invenções designadas e demonstráveis em suas partes e em suas funcionalidades compõem a realidade.

Ora, o que se está a afirmar é que a realidade existe como dependente da língua ou de outra maneira, que a língua é o princípio da criação ou o princípio da realidade. Mas a língua é também parte da realidade e brota na instância designada intelecto, transformando-se no canal que dá ao homem a capacidade de produzir a realidade. “O intelecto é a nossa única avenida de acesso à realidade”, a aceitar-se a reflexão de Flusser (2011a, p. 71). Nessa instância ocorrem os pensamentos. É admissível, portanto, ao se pensar juntamente com Flusser, que:

[...] Pensamentos são frases de uma dada língua flexional. São analisáveis em palavras de função diferente. As três funções mais importantes, as únicas ontologicamente decisivas, são as do sujeito, objeto e predicado. Sujeito e objeto são horizontes da frase no sentido de transcendê-la como símbolos, mas participam dela como signos significados pelo predicado. O intelecto pode ser redefinido [...] como o campo aonde ocorrem predicados significando sujeitos o objetos. O intelecto é, portanto, o campo aonde ocorre a busca predicativa de significado a partir do sujeito em demanda do objeto. (2011a, p. 69-70)

Nessa forma de ver, todos os humanos capazes de produzir frases linguísticas são intelectuais, quando em seus intelectos se dão a busca de termos, predicados, cuja função é atribuir significado ou sentido para a ação desses humanos.

Uma questão que aqui pode se colocar interroga como essa avenida de acesso à realidade, faz o homem constituir o sentido e a relação desse sentido com a própria noção da realidade. Pode-se pensar na ideia de consciência como um dar, a saber, ao sujeito que ele está no mundo. Isso implica na noção do que seja a consciência e a forma como ela é construída.

Há uma ideia de movimento que pode estar associada à noção de consciência. Na medida em que o estado animal precede o estado humano no homem este se movimenta e age e nesses dois momentos, continuamente se movimenta, sofrendo, simultaneamente, os efeitos da interação ou as reações de seus semelhantes e de todos os demais seres da natureza, em todos os seus estados de existência – líquido, sólido, gasoso e plasmático – e tudo isso pressiona os seus sentidos e sua razão em direção ao suporte de sua ação intelectual, o cérebro. Predominantemente, todos as oposições que recebe estarão relacionadas com a sobrevivência e subsistência, exigindo uma resposta desmaterializada como um instrumento de mediação. Pode-se encontrar uma reflexão em Nietzsche (1998) sobre a ação comunicativa, que dá uma expressiva imagem desse processo.

Ora a mim parece-me [...] estarem a sutileza e a força da consciência sempre ligadas à *capacidade de comunicação* de uma pessoa (ou de um animal), e a capacidade de comunicação, por seu lado, à necessidade de comunicação (...) onde a necessidade, a indigência obrigaram as pessoas a comunicarem entre si, a compreenderem-se rápida e inteligentemente, aí surge por fim um excesso da força e arte da comunicação, semelhante a uma fortuna que a pouco e pouco se amontoou e espera depois um herdeiro, que a esbanje prodigamente (os chamados artistas são estes herdeiros, e, de igual modo, os oradores, os pregadores, os escritores, tudo seres que aparecem no fim de uma longa cadeia, todos eles *frutos tardios* na melhor acepção da palavra, e, como ficou dito, *esbanjadores* por natureza). [...] A consciência é, na verdade, apenas uma rede de ligação entre as pessoas [...] O fato das nossas ações, pensamentos, sentimentos e dos próprios movimentos chegarem à nossa consciência – pelo menos uma parte deles –, é consequência de uma terrível e longa *obrigação* que tem dominado o homem: ele *necessitou*, como animal mais ameaçado, de auxílio, de proteção, ele precisou de seu semelhante, ele teve de saber exprimir a sua aflição, de saber tornar-se inteligível – e para tudo isso necessitou primeiramente da consciência, portanto, de *saber* ele próprio o que lhe faltava, *saber* como se sentia, *saber* o que pensava. Pois, diga-se mais uma vez, o homem, como toda a criatura viva, pensa continuamente,

mas não o sabe; o pensamento tornado *consciência* é apenas a parte mais pequena, digamos, a mais superficial, a pior, desse processo, pois somente este pensar consciente *acontece em palavras, isto é, em sinais de comunicação*, com o que a própria origem da consciência se revela. [...] Acrescente-se que não só a fala serve de ponte entre as pessoas mas também o olhar, uma pressão, gestos; a tomada de consciência por nós próprios das impressões dos nossos sentidos, a capacidade de as fixar e por assim dizer situar fora de nós, aumentou na medida em que cresceu a necessidade de as transmitir aos outros por sinais.” (NIETZSCHE, 1998, p. 268-270)

Em Nietzsche a consciência trata-se de um estágio superior ao pensamento. Para ele existiria a soma de um pensamento muito maior que incorpora o pensar não consciente com o pensar por palavras e por outros sinais, que é a parte menor e que forma a consciência. É então a comunicação que dá origem à consciência. Necessidade determinada pelas contingências do existir. A consciência é uma rede de ligação entre as pessoas. Em Berger e Luckmann (2004) a consciência do indivíduo está focada “[...] existe somente enquanto dirige sua atenção para um objeto, para um objetivo.” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 14), no que está em acordo com as ideias sobre pensamento e consciência aqui expostas anteriormente. Assim, é possível então confrontar as noções discutidas, de realidade, pensamento e consciência, para afirmar que a realidade é a instância na qual os indivíduos se comunicam, tecendo uma multiplicidade de instrumentos e formas de ação, dentre os quais os primeiros instrumentos são sinais e meios de fala. E que consciência coincide com o que se pode afirmar como sociedade, cuja concepção se vê no tópico seguinte.

## **1.2 - A sociedade**

Sociedade é um termo polissêmico, cujo uso mais corriqueiro tende a fornecer o entendimento de que se trata de um ambiente autônomo situado num lugar e estabelecido em dado tempo. Desse modo, em textos políticos e sociológicos, em textos de administração e psicologia, fala-se de sociedade antiga e moderna, sociedade da informação ou meramente da sociedade que impõe atitudes e formas de vivências aos indivíduos. E ainda em linguagem jurídica e fiscal, sociedade pode ser uma das formas de compor capital para implantar negócios comerciais, industriais, financeiros, etc. De outro lado, sociedade tende a ser um termo que genericamente transporta um conceito que se opõe à ideia encarnada no termo indivíduo. Este último diria respeito ao que é uno, particular, singular, indivisível. Por essa contraposição, indivíduos são partículas



que compõem uma sociedade, que, por sua vez, quer dizer conjunto de indivíduos.

Mas quando se observa que os indivíduos humanos carregam propósitos pessoais, podem-se deduzir razões que lhes levam a fazer aproximações interessadas, isto é, em que buscam concertar decisões em torno de objetos ou objetivos de demanda comum.

Nessa ocasião, então sociedade é espaço de comunicação, de operação entre consciências, e por meio dessas é conglomerado de redes de relações em que as ações, pensamentos, sentimentos e movimentos operam regulados pelos seus membros constituintes, em busca de sentidos, de significações.

Essa concepção de sociedade tem sido consistentemente consolidada, sobretudo pela colaboração de certa corrente sociológica – o configuracionismo ou processualismo – dentro da qual se destaca Norbert Elias. De acordo com sua reflexão, há progressivamente a interdependência dos indivíduos, o que torna a todos carentes da relação com todos os outros, particularmente pela noção de particularização da ideia de que todos vivem, sabem, fazem parcelas do que representa a totalidade da necessidade ou desejo humano. Em seus termos:

Devido às suas funções especializadas específicas, todos os grupos e indivíduos se tornam cada vez mais funcionalmente dependentes de um número cada vez maior de pessoas. As cadeias de interdependência alargam-se e tornam-se mais diferenciadas; tornam-se conseqüentemente mais opacas e mais incontroláveis, por parte de qualquer grupo singular ou por parte de qualquer indivíduo. (ELIAS, 2008, p. 73)

Olhando-se para a presença dos grupos profissionais, que são funcionais no sentido de os seus membros deterem papéis ou funções específicas, esses grupos se individualizam como coletivos no ambiente das relações quando comparados entre si. Igualmente, em seu interior, também há particularização das pessoas por diferentes traços de habilidade, individualização de gostos, temperamentos e formas de participar no desenvolvimento da aplicação de suas competências.

Nessa condição, as relações de interdependência se manifestam dentro de um grupo e no conjunto dos grupos. De outro lado, grupos ou pessoas são percebidos em distintas situações e se estabelecem no conjunto das relações em geral designadas pela chamada sociedade, ou povo organizado, como aptas a travar relações com todos os que potencialmente careçam de uma atenção a ser provida por esses.

Chamar o povo organizado de sociedade denota a existência de padrões para estabelecer uma dada ordem. Esses padrões consolidam as instituições e estas

estabelecem normas ou parâmetros de atuação. A escola, a empresa, a associação ou sindicato profissional são, por exemplo, algumas dessas instituições no universo dos papéis sociais vinculados ao mundo da produção econômica, assim como a família o é no âmbito civil ou a igreja o é no âmbito das práticas religiosas.

É possível dizer-se que, na sua origem, essas instituições surgiram espontaneamente e continuam progressivamente estabelecendo os padrões que adotam como forma de autorregulação, pela qual obtém a aceitação e o poder de regular a participação de seus membros. Possivelmente, no período pré-histórico, isto é, naquele que antecedeu à criação da escrita e fixação dos cartórios como espaço da memória social, essas regulações se dessem pela forma tácita das práticas costumeiras. Com a criação da escrita e dos suportes para a inscrição ou registro de ideias, princípios e diretrizes de ação e conduta, textos normativos e legais passaram a ser produzidos para constituir termos de referência e fixação do passado. Esses seriam acessíveis no futuro e por quem a eles subordinados pudesse conhecer as decisões tomadas e as regras a seguir ou a contestar.

Essa forma de refletir sobre a sociedade, à espontaneidade de seu surgimento, seu desenvolvimento e permanência coincide com o entendimento de que o social resulta para além de qualquer propósito individual. Alguns aspectos relevantes sobre o conceito são afirmados por Elias (1994) quando diz que a sociedade

[...] só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular. (ELIAS, 1994, p. 13).

Com essa ideia, Elias pontuou no mesmo sentido que se encontra expresso nos textos de Nietzsche, Flusser, Berger e Luckmann que o conceito de sociedade está sustentado no conjunto das relações sempre cambiantes que por ele é expresso. Elias volta a essa ênfase ao afirmar que a sociedade não pode ser compreendida como tal “quando suas partes são consideradas em isolamento, independentemente de suas relações” (ELIAS, 1994, p. 16).

Por essa perspectiva, tomando-se para análise uma pessoa, um profissional ou um grupo profissional por ele próprio, não se conhecerá a sociedade da qual faça parte. Isso só se tornará viável se forem levantadas as condições relacionais que exibam o lugar desses indivíduos, as relações e implicações de sua presença e participação nessa

sociedade.

### 1.3 - O indivíduo

Ao estudar a questão ampla relacionada ao indivíduo, formada a partir do conceito de identidade, com o propósito de buscar propor uma Teoria da Identidade, Kaufmann (2005) compôs o livro A invenção de Si (*L'Invention de Soi*, no original francês). Seu texto contém uma explicitação da origem desse conceito. Teria ele surgido na primeira metade do Século XX, na Europa, diretamente relacionado com o esforço da burocracia estatal, em especial na França, no sentido de fazer a identificação das pessoas. Todo esse processo partiu de uma instrumentação administrativa e de uma premência estatal do controle dos indivíduos, sob a forma do bilhete de identidade. A primeira etapa da constituição da ideia de identidade ocorre em função da formulação de um processo de identificação e, de certa forma, é instituída como parte do registro do trabalhador. No início deste caminho, a forma caderneta de trabalho foi a primeira a ser criada e tinha relação com a singularização de um papel ou função social. Só alguns anos mais tarde, a partir da apropriação do pensamento de Freud, vindo de seus estudos da psicanálise e, igualmente, da utilização do pensamento de alguns outros estudiosos como antropólogos e sociólogos, ainda segundo Kaufmann (2005), é que a noção de identidade assume o caráter de um objeto acadêmico. Passa então a ser campo de interesse de algumas áreas de conhecimento que tentam encontrar respostas para as transformações do grande impacto econômico e moral que o Ocidente vem sofrendo.

Ao explorar o tema, o autor toca claramente em dois tópicos relevantes: o primeiro refere-se a papel ou função social, o qual carrega uma visível demanda de equiparação analítica com a noção de identidade, na medida em que funções ou papéis se particularizam e remetem àquela noção; o outro tópico é relativo ao indivíduo.

Ao tratar desse segundo tópico, o autor se reporta a um paradoxo que se afirmava ao mesmo tempo pelo destaque que se dava ao fato de o indivíduo não ser pura subjetividade, mas ao fazer esse destaque não conseguir elucidar o que é a identidade. Ressalta o autor que a identidade está estreitamente ligada ao indivíduo, mas que têm natureza muito diversa.

Na tentativa de expor uma compreensão menos ambígua e poder dessa forma superar o paradoxo, o autor vai buscar fundamentação em Elias, afirmando que Elias não se cansa de repetir: “o individuo é um processo” (KAUFMANN, 2005, p. 44).

Embora isso não superdimensiona o conceito de indivíduo, cerca-o de outras facetas

que em geral não são devidamente tratadas no ambiente dominado pelo senso comum. Kaufmann afirma que para a análise do indivíduo é muito relevante dar ênfase à sua socialização. Apesar de indivíduo e sociedade serem dois conceitos distintos eles não podem se separar entre si, no mundo da realidade, sob pena de perda de sentido, “Uma vez que [o indivíduo] não é uma espécie de entidade (mais ou menos) autônoma [...] Os quadros sociais não lhe são exteriores. [...] é ele próprio, matéria social, um fragmento da sociedade da sua época, quotidianamente fabricado pelo contexto de que participa[...]” (KAUFMANN, 2005, p. 44).

Percebe-se assim o quanto é complexa a noção de indivíduo. Essa complexidade se estende a todas as pessoas, em todas as posições econômicas e papéis sociais. Por um lado, o indivíduo tem sua própria subjetividade, que pode administrar por si mesmo a partir de certa idade e, em geral, por toda a vida restante; por outro lado, cada indivíduo tem os traços objetivos, por exemplo, um papel social que porta como profissão. Entretanto, esses traços não o colocam como único e absoluto no mundo, pois não há um mundo pessoal e individual isolado e distante. A própria noção de mundo implica a noção inseparável de um universo de relações. Espaços de comunicação e permuta de coisas e ideias e espaços de experiência, nos quais o primeiro motor de mediação – a língua – só mostrará efeito prático a partir da efetivação de sua partilha, tendo em vista um sentido procurado.

Estas relações tornam possíveis permanentemente os trânsitos do individual para o social e vice-versa. Sob a perspectiva comportamental, Barkow (1993, p. 94) diz que “Para se passar do nível individual [...] para o nível social é crucial o conceito de *transação* ou de *negociação*”, o que em outra dimensão reforça a ideia do universo de relações, que consolida a compreensão da pessoa como processo de que fala Elias. Isso remete às questões fundamentais da existência, que começam pela compreensão sobre o agir.

#### **1.4 Do agir e das ações**

Em circunstâncias consideradas normais, isto é, naquelas em que os indivíduos exercem práticas rotineiras e desenvolvem ações utilizando métodos e processos reconhecidos e aceitos socialmente, todos os humanos mantêm relações dinâmicas que implicam na aplicação de competências ou habilidades predominantemente oriundas de força física muscular/mecânica ou intelectual, tendo o propósito de produzir

transformações sobre o seu contexto próximo ou distante. A esse movimento chama-se agir e seu resultado trata-se de ação.

As ações são de muitas espécies. Carpir um terreno, pregar a palavra, criar a poesia, tratar o documento em uma biblioteca, localizar um texto em uma instituição arquivística, atender a um cliente, transportar uma pessoa ou se autotransportar são exemplos de ações.

Nem todas as ações humanas são ações sociais. Algumas delas são puramente individuais, especialmente quando destinadas à sobrevivência, restauração orgânica ou desenvolvimento interior, a exemplo da mastigação, da excreção e da apreciação de uma tela artística. Naturalmente, para que certas ações individuais possam se realizar poderá haver maior ou menor dependência de cada indivíduo das condições sociais em que se dá a produção dos meios para que elas ocorram. Nem sempre a mastigação que um indivíduo fará prescinde da produção coletiva da mercadoria a ser utilizada. O mesmo vale para a excreção catarral, fecal, urinária, etc., quando são feitas em ambientes equipados com vasos apropriados, concebidos e construídos com a utilização de conhecimentos, equipamentos e capitais adequados reunidos para fornecer os equipamentos e manter os ambientes, como em clínicas estatais.

A partir disso, pode-se afirmar que o agir tem uma profunda relação com o espaço e o tempo, variando os resultados que pode gerar.

Aqui vale retomar a reflexão de Vilém Flusser (1983-g), que ao pensar sobre a evolução dos distintos modelos de sociedade que a humanidade vem constituindo historicamente, trata-a a partir da noção do tipo predominante de relação homem-meio. Assim, fala de sociedade agropecuária, sociedade industrial e sociedade pós-industrial. Diz que:

A passagem da sociedade agropecuária para a industrial teve efeitos *ontológicos*. O camponês vivencia a realidade de maneira diferente da do operário. A atual passagem da sociedade industrial para a pós-industrial terá efeitos comparáveis. O operário vivencia a realidade de maneira diferente da do funcionário.

*A agricultura é manipulação paciente da natureza animada. A indústria é manipulação violenta da natureza inanimada: obriga-a a reformular-se conforme modelos preconcebidos. O camponês espera que animal e planta se desenvolvam, sob seu cuidado, em sentido que lhe é útil. O engenheiro obriga a matéria-prima a ser como deve ser conforme seus projetos.*

[...] A sociedade pós-industrial vai funcionalizando a indústria e a agricultura. [...] tal transformação da forma de trabalho vai modificando a ontologia dominante, portanto a experiência, a visão e a ação da

sociedade. [...] consideremos a *práxis do funcionário*, essa sua fonte. Está sentado detrás de escrivaninha, e recebe papéis cobertos de *símbolos* (letras e algarismos), que lhe são fornecidos por outros funcionários. Arquia tais papéis, e cobre outros com símbolos semelhantes, para fornecê-los a outros funcionários ainda. O funcionário recebe símbolos, armazena símbolos, produz símbolos, e emite símbolos. [...] Sua práxis se dá em um contexto chamado «mundo codificado»”. (FLUSSER, 1983g, p. 33-35, *passim*)

O espaço, como uma noção subliminar nessa reflexão de Flusser é o lugar onde se dão as atividades, e nele a ação humana acontece de distintas maneiras, conforme a composição física desse espaço e sua fonte originária e conforme a valoração a ele atribuída a partir das circunstâncias dadas por uma realidade situada. Quer-se dizer por realidade situada aquela que Schutz e Luckmann (2003) denominam de mundo da vida cotidiana. Essa realidade é particular para cada indivíduo, pois cada um pode focalizar suas experiências individuais, mas ela também é uma para cada momento, conforme as percepções que predominam e estabelecem as condições para que os sujeitos se entendam mutuamente, isto é, mantenham um certo padrão de sociabilidade e sustentem as bases para o funcionamento de dada sociedade, seja como um grupo social, ou seja, como um padrão de uma época, que é percebida em seus contornos gerais por muitos grupos sociais.

É por meio dessa noção, pode entender-se, que Flusser pode falar distintamente, e são compreensíveis seus conceitos de sociedade agropecuária, sociedade industrial e sociedade pós-industrial. Mas, nem a ideia de lugar e menos ainda a de tempo podem ser absolutizadas, na medida em que ações predominantes em dado tempo levam à designação de uma configuração social como sociedade agropecuária, ou industrial ou pós-industrial, sem deixar de se manifestarem simultaneamente no ambiente social e humano. O que termina por ocorrer, e quase todas as pessoas podem perceber, é a convivência de várias formas de ação humana em todas as épocas, distinguindo-se sociedades em que as práticas de trabalho e as práticas de vida são mais intensivamente subordinadas aos ditames da natureza viva, ou do projeto que subordina a natureza como coisa morta ou daquele em que os símbolos têm, como nos dias atuais, um grande predomínio como fonte de subsistência, lazer, prazer e renda para quem os produz e os consome.

A partir disso, pode-se perceber que o agir humano está condicionado. O espaço e tempo serão as bases sobre as quais ele se dá. Com isso, ele pode ser tomado com um

espírito, isto é, como uma energia que é aplicada para produzir respostas às necessidades materiais e intelectuais humanas. E essas necessidades são infinitas, porém limitadas às possibilidades de pensamento e criação de instrumentos físicos e intelectuais que levem à transformação da realidade então dada<sup>2</sup>. Essa é uma perspectiva encontrada nas concepções culturais e humanistas de *processualismo histórico* ou *configuração social*, formulada por Elias (2008), mas também pela ideia de cultura construída por Cassirer (2005), ou ainda pela visão de Schutz e Luckmann (2003) de que a humanidade responde às demandas materiais que concebe. Nesse contexto da discussão, pode-se aceitar – como também o fazem Schutz e Luckmann (2003) – que o homem é movido pela atitude pragmática. Mesmo a criação de símbolos, religiões, arte, etc., é resposta social, decorrente de um agir individual cuja ação cumprida é resposta a necessidades do agente que se sente humanamente pressionado a fazer algo para si e para alguém, pressionado por um significado ou sentido que deseja alcançar.

Essa concepção aponta então para o fato de que agir e ações são distinguíveis por seus mecanismos de origem e em seu desenvolvimento. O sujeito age por vontade originada individual ou socialmente; age porque o próprio viver é já uma ação, determinada e determinante de movimento. Ainda que conscientemente seja imaginável a recusa da interação social por alguém, parece que ninguém poderá em todas as fases de sua vida orgânica, prover a todas as suas necessidades pessoais de conservação (alimentação, vestuário, saúde, afeto, etc.) ou impedir seus órgãos internos (coração, pulmão, rins, etc.) de atuarem, sem a contribuição de terceiros, sob a pena da extinção física. Pode-se afirmar por essa via de análise que o agir é inerente ao ser vivo, e dentre tais se inclui o homem como indivíduo e como sociedade.

Ao olhar em nossa volta, sobre o agir que gera as ações realizadas por força da interação humana, há ações sobre as quais se poderia designar como primárias, pois atendem mais à sobrevivência física e as que se poderia designar como secundárias, pois atendem mais à sobrevivência mental. A maior parte do agir humano nas sociedades agropecuárias e industriais, o seu maior volume de esforços coletivos, gira em torno da produção de ações primárias; em contrapartida, a maior parte do agir humano nas sociedades pós-industriais, onde estão concentrados os seus maiores volumes de esforços coletivos, gira em torno da produção de ações secundárias. Chame-se aqui de

---

<sup>2</sup> Essa ideia equivale na poética de Vinicius de Moraes, à alusão à infinitude do amor: “Eu possa me dizer do amor (que tive):/ Que não seja imortal, posto que é chama / Mas que seja infinito enquanto dure”, em *Soneto de Fidelidade*.

ações primárias àquelas mais relacionadas à conservação do corpo humano orgânico (alimentação, vestuário, saúde, afeto, etc.) e secundárias àquelas mais relacionadas à conservação do corpo humano mental ou intelectual. Para a primeira, o homem depende de gerar e receber boa alimentação e nutrição física; para a segunda, o homem depende de gerar e receber a boa informação e recursos apropriados para o desenvolvimento intelectual e simbólico.

Visto desta forma, o agir nas duas circunstâncias se faz de maneira muito distinta. O primeiro modo de agir é intensivo em intervenção técnica sobre o meio físico e muito mais dependente de ambientes favorecedores de diálogo; já o segundo é intensivo em intervenção comunicativa entre os indivíduos com plena consciência de sua autonomia e muito mais dependente de ambientes que favoreçam o discurso.

Para sustentar essa compreensão de ações com maior dependência de processos de diálogo ou de discurso, retoma-se a mirada de Flusser (1983-c). Diz ele:

A sociedade ocidental é tecido comunicativo muito específico. Não é caracterizada apenas pelos *assuntos* comunicados, mas sobretudo pelos *métodos* graças aos quais os comunica. Grosso modo, o Ocidente elaborou dois tipos de diálogo, e quatro tipos de discursos. Os diálogos são *circulares* (exemplos: mesas redondas, parlamentos), ou *redes* (exemplos: sistema telefônico, opinião pública). Os discursos são *teatrais* (exemplos: aulas, concertos), *piramidais* (exemplos: exércitos, igrejas), *árvores* (exemplo: ciências, artes), e *anfiteatrais* (exemplo: rádio, imprensa. (p. 58-59).

A situação atual da sociedade ocidental é marcada pelo predomínio dos discursos sobre os diálogos. [...] Sob o bombardeio quotidiano pelos discursos extremamente bem distribuídos dispomos, todos, das mesmas informações, e todo intercâmbio dialógico de tais informações está se tornando pois redundante. (p. 59).

Nesse contexto de presença intensiva dos discursos, que Flusser (1983-c) caracteriza com muito mais detalhadas em seu ensaio, dá-se uma grande prática do agir comunicativo que, como fenômeno social de múltiplas dimensões, motiva e constitui uma abordagem ou metodologia filosófica social, relevante a partir da segunda metade do século XX. E esse agir, ao tomar-se em conta a tipologia de Flusser, se intensifica pelo fato de que as ações que o autor configurava como ações de *rede* — fazendo parte do método dialogal — após a larga difusão e utilização da internet, deslocou-se para a esfera do método discursivo, integrada significativamente ao âmbito anfiteatral.

Nesse sentido, a noção de ação, que é resultado ou produto do agir, toma distintas formas, sendo as mais relevantes para essa discussão, aquelas de natureza social,



acentuadamente morais.

Em toda a discussão que se constrói neste relatório de pesquisa, a noção de ação não despreza a busca da convergência de entendimento que se manifesta em textos de diversos filósofos. Entende-se que esses, em seus distintos momentos de interrogação e reflexão da realidade, tal como se lhes apresentava, percebiam na ação a medida da humanização. Aristóteles afirma isso na *Ética a Nicômaco* (1996, p. 118), pela expressão: “*Toda arte e toda indagação, assim como toda ação e todo propósito, visam a algum bem*”. Mais adiante, na mesma obra (1996, p.217), aduz que “*A origem da ação (sua causa eficiente, e não final) é a escolha, e a origem da escolha está no desejo e no Raciocínio dirigido a algum fim. É por isto que a escolha não pode existir sem a razão e o pensamento ou sem uma disposição moral, pois as boas e as más ações não podem existir sem uma combinação de pensamento e caráter*”. Ou ainda que “[...] enquanto fazer tem uma finalidade diferente do próprio ato de fazer, a finalidade na ação não pode ser senão a própria ação, pois agir é uma finalidade em si. [...] Efetivamente, os primeiros princípios das ações que praticamos estão na finalidade a que elas visam [...]” (Aristóteles, 1996, p. 220).

Cupani (p. 113) encontra em Bunge uma efetiva discussão sobre a ação tecnológica e suas implicações éticas, observando também que na perspectiva de Bunge essa ação tem sido guiada (e extraviada) até aqui por cinco premissas morais por ele listadas.

Durkheim (p. 13) fala em uma *ação moderadora do dever* para revelar que no início do século XX um grande conjunto de ações profissionais era realizado sem submissão ao comando deontológico.

Habermas (1991, p. 15-16) fala em *problemas da ação correta ou justa*, como os limites alcançados pela ética de Kant, isto é, pelo deontologismo. Também Habermas (2009, p. 86-87) fala de uma *teoria da ação* como uma das duas abordagens teóricas relativas à análise de processos sociais. Essa teoria predominaria na antropologia cultural e na sociologia. Afirma ainda nas (p. 89 e 90) que a ação pode ser determinada por normas e que essas são expectativas comportamentais coletivas.

Hume (1996, p. 20-26) expõe um entendimento de que uma das maneiras pelas quais a filosofia moral, ou ciência da natureza humana, pode ser tratada é considerar o homem como nascido principalmente para a ação; como influenciado em suas avaliações pelo gosto e pelo sentimento; perseguindo um objetivo e evitando outro, segundo o valor que esses objetos parecem possuir e de acordo com a luz sob a qual eles próprios se

apresentam. Sua percepção evidencia que a ação é a razão de existência humana. É ainda Hume (1996, p. 93) quem afirma:

As ações de uma mesma pessoa são muito diversas nos diferentes períodos de sua vida, desde sua infância até sua velhice? Isto dá lugar a várias considerações gerais acerca da mudança gradual de nossos sentimentos e inclinações, e das diferentes máximas que prevalecem nas diferentes idades das criaturas humanas. Mesmo os caracteres peculiares de cada indivíduo têm uma uniformidade em sua ação; de outro modo, nosso conhecimento das pessoas e nossa observação de sua conduta jamais nos poderiam ensinar acerca de suas disposições ou servir para dirigir nosso comportamento diante delas.

Essa sua afirmação enfatiza um modo de agir, como característico de cada indivíduo, mas mesmo assim, nessa forma de conduta individual esta implicada a ideia de um reconhecimento, pela construção de traços que são mútuos e comuns aos membros da comunidade humana. No mesmo texto, mais adiante, ele aduz que:

Em todas as sociedades, pode-se verificar que a mútua dependência entre os homens é tão grande que raramente uma ação humana é completa em si mesma ou se realiza sem alguma referência às ações dos demais, constituindo assim no requisito necessário para que possa responder por completo à intenção de quem a realiza. (p. 95).

Para Locke (1997, p. 116-117)

Todas as nossas ações que compreendem alguma ideia podem reduzir-se (...), a estas duas: pensamento e movimento. (...) a ideia de *liberdade* consiste na ideia de poder em certo agente para fazer ou deixar de fazer qualquer ação particular, segundo determinação ou pensamento da mente, por meio do qual uma coisa é preferida a outra; se nenhuma das ações depende do poder do agente para ser produzida segundo sua vontade, ele não tem liberdade, sendo sujeito à *necessidade* (p. 116-117)

Outro aspecto merecedor de atenção sobre a noção de ação se encontra na reflexão de Nietzsche (2005). Diz respeito ao fato de que uma ação resulta de uma intenção e de que essa intenção é humanamente estabelecida. A essa concepção de intencionalidade ele interpreta como preconceito, afirmado: “*sob a ótica desse preconceito é que, quase até os dias de hoje, sempre se louvou, condenou, julgou e também se filosofou moralmente.*” (Nietzsche, 2005, p. 36-37). Essa afirmação tem um peso muito significativo quando se pensa sobre o efeito da intencionalidade no modo de agir, mas muito mais, quando se pensa na ação profissional, isto é, em uma abordagem com fins práticos e sociais. O agir profissional é uma intenção em realização que tem como

produto uma ação, notadamente, praticada como intervenção social e cujo sentido é servir aos outros.

### **1.5 - Filosofia pessoal *versus* Filosofia profissional**

A ideia que traduz a Filosofia como um campo fundamental do conhecimento faz sentido como criação ocidental. É caudatária das contendas entre os Gregos, viventes em uma sociedade especialmente vigorosa na prática do pensar e consolidar ideias, entre os anos 600 e 300 a.C. Trata-se de um conhecimento dissociado da visão religiosa, no sentido que essa tomou nos últimos 1600 anos no Ocidente.

Evidentemente, isso não implica que indivíduos que se constroem como filósofos tenham que renunciar ao estado de serem crentes religiosos. Kant foi um rigoroso crente católico, sem abrir mão do racionalismo filosófico, tendo reconhecidamente contribuído para a autonomia do pensamento humano e é tido como o pensador chave do Iluminismo ou Esclarecimento. A partir de sua reflexão crítica, o Deus Católico, tal como pregado pela respectiva Igreja, não mais pode ser utilizado, sem oposição cognoscível, como a referência e explicação predominantes quanto ao lugar do homem no contexto do universo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é passível de um pensamento sustentado a ideia de uma filosofia em torno daquilo que está em volta da pessoalidade de cada um, de suas mais internas convicções, do que o faz sujeito, assim como de suas externalidades, isto é, as práticas realizadas a serviço dos outros.

Supõe-se, a partir da tradição filosófica, que se deve construir um questionamento de partida em relação ao objeto que motiva a reflexão filosófica. Nesse caso, cada pessoa teria na construção da filosofia pessoal uma problematização inicial, composta a partir de uma pergunta inicial: Que sou?

Essa atitude é caracterizada por alguns filósofos, demonstrando a superioridade do pensar filosófico sobre outras atitudes dirigidas à construção do saber. Nietzsche diz, por exemplo, que “[...] o pensar filosófico está sempre no encaço das coisas mais dignas de conhecimento, dos conhecimentos maiores e mais importantes.” (NIETZSCHE, 2012, p. 45). Para ele, ao assumir essa atitude,

O filósofo busca deixar ressoar em si a consonância do mundo, para então extraí-la de si mesmo na forma de conceitos: enquanto é contemplativo como o artista plástico, compassivo como o religioso e ansioso por fins e causalidades como o homem da ciência, enquanto sente-se inflar ao nível do macrocosmo, mantém a prudência para observar-se friamente, como a

imagem refletida do mundo [...] (NIETZSCHE, 2012, p. 46)

O filósofo extrai de si mesmo os conceitos que constituem o seu saber e que constituem o seu sistema de pensamento. Por isso, há tantas escolas e doutrinas filosóficas. Por isso, também, há uma certa concepção de que há filósofos que assumiram a postura de sujeito mais tendente à abstração racionalista, enquanto outros assumem postura mais empírica, cuja suprema expressão passa pelo Pragmatismo. E isso, de fato, ao evidenciar duas estradas de abordagem da realidade estará refletido nos discursos produzidos pelos cultores de cada uma dessas vertentes, como a expressão de seu estar, descobrir e transformar o mundo.

De outro lado, a filosofia é construção de discurso. O filósofo é, por excelência, um criador de textos, de conceitos, de signos e símbolos; a língua, por exemplo, como um de seus instrumentos de expressão vem evidenciando o que ele concebe quando pensa. Sem a disposição desses recursos para a comunicação e, sem a palavra, o homem não poderá ser filósofo, pois não poderá expor os conceitos com que engendra suas descobertas. Essa constatação está contida na reflexão de grande parte senão de todos os filósofos.

Nos anos iniciais da construção do pensamento filosófico grego, esse se fazia contra um pensamento mais genérico e supostamente menos rigoroso: a sofística. De forma marcante, a sofística e seus cultores valorizavam o discurso oral, em que os jogos de palavras e o ilusionismo verbal tiveram, e continuam a ter, muita relevância. Em certos círculos filosóficos, tem sido feito o esforço de distinguir e atribuir aos filósofos pré-socráticos a qualidade de sofistas, especialmente por não se sentirem tentados ao uso da escrita. Mesmo Sócrates ficou conhecido como um filósofo que transitava no universo sofístico, sem deixar uma produção escrita. Seus pensamentos foram compilados por Platão, seu principal discípulo. Dai, persiste uma certa disputa entre os especialistas sobre o que distinguiria a filosofia da sofística.

McCoy (2010), ao fazer um estudo sobre a figura de Platão na época em que esse viveu, contribui no sentido de esclarecer a partir de diferentes fontes como se poderá distinguir uma coisa da outra, isto é, a Filosofia da Sofística. Numa primeira perspectiva, continua evidenciado que a filosofia é o buscar a verdade; mas isso não pressupõe um método; é um estado de se fazer sintonizado com o valor das expressões linguísticas. De acordo com essa especialista, “A filosofia não pressupõe um método, mas mantém uma espécie de abertura quanto a que tipos de *logoi* são úteis para

descobrir a verdade, assim como uma abertura para a própria questão do que são os *logoi* e de como se relacionam com a verdade” (MCCOY, 2010, p. 26). Mas essa verdade não significaria um saber isolado, distante, absoluto, com afastamento das coisas extra-mundanas, como afirma McCoy (2010), ao referir-se a Sócrates e a Isócrates. Contudo, eles estariam no limiar da atitude sofística. McCoy traz, porém, uma ideia que encontra em Sócrates de que, mesmo quando o filósofo percebe o elo do seu pensar e de sua descoberta com a realidade mundana, ele admite prescindir de testá-la com outro ser humano.

Para Sócrates, a descoberta filosófica e o que é ‘razoável’ tem dimensões sociais e linguísticas em vez de independentes do discurso social. Sócrates não adere à ideia de que algum teste epistêmico possa automaticamente produzir a verdade. De outra forma, a pessoa que faz uma ‘descoberta’ não teria de recorrer a outro ser humano para ver o que pensa disso; a confirmação independente seria possível. (MCCOY, 2010, p. 83).

De certa maneira, isso configura o que para Nietzsche (2005) é uma tradição da reflexão filosófica. Ele retorna aos estoicos para afirmar uma atitude que se transmite historicamente até, ao menos, o final do século XIX:

[...] o que ocorreu aos estoicos sucede ainda hoje, tão logo uma filosofia começa a acreditar em si mesma. Ela sempre cria o mundo à sua imagem, não consegue evitá-lo; filosofia é esse impulso tirânico mesmo, a mais espiritual vontade de poder, de ‘criação do mundo’, de *causa prima*.” (NIETZSCHE, 2005, p. 15)

É como se a atitude do filósofo fosse a de isolar-se da realidade mundana. Essa não o interessaria, representando, por vezes, uma atitude de abandono humano. Por evidente, se coloca uma atitude sobre-humana, ou de fuga à solidariedade. Para Rousseau (2011), por exemplo, essa atitude de falta de solidariedade deve ser denunciada.

É a razão que engendra o amor-próprio e é a reflexão que o fortalece. É ela que faz o homem voltar-se sobre si mesmo e separá-lo de tudo que o incomoda e o aflige. É a filosofia que o isola; é por ela que ele diz em segredo, à visão de um homem que sofre: ‘morre, se quiseres; quanto a mim, estou seguro’. São apenas os perigos da sociedade inteira que perturbam o sono tranquilo do filósofo e o arrancam do leito. Pode-se impunemente degolar um semelhante sob sua janela; ele apenas colocará as mãos sobre os ouvidos e argumentará um pouco consigo mesmo para impedir que a natureza, revoltada dentro dele, o identifique com aquele que assassinam. (ROUSSEAU, 2011, p. 72)

Porém, um retorno mais uma vez a McCoy (2010) revela na disputa entre a sofística

e a nascente filosofia, uma atitude que a autora resgata em Isócrates, sobretudo com o compromisso do Filósofo em atentar para as situações mundanas de natureza prática. Essa atitude mais tarde vem a se revelar como discurso em James (2006), no início do século XX, com o Pragmatismo.

Para Isócrates, a prática da filosofia relaciona-se mais com o ato de ser um porta-voz da cultura, ser bem versado em tradições culturais e usar tais tradições na escrita e no discurso para recompensar a *polis*; para ele, *philosophia* não concerne ideias abstratas, mas sim os discursos que se destinam a fazer as pessoas agirem em situações políticas concretas e específicas. (MCCOY, 2010, p. 16-17).

Compare-se esse trecho acima destacado com a expressão de James para o que pensa sobre a finalidade da Filosofia: “O que se precisa é uma filosofia que não somente exercite os poderes de abstração intelectual, mas que estabeleça alguma conexão positiva com o mundo real de vidas humanas finitas.” (JAMES, 2006, p. 33)

Mas um ponto a ser acrescentado, que se pode ressaltar do que McCoy encontra em Isócrates, vem pela ideia de que a prática da Filosofia está relacionada com o ato de ser porta-voz da cultura. Isso reporta para a reflexão de Freud (2011) formulada no início do século XX sobre a psiquê do homem ocidental, relacionando-a a ideia de cultura. Ele mostra a ideia de cultura como constringendo a ação e reflexão desse homem, pelos aspectos autodestrutivos que vêm se constituindo ao longo dos séculos.

Ora, esse conjunto de aspectos relacionados a uma filosofia pessoal tem que relação com a filosofia profissional? Pense-se na contraposição Filosofia e Ciência; pense-se em ciência como um conhecimento comprometido com o fortalecimento de uma infraestrutura direcionada à produção de bens, por sua apropriação pela pesquisa tecnológica. Veja-se como a percepção dessa apropriação está ressaltada na arte dramática por Brecht (1991), na peça *A vida de Galileu*. Assim, ao se pensar nisso tudo, pode-se claramente acompanhar uma discussão como a exposta por Cupani (2011), no livro *Filosofia da Tecnologia: um convite*. Não se trata, evidentemente, nesse livro, de um debate sobre a filosofia de uma profissão, mas da filosofia que afeta um conjunto de setores que têm produzido os maiores impactos na transformação do ambiente, da cultura e das morais ocidentais nos últimos duzentos anos. É que os impactos produzidos por esses setores envolvem quase todas as modernas profissões que constituem seus quadros a partir da educação universitária. Muitas dessas profissões foram criadas e remanescem da era industrial e outras são profissões de criação mais

recente ou fruto de reestruturações, divisões ou desdobramento de campos pré-existentes, para estarem sintonizadas com novas demandas ou novas possibilidades dadas pela ciência e tecnologias criadas do final do século XX para o início do século XXI.

Nesse contexto, pode-se apontar para indagações fundamentais; a primeira é o que é profissão? Segue-se-lhe a indagação: qual é a essência de uma dada profissão? Assim, há também outras questões que estão no âmbito do ser da profissão, ou melhor, de uma ontologia profissional: Que sentido a profissão tem para a pessoa humana como fundamento de existência? É possível ao homem viver sem o exercício profissional como prática pessoal? É possível a sociedade prescindir para o seu bom funcionamento da presença de profissionais? As profissões são determinantes para a sobrevivência dos processos de hominização? No âmbito epistemológico, pode-se questionar: quais são os saberes profissionais? Como são constituídos esses saberes? Que conhecimentos eles produzem? Como os conhecimentos profissionais se interagem? Há conhecimentos cujas matrizes científicas são comuns? Os conhecimentos profissionais atendem a fins práticos com que alcance? Esses conhecimentos têm equivalentes leigos e como deles se distinguem? São conhecimentos com sustentação teórica? Do ponto de vista dos valores ou de uma Axiologia, essas profissões resolvem os graves desequilíbrios sociais e econômicos que há na sociedade? Sua prática reduz as injustiças produzidas pela ação econômica? Seu exercício é neutro em relação a interferências políticas e religiosas? Seu exercício não coloca em risco a integridade moral dos profissionais que as praticam? Os profissionais que as exercem recebem a justa recompensa por sua prática? As profissões representam um bem para a sociedade? Essas questões, neste ponto do texto, são propositadamente apresentadas numa dimensão mais ampla que o interesse das práticas da profissão bibliotecária. Entretanto, são questões que a ela também se aplicam muito conseqüentemente.

Quando se pensa nas práticas profissionais do bibliotecário, cada vez mais elas se ampliam e, sobretudo, nos dias atuais não se limitam à gestão dos fundos bibliográficos; não se atém à atenção a usuários presenciais; não se esgotam na estética da leitura; não estão facilmente isentas de serem apropriadas para “esconder” e limitar o acesso à informação, especialmente, pelo eficaz tratamento da informação, que ao torná-la acessível no seu máximo volume pode levar à dispersão. Enfim, todas as questões levantadas, apenas mostram um ponto inicial da abordagem possível da filosofia da

profissão bibliotecária, que é, por sua natureza, distinta da chamada filosofia da Biblioteconomia e mais distinta ainda da filosofia da Informação. Os filósofos na Biblioteconomia ou quem por esse tema tem se interessado pelos seus fundamentos (SHERA, 1973; SHERA, 1977; MOSTAFA, 1985; SOUZA, 1986; FURNER, 2004; ZANDONADE, 2004; FLORIDI, 2010; GONZALEZ de GOMEZ, 2010; SALDANHA, 2011; FIGUEIREDO, 2012, entre outros) refletem ou refletiram no sentido de encontrar os fundamentos de uma epistemologia da biblioteconomia ou de propor estratégias de estudo da temática. Assim, voltam-se mais para o objetivo de explicá-la como ciência. Talvez não tenham se dado à devida conta de que se esforçavam ou por explicar ou se limitavam a explicar o fluxo de operações de uma instituição – a biblioteca.

Se for aceitável a concepção de Bunge (*apud* CUPANI, 2011) para o que chama de *tecnologia social*, dividindo-a em “específicas” e “gerais” e colocando entre as primeiras a administração, como se ocupando de sociossistemas determinados (uma fábrica, um hospital, um país), (CUPANI, 2011, p. 105) aí também estará a Biblioteca, pois tem as características de um sociossistema.

Será assim, isto é, um sociossistema, pois pode ser tratada como uma instituição que está circunscrita à oferta de um tipo de serviço social e cuja atuação é disposta segundo os princípios da gestão. Trata-se de um espaço tecnológico cuja filosofia passível de ser produzida deriva dos processos em torno da produção e gestão de serviços, segundo uma relação de oferta-demanda-oferta, assegurando uma dada interação entre usuário e os dispositivos oferecidos por essa instituição para uso no acesso a informações e a outros recursos. Essa interação e os processos nela envolvidos não a tornam especificamente uma ciência formulável. Os modos de operação dessa instituição são de outro âmbito e envolvem conhecimentos de gestão, economia, assistência social, etc.

Os filósofos da informação (FLORIDI, 2009; FRANCELIN; PELLEGATTI, 2004; ILHARCO, 2003; ILHARCO, 2004; RENDÓN-ROJAS, 2012; dentre outros), têm feito mais que o já alcançado pelos filósofos da Biblioteconomia. Seu esforço vem girando em torno da formulação de uma concepção de informação que associa um discurso sobre o discurso, o fluxo, a ordem ou de como pode ser feita a abordagem filosófica da informação, transcendendo às instituições que lhe dão forma. Uma contribuição que poderá ser agregada, uma vez compreendida em seus termos, vem da reflexão de Flusser, por exemplo, em *A dúvida* (2011a); *A escrita* (2010); *Filosofia da*



Caixa Preta (2011b) e Pós-história (1983). Nesses textos, ele tem problematizado em torno de um elemento central que é a informação como substrato do aparelhismo social, que surge a partir dos anos 1980 associado à microeletrônica. Esse aparelhismo vem eliminando o senso político e acentuando e consolidando cada vez mais o peso da burocracia, da qual o processo de informação e o poder conseqüentemente representa a principal força transformadora das relações humanas, apontando, sobretudo, para a escolha de caminhos que supõem mais desejáveis, isto é, para o âmbito da valoração o que requer alguma compreensão dos vários sentidos associados ao termo valor.

### 1.6 - Valor

A noção de valor traz em si a ideia de escolha, seleção ou avaliação (FEREZ; CHAUI, 1996, p. 9). Diz-se também que significa o que é “preferível, elegível, desejável” (ANGELUCCI et al., 2008, p. 7), ou ainda que o “valor corresponde ao que nos agrada” (FRONDIZI citado por LETICHEVSKY, 2011). De acordo com Goergen (2005, p. 987) *No mundo moderno, a noção subjetiva de valor é retomada por Thomas Hobbes (1588-1679) que dizia que o valor não é absoluto, mas depende da necessidade de um juízo. Valor, portanto, é aquilo que é estimado como tal através de um juízo.*

Também cabe assinalar que valor se coloca em correlação com ação e escolha. Desse ponto de vista, se encontra em Azevêdo (2011) um esforço de interpretação da ação e mundo da vida como concebidas e discutidas por Alfred Schütz:

No que toca à questão dos valores para a ação e a escolha Schütz insiste que este elemento da esfera da escolha cai fora da própria ideia do projetar; pois os valores se situam num quadro já antecipado, o que vale dizer que toda escolha é, em si mesma, escolha valorativa, pois os valores se encontram aí no mundo da vida, à mão do ator, não sendo portanto da esfera de escolha mesma. Existem assim os interesses enquanto relacionados numa trama constituída no mundo, sendo certos valores os “pesos” elementos entre tantos que compõem o conjunto do sistema no quadro da ação, o que chama Schütz “plano de vida”, enquanto um “universal” que predomina sobre os [...]. (AZEVEDO, 2011, p. 69)

Em geral, quando se depara com o termo valor no âmbito das relações vividas pelas pessoas humanas vem à mente primeiramente que essa noção tem origem nos campos da religião ou da filosofia. Como fontes iniciais de conhecimento, eles teriam constituído sistemas de valores. Mas na própria Filosofia a discussão subordina-se: a) a uma teoria ou Filosofia dos valores, também designada por Axiologia, querendo significar “o que é bom, útil, positivo” ou o “que deve ser realizado” (JAPIASSU;

MARCONDES, p. 241); e b) a uma perspectiva ética, em que “os valores são os fundamentos da moral, das normas e regras que prescrevem a conduta correta”. (JAPIASSU; MARCONDES, p. 241). Por essa afirmação de dupla entrada, vê-se que a noção de valor ultrapassa a ideia de ser aquilo que “nos agrada”, para ser mais significativamente o fundamento da moral das normas e regras; valor é então, uma noção muito mais próxima da razão pura kantiana, pois se pensar-se que é possível definir o que é a “conduta correta”, então se torna muito mais largo o que deve ser posto em consideração. Talvez essa cadeia de reflexões, seja compatível com o fato de que o campo Filosofia dos valores se constitui, para Japiassu e Marcondes, como uma das derivações do Kantismo (GOERGEN, 2005, p. 986). Esse campo teria sido, de acordo com eles, fundado em Baden por W. Windelband (1863-1915). Meneses e Simões (2009, p. 38), entretanto, afirmam que “Lotze é considerado, *stricto sensu*, o fundador da “filosofia dos valores” por ter introduzido o conceito de “valor”. Numa averiguação mais detalhada, encontra-se que Lotze foi professor de Windelband. (JAPIASSU; MARCONDES, p. 155).

Para Japiassu e Marcondes: A Filosofia dos valores

[...] estima que o conhecimento tem por origem não as coisas em si, mas a apreensão de uma relação entre as realidades e um ideal que é um absoluto, embora posto como valor. É a relação com esse valor que nos permite apreciar, julgar e conhecer uma realidade, um objeto, um ato, uma ideia e uma palavra. (JAPIASSU; MARCONDES, p. 31)

Valor é, assim, uma idealização que dá forma a um marco que se utiliza para com ele julgar coisas que se constituem como realidades. É relevante aqui ter essa noção, com essa configuração, pois mais adiante, pretende-se expor a manifestação de valor que o profissional bibliotecário tem sobre um instrumento de seu trabalho, isto é, o código de ética. O sentido que tem essa confrontação, filosoficamente, é que se pode chegar a uma consciência do valor de uma coisa “pela análise das nossas atitudes práticas e pela reflexão das mesmas”. (MENESES; SIMÕES, 2009, p. 38)

De outro lado, pensando-se com Japiassu e Marcondes, o marco (valor) utilizado para julgar coisas vai também situar um universo em que há muitas coisas distintas como: objeto, ato, ideia e palavra.

Assim, parte importante da ação humana, embora não de cada indivíduo, é de se esforçar no sentido de distinguir ou hierarquizar valores, na medida em que existe uma progressiva criação e transformação humana e social de circunstâncias que se

manifestam e ocupam lugares distintos na realidade. Pela complexidade disso, há esse esforço de construção de tipologias ou classificações de valor. Desse modo, há a defesa da necessidade de se estabelecer uma correta escala de valores, embora tal ideia de correção sempre leve a estados provisórios ou mesmo improváveis. Uma dessas escalas poderia ter um elenco com a seguinte ordem, considerando o primeiro o mais ancestral: 1 - Valores Religiosos; 2 - Valores Morais; 3 - Valores Estéticos; 4 - Valores Afetivos; 5 - Valores Sociais; 6 - Valores Físicos; 7 - Valores Econômicos. Outra percepção leva em conta que os três primeiros grupos seriam mais universais que os quatro últimos, pois teriam mais relação com o “ser”, ou essência humana, que, com o “ter”, ou o mero consumir. Da mesma forma, supõe-se que ao se falar da falta de valores no mundo atual, se está acentuando que há uma desordem hierárquica, em que os grupos representativos do ter (Valores físicos e valores econômicos) tomaram a precedência na hierarquização, promovendo a inversão da ordem ideal(izada)<sup>3</sup>. Mas para além dessa forma de enxergar, isto é, do valor como escolha ou avaliação, do valor como escalas em que se elencam, agrupam ou tipificam conjuntos de circunstância associadas às ações humanas, Goergen (p. 987) encontra a partir da interpretação de Kant, feita por Rickert, que:

[...] o valor é o dever ser de uma norma (portanto, um *a priori*) que pode não ter realização prática, mas que atribui verdade, bondade e beleza às coisas julgáveis. Nesse sentido, os valores não têm realidade ou ser, mas são o dever ser (*sollen*). Esse ponto de partida kantiano foi explicitado por Heinrich Rickert (1863-1936) que menciona seis domínios de valor: a lógica, a estética, a mística, a ética, a erótica e a filosofia religiosa. A cada um desses domínios corresponde um bem: a ciência, a arte, o uno/todo, a comunidade livre, a comunidade do amor, o mundo divino. Por sua vez, a relação do sujeito com estes objetos se dá por meio de: juízo, intuição, adoração, ação autônoma, unificação, devoção.

É interessante se observar que para esta discussão, esse trecho acima destacado tem o efeito de corroborar a ideia de que, por exemplo, o código de ética de uma profissão, como uma norma, tem o peso de um valor. Uma vez aceito e adotado ele dá

---

<sup>3</sup> Ver em:

[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&sqi=2&ved=0CC8QFjA-A&url=http%3A%2F%2Fwww.mixcoac.upmx.mx%2Ffiles\\_uploads%2F5254\\_las\\_virtudes\\_y\\_los\\_valores\\_\(nota\\_tec\\_14\).doc&ei=dX\\_AUKDOKYSs8QSG74GwBw&usg=AFQjCNHXWIKDIEI0KE7dnHvkBjX3EzEXWA&sig2=ZOzv8wdwjUsuv3UxT2weQ](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&sqi=2&ved=0CC8QFjA-A&url=http%3A%2F%2Fwww.mixcoac.upmx.mx%2Ffiles_uploads%2F5254_las_virtudes_y_los_valores_(nota_tec_14).doc&ei=dX_AUKDOKYSs8QSG74GwBw&usg=AFQjCNHXWIKDIEI0KE7dnHvkBjX3EzEXWA&sig2=ZOzv8wdwjUsuv3UxT2weQ). Acesso em: 04-09-2012.

objetividade ao que foi julgado e escolhido como uma expressão do espírito de verdade de uma prática profissional dentro de dada sociedade.

### 1.7 - Sobre as noções de bom e mau

Quase todos os filósofos, desde os mais antigos aos mais modernos, ao criarem seus sistemas de pensamento ou ao refletirem sobre a conduta humana, dão especial atenção ao estudo dos valores. A partir disso, estabelecem doutrinas morais, pelas quais interpretam e ajuízam uma compreensão de bem e de mal ou de bom e de mau.

Dentre os principais pensadores ocidentais, Nietzsche caminhou em outra direção. Primeiro, porque ele não criou um nítido sistema filosófico. Sua reflexão embora mais ampla e mais densa em vários sentidos, não tinha como propósito seguir os parâmetros adotados pelos filósofos que o precederam. Mesmo nesse aspecto, apesar da ampla discussão que fez sobre o tema, terminou por consolidar algumas ideias, por exemplo, da moralidade como instrumento de formação da ideia de rebanho, de dominação, sendo um grande e intenso questionador da sustentação dos valores, até então consagrados pela religião cristã e enraizados na moral. Com isso, e com certa coerência, se posicionou como imoralista, isto é, em oposição aos princípios de uma moral que acorrenta a autonomia do sujeito, e expôs em vários de seus livros o significado que atribuiu a essa ideia. Para ele, em relação à discussão filosófica, havia muito a ser desmitificado, especialmente quanto ao papel assumido pela religião, de que trata mais acidamente em *o Anticristo* (2012). Pensou ele que havia a necessidade de que essa discussão fosse talhada numa proporção que considerou ainda não atingida até o momento em que sobre ela exerceu sua reflexão. Como expressão da forma de expor a sua ruptura disse, em *Assim falou Zaratustra* (2011):

Valores foi o homem que primeiramente pôs nas coisas, para se conservar – foi o primeiro a criar sentido para as coisas, um sentido humano! [...] Outrora mantinham os povos uma tábua de valores acima de si. O amor que quer dominar e o amor que quer obedecer criaram juntas essas tábuas. (NIETZSCHE, 2011, p. 58)

Nessa sua postura, o autor partia do entendimento de que não poderia fugir da discussão de valor. Na *Genealogia da moral*, Nietzsche (2000, p. 42), postulou claramente que resolver o *problema do valor*, determinar a *hierarquia dos valores* é um dever do filósofo. Em parte isso vinha associado com outra de suas disputas, ou seja, o lugar da ciência e a postura dos cientistas. Nisso, ele indica evidentemente o lugar da

ciência, uma vez que a seu ver a ciência depende de fundamentação que lhe é externa. Por isso, para ele:

[...] a ciência está longe de assentar firmemente sobre si mesma, ela antes requer, em todo sentido, um ideal de valor, um poder criador de valores, a cujo *serviço* ela *possa acreditar* em si mesma – ela mesma jamais cria valores (NIETZSCHE, 2000, p. 131)

Essa ideia não eliminou, como se percebe, a constituição de uma certa ciência do valor, uma psicologia reclamada pelo próprio Nietzsche. No século XX, Robert S. Hartman<sup>4</sup> potencializou uma operação científica nessa direção ao criar uma metodologia para o estudo de valores e fomentar a constituição, hoje gerida por seus seguidores, de um instituto internacional, sediado nos Estados Unidos da América, que tem como principal ação prestar serviços a partir do instrumento *Hartman Value Profile*. Para além desses esforços, o que significa focar a escolha de valores para o bem do ser humano? A tradição constituída pelo discurso filosófico praticamente não deixa dúvidas de que faz parte do elenco de ações humanas a ação do homem realizada no sentido de prever as consequências relativas ao que faz. Da mesma maneira, tenta-se argumentar que o ser humano tem a noção do mal que pode causar, uma vez que dispõe da razão.

É evidente que a história da filosofia mostra a não unanimidade sobre a disposição humana em sempre agir beneficentemente. Hobbes (2009) afirmou em Do Cidadão, mas também em outras obras, que uma certa maldade residiria naturalmente no ser humano e que precisa ser contida para que se evite o máximo possível os ímpetos malévolos dos indivíduos. Rousseau (2011) não concordava com essa ideia, tinha entendimento oposto, pois via que o homem, exceto, talvez, o filósofo, era naturalmente bom e, apenas quando provocado por más circunstâncias agia conforme estas.

Entretanto, muito antes desses filósofos terem assumido tais entendimentos, Aristóteles (1996), em sua reflexão sobre a política, na obra *Ética a Nicômaco*, afirmava uma percepção mais próxima daquela Hobbes viria a perceber séculos depois, isto é:

[...] as pessoas em sua maioria não obedecem naturalmente ao sentimento de honra, mas somente ao de temor, e não se abstêm da prática de más ações por causa da baixeza destas, mas por temer a punição; vivendo segundo o ditame das emoções elas buscam seus próprios prazeres e os meios para chegar a eles, e evitam os sofrimentos contrários, e não têm sequer uma noção do que é nobilitante e verdadeiramente agradável, já que elas nunca experimentaram tais coisas. [...] É difícil, senão

---

<sup>4</sup> Ver em: <http://www.hartmaninstitute.org/RobertSHartman.aspx>. Acesso em: 04-09-2012.

impossível, remover mediante palavras, hábitos há longo tempo incorporados ao caráter dessas pessoas. (ARISTÓTELES, 1996, p. 315-316).

Evidentemente, Aristóteles vivera em uma sociedade não religiosa no sentido afirmado por Nietzsche, enquanto que Hobbes não apenas viveu em uma sociedade cristã, como concebeu os textos intitulados *Do cidadão* e *Leviatã*, inteiramente fundamentados na religião cristã.

Sem o propósito de argumentar em benefício desses pensadores, pode-se considerar outra abordagem sobre a postura humana, construída por Freud (2011), no século XX, numa perspectiva, segundo ele, científica, cultural e antirreligiosa, em seu livro *O mal-estar na cultura*. Nessa obra, Freud repete a mesma ideia apresentada por Aristóteles:

Se o indivíduo perde o amor do outro, do qual depende, também perde proteção contra muitos perigos, e se expõe, sobretudo ao risco de que esse outro prepotente lhe mostre a sua superioridade em forma de punição. [...] Por isso, os adultos normalmente apenas se permitem fazer o mal que lhes promete vantagens quando estão seguros de que a autoridade nada saiba a respeito ou que nada lhes poderá fazer, e o seu único medo é de serem descobertos. (FREUD, 2011, p. 147)

Decerto, então, essas reflexões tornam evidente que a prática das ações que fomentam o humanamente bom não está focada na chamada natureza animal humana, mas na sua natureza cultural e nas ações que os homens escolhem realizar. Assim, pode-se buscar tanto em Aristóteles quanto em Freud e em outros filósofos o sentido com que apontam esse sentimento que parece sustentar a maior parte do discurso valorativo, de que a moral humana está orientada para boa conduta e boas práticas. Em Aristóteles, o bem está na coisa buscada, na ação a ser realizada que é, em última instância, a felicidade e o prazer (ARISTÓTELES, 1996, p. 121). Freud, no livro *O mal-estar da cultura*, não diz de forma diferente, mais de dois mil anos depois:

[...] o que os próprios seres humanos, através de seu comportamento, revelam ser a finalidade e o propósito de suas vidas? [...] o que estabelece a finalidade da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio comanda o funcionamento do aparelho psíquico desde o início [...]. (FREUD, 2011, p. 62)

Em Aristóteles, a geração das condições para serem produzidas as boas ações e para se chegar à felicidade é a ação política que, por evidente, não é executada com a participação direta de todos os homens, de vez que muitos, a contar do que ele próprio

via, são escravos ou equivalentes, portanto, excluídos das deliberações políticas. Em Freud, já em outra sociedade herdeira dos mesmos fundamentos ocidentais, se encontra conforme seus próprios termos vários métodos para que os indivíduos possam evitar o sofrimento de algum modo. Esses métodos, entretanto, exigem a deliberação do próprio indivíduo quanto à sua adoção, e a decisão sobre quais deles empregar nem sempre se dá de forma consciente:

[...] os métodos mais interessantes para evitar o sofrimento são aqueles que procuram influenciar o próprio organismo. Afinal de contas, todo sofrimento é apenas sensação, existe apenas na medida em que o percebemos [...] (p. 65) “O método mais grosseiro [...] é o químico, a intoxicação” (p. 66); “Uma outra técnica de defesa contra o sofrimento serve-se dos deslocamentos libidinais permitidos pelo nosso aparelho psíquico [...]” (p. 68-69) “Há outro procedimento mais enérgico e mais radical que considera que o único inimigo é a realidade, a qual seria a fonte de todo sofrimento e com a qual não se pode conviver, sendo preciso, por isso, cortar todas as relações com ela caso se queira ser feliz em algum sentido. O eremita volta as costas para este mundo, não quer ter nada a ver com ele.” (p. 72) “Um desses procedimentos [...] também aspira à independência em relação ao destino [...] é [...] aquela orientação da vida que toma o amor como centro, que espera toda satisfação do fato de amar e ser amado”. (p. 73-74) “Como última técnica de vida, que ao menos [...] promete satisfações substitutivas, oferece-se [...] a fuga para a doença neurótica, na maioria das vezes já efetuada na juventude” (FREUD, 2011, p. 78).

Ao se olhar e refletir sobre os pensamentos desses autores, fica evidente que grande parte da construção das boas ações perpassa as relações humanas. Está na política (Aristóteles) ou está no amor (Freud). No meio do caminho entre Aristóteles (o filósofo contemporâneo da era Agropecuária) e Freud (um defensor da ciência, já aculturado pela revolução industrial), encontra-se Kant (o filósofo contemporâneo à implantação da revolução industrial) para quem é o processo civilizador, a convivência, a encenação, a aceitação de que todos fazem figuração, que tornará o homem mais voltado para a beneficência:

Feitas as contas, quanto mais os seres humanos se tornam civilizados, tanto maior é o número de atores; eles aparentam simpatia, respeito pelos outros, recato, altruísmo, sem enganar ninguém com isso, porque cada um dos demais está de acordo que não se está sendo exatamente sincero, e também é muito bom que as coisas sejam assim no mundo. Pois, porque os homens representam esse papel, as virtudes, cuja aparência apenas afetam por um longo espaço de tempo, são por fim pouco a pouco realmente despertadas e passam a fazer parte pelo caráter. (KANT, 2006, p. 50)

Num propósito de síntese, tem-se como perceptível que o estado em que se expressa o humanamente bom poderia ser interpretado como produto da cultura, o qual seria obtido por aperfeiçoamento de longo prazo. Tal síntese de certa maneira foi captada por Freud. No conceito de cultura por ele construído, esse pensador da sociedade e do indivíduo destaca um aspecto que corrobora o pensamento tanto de Aristóteles quanto o de Kant:

O último traço de uma cultura que temos de considerar, decerto não o menos importante, é o modo como são regulamentadas as relações dos seres humanos entre si, as relações sociais que dizem respeito ao ser humano na condição de vizinho, de ajudante, de objeto sexual de outro, de membro de uma família, de um Estado. (FREUD, 2011, p. 96)

Ao chegar a mais essa síntese, ele presume, e por isso também reafirma, o papel da política, da arte, da educação, etc. como condições que possibilitam a melhoria das relações dos seres humanos vivendo em família e em sociedade. Assim, os valores que podem conduzir ao *bem* ou ao *mal*, serão tão melhor definidos e empregados quanto maior for a referência de bem estar humano conscientemente desejada.

### **1.8 - Dos valores pessoais e profissionais**

A discussão até aqui realizada parece apontar para a ideia de que o conceito de valor está diretamente relacionado a uma capacidade que os indivíduos dotados de razão e sensação possuem para julgar e tomar decisão sobre a direção que percebem como a mais benéfica para si, segundo os critérios que emprega para alcançar o resultado buscado, isto é, para atingir o seu intento.

Se, em dada situação, o indivíduo estabelece um objetivo, há meios que são mais valiosos para alcançar esses objetivos e meios secundários ou menos valiosos, mas que ao serem empregados portam a noção de valor, pois representam um estado de escolha.

Imaginando-se que o objetivo (intenção) mais valioso de todos os humanos que vivem em sociedade seja um bom viver, ou um viver humanamente bom, obter e dispor dos meios que ofereçam esse bom viver seria a condição necessária para que o intento fosse alcançado.

Se for aceita a maior parte do conhecimento filosófico, social e psicológico existente, há que se admitir que é o trabalho a única fonte geradora dos meios que oferecem o bom viver. Pelo trabalho o indivíduo, direta ou indiretamente, obtém de sua



mente e de seu entorno material os meios que lhe auferem o bom viver. Essa realidade material, no entanto, é muito ampla e, nitidamente, incorpora o estado do aproveitar-se bem a vida que a cada instante é possível ter e continuar a buscar e obter os meios necessários ao bom viver pleno. Então, o bom viver é um estado mental cujo cume depende da obtenção dos meios adequados. Desse modo, o bom viver está ligado com o bem viver, isto é, saber como e a partir desse saber obter os meios para o bom viver. Nessa perspectiva, o bem viver tem relação com o domínio dos saberes que podem ser transformados em bens materiais. Vive bem quem tem uma renda – material ou não – que se constitua em meio eficiente e suficiente para prover a todos os seus desejos básicos e demandas complementares capazes de dar dignidade à vida.

Nesse sentido, ao desempenhar-se na maioria das atividades profissionais atuais o indivíduo poderá viver bem e ter o bom viver, a depender do que cada um defina como o limite para o alcance de seus desejos, de modo a tornar compatíveis as fontes do bem viver e as ações que podem ser realizadas em torno do bom viver.

Se a questão da qual se está partindo nessa reflexão requer uma apreciação sobre uma paridade entre valores pessoais e profissionais, talvez se deva afirmar desde logo que eles são distintos. Valores pessoais teriam maior relação com o bom viver e valores profissionais com o bem viver. Valores profissionais são meios para que se possa aspirar alcançar valores pessoais.

No tópico 1.7, há a exposição de concepções que podem atender a esses dois aspectos de exploração do tema. Vê-se que há ações de cunho mais filosófico, integradas a sistemas de pensamento ou configuradas como Filosofia moral, que dão uma atenção mais dirigida ao bom viver, ainda que algumas apontem para a busca de respostas novas a partir de uma compreensão psicológica; isto está em Aristóteles e Nietzsche, por exemplo. As demais buscam entender uma psicogenicidade humana, trabalham no sentido de fundamentar, identificar e construir tábuas ou escalas de valores, classificando-os ou confrontando valores pessoais e institucionais, que remete aos esforços de Hartman. Pode-se ver, um pouco mais à frente, que há uma literatura na qual se encontram revisões genéricas com discussão teórica ou de fundamentação filosófica; estudos voltados à definição de tipologias ou escalas; e um tanto de estudos que confrontam perspectivas pessoais, profissionais e institucionais.

Algumas linhas de estudos mais recentes, dos quais apenas se exemplifica neste relatório, foram constituídas no século XX, no Ocidente, e avançam em paralelo ao

desenvolvimento da fase mais avançada da industrialização e da pós-industrialização que se desenrola nos quatro últimos séculos a partir da Europa. Em geral, esses estudos associam investigações que relacionam educação, profissão e mundo do trabalho, a partir da percepção de estudantes, educadores e profissionais que se põem na busca da formulação de instrumentos que melhor possam contribuir para o aperfeiçoamento de sistemas de produção e gestão de recursos humanos.

Assim, percebe-se serem estudos que se alinham à abordagem do viver bem, isto é, visam compreender e explicar os mecanismos psicológicos pelos quais os ambientes de trabalho possam ser mais adequados a uma melhor organização dos sistemas de orientação econômica.

Um breve exame de alguns desses trabalhos pode produzir uma noção do alcance desse esforço intelectual.

Sobre conceito de valor, foram tomados três textos publicados em anos recentes. **No primeiro texto**, Goergen (2005) discute a questão dos valores no mundo contemporâneo, os vários matizes que a ideia transporta, expondo uma definição do conceito de valor. Para ele, esse conceito tem uma dimensão ampla também no sentido histórico:

Num trabalho de natureza filosófica sobre valores é conveniente, antes de tudo, esclarecer, pelo menos em termos gerais, o sentido do conceito de valor, apontando também algumas das dificuldades que lhe são inerentes. [...] podemos adiantar que não há um só, mas muitos sentidos para o termo valor como [...] enunciados por André Lalande (1999) no seu *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*.

a) característica das coisas que consiste em serem elas mais ou menos estimadas ou desejadas por um sujeito ou, mais comumente, por um grupo de sujeitos determinados. Este é um significado subjetivo.

b) Característica das coisas que consiste em merecerem elas maior ou menor estima. Este é um significado objetivo.

c) Característica das coisas que consiste em elas satisfazerem um certo fim. Trata-se do caráter objetivo/hipotético.

d) Característica de coisas que consiste no fato de, em determinado grupo social e em determinado momento, serem trocadas por uma quantidade determinada de uma mercadoria tomada como unidade.

e) Preço que se estima do ponto de vista normativo deva ser pago por um determinado objeto ou serviço (justo valor).

f) A significação não só literal, mas efetiva e implícita que possuem uma palavra ou expressão (Lalande, 1999, verbete 'valores').

Para se ter uma noção do desenvolvimento histórico da concepção de valor e de seus diferentes significados é útil recorrer também ao *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano (1970). Desde a Antiguidade, o termo foi usado para designar a utilidade ou o preço de

bens materiais ou o mérito de pessoas. Este significado não tem valor filosófico porque não gerou problemas filosóficos. O uso filosófico só começa quando o seu significado é generalizado para qualquer objeto de preferência ou de escolha. Isto aconteceu pela primeira vez com os estóicos, os quais introduziram o termo no domínio da ética e chamaram valor os objetos de escolhas morais. Os estóicos entendem o bem como algo subjetivo, como um objeto de escolha particular (preferência). Distinguiam entre valores obrigatórios e valores preferenciais que foram mais tarde designados como valores intrínsecos ou finais e valores extrínsecos ou instrumentais (cf. Abbagnano, 1970, verbete ‘valor’). (GOERGEN, 2005, p. 986)

**No segundo texto**, Meneses e Simões (2009, p. 38-40) apontam para um exame que tem como principal referência Max Scheler. Num recorte que se pode por em destaque, os autores buscam ao menos duas perspectivas de apreciação para a noção de valor: a psicológica e a filosófica. Dizem que:

Segundo a Psicologia e em linguagem vulgar, o “valor” significa o resultado de uma avaliação (*Geltung*). Porém, na linguagem filosófica, *Wert* refere-se, fenomenologicamente, como princípio da avaliação. Os modernos axiologistas confundem estas duas acepções, pretendendo falar do “valor ontológico”, ao atribuir-lhe características psicológicas. Segundo este domínio, o valor aparece como relativo, variando com as pessoas e com as circunstâncias. Em sentido ontológico, não parece haver uma tal relatividade, dado que o valor intrínseco da coisa mantém-se inalterável. Apesar do mesmo objecto ser avaliado de modo diferente, nem por isso, deixa de ser aquilo que é, e a coisa em si, vale porque é, - daqui que a sua hierarquia axiológica corresponder ao seu grau na escala dos seres. (MENESES; SIMÕES, 2009, p. 38-40)

Para ordenar sua discussão, os autores fixam uma estratégia de abordagem:

Assim, seguiremos as ideias gerais da “filosofia dos valores”, que se poderão apontar nos pontos seguintes: que características possuem os valores, considerados em si mesmos; como se apreendem os valores e como se fundamentam. Serão estas as questões axiológicas que consideramos ao longo deste estudo. Segundo a perspectiva filosófica, pela análise das nossas atitudes práticas e pela reflexão das mesmas, conseguimos atingir a consciência do Valor. Os valores são, no aspecto formal, positivos e negativos, pessoais e reais (de coisas), autónomos e dependentes. Pelo aspecto material, são sensíveis (hedónicos, vitais e utilitários) e espirituais (lógicos, éticos, estéticos e religiosos). Do mesmo modo, em M. Scheler, os critérios para a “hierarquização dos valores” são a maior duração, a menor divisibilidade, o facto de servirem de fundamento a outros pela maior proximidade da sensibilidade espiritual. Os mais altos de todos são os religiosos, os do *heilig* (santo). Para Kant, a revolução crítica estabelece o privilégio ontológico da razão prática. O valor, na perspectiva do deontologismo kantiano, é deslocado do

“cosmos” para o domínio da consciência moral –*Bewusstsein*–, porque a –*Guter Wille*– pode, sem restrições, ser julgada boa e ser o fundamento da obrigação moral (*Verbindlichkeit*). Não obstante, a metafísica moral de Kant estabelece que a realidade é dominada pelos valores da consciência moral, acabando por coincidir o *ser* e o *bem*, na orientação de Hessen. O idealismo transcendental kantiano acentua a tendência para considerar o valor como um princípio supremo da vida prática. Lotze é considerado, *stricto sensu*, o fundador da “filosofia dos valores” por ter introduzido o conceito de “valor”. Na sua obra *Mikrokosmos*, distingue entre conexões causais, de sem tido e de fim e estuda a relação do homem para estes três círculos, considerando a relação do homem a Deus, como uma “ética”, tal como em Kant. Assim, distingue rigorosamente o ser das coisas do valor. Todavia, tal como Kant, está convencido de que ser e valor acabam por ter uma raiz comum. Objectivamente, o Valor é aquilo que fundamenta uma avaliação determinante de que um querer certo pela bondade transforma o essente num bem: *bonum*. (MENESES; SIMÕES, 2009, p. 38-40)

Essa extensa citação, aponta diferentes dimensões do que os filósofos têm tomado por valor e arremata com a noção Kantiana de que valor é o fundamento de uma dada avaliação dirigida a um propósito, que é o de chegar a um bem.

**O terceiro texto** é menos acadêmico, pois se trata de uma entrevista com Victoria Camps, pesquisadora em filosofia da educação, realizada por Pérez Bernal (2010). Ao ser perguntada sobre o que para ela “es la Filosofía de los valores y la Ética”, Camps responde com o seguinte pensamento:

La Ética es un intento de organizar las vidas de las personas y de la sociedad, desde ellas mismas por supuesto, para mejorar la convivencia en general. Por lo tanto, es una disciplina de carácter prescriptivo, es decir, no se plantea qué es lo que ocurre, sino qué debería ocurrir. El objetivo de la Ética no es el ser, sino el deber ser, qué debe ser.

Respecto a los valores, hemos empezado a hablar de ellos como si el concepto de valores englobara todo lo que la Ética tiene que hacer. Personalmente pienso que la Ética debe tratar de deberes más que de valores. Em mi trabajo he desarrollado sobre todo lo que se llama la *ética de las virtudes*, que es una de las concepciones de la Ética más vinculada a la formación de la persona, a la educación, a la formación de una personalidad moral que tiene mucho de autodominio, y ahí es donde yo creo que destaca esa idea de deber moral: la persona, aunque vive en un mundo muy individualista y muy hedonista, no puede ser absolutamente independiente de lo que ocurre a su alrededor, antes bien, tiene que procurar convivir y tiene que desarrollar esa dimensión que la obliga a una serie de cosas y pensar un poco en el interés común. Para mí la Ética se centra en eso.

Hoy hablamos mucho de valores porque pensamos, bueno, que los valores más operativos son los económicos, pero tiene que haber otros, que son los que de algún modo definen lo que es la ética: la justicia, la

igualdad, la solidaridad, la tolerancia, etcétera. Creo que debemos verlos en la medida en que obligan a la persona a comportarse de una forma determinada. (PÉREZ BERNAL, 2010, p. 115]

Sobre tipologias e escala de valores trabalhou-se com quatro textos publicados a partir de 2003.

**No primeiro texto**, Porto e Tamayo (2003) relatam estudo realizado com o propósito de desenvolver e validar uma Escala de Valores relativos ao Trabalho (EVT). Para isso, arrolaram instrumentos anteriormente empregados em entrevistas a trabalhadores. Prepararam um instrumento e preliminarmente o submeteram à análise de juízes e à validação semântica. Cumprida esta etapa, o instrumento foi respondido por 394 pessoas. Ao final destacaram-se quatro fatores: Realização no trabalho, Relações sociais, Prestígio e Estabilidade. Conforme os autores, (p. 146)

Assim como os valores gerais, os valores relativos ao trabalho podem ser classificados em pessoais, sociais e culturais. Os valores pessoais relativos ao trabalho são os princípios que guiam a vida no trabalho do indivíduo, enquanto que os valores sociais relativos ao trabalho se referem à percepção do indivíduo sobre os princípios defendidos pelas outras pessoas. Já os valores culturais relativos ao trabalho são os princípios endossados e promovidos por um grupo que podem ser definidos como os valores compartilhados dos membros do grupo ou aqueles definidos por líderes ou pessoas significativas. A escala desenvolvida nesta pesquisa refere-se aos valores pessoais relativos ao trabalho.

**No segundo texto**, Gouveia (2003) ao discutir sobre as tipologias de valores, apresenta um quadro histórico, e postula uma nova tipologia. Segundo ele:

As tipologias dos valores são tão antigas como o esforço inicial em conhecer estes princípios de orientação (Pepper, 1954; Spates, 1983). Recentemente, várias destas tipologias têm sido propostas (Braithwaite & Law, 1985; Chinese Culture Connection, 1987; Inglehart, 1990; Levy, 1990; Rokeach, 1973; Schwartz & Bilsky, 1987, 1990), mas alguns dos seus problemas fundamentais estão ainda sem uma completa solução.

Uma vez que os valores são usualmente definidos com referência a outros construtos, que têm significados próprios e bem definidos, é difícil reconhecer sua própria legitimidade [...]. Por exemplo, os valores têm sido considerados como tipos específicos de necessidades (Maslow, 1954), atitudes (Levy, 1990) e crenças (Rokeach, 1973), ou como uma combinação de crenças e concepções desejáveis (Schwartz & Bilsky, 1987), metas, necessidades e preferências (Dose, 1997). [...] os valores não são relacionados a objetos específicos; eles perpassam situações, idéias ou instituições, e o número total destes é menor do que o das atitudes (Dose, 1997; Rokeach, 1973). É mais parcimonioso tratar com os

valores como socialmente desejáveis (Kluckhohn, 1951), que servem de guia para os comportamentos das pessoas, reconhecendo que não são qualidades inerentes aos objetos.

Em geral, a maioria dos instrumentos elaborados para medir os valores não tem uma teoria específica subjacente que permita identificar sua origem (Braithwaite & Scott, 1991). Uma exceção é a tipologia de Inglehart (1990), que apesar de basear-se na teoria das necessidades de Maslow, limitou-se apenas a uma dimensão cultural bipolar: materialismo e pós-materialismo.” (GOUVEIA, 200, p. 432]

**No terceiro texto**, Bilsky (2009) constrói uma discussão teórica em torno da noção de estrutura de valores, destacando o problema de sua estabilidade para além de instrumentos, teorias, idade e culturas. Sua fundamentação é dada a partir de uma análise extensiva da literatura e seu propósito neste artigo é demonstrar que a teoria de Schwartz sobre o conteúdo e a estrutura de valores pode desempenhar a função de uma abordagem teoricamente sólida e empiricamente comprovada capaz de servir de ponto de referência para comparar e integrar os resultados de pesquisa. Com esse objetivo esse assegura que:

A investigação científica de valores tem uma tradição quase centenária (URBAN, 1907). Depois de uma discussão inicial essencialmente filosófica (MÜNSTERBERG, 1908, 1909), a pesquisa científica de valores recebeu importantes impulsos [...] de Allport e Vernon (1931). Esses autores desenvolveram um instrumento para medir preferências individuais em relação a 6 tipos de valores, deduzidos dos “tipos básicos ideais” da individualidade definidos por Spranger (1925). [...] Spranger diferencia nesse contexto entre o homem teórico, econômico, estético, social, religioso e o homem de poder. A partir dessa, surgiram, então, outras abordagens que possibilitaram medir empiricamente os valores individuais.

[...] por exemplo, a de Morris (1956). Ele desenvolveu, no início, sete “Caminhos da vida”, tendo como base três componentes considerados básicos: budista, dionisíaco e prometeico. Esses se operacionalizaram por meio de descrições concisas, contendo cada uma cerca de cem palavras. [...] Morris ampliou-a, definindo seis caminhos suplementares. [...] No terceiro terço do século XX, assinalou-se um crescimento de estudos empíricos não só na psicologia, mas também em outras disciplinas como a sociologia e a economia política (cf. KLAGES; KMIĘCIAK, 1979). [...] Nesse contexto, necessita-se mencionar o trabalho de Rokeach (1973) que desenvolveu [...] um instrumento universal e econômico que compreende duas listas de 18 valores cada – instrumentais e terminais. [...] Diferentemente de Allport e Vernon (1931) e Morris (1956), Rokeach (1973) não partiu de uma abordagem teórica na construção de seu instrumento, mas de um conjunto de suposições plausíveis, mais ou menos independentes. [...] Devem-se mencionar nesse contexto, por exemplo, Norman Feather, Geert Hofstede, Ronald Inglehart e Shalom

Schwartz (cf. BRAITHWAITE; SCOTT, 1991; SELIGMAN; OLSON; ZANNA, 1996; ROHAN, 2000; HITLIN; PILIAVIN, 2004). Cada um deles influenciou individualmente e com vigor a pesquisa de valores. Com vistas à estrutura de valores, [...] a teoria de Schwartz parece especialmente interessante. (BILSKY, 2009, p. 13)

O autor apresenta o Quadro 1, intitulado Valores humanos – tipos motivacionais de Schwartz (1992) e nele arrola e conceitua os dez tipos motivacionais de valores a seguir:

**1 - Poder** - *status* social sobre as pessoas e recursos; **2 - Realização** - sucesso pessoal mediante a demonstração de competência segundo critérios sociais; **3 - Hedonismo** - prazer e senso de gratificação para consigo; **4 - Estimulação** - entusiasmo, novidade e desafio na vida; **5 - Autodeterminação** - pensamento independente e escolha da ação, criatividade e exploração; **6 - Universalismo** - compreensão, apreciação, tolerância e proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza; **7 - Benevolência** - preservação e intensificação do bem-estar das pessoas com quem mantêm contatos pessoais frequentes; **8 - Tradição** - respeito aos costumes e ideias providos pela cultura tradicional e pela religião, comprometimento com eles e sua aceitação; **9 - Conformidade** - restrição das ações, inclinações e impulsos que podem perturbar e ferir os outros ou violar as expectativas e normas sociais; **10 - Segurança** - segurança, harmonia e estabilidade, da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo.

No quarto texto, Letichevsky (2011) faz um estudo crítico de um livro do filósofo argentino Risieri Frondizi, publicado pela primeira vez em 1958, pela editora “Fondo de Cultura Económica”. Para esse estudo, que atualiza certos aspectos da discussão original, Letichevsky recorta alguns trechos que lhe oferecem material para uma hermenêutica do texto. Num desses recortes ressalta:

*La escala de valores* no es idéntica para todas las personas, pueblos y épocas, pero, en forma aproximada es así: Gustos, Emoción artística, Valores morales, Valores religiosos. Los sabores de una buena comida implican valores, pero de una categoría inferior. Los valores morales son muy elevados, y los religiosos son los superiores para los religiosos. No lo son para los no religiosos, pero toda persona civilizada respeta a las religiones y a sus creyentes. (LETICHEVSKY, 2011, site)

De certa maneira na reflexão acima há a evidência de uma relativização dos valores em si, decorrente da coisa que está em foco como objeto de referência e diante de corpos específicos de conhecimento ou práticas pessoais. Evidentemente, isso leva a

supor que os valores não são exteriores aos indivíduos, mas ao serem expressos projetam ou representam o que neles há como um fundo de tradições e cultura, constituído pela participação deles em dado grupo, situado em dado lugar e tempo e diversamente interiorizadas, no plano individual.

Sobre valores de vida em certas categorias de indivíduos, foram examinados quatro textos.

**O primeiro texto**, de Limeira (2004), trata-se de uma dissertação de mestrado defendida no Brasil. Nela, a autora expõe o estudo realizado em torno da percepção de alinhamento de valores pessoais e organizacionais por parte de funcionários de empresa de médio porte. De acordo com a autora:

A coleta de dados consistiu na aplicação de um questionário estruturado, observação participante e análise documental, juntos com um diagnóstico da empresa quanto ao seu alinhamento de valores pessoais e organizacionais. Os resultados obtidos demonstraram a distribuição de todos os valores encontrados bem como, os considerados mais importantes, e os positivos e limitadores, para todo o grupo e para os grupos de executivos e de demais colaboradores, separadamente. As conclusões apontaram para a pouca existência de alinhamento entre os valores pessoais e organizacionais na empresa estudada [...] (LIMEIRA, 2004, *passim*).

**O segundo texto expõe** um estudo que Malinowska (2007) realizou envolvendo professores de educação fundamental de certa localidade do México. Através desse estudo a autora buscou detectar os valores profissionais dos docentes e o valor que eles atribuem à docência. Participaram 150 docentes (91 homens e 59 mulheres) do ensino pré-escolar, primário e secundário. Foram utilizados: um instrumento com sete perguntas abertas e cinco com escala. Os docentes tinham idade entre 23 a 59 anos. Alguns contavam com experiência que ia de poucos meses até três décadas de atuação. A questão da percepção da profissão, considerando os valores e o reconhecimento social foi o foco principal. Para responder à pergunta aberta sobre princípios éticos e valores mais importantes, cada um apresentou uma lista. Isso resultou no seguinte rol de valores fundamentais *para todos os docentes*: 1 - responsabilidade associada ao compromisso; 2 - dedicação e cumprimento; 3 - respeito; 4 - igualdade e equidade; 5 - honestidade; 6 - tolerância; 7 - paciência; 8 - prudência. *Os docentes do primário* destacaram: justiça e os *professores do secundário* destacaram: solidariedade; companheirismo; disciplina; lealdade; e capacitação continua.

**O terceiro texto**, de Angelucci et al (2008), expõe um estudo realizado com o



propósito de “caracterizar a La población estudiantil de la Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, en cuanto a su jerarquía de valores”.

Se utilizó un instrumento contentivo de 55 aspectos, los cuales eran calificados según su valoración. Se eligió una muestra por cuotas de escuela y año de promoción de 3.384 estudiantes, con una edad promedio de 21 años. Del 63% pertenece al sexo femenino; 83% de los estudiantes viven en Caracas; 92% estudiaron en colegios privados; 70% egresaron de colegios religiosos; 93% son miembros de la religión católica; 19% estudiantes de Administración; 4% de Psicología; 11% de Comunicación Social; 11% de Derecho; 4% de Economía; 9% de Ciencias Sociales; 27% de Ingeniería; 12% de Educación y 3% de Letras. La distribución, de acuerdo al año de estudio, fue: 36% de primer año, 19% segundo año, 16% tercer año, 15% cuarto año y 14% de quinto año. Los resultados indicaron que los principales valores son la familia, felicidad, respeto, salud y honestidad, mientras que los cinco valores de poca importancia son apariencia, ambición, rebeldía, cobardía y pereza. Como conclusión, la investigación ofrece una jerarquía actual de valores en esta muestra de jóvenes universitarios, consona con la encontrada en investigaciones previas, donde son considerados los valores clásicos como los más importantes. El instrumento definitivo constó de la identificación de características sociodemográficas como: edad, sexo, carrera, año de carrera, procedencia (interior- Caracas), colegio de procedencia (privado u oficial; religioso o no religioso), religión a la que pertenece y zona donde vive, además de la escala contentiva de 55 valores. La lista construida contiene diferentes aspectos a los cuales las personas asignan un grado de importancia en función de su experiencia previa y de la conceptualización de cada uno de ellos. (ANGELUCCI et al., 2008, *passim*)

**No cuarto texto**, Almeida e Tavares (2009) apresentam estudo feito em Lisboa e cidades do interior de Portugal em torno dos valores de vida de estudantes universitários de cursos tecnológicos e de humanidades. O propósito do estudo foi de caracterizar o sistema de valores de um grupo de estudantes universitários e fazer o estudo das diferenças entre grupos com base nas variáveis: área de formação, gênero, localização geográfica e tipo de ensino (público vs. privado). Para o desenvolvimento do estudo foram envolvidos 271 estudantes universitários em uma amostra. Ao final, detectaram-se diferenças significativas entre grupos ao nível dos valores, para todas as variáveis exceto localização geográfica. A análise fatorial aplicada levou à identificação de 11 fatores que explicam 63% da variância total. Para operacionalizar a variável valores foi utilizado o Inventário dos Valores de Vida e os valores que se destacaram pela ordem de escolha foram: Espiritualidade; Preocupação com o Ambiente; Preocupação com os Outros; Saúde e Atividade Física; Criatividade; Prosperidade Econômica; Lealdade à

Família e ao Grupo; Responsabilidade; Privacidade; Análise Objetiva; Realização; Pertença; Independência e Humildade.

Sobre temas de valores profissionais a estudar foi utilizado um texto, de Hirsch (2006). O propósito da autora foi de verificar o estado da discussão sobre valores profissionais no México, particularizando para o segmento educação e considerando a produção escrita desde o ano de 2001. Para sua realização foram empregados

[...] seis tipos de recursos: dos libros colectivos de los que se tomaron los capítulos relacionados con valores profesionales; un estado del conocimiento del Consejo Mexicano de Investigación Educativa, dedicado a la investigación en este campo; algunos artículos de un número monográfico sobre ética profesional en la revista *Reencuentro*; un libro colectivo sobre valores y desarrollo moral en la educación, y reportes de investigación sobre ética profesional y tesis de posgrado, que no están incluidos en los cinco rubros anteriores. (HIRSCH, 2006, p. 1)

Após a análise realizada, a autora conclui que:

A pesar de que aún hay pocas investigaciones sobre valores profesionales en México, es fácil observar que ha habido un incremento significativo, principalmente a partir de la década de los años noventa del Siglo XX y con cierto auge en estos últimos años.

[...] Son más las cuestiones concordantes en los estudios (por ejemplo el problema del bajo compromiso social de los estudiantes y egresados y las dificultades para construir una sólida identidad profesional por parte de estudiantes y profesores) que las contradicciones y diferencias que se pueden encontrar en las investigaciones realizadas. [...]

Este campo, posee una enorme diversidad temática. Los temas que sobresalen son:

a) *Ética profesional*, en todas las áreas del conocimiento en general y en disciplinas específicas, por ejemplo: psicología, ingeniería, comunicación y periodismo, odontología y enfermería. [...]

b) *Valores científicos y profesionales*.

c) *Valores de género*, en general de una unidad académica universitaria como es el caso de la situación laboral de las profesoras de la Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Campus Oriente o de las docentes del estado de Guanajuato en su problemática de salud, y específicamente en profesiones, tales como Agronomía y Enfermería.

d) *Socialización profesional*, se trabaja con todas las carreras de una universidad o en una específica, como Sociología en la UNAM.

e) *Creencias de los profesores*, es una línea de investigación en marcha en el Centro de Investigaciones y Servicios Educativos de la Universidad Autónoma de Sinaloa (CISE-UAS).

f) *Valores del profesorado universitario respecto al conocimiento*, es una línea de investigación que ha impulsado el CISE-UAS, junto con las dos anteriores, en varias tesis de su Doctorado en Educación.

g) *Identidad de los estudiantes*, como es el caso de los magníficos

trabajos de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Nuevo León y de la Universidad de Guanajuato.

h) *Identidad de los profesores*, como la tesis acerca de los profesores que se desarrolló en la Universidad Simón Bolívar. (HIRSCH, 2006, p. 15)

Sobre a educação em valores, foi tratado um texto de Benitez Zavala (2009). Nele se aborda a temática relativa à educação em valores no ensino superior do México. O texto traz uma revisão de literatura que tem:

A finalidade de apresentar a situação atual relativa à educação em valores no ensino superior, tendo como critérios: trabalhos produzidos/publicados com no máximo cinco anos; temática específica em educação em valores; trabalhos com abordagem empírica e realizados no âmbito da educação superior no México. Inclui: a) investigações que questionam a respeito do nível de desenvolvimento do juízo moral dos universitários; b) trabalhos que indagam sobre as preferências valorativas dos universitários; c) Estudos referentes à ética profissional; d) relatos sobre os esforços por estabelecer projetos de educação moral; e) trabalhos teóricos tratando da educação em valores ou que analisem as políticas educativas e o papel do estado quanto à educação moral. (BENITEZ ZAVALA, 2009, p. 117)

Nas conclusões a que chega, após elencar dez aspectos que ressalta, o autor afirma: *A julgar pelos resultados que as pesquisas mostram e levando em conta o objetivo deste trabalho, a escola de nível superior no México há contribuído pouco no desenvolvimento moral de seus estudantes.* (BENITEZ ZAVALA, 2009, p. 124)

Para contemplar uma síntese dessa discussão, pode-se localizar uma tematização que contempla uma vertente teórica e outra mais empírica, que caminha de estudos sobre documentos e sobre populações de estudantes, de professores e de trabalhadores em empresas, até a testagem para validação de instrumentos e averiguação de teorias ou métodos.

O material disponível foi reunido em cinco grupos, com o propósito de facilitar a compreensão do tema. Os grupos foram: 1 - conceito de valor; 2 - tipologias e escala de valores; 3 - valores de vida em certas categorias de indivíduos; 4 – temas de valores profissionais a estudar, e 5 - educação em valores.

**No Grupo 1 - conceito de valor** pode-se perceber que hoje se fala muito de valores porque os mais visíveis são os valores econômicos, contudo há também outros que são mais consonantes com a ética, como justiça, igualdade, solidariedade, tolerância. Esses valores, derivados da ética das virtudes, importam muito, pois são eles que obrigam a

pessoa a ter um determinado tipo de comportamento. De certa forma, a sociedade atual repete a sociedade grega antiga que destinava o termo valor para quaisquer coisas submetidas à escolha ou preferência, tendo ampliado o uso do termo quando os filósofos estóicos o adotaram para designar também os objetos de escolha moral, incorporando-o à terminologia filosófica com o significado de princípio da avaliação. Com a evolução dos sistemas filosóficos ao longo dos últimos vinte séculos a noção de valor vem se desdobrando em distintas tipologias, vem sofrendo classificações de modo que valores podem ser tratados **quanto ao aspecto formal, como positivos e negativos, pessoais e reais (de coisas), autônomos e dependentes. Quanto ao aspecto material, como sensíveis (hedônicos, vitais e utilitários) e espirituais (lógicos, éticos, estéticos e religiosos)**. Também a eles foram aplicados critérios para sua “hierarquização” como a maior duração, a menor divisibilidade, o fato de servirem de fundamento a outros pela maior proximidade da sensibilidade espiritual, sendo os mais altos de todos os religiosos.

**No Grupo 2 - tipologias e escala de valores** tem sido um campo muito aberto. Sob uma perspectiva ainda filosófica é preciso se levar em conta que tais instrumentos não poderão ser absolutamente padronizados pela impossibilidade de poder atender identicamente a todas as pessoas, povos e épocas, pois tratam de: gostos, emoção artística, valoração moral, valoração religiosa. Mesmo os sabores de uma boa comida implicam valores, embora de uma categoria baixa. Os valores morais são muito altos, os religiosos são os superiores para os religiosos, mas não para os não religiosos, embora toda pessoa civilizada respeite as religiões e a seus seguidores. Nesse campo relativo à construção de escalas predomina a atuação de psicólogos. O campo adquiriu uma dinâmica relevante por todo o século XX, mas seus autores não convergem necessariamente em suas tipificações. O resultado de seu esforço tem sido dirigido para o ambiente geral, mas boa parte da sua atividade dirige-se ao mundo do trabalho.

Pode-se ver que as tipologias se fundamentam em aspectos relevantes da vida, referenciando-se em: tipos específicos de necessidades humanas; atitudes e crenças, ou como uma combinação de crenças e concepções desejáveis, ou metas, necessidades e preferências. De uma perspectiva humana, pode-se observar que algumas classificações tendem a considerar os tipos de motivação que afetam os indivíduos, como: o poder; a realização; o Hedonismo; a Estimulação; a Autodeterminação; o Universalismo; a Benevolência; a Tradição; a Conformidade e a Segurança. No que toca a valores

relativos ao trabalho eles podem ser classificados em **pessoais, sociais e culturais**. Os valores pessoais são os princípios que guiam a vida do indivíduo no trabalho; os valores sociais se referem à percepção do indivíduo sobre os princípios defendidos pelas outras pessoas e os valores culturais são os princípios endossados e promovidos por um grupo que podem ser definidos como os valores compartilhados.

**O Grupo 3 - valores de vida em certas categorias de indivíduos** é uma categoria ampla e, por isso, menos uniforme que as anteriores. O propósito de sua formulação foi reunir elementos de alguns dos textos localizados. Os textos dizem respeito à categoria trabalhadora e inclui funcionários de distintos níveis de uma empresa industrial brasileira de médio porte e de professores da educação fundamental no México e diz respeito à categoria estudante universitário na Venezuela e em Portugal. No caso inicial da primeira categoria a tentativa do estudo de ver a existência de alinhamento entre os valores pessoais e organizacionais na empresa estudada conclui que essa não ocorre. Evidentemente trata de circunstâncias muito distintas e de convergência improvável. No segundo caso da categoria docente cada participante expôs uma lista arrolando os valores que considerava mais importantes em relação ao seu envolvimento. Os valores fundamentais destacados por *todos os docentes foram*: responsabilidade associada ao compromisso; dedicação e cumprimento; respeito; igualdade e equidade; honestidade; tolerância; paciência; prudência. *Os docentes do primário* destacaram: justiça e os *professores do secundário* destacaram: solidariedade; companheirismo; disciplina; lealdade e capacitação contínua. No caso dos estudantes universitários venezuelanos os resultados indicaram que os principais valores são: família, felicidade, respeito, saúde e honestidade. No caso dos estudantes portugueses foram detectadas diferenças significativas entre grupos ao nível dos valores, destacando-se: Espiritualidade; Preocupação com o Ambiente; Preocupação com os Outros; Saúde e Atividade Física; Criatividade; Prosperidade Econômica; Lealdade à Família e ao Grupo; Responsabilidade; Privacidade; Análise Objetiva; Realização; Pertença; Independência e Humildade.

**O Grupo 4 – temas de valores profissionais a estudar** ainda se apresenta com restrita literatura em termos de quantidade. Entretanto, é um tema com grande potencial. Mesmo limitado apenas ao ambiente universitário, como se fez neste relatório, ele permite a percepção de que há um elenco de questões vasto o qual tematicamente pode constituir um programa de pesquisa inesgotável, composto por

assuntos como: a) Ética profissional; b) Valores científicos e profissionais; c) Valores de gênero; d) Socialização profissional; e) Crenças dos professores; f) Valores do professorado universitário a respeito do conhecimento; g) Identidade dos Estudantes; e h) Identidade dos professores.

**No Grupo 5 - educação em valores**, a partir do texto analisado, parece que há uma evidência de pouquíssimo esforço em relação a esse objeto. Mesmo assim, pode-se destacar a partir do que se viu nos quatro grupos anteriores que o investimento na educação em valores requer outros esforços como, por exemplo, abordar o valor como um conceito plural, com larga história, e igualmente submetido a critérios de valoração; considerar as diversas tipologias e escalas de valores como a expressão de parte de um esforço intelectual multicausado e multidisciplinar orientado, sobretudo, para a produção de respostas aos mercados profissionais, de forma mais ampla que simplesmente aos aspectos mais relevantes de sustentar a melhor formulação das várias concepções de Filosofia moral; abordar os valores de vida em certas categorias de indivíduos como circunstâncias da existência humana pessoal e coletiva, que extrapola localidade e temporalidade; e levantar temas de valores profissionais para a utilização em atividades de escrutínio contínuo de modo a tornar evidente sua mutação e adaptação ao movimento das sociedades.

Se a percepção sobre valores pessoais e profissionais tem a ampla dimensão resgatada neste tópico, ela por si só, como um olhar motivado a partir da ideia de tematizar o valor do código de ética do profissional bibliotecário no Brasil, terá que se abrir para a arguição de seu rumo. Provavelmente, se o código de ética tem um valor que o particulariza, esse valor só poderá se afirmar num contexto e este contexto não se afirmará por exclusão, mas por envolvimento. Pensando que nisso se estabelece uma configuração multiordenada, portanto, aberta a muitas possibilidades interpretativas, todas potencialmente densas, abre-se então a discussão sobre o sentido que carregam as coisas que estão ao redor da pessoa humana, do agente bibliotecário, constituindo uma universalidade, de um lado, e uma reidade, de outro, ambos formando os meios a partir dos quais produtores, produtos e usuários podem formar uma realidade, a realidade da atividade bibliotecária. É essa discussão da concepção de sentido que vem no tópico seguinte.

## **1.9 – Sentido**

De modo geral, pode-se encontrar em distintos textos de distintos campos a discussão em torno de diferentes expectativas do humano sobre o caminho de suas ações. As ações, como já se discutiu, podem ser tomadas como o resultado do agir, sem deixar de lado a ideia de que se age intencionalmente, se age para promover, alcançar ou produzir alguma coisa ou estado. Isto corresponde ao movimento individual e coletivo; pessoal e profissional. O ponto de chegada, isto é, o alcance da meta está subordinado à aplicação de um movimento, de uma caminhada. Essa caminhada é feita numa direção, subordinada à noção de sentido, dada subjetivamente e transferida para o mundo objetivo ou objetivada, em termos de intervenção no espaço e cumprimento de tempo.

Refletindo sobre a noção de sentido, Berger e Luckmann (2004) afirmam:

O sentido nada mais é do que uma forma complexa de consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências. (...). Geralmente a experiência atual não é relacionada com uma única outra experiência, mas com um tipo de experiência, um esquema de experiência, uma máxima comportamental, uma legitimação moral, etc., derivados de muitas experiências e armazenados no conhecimento subjetivo ou tomados do acervo social do conhecimento. (p. 15-16)

Na dimensão acima colocada, sentido está relacionado a experiências que tanto um indivíduo quanto um coletivo de pessoas vivenciaram e delas retiram lições que servirão de base para as ações a vir. *O sentido do agir atual é prospectivo, contudo a ação realizada é retrospectivamente significativa.* (BERGER; LUCKMANN, p. 16). Assim, o sentido mesmo apontando para o futuro é examinado em confronto com o já conhecido, com todo o passado. De outro lado, esse jeito de ver a questão leva à constatação de que o sentido é inerente à existência das sociedades organizadas. Esse pensamento é coerente com a apreciação de Berger e Luckmann (2004). Segundo eles, *todas as instituições corporificam um sentido 'primitivo' de ação que se 'confirmou' na regulamentação definitiva do agir social numa área funcional determinada.* (BERGER; LUCKMANN, p. 22) A partir disso, pode-se entender que todo o saber já conhecido e transformado em processo organizacional ou em conduta individual ou coletiva, de alguma maneira replica o passado ou busca-o de forma consciente ou não como uma fonte ou repositório, porque o sentido de qualquer bem deverá estar ali guardado. Dizem ainda esses autores que:

As instituições devem conservar e disponibilizar o sentido tanto para o agir do indivíduo em diversas áreas de ação quanto para toda sua conduta. Esta função das instituições está numa relação essencial com o

papel do indivíduo como consumidor de sentido, mas também, de caso para caso, produtor de sentido. [...] Ao controle da produção de sentido associa-se a comunicação de sentido. Através da educação ou da doutrinação orientada visa-se a que o indivíduo só pense e faça o que corresponde às normas da sociedade. (BERGER; LUCKMANN, p. 23)

Deve-se também tomar como relevante na percepção de Berger e Luckman (2004) o viés que assinala a relação entre a noção de sentido e o que se constitui na sociedade como moral profissional. Em seu entendimento, *a moralização das áreas profissionais prescinde de ordens abrangentes de sentido. Ambas criam as condições para que as pessoas se viam na vida cotidiana sem uma moral global e compartilhada por todos* (p. 44). Isso leva a pensar que nas profissões estabelecidas nas sociedades ocidentais de hoje, ou naquelas ocidentalizadas, deixa de ser relevante que grupos profissionais tenham códigos de ética profissional, na medida em que as pessoas se viram e independem em sua ação de sentido em âmbito estrito. É evidente que esse prescindir de sentido aponta para a adoção de sentidos *ad hoc*, fragmentados, quase como valores da individualidade, como as chamadas crenças pessoais. Há uma excessiva autoconfiança e um desprezo pela socialização.

Nessa forma de conduta se revela a condição de que sentido tem relação inescapável com valores. Para Berger e Luckmann

[...] o sentido dos diversos esquemas, padrões e categorias está armazenado em diferentes distâncias das configurações supraordenadas de valores. [...] o sentido de todas as experiências e ações e, [...] o sentido de toda a conduta de vida estão relacionados a valores supraordenados e, portanto, são moralmente relevantes. Mas o sentido em alguns esquemas de experiências e de ação é explicado e diretamente relacionado a valores, ao passo que em outros casos a relação a valores supraordenados é indireta e implícita. (BERGER; LUCKMANN, p. 86)

De acordo com a reflexão sintetizada no trecho acima citado, a relação existente guarda características que tem a ver com os eventos dos quais as pessoas participam os quais são orientados e reforçam ou geram valores submetidos a esquemas, padrões e categorias. Esses esquemas, padrões e categorias são parte do mundo da vida e representam-se não exatamente da mesma maneira nas condutas em âmbito pessoal e profissional.

Cabrera (2004) aponta para uma discussão sob outra vertente, isto é, a que aborda o sentido da vida e aí dá ênfase que contribui com esta discussão. Para ele, há na produção sobre o tema a representação de um movimento em mão dupla:



Quando se pergunta pelo “sentido da vida”, muito frequentemente, os autores [...] passam insensivelmente do plano do sentido para o plano do valor [...]. Entretanto perguntar pelo “sentido” não significa indagar por algo como a situação em que os homens se encontram no mundo, mas indagar qual o sentido de eles estarem aqui, de virem ao mundo, de viverem e de morrerem etc. “Sentido” não quer dizer aqui, simplesmente, inteligibilidade, mas algo vinculado com a satisfação de nossos desejos de felicidade, realização pessoal e imortalidade. Não se trata apenas de explicar como é o mundo onde o homem está, mas também como ele poderia sentir-se gratificado pelo que faz, como poderia atingir a felicidade, como poderia sentir que sua vida não fora inútil etc. (CABRERA, 2004, p. 9-10)

Compreender o sentido do viver, conforme essa discussão inclui, também, a explicação do mundo do fazer humano, pois o fazer não está à parte. Ele contribui, juntamente com outros fenômenos e circunstâncias, com o viver, apontando, portanto, para um âmbito do interior humano (psiquê) e para o seu exterior (sociedade), sugerindo o olhar sobre a dimensão da identidade, que atravessa cada indivíduo e sua relação com o coletivo.

Essa dimensão é tratada por Elias (2008). Em sua discussão analisa o sentido socio-psicológico que cada indivíduo tem de sua identidade pessoal. Esse sentido é, portanto, aquele dado pelas relações sociais que todos mantêm, como condição de busca do bom viver. De acordo com esse autor,

O sentido que cada um tem da sua identidade está estreitamente relacionado com as ‘relações de nós’ e de ‘eles’ no nosso próprio grupo e com nossa posição dentro dessas unidades que designamos por ‘nós’ e ‘eles’. (p. 139)

Essa “nossa posição” a que se refere Elias (2008) não se trata meramente da percepção pelo indivíduo de que cumpre papéis, de que tem um “marca” ou “profissão”, de que detém um poder, de que ocupa uma localização ideal num grupo familiar (pai, avô, etc.), na medida em que tal posição não tem o toque do absoluto. Ela é meramente relação e, por isso, mutável, na escala do tempo, por exemplo. Um indivíduo poderá ter ou tem chefe, ter ou tem filho, ter ou tem pai, etc. É circunstancial.

Tais circunstâncias conformam de distintas maneiras a percepção do indivíduo sobre seu estar no mundo, pelas implicações que elas produzem sobre o seu agir para os outros e com os outros, a depender das motivações. Em sua leitura de Weber sobre a ação social, Habermas (2009), encontra que:

[...] Max Weber [...] concebeu a ação social como um comportamento

subjetivamente dotado de sentido, isto é, orientado por um sentido subjetivamente visado e também motivado por ele. Um tal sentido só pode ser concebido apropriadamente em relação às metas e valores, pelos quais o agente se orienta. A regra metodológica que resulta daí, foi estabelecida por W. I. Thomas por meio do princípio da interpretação subjetiva dos fatos sociais: só o sentido visado pelo sujeito da ação abre adequadamente o acesso a um comportamento que se constrói junto a uma situação interpretada por ele mesmo. [p. 86-87]

O que interessava a Habermas era compreender ou resgatar procedimentos ou metodologias que derivam da interpretação que um agente constrói a partir de seu movimento, quando objetiva uma forma de atuar tendo como origem uma subjetivação, pela qual determina suas escolhas, subordinadas a metas e valores. Isso não quer dizer que se busca sentido para as ações que se realiza, mas que nestas está embutida a ideia de sentido. É improvável que se aja para encontrar o sentido, mas que se aja para corresponder a um sentido formado a partir do acervo de saberes e compreensões tidas como dados pela interpretação do mundo real vivido.

Schutz e Luckmann (2003) apresentam o conceito de mundo da vida cotidiana, como parte da realidade, na qual as pessoas realizam suas ações e negociam sentidos.

El mundo de la vida cotidiana es la región de la realidad em que el hombre puede intervenir y que puede modificar mientras opera en ella mediante su organismo animado. [...] solo dentro de este ámbito podemos ser comprendidos por nuestros semejantes, y sólo en él podemos actuar junto con ellos. Unicamente en el mundo de la vida cotidiana puede constituirse un mundo circundante, comum y comunicativo. El mundo de la vida cotidiana es, por consiguiente, la realidad fundamental y eminente del hombre. (p. 25)

Para os autores esse mundo,

[...] es intersubjetivo desde el comienzo. Se me presenta como un contexto subjetivo de sentido; aparece dotado de sentido en los actos explicitativos de mi consciencia. [...] La conducta de un semejante no es, digamos, un suceso espaciotemporal, sino más bien una acción <como la mía>. Es decir, está sumergida para él en contextos de sentido, y está subjetivamente motivada e intencionalmente articulada de acuerdo con sus intereses particulares y con lo que resulta factible. (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 35).

O que se percebe nessa reflexão é que não se dá o desenvolvimento de ação sem uma submersão a contextos de sentido, sem motivação e intenção, sem estar visando a atender interesses de quem as executa. De certa maneira, ações resultam de escolhas,

que requerem uma direção ou metodologia como forma de atingir a um fim e que todas essas etapas estão subordinadas a uma valoração inicial que motiva todas as escolhas.

Do que se observou até agora, parece não ser possível considerar o conceito de valor moral separadamente de sentido e isso independe da origem filosófica ou científica dos textos examinados. O fato de serem nitidamente filosóficos, sociológicos ou psicológicos apenas suscitam distintas facetas. De outro lado, ficou evidente que a diversidade de valores contribui com o acento da fragmentação de sentido e serve para libertar os indivíduos ou coletivos pessoais ou profissionais para ajuizar suas melhores escolhas que, nos dias de hoje, tendem a ser orientadas mais acentuadamente pelos valores econômicos, de onde surge, dentre outros, o ideário da ação profissional que se desenvolve segundo as boas práticas, assunto tratado no próximo tópico.

### **1.10 - Boas práticas profissionais**

Convencionou-se designar por boas práticas todas as ações realizadas por empresas ou governos, que levam ao atendimento de itens como: maior lucratividade, ou melhor, resultado, menor gasto de tempo, menor custo operacional, emprego de mão de obra de mais baixo custo, maior aceitação dos serviços e produtos pela clientela. Em geral, essa noção está menos associada às doutrinas filosóficas que defendem o bem estar humano como fim de uma ação, e tem motivação majoritária nos possíveis resultados dos negócios estabelecidos como atividade econômica direcionada ao atendimento final de dado público ou seu atendimento por via do estado, por exemplo.

Nesse sentido, a expressão aparece correlacionada a um significativo conjunto de discursos produzidos por profissionais da gestão e executivos empresariais em torno da ideia de que o executor da ação age responsabilmente (ALMEIDA, 2007; LLANO; LLANO, 2011; VIVAS LÓPEZ; SORIANO, 2002). Esses discursos, no entanto, acentuam como boas práticas as atividades profissionais, ou não, que garantam a maior rentabilidade possível do emprego de conhecimento específico e especializado. Entretanto, quando realizadas por especialistas nelas formados em universidades, essas tarefas nem sempre respeitam o critério de autoridade profissional como diretriz orientadora da busca de resultados.

Esse é um discurso que se acentua mais claramente nos últimos trinta anos e está florescendo em alguns setores associados com as diretivas dadas pelos “jogadores” globais da economia e finança, influenciando de distintas formas o estado, as empresas,

o mundo do trabalho, a ciência, a cultura e, de forma particular, as categorias profissionais. De certa maneira, a difusão desse discurso, como associado à “boa” gestão pública ou privada, visa tirar de foco os sucessivos danos que as grandes corporações têm produzido ao meio ambiente, com a contaminação das populações, em parte suas clientes, pelos resíduos ou gases tóxicos direta ou indiretamente lançados no meio ambiente, com a corrupção de agentes estatais e políticos, etc. que se enriquecem inexplicavelmente.

Auxiliados pela propaganda, os beneficiários imediatos da lucratividade ou do poder que almejam alcançar, desenvolvem várias ações corporativas seja por iniciativa das próprias empresas individualmente, ou por meio de associações ou federações empresariais, por grupos políticos, ofertando patrocínios a atividades assistenciais no âmbito da saúde, dos esportes, ou pelo acolhimento de propostas sociais, etc. No caso das empresas e associações por elas constituídas visam contar com subsídios fiscais ou outras facilidades de investimento, além da obtenção de espaço midiático que lhes favoreça a captação de propaganda gratuita e a formação de uma imagem simpática junto ao seu público.

Essa estratégia de empresas e governos de exporem suas boas práticas ou sua responsabilidade em torno delas, de certa maneira incorpora também o que antes era buscado com o discurso mais puro da ética empresarial ou da ética nos serviços estatais, ditos públicos.

No setor industrial, essa ideia tem sido foco de interesse. Ela se manifesta através da chamada boas práticas de fabricação (BPF) e se estende a vários tipos de atividades fabris.

Em anos mais recentes, a noção de boas práticas tem se estendido a setores mais vulneráveis da economia, como os relacionados às áreas de nutrição, química e farmacêutica. Pelo potencial de perigo que a má movimentação de seus produtos oferece à população, tem se feito valer o envolvimento mais próximo do estado, através de regulação, acompanhamento e fiscalização<sup>5</sup>. No contexto brasileiro, os Conselhos profissionais de nutricionistas<sup>6</sup> e de farmacêuticos<sup>7</sup>, como órgãos delegados do estado, têm tido uma atuação muito ativa, na edição de modelos e instruções orientadoras da

---

<sup>5</sup> Ver em: <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/bpf.htm>. Acesso em: 04-09-2012.

<sup>6</sup> Ver em: <http://www.crn4.org.br/upfiles/arquivos/Guia-de-Elaboracao-do-Manual-de-Boas-Praticas.pdf>. Acesso em: 04-09-2012.

<sup>7</sup> Ver em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/357.pdf>. Acesso em: 04-09-2012.

manipulação e distribuição de alimentos e medicamentos. Suplementarmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA<sup>8</sup> tem atuado com uma visibilidade muito grande na fiscalização. Mais recentemente, do final dos anos 2000 para a década seguinte, agências de fiscalização da produção e de serviços foram criadas no país para, atuando sobre vários setores (Aviação, Telefonia, Água, Eletricidade, Transporte Terrestre, Educação, etc.), definir normas e fiscalizar sua aplicação a fim de que os setores regulados venham a atuar segundo o princípio da garantia de melhor benefício para a população.

Por ser um modelo que se configurou inicialmente nas principais regiões da economia ocidental, as *Best practices*, estão muito difundidas especialmente na Europa ou Zona do Euro e nos Estados Unidos. Diante disso, parte dos setores de serviços sociais do estado vem sendo objeto de avaliação contínua e pública, sendo os profissionais ou funcionários estimulados a relatar suas práticas e as modalidades de construção e execução dos projetos nos quais estão inseridos. Nisso, se envolvem, direta e indiretamente, estados e grandes empresas de consultoria de gestão empresarial e econômica mundial, como Deloitte<sup>9</sup>. Essa empresa e outras organizações Portuguesas, para exemplificar, desde o ano de 2002, realizam anualmente naquele país europeu o Prêmio das Boas Práticas no Setor Público [<http://www.boaspraticas.com/>]. No livro referente à 8ª. edição do prêmio, realizada em 2010 e publicado em 2011<sup>10</sup> é mencionado nas páginas nove e dez: “A Deloitte orgulha-se de apresentar a 8ª Edição do Livro do Prêmio Boas Práticas no Setor Público, uma iniciativa que conta com a colaboração especial do Diário Econômico, do Instituto Nacional da Administração Pública (INA) e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)” e “visa dar reconhecimento público às várias entidades, equipas e indivíduos que assumem o papel de “Servidores do Estado”, trabalhando em benefício do cidadão. Com este Prêmio pretende-se igualmente partilhar informação e conhecimento; no fundo, evidenciar “Boas Práticas” que possam servir de exemplo para toda a Administração Pública”.

Essa prática de suposto reconhecimento de mérito dos quadros funcionais pode ter outros fins, como o de dar publicidade à formulação de políticas ou procedimentos de

---

<sup>8</sup> Ver em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>. Acesso em: 04-09-2012.

<sup>9</sup> Ver em: [http://www.deloitte.com/view/en\\_GX/global/index.htm](http://www.deloitte.com/view/en_GX/global/index.htm). Acesso em: 04-09-2012.

<sup>10</sup> Ver em: [http://www.boaspraticas.com/xms/files/Livro\\_BPSP\\_8ed.pdf](http://www.boaspraticas.com/xms/files/Livro_BPSP_8ed.pdf). Acesso em: 04-09-2012.

gestão e de estratégias de ação estatal, que de outra forma não viriam à luz. Poderá servir também como forma de conhecimento do que é operacional na máquina estatal sem o risco de acusação da obtenção pelas empresas ou negócios privados de informação privilegiada por meios indevidos. Se de um lado, pode-se argumentar que é uma forma de transparência pública, de outro revela, por contraste, que os próprios incentivadores desta estratégia se resguardam de revelar publicamente seus mecanismos de realização das suas próprias boas práticas.

No Brasil, há também várias iniciativas relacionadas a boas práticas, sendo mais facilmente identificáveis as que surgem em todos os setores de atuação dos órgãos direta ou indiretamente vinculadas ao estado no âmbito federal, estadual e em alguns municípios. Pode-se destacar, por exemplo, iniciativas da Advocacia Geral da União – AGU<sup>11</sup>, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO<sup>12</sup>, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP [<http://www.fapesp.br/>] e Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública<sup>13</sup>. No caso da AGU trata-se da publicização de aconselhamento quanto à preparação de pareceres jurídicos<sup>14</sup>; quanto ao INMETRO diz respeito à publicação de procedimentos de regulamentação técnica<sup>15</sup>; quanto à Prefeitura Municipal de Curitiba, trata-se de um Banco de Boas Práticas que foi concebido e opera, como dizem:

[...] um instrumento de registro sistemático e de divulgação, interna e externa, das melhores práticas realizadas por servidores, equipes ou órgãos municipais. Os servidores públicos são estimulados a documentar suas melhores práticas, apresentá-las em eventos de troca de experiências e publicá-las para compartilhamento e enriquecimento mútuo. A finalidade do Banco de Boas Práticas, das Mostras de Boas Práticas e das Comunidades de Aprendizagem, é promover o compartilhamento e a socialização de capital intelectual público, num processo de estímulo à convivencialidade virtual e presencial, para a expansão do conhecimento de interesse público e para o reconhecimento aos esforços de autoria de pessoas e equipes de trabalho. [[http://www.imap.curitiba.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=102&Itemid=241](http://www.imap.curitiba.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=241)].

---

<sup>11</sup> Ver em: <http://www.agu.gov.br/sistemas/site/templatesitehome.aspx>. Acesso em: 04-09-2012.

<sup>12</sup> Ver em: <http://www.inmetro.gov.br>. Acesso em: 04-09-2012.

<sup>13</sup> Ver em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/servidores-mostram-boas-praticas-e-trabalhos-academicos/21230>. Acesso em: 04-09-2012.

<sup>14</sup> Ver em: [http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/download/cartilhas/Manual\\_Boas\\_Praticas\\_Consultivas\\_20110126.pdf](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/download/cartilhas/Manual_Boas_Praticas_Consultivas_20110126.pdf). Acesso em: 04-09-2012.

<sup>15</sup> Ver em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pdf/guia\\_portugues.pdf](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pdf/guia_portugues.pdf). Acesso em: 04-09-2012.

Com toda a evidência, trata-se no Brasil da adoção de instrumento que foi concebido a partir de uma matriz vinculada ao liberalismo econômico, de igual caráter e similar à do exemplo português. Tanto em Portugal quanto no Brasil, esse “capital” é publicizado através de servidores eletrônicos do poder público, mantendo-se expostos em caráter contínuo.

Indo além, do conjunto de iniciativas que estão já disponíveis no Brasil e que foram destacadas até aqui neste texto, chama a atenção a da FAPESP. Nessa organização, segundo consta em seu site, em abril de 2011 um Membro da Coordenação Adjunta da Diretoria Científica e Professor Livre Docente do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP apresentou um “texto de trabalho” intitulado *Sobre a integridade ética da pesquisa* [<http://www.fapesp.br/6566>], no qual argumenta, diante das iniciativas de países estrangeiros, que se deva atentar para os aspectos éticos dos projetos que buscam financiamento público, devendo ser provida uma estratégia mais consistente de avaliação e acompanhamento das propostas financiadas.

A seguir, em setembro de 2011, a Diretoria Científica da Fundação encaminhou carta ao Conselho Superior, sob a rubrica Boas Práticas Científicas. Nos seus dois parágrafos iniciais o documento resume claramente o que aquela Diretoria tinha em mente, ao relacionar o caráter da atividade científica com uma atividade profissional comprometida com a racionalidade das ações humanas intimamente dependentes da boa conduta do cientista. Diz:

Além dos preceitos éticos a que todas as pessoas estão submetidas, independentemente da singularidade de suas atividades profissionais, aplicam-se também ao cientista normas de conduta que se derivam da finalidade específica de sua profissão: a construção e a apropriação coletivas da ciência. Essas normas definem a integridade ética das atividades científicas e podem ser deduzidas de um princípio fundamental: todo cientista deve exercer sua profissão da maneira mais apropriada para que daí resulte a melhor contribuição para o avanço da ciência.

Toda transgressão a esse princípio, intencional ou por negligência, compromete a fidedignidade dos resultados das pesquisas científicas, mina os alicerces da colaboração entre os pesquisadores e entrava o processo de construção da ciência como empreendimento coletivo. Além disso, por comprometer a fidedignidade pública da própria ciência, mina sua própria razão de ser: constituir-se como um instrumento eficaz para a ampliação do conhecimento humano e a orientação racional das ações humanas, em suas mais variadas dimensões. [<http://www.fapesp.br/6579>]

Como resultado dessa movimentação a FAPESP publicou, em 2012, o seu *Código de boas práticas Científicas*; um documento que em quarenta páginas apresenta um Preâmbulo, seguido dos itens: *Diretrizes para as atividades científicas; más condutas científicas; responsabilidade das instituições de pesquisa; alegação, investigação e declaração de más condutas científicas*. [[http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas\\_jun2012.pdf](http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf)]

### **1.11 - Conduta profissional com foco em boas práticas**

Viu-se, até aqui, que há uma disposição no contexto econômico, político e científico internacional e nacional desenvolvida em ritmo crescente, no sentido de que a realização de uma atividade em vez de ser focada no seu executor humano seja traduzida para a noção de boas práticas que são aplicadas durante o processo necessário à obtenção do resultado desejado. Há um nítido deslocamento do foco para o resultado da ação realizada. Em época histórica anterior, a ação em si praticada pelo ser humano é que teria o atributo de valor e não, propriamente, o seu resultado.

Nos dias de hoje, a qualidade do ser bom ou do bem (felicidade) buscado tende a se deslocar das pessoas que desenvolvem as ações, levando-as a perder essa sua qualidade, pois é eleito como mais relevante o papel social desempenhado. A ação emana do *servidor público, do cientista ou do profissional*, porque o contexto da ação exige que ela responda a um determinado propósito econômico ou político, ao mesmo tempo em que a concepção e realização dessa ação se desnuda cada vez mais para o público externo ao local de sua realização. Como já se disse anteriormente, as boas práticas serão medidas a partir de fatores que permitam pesar ou medir: maior lucratividade ou melhor resultado, menor gasto de tempo, menor custo operacional, emprego de mão de obra de mais baixo custo, maior aceitação da clientela, etc.

Essa situação, embora sujeita aos riscos inerentes à intervenção humana, só pode ser produzida num contexto social em que o próprio homem perde a sua humanidade e passa a equivaler a um apêndice de máquina, a mais uma peça integrante de um superaparelho dirigido pelo comando efficientista. A percepção de que esse momento estava lançado e de que sua difusão mais ampla era uma questão de tempo, já se encontra em *A gaia ciência*, de Nietzsche (1998) e, mais recentemente, em *Pós-história*, de Flusser (1983c-h) com outras formas de interpretação sustentadas pela



Fenomenologia, herdeira de Husserl.

Uma conceituação mais genérica de boas práticas ainda precisa ser exposta aqui, neste texto, para se dar prosseguimento a esta apreciação. Na Wikipédia portuguesa [[http://pt.wikipedia.org/wiki/Boas\\_pr%C3%A1ticas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Boas_pr%C3%A1ticas)] lia-se em agosto de 2012 um conceito, que continha a generalização suficientemente clara para ligar o fetiche às profissões, com uma determinação muito mais simplista do que o que foi discutido acima, porém apropriada para a demanda difusa que esse *site* atende.

**Boas práticas** é uma expressão derivada do inglês "*best practices*" que denomina técnicas identificadas como as melhores para realizar determinada tarefa. Por exemplo, as "boas práticas" para se calcular uma equação são os melhores jeitos para fazer uma equação. É sempre recomendável seguir as boas práticas. Em diversas profissões têm sido criadas normas de "boas práticas" que definem a forma correta de atuar dos respectivos profissionais. Como exemplos de normas de boas práticas pode-se referir as normas feitas pela Ordem dos Farmacêuticos em Portugal, para a farmácia comunitária e farmácia hospitalar. [[http://pt.wikipedia.org/wiki/Boas\\_pr%C3%A1ticas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Boas_pr%C3%A1ticas)]

A definição acima aponta a fonte linguística principal, mostrando sua origem; centra-se na realização da ideia como fenômeno técnico; centra-se na noção de valor e escolha (identificação das melhores); dá um exemplo para ser didático; assegura o compromisso das profissões em regular as boas práticas e, por último, dá equivalência à boa prática como a forma correta de atuar. Ora, em outros termos, essa forma de exprimir as boas práticas é equivalente a definir uma conduta profissional sendo, portanto, o que também se denomina, em algumas profissões, uma *norma ética*. O que há de distinto nessa definição quando comparada com outros textos, é a expressão de funcionalidade da ação e, por isso, a destituição da preocupação com sua moralidade, tanto de parte do executor das atribuições profissionais quanto do público atendido.

Indo além de uma fonte dirigida para o grande público da internet, como a Wikipédia, pode-se concentrar a apreciação do conceito de boas práticas adotado pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Ali, boas práticas são pontuadas em cinco tópicos, dos quais o segundo sofre o desdobramento em cinco subitens: 1) *Atividade, ação ou experiência que tenham sido concluídas ou com resultados parciais entre os grupos de trabalho, servidores, comunidade.* 2) *Práticas que demonstrem melhorias obtidas em:* 2.1) *Processos de trabalho;* 2.2) *Prestação dos serviços;* 2.3) *Satisfação do público alvo;* 2.4) *Alcance das metas estratégicas;* 2.5) *Aspectos significativos ao serviço.* 3) *Sirvam de referência para reflexão e aplicação em outros locais de trabalho.* 4)

*Possam ser divulgadas, preservando princípios éticos. 5) Apresentem relevância do ponto de vista histórico (Memória da organização).*

Há aspectos destacáveis nessa conceituação, que amplia o foco meramente do homem servidor público como função e reconhece, especialmente no caso de divulgação dos resultados, a necessidade da preservação de princípios éticos. Evidentemente, não fica claramente superada a discussão dos aspectos morais envolvidos na ação, principalmente quando se pode considerar a informação de que a divulgação ficará a cargo da instituição e de que o relato da atividade será revisto pela organização antes de sua publicação. Desse ponto de vista, o cuidado com as questões éticas não está mais nas mãos de quem faz o relato, isto é, de quem executou a prática relatada.

Situação um tanto mais cristalina, embora paradoxal pelo título dado ao instrumento orientador da conduta profissional – Código de Boas Práticas Científicas – é a que apresenta a FAPESP. No preâmbulo desse Código consta que se trata de um Código de Ética profissional. Diz, na página nove, que:

As diretrizes estabelecidas neste código concernem a uma parte da esfera da ética profissional do cientista. Elas concernem apenas à integridade ética da pesquisa científica enquanto tal, ou seja, aos valores e padrões éticos de conduta que derivam direta e especificamente do compromisso do cientista com a finalidade mesma de sua profissão: a construção coletiva da ciência como um patrimônio coletivo. Partindo-se do princípio de que as questões de integridade ética da pesquisa devem ser objeto de autorregulação e autocontrole por parte da comunidade científica, sua codificação pretende auxiliar os pesquisadores a responder, em situações particulares, às seguintes questões. Como devo conduzir minhas atividades de pesquisa para que delas resulte a melhor contribuição à ciência? Como devo me conduzir em relação a outros pesquisadores para que a comunidade científica funcione e se reproduza da melhor maneira? [[http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas\\_jun2012.pdf](http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf)]

O texto destaca o alcance das diretrizes; sua aplicação à função em exercício e à finalidade do exercício dessa função; a limitação da moralidade ao que sobre ela entendem os pares; a formalização subordinada ao resultado em si mesmo.

No âmbito de uma filosofia histórica, encontra-se suporte para essa proposição. Uma fonte nesse sentido é mesmo Aristóteles. No primeiro parágrafo de *Ética a Nicômaco*, afirmou: *Toda arte e toda indagação, assim como toda ação e todo propósito, visam a algum bem; por isto foi dito acertadamente que o bem é aquilo a que todas as coisas*

*visam* (ARISTÓTELES, 1996, p. 118). Aqui está evidenciada a separação que ocorre entre o homem como um ser e com suas circunstâncias – como diria Ortega y Gasset (2010) já no século XX – de suas ações ou pensamentos, pois são as coisas que visam ao bem. Ao serem bem feitas as ações, atendendo aos propósitos que foram estabelecidos por uma gestão política, econômica ou burocrática, no caso das organizações de hoje, podem se revelar boas e produzir boas coisas, segundo o atendimento àqueles propósitos; essas, em assim sendo, geram prazer que, por sua vez, produz a felicidade. A felicidade – ponto central da ética aristotélica – será o usufruto das boas coisas.

De certa maneira, isso explicaria porque pessoas de má índole, segundo certo ponto de vista, como bandidos e assassinos, muitas vezes se revelam bons e cuidadosos chefes de famílias ou de equipes, para recordar as referências que sobre isso fizeram Cícero (2002), na Roma antiga, e Durkheim (2002) na França do início do século XX. Ou em outra dimensão como já ressaltado nesse texto, a partir da reflexão do próprio Aristóteles, na Grécia antiga, Hobbes na idade média inglesa e de Freud na Europa do século XX, que o homem tende a ser mau, mas pratica boas ações sob certas condições; que suas boas ações derivam do temor de ser descoberto quando agindo sem supervisão de outrem ou do seu superego. Isto é, o ser humano é potencialmente bom e mau, a depender das circunstâncias.

O que há de efetivamente novo nos dias de hoje, é a existência de um contexto que, cada vez mais amplamente, espalha e leva à assimilação da ideia de que é possível fazer-se as boas coisas como ação técnica, e que um código de conduta não teria muita distinção de um manual de operações. A título de exemplo, pode-se encontrar em uma simples busca na internet endereços de firmas de consultoria que têm na modelização de códigos de conduta para empresas o seu principal negócio<sup>16</sup>. Assim, a manualização de formas de comportamento de grupo passa a constituir operação em que os “sujeitos da conduta” não são mais aqueles que decidem sobre os valores que adotarão. Eles nem decidem, necessariamente sobre o que farão de vez que há uma dimensão dominadora mais ampla, que se estabelece como programação da vida.

Evidentemente, isso é explicável por um contexto em que as pessoas passam a viver

---

<sup>16</sup> A organização “Ética empresarial” se enquadra nesse perfil. Ver em: [http://www.eticaempresarial.com.br/site/pg.asp?cat\\_pai=105&pag=2&subcat=2&tit=2&m=1&mdata=sim&ordenacao=DESC&mcat=2&nomecat=n&pagina=subcategorias&tit\\_pagina=QUEM%20SOMOS](http://www.eticaempresarial.com.br/site/pg.asp?cat_pai=105&pag=2&subcat=2&tit=2&m=1&mdata=sim&ordenacao=DESC&mcat=2&nomecat=n&pagina=subcategorias&tit_pagina=QUEM%20SOMOS). Acesso em: 15-10-2012.

uma situação em que são reduzidas às funções que realizam. A isso, Flusser (1983d) chama de encolhimento do homem. Tal encolhimento se dá em associação com a miniaturização, cujo princípio são os semicondutores, que estão inseridos em todos os instrumentos que utilizamos no dia a dia: do caixa eletrônico ao forno micro-ondas. Para Flusser (1983d, p. 83):

*Antropologicamente* falando trata-se [...] da transferência dos modelos. Antes da revolução industrial os modelos estavam na “cabeça” do artesão. Depois da revolução passaram a estar na ferramenta. Graças á contrarrevolução [oposta à revolução industrial e técnica] passam a estar no programa dos instrumentos inteligentes. De modo que tais instrumentos fornecem os modelos aos produtores individuais, que doravante estão capacitados a produzirem os bens de consumo em casa.”

Essa situação, como se viu, cada vez mais toma traços de generalização ou, melhor, carrega uma progressividade que poderá levar a isso, pois a eletrônica cada vez mais (pré)ocupa-se em antecipar a solução para os desejos humanos, alheando-se do contato direto com as fontes básicas da vida.

Em outra dimensão, também analisada por Flusser (1983c, p. 59) ela se dá dentro de uma cultura discursiva anfiteatral, em que predominam as mídias eletrônicas, que exigem como participação dos indivíduos unicamente oferecer feedback, sem envolvê-los subjetivamente com as coisas. Assim, cada vez mais há a assimilação de modelos alienantes, isto é, que tornam o indivíduo alheio ao seu contexto, que lhe move para a busca de um referente que o meio não pode ou não lhe vai oferecer. Que o aproxima de circunstâncias os quais lhe reconhecem através de codificação padronizada.

Sociologicamente, Elias (1998), em *Envolvimento e alienação* e Elias e Scotson (2000) em os *Estabelecidos e os outsiders* veem situações em que as pessoas são tratadas como diferentes entre si, numa condição de *apartação*. Alguns se arrogam o poder de decidir sobre o modo de ação dos outros, tratando-os com desprezo, sentindo-se descompromissados das existências desses. Essa situação faz de alguns indivíduos elementos tratados como parte de massa de manobra, gente a ser dominada e reduzida a condição de parte de rebanho. Ser parte do rebanho é não refletir por si mesmo, é ter perdido o potencial de juízo, é seguir a um “líder”, sem bem saber claramente o porquê fazê-lo. Rebanho é um estado de subordinação que Nietzsche em várias de suas obras revelava como inaceitável para a condição plena de homem, mas, no entanto, era o que via predominar na Europa de sua época. É o que se vê no que a Sociologia chama de diferença de classes.

Num contexto assim constituído, pareceria natural a uma grande parte de indivíduos que mesmo não sabendo bem porque se faz algo, se a maioria o faz fazê-lo também. Haveria uma economia de esforços, que parece tem sido dominante nos últimos séculos.

Nesse sentido, as boas práticas como um discurso que carrega um determinado tipo de ideia normativa, visando à aceleração da obtenção de resultados, têm início no âmbito da atividade econômica privada, ingressa no cotidiano do estado, envolve o segmento da pesquisa e todos os demais setores. E faz isso, associando a implantação dos “códigos de boas práticas” com os vários processos de avaliação das técnicas de fabricação, gestão, educação, etc. Por atingir a todos os setores, não deixaria de chegar também ao meio profissional bibliotecário.

### **1.12 - Conduta profissional do bibliotecário como boas práticas**

A experiência internacional mostra que, entre os bibliotecários, há uma aceitação no sentido de ser adotado o conceito de boas práticas, para definir suas responsabilidades profissionais. Pode-se afirmar isso ao se considerar a assimilação do conceito por alguns setores da IFLA. No site dessa entidade, desde 2005, há um link especial, ([http://archive.ifla.org/VII/s8/proj/Mtg\\_UN-Checklist.pdf](http://archive.ifla.org/VII/s8/proj/Mtg_UN-Checklist.pdf)) atualizado em 2008. Ele se identifica como A CHECKLIST FOR BEST PRACTICE. Foi produzido pela sua Seção 8, que trata das Bibliotecas Públicas. Explicitamente o objetivo é:

To provide practical guidance for public libraries in understanding their users (and potential users) needs through consultation, survey and feedback. This objective follows on from the general guidance provided in chapter 3 of The Public Library Service IFLA/Unesco Guidelines for Development published in 2001 and available on IFLANET at <http://www.ifla.org/VII/s8/news/pg01.htm>

Com características similares se pode encontrar iniciativas em Sistemas de Bibliotecas Públicas e em Bibliotecas Escolares de outros países. Tomou-se aqui para análise o caso de Portugal.

A Biblioteca Nacional portuguesa dispõe em link próprio (<http://purl.pt/6393/1/boas-praticas.pdf>) um documento específico sobre estratégias de boas práticas a serem adotadas no empréstimo interbibliotecário. O conteúdo do documento está direcionado para fornecer orientações às bibliotecas envolvidas em atividades de empréstimo entre bibliotecas em relação aos padrões mínimos que devem regulamentar a fim de participar. De acordo como o texto:

1 – Um regulamento de EIB (empréstimo interbibliotecas) deve mencionar os seguintes pontos:

A) Fornecimento de materiais das coleções próprias a outras bibliotecas.

B) Pedidos de empréstimo interbibliotecas em benefício dos próprios leitores e respectivas condições e métodos.

2 – Um Diretório onde constem os regulamentos de EIB de todas as bibliotecas parceiras. Tal Diretório deve ser criado e constantemente atualizado, e estar disponível no portal de cada biblioteca parceira, a qual dará destaque ao seu próprio regulamento.

3 – Enquanto potencial BF (biblioteca fornecedora) cada biblioteca deverá fazer um esforço para disponibilizar o seu catálogo na Web.

4- Enquanto potencial BR (biblioteca requerente) cada biblioteca poderá procurar através da Google e de outros motores de pesquisa o acesso a catálogos de eventuais BF.

5 – Detalhamento dos Níveis de serviço prestados.

6 - As bibliotecas deverão encurtar os períodos em que os serviços de EIB se encontram indisponíveis.

7 - Devem prever-se penalizações para os casos de não cumprimento por parte da biblioteca requerente das condições de fornecimento das BF.

8 – Localização dos materiais.

9 – Processamento do pedido.

10 – Pedidos de renovação.

11 – Fornecimento da obra (e devolução).

12 – Procedimentos de pagamento.

Também em Portugal, a Direção Geral dos Livros e das Bibliotecas, disponibiliza a “Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas”. Nesse site, há um link pelo qual se pode saber sobre a atuação de sua rede de bibliotecas públicas<sup>17</sup>. Nesse ponto, localiza-se outro link designado “Boas práticas” no qual se encontra o conceito adotado pela organização para o que inserem em “Boas práticas”, com redação similar ao da Wikipedia e uma série de sugestões aos interessados. Ali está dito: “Como ponto de partida, sugerimos a consulta de *Library success: a best practices wiki* que integra o conhecimento e o debate sobre esta temática, bem como a compilação de «boas práticas» sistematizadas pela IFLA”. Na sequência são apresentadas remissões para: a) guia de boas práticas da Secção de Bibliotecas Públicas da IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions); b) um destaque para o que foi identificado como bons resultados obtidos em várias organizações em todas as áreas da profissão de bibliotecários, a exemplo de: avaliação de serviços, digitalização, formação de pessoal, trabalhos em museus, bibliotecas e arquivos e serviços para adolescentes e

<sup>17</sup> Ver em: <http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/S%C3%ADtios%C3%BAteis/BoasPraticas/Paginas/default.aspx#topo>. Acesso em: 04-09-012.

jovens.

Também no mesmo país, no âmbito da Biblioteca Escolar há preocupação com o tema. Está disponível um documento [<http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/83/mabe.pdf>] cujo propósito é a aplicação de um denso processo de autoavaliação da Biblioteca Escolar. A finalidade é, com isso, manter um bom padrão de atendimento às mais de 2.400 bibliotecas existentes na rede escolar do país.

A reflexão a ser feita é sobre a dimensão que o discurso das “boas práticas” toma, bem como sobre a sua capacidade de difusão, de modo a se espalhar também para outras regiões do mundo, atribuindo às noções de valor ou valoração a função de mera diretriz para a formulação de um conjunto de critérios de verificação burocrática da qualidade dos processos aplicados à gestão estatal e privada.

De outro lado, quando se trata do bibliotecário, uma das partes mais evidentes de sua atividade profissional tradicionalmente se manifesta como prática de gestão: de acervo, de pessoal, de uso e usuários, de compras, de espaços físicos, de tecnologia, etc. Muitas vezes é esse o principal argumento que determina a contratação e permanência de profissionais com formação especializada em nível universitário nas bibliotecas, pois seriam capazes de promover o maior equilíbrio possível entre o orçamento, sua aplicação e os resultados ofertados em atendimento às demandas. A esse propósito, no ambiente brasileiro, uma parte significativa dos conteúdos previstos nos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia, orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a área<sup>18</sup>, em geral ocupam grande parte de suas cargas horárias com essa dimensão. Há a necessidade de se tratar o tópico gestão, direta ou indiretamente, nos programas e planos de ensino das disciplinas de todas as Áreas, que tematicamente compõem o Currículo. Está em disciplinas de: 1 - Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2 – Organização e Tratamento da Informação; 3 – Recursos e Serviços de Informação; 4 – Gestão da Informação; e 5 – Tecnologia da informação.

Igualmente, a maior parte dos Programas de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação ofertados no Brasil dispõe de razoável concentração temática em questões relacionadas à gestão (SOUZA, 2012). A partir disso, poder-se-ia acreditar que no âmbito da prática bibliotecária soa quase que normal, regular, indiscutível que se

---

<sup>18</sup> Ver em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf) [e também em]: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>; <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES192002.pdf>. Acesso em: 04-09-2012.

desenvolva essa conduta. Veja-se que foram utilizados os termos: normal, isto é, provindo das normas, e regular, isto é, provindo das regras como refletindo a base do comportamento profissional do bibliotecário. Essa consolidação teria origem em uma prática pedagógica e em uma didática predominantes no ensino de graduação, centradas em processos que levam à assimilação de técnicas de leitura e análise formal de documentos, na busca e identificação de termos, na inserção de dados em sistemas automáticos ou na preparação e adaptação de softwares para a inserção e gestão de dados dos acervos e de seus usuários. Esse processo de envolvimento com procedimentos assim, ditos técnicos, reduz a noção de valor sobre aquilo que é uma das bases de fundamentação moral de toda prática profissional, isto é, a avaliação do contexto de realidade vivida. Analogamente, se o profissional bibliotecário vive no contexto formal da biblioteca, os seus valores profissionais serão formulados de modo a que suas ações propiciem os meios materiais (documentos e conteúdos informacionais) para os seus usuários, situação não muito diferente da formulação das questões-chaves que têm de responder os cientistas que se orientam pelo Código de Boas práticas de pesquisa da FAPESP.

Nesse estágio da discussão, até pelo caráter que essa fonte têm, pode-se ressaltar o link “Library Success: a Best practices” ([http://www.libsuccess.org/index.php?title=Main\\_Page](http://www.libsuccess.org/index.php?title=Main_Page)) anteriormente mencionado. Nele, estão relacionadas todas as informações de caráter prático e as diferentes possibilidades que o profissional bibliotecário pode buscar para atingir o êxito no desempenho de sua função. Nessa dimensão, a sugestão de agir conforme as boas práticas aponta para uma certa individualização do bibliotecário, uma presumível autonomia, como uma independência que não é factual.

Parece um pouco com a ideia de que cada um ao seguir os roteiros das boas práticas apresentadas; de práticas que foram testadas por outros, sem erro, atingirá os melhores resultados, como já se disse anteriormente. Isso induz a possíveis rupturas com um quadro de existência convencional e, certamente, poderá constituir algumas dificuldades, Freud (2011) talvez dissesse sofrimentos, com potencial de demanda de soluções, como a fuga neurótica.

### **1.13 - Codificação de conduta profissional e seus fundamentos clássicos**

Rachels (2012) foi um pesquisador no campo da Filosofia moral que viveu e exerceu



a docência nos Estados Unidos da América, tendo se dedicado ao ensino e à reflexão das questões morais que surgem no dia a dia. *Elementos de filosofia moral* é um de seus livros e com ele o autor visa tornar mais compreensível as várias teorias que foram sendo construídas sobre a moralidade nos dois últimos milênios. Ali são enfocados alguns casos reais como forma de exercitar a aplicação de algumas dessas teorias ao longo da discussão que apresenta. Um propósito adicional que tem com o livro é responder à questão: *Como seria uma teoria moral satisfatória?* Após o debate de ideias que desdobra em mais de trezentas páginas, diz que “se não nos destruímos, a filosofia moral, a par de outros estudos humanos, pode ainda ter um longo caminho pela frente” (RACHELS, 2012, p. 285).

Uma lição a tirar desse livro, não diferente de outros que discutem a moralidade e as teorias éticas, é que essas não são esgotáveis em si próprias e quando confrontadas entre si não há uma que se possa eleger com indiscutivelmente melhor. De certa forma, todas se complementam, sem que haja qualquer uma delas a que se possa atribuir a possibilidade de permanentemente superar qualquer outra.

Das teorias que Rachels examina: subjetivismo ético, emotivismo, teoria da lei natural, egoísmo psicológico, egoísmo ético, utilitarismo, kantismo, teoria do contrato social, ética dos afetos [“ethics of care”] e teoria das virtudes, quando considera sua aplicação na avaliação das situações que se apresentam como dilemas a requerer tomada de decisão pelas pessoas, ressalta que na filosofia moral deste começo de século XXI, quatro dessas teorias se destacam como as grandes opções: a teoria do contrato social; o utilitarismo; o kantismo [ou deontologismo] e a teoria das virtudes. (RACHELS, 2012, p. 222)

A teoria das virtudes remonta a Aristóteles (século IV a. C.), a teoria do contrato social remonta a Hobbes (século XVII), o deontologismo remonta a Kant (século XVIII) e o utilitarismo remonta a Jeremy Bentham (século XVIII) e John Stuart Mill (século XIX).

A avaliação de Rachels, que o leva a chegar a essa síntese, também se reflete no discurso da moral ou das posturas éticas profissionais que têm predominado nos últimos séculos. Considera-se aqui para fins de análise, que se está olhando a partir da postura possível que possa ser empregada por um profissional na relação com sua clientela, com seus pares e com a sociedade. A aceitação da *teoria da virtude* como diretriz da ação profissional, leva-lhe a adotar a noção de que a conduta a ser empregada nas práticas de

trabalho deve escapar da produção de mal ou maleficência; a aceitação da *teoria do contrato social* como diretriz da ação profissional, leva-lhe a adotar a noção de que a conduta a ser empregada nas práticas de trabalho deve equilibrar as relações de forma tal que todos sejam tratados de igual forma e com meios idênticos; a aceitação do *deontologismo* como diretriz da ação profissional, leva-lhe a adotar a noção de que a conduta a ser empregada nas práticas de trabalho deve partir da ideia de que o profissional conhece as suas obrigações éticas, tomando como imperativo o agir bem, se obrigando a oferecer serviços e atendimento no mesmo nível que ele gostaria de receber no caso de estar no papel de usuário; a aceitação do *utilitarismo* como diretriz da ação profissional, leva-lhe a adotar a noção de que a conduta a ser empregada nas práticas de trabalho deve partir da ideia de que o profissional se obriga a oferecer serviços que promovam o benefício de mais amplo alcance em todos os sentidos para o usuário.

De certa maneira, admite-se aqui que, hoje, as pessoas participam, na maioria dos 193 países formal e legalmente constituídos e integrantes da ONU – que representa em torno de 90% do total de estados soberanos ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista de Estados soberanos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_Estados_soberanos)) –, de sociedades organizadas a partir de legislação ampla, estrutura judiciária constituída, estado com setores fundamentais funcionando plenamente. Nessa circunstância, deve-se tomar como dadas as premissas da contratualidade social; ao mesmo tempo, e nas condições culturais dadas, se deve tomar como indiscutíveis a aplicação dos fundamentos da teoria das virtudes tais como honestidade, lealdade, etc. como pressupostos de toda e qualquer atividade em que se relaciona prestador de serviços e cliente. Dessa forma, poder-se-ia tomar como verdade que tais premissas estão absorvidas como *a priori* nas codificações profissionais hoje predominantes as quais exporiam mais acentuadamente os fundamentos deontológicos (dever), de um lado, e utilitaristas (maior benefício) de outro.

Pelo valor de síntese já construída, se apresenta no recorte a seguir como Rachels (2012) lê o pensamento de Kant sobre o valor da pessoa humana, que dá uma dimensão significativa em relação ao propósito deste texto.

Quando Kant afirmou que o valor dos seres humanos *está acima de qualquer preço* [...] tinha em mente [...] um juízo objetivo sobre o lugar dos seres humanos na ordem das coisas. Há dois fatos importantes sobre as pessoas que apoiam, do seu ponto de vista, este juízo. Primeiro, uma vez que as pessoas têm desejos e objetivos, as outras coisas têm valor *para* elas em relação aos seus projetos. As meras *coisas* [...] têm valor apenas como meios para fins, sendo os fins humanos que lhes *dão* valor. Assim, se quisermos tornar-nos melhores jogadores de xadrez, um manual

de xadrez terá valor para nós; mas para lá de tais objetivos o livro não tem valor. Ou, se quisermos viajar, um carro terá valor para nós; mas além de tal desejo o carro não tem valor. Segundo, e ainda mais importante, os seres humanos têm *um valor intrínseco, isto é dignidade*, porque são *agentes racionais*, ou seja, agentes livres com capacidade para tomar suas próprias decisões, estabelecer os seus próprios objetivos e guiar a sua conduta pela razão. (RACHELS, 2012, p. 191)

O profissional, ao se enxergar para além de sua função, há de querer e há de olhar para o sua totalidade humana como parâmetro para ver seus usuários, pois tanto ele quanto esses são tomadores de decisões sobre o seu próprio existir. São nessas decisões que ele firma o valor que atribui às coisas. Evidentemente, que ele poderá abstrair seu próprio “eu”, separando-o de sua função social, isto é, “a” é um sujeito que em tais circunstâncias se coloca como um profissional; quer dizer “a” tem uma função que adquire o valor de coisa que é um fim para que ele possa obter recursos econômicos que lhe sustentam a fim de atingir seus desejos humanos e dignidade e honra pessoais. Nesse mesmo sentido, “b”, um usuário, será tratado como parte da coisa que constitui a função social de “a”, a qual só pode ser exercida se “b” existir como usuário e não especificamente como pessoa. Igualmente, “b” como usuário procura “a” como profissional, como coisa, que tem valor como profissional.

Na situação referida, “a” e “b” coexistem porque a relação que a função de “b” como usuário e a função de “a” como profissional assegura isso. Se essas duas funções sociais: usuário de dado serviço e provedor desse não convergem não serão atribuídos valores de um para o outro nessa circunstância. Entretanto, por trás de seus papéis há uma razão e uma humanidade que os mantêm assemelhados e por isso levam-lhes a aceitar que têm como reconhecível em ambos uma dignidade existencial. Isso os levará a, ambos, darem-se valores aos seus respectivos papéis e tudo fazerem como imperativo *a priori* no sentido de bem cumprirem esses papéis. Farão isto, ao reconhecerem, necessariamente, que em outra circunstância poderão estar, “a” no papel de usuário e “b” no papel de provedor do serviço que “a” busca. Isso é fácil perceber, especialmente pela razão de que se vive em ambiente social, em que o conhecimento cada vez mais especializado torna a todos leigos em quase tudo que é conhecimento especializado e, portanto, na condição de usuários da quase totalidade do conhecimento-função dos especialistas.

Em relação a uma caracterização do utilitarismo, também se traz a síntese exposta por Rachels (2012). Segundo ele,

Bentham defendia que há um princípio moral essencial, [...] *o princípio da utilidade*. Este princípio requer que, sempre que temos a possibilidade de escolher entre ações ou políticas [...], escolhamos aquela que, no seu todo, tem melhores consequências para todos os envolvidos. (p. 136) “O argumento utilitarista é bastante simples. Devemos julgar as ações como certas ou erradas conforme causam mais felicidade ou infelicidade. (p. 147) O utilitarismo [...] pode ser resumido em três proposições: primeiro, deve-se julgar que as ações são moralmente certas ou erradas somente em função de suas consequências. Nada mais importa. Segundo, ao avaliar as consequências, a única coisa que interessa é a quantidade de felicidade ou infelicidade criada. Tudo o mais é irrelevante. Terceiro, a felicidade de cada pessoa conta da mesma maneira. (RACHELS, 2012, p. 152)

Essa apreciação aponta para a dimensão possível de que tanto usuários quanto os provedores de serviços, como seres humanos, têm um horizonte para sua conduta pessoal, transportável para o âmbito moral, que se fundamenta na *utilidade*. As pessoas são movidas em suas ações e propósitos pelos resultados positivos que possam alcançar ou negativos que devam evitar. Há, portanto, um cálculo ou uma medida que determina o empenho. Esse cálculo ou medida poderá ser avaliado previamente, o que pode levar à não realização de uma tarefa se os indícios apontam para insucesso ou pode-se fazer algo sobre o qual não se pode antecipar o resultado porque se deseja muito fazê-lo, e em caso de sucesso teria valido o risco. Nessa circunstância, o potencial de erro pode ficar encoberto por engano e/ou emoção. No caso do erro se confirmar haverá possível punição, em havendo a superação do erro, poderá ser valorizada a intuição daquele que tomou a iniciativa da execução da ação.

A título de reflexão, tome-se a relação anteriormente mencionada e considere-se que nela estejam envolvidas as pessoas “a” como profissional médico e “b” como paciente /usuário dos serviços desse profissional. Ambas vivenciam a relação médico-paciente em que são movidas pela busca do melhor resultado possível, avaliando como consequências: o mais amplo sucesso profissional de “a” ou o reforço de sua reputação como cirurgião e a plena restauração de “b” pelo sucesso da cirurgia a que irá submeter-se e o retorno à sua plena vivência. Feitos todos os procedimentos pré-operatórios, ainda há dúvidas sobre determinadas reações de “b” a determinadas etapas do processo cirúrgico possível. Os exames e testes não dão 100% de garantias sobre o sucesso da cirurgia, no caso de ser realizada. Entretanto, com base no conhecimento médico existente para a situação, também não é seguro que “b” permaneça submetido à espera de um momento propício no futuro, pois sua vida corre risco iminente. Nessa situação,

há o risco que se acerca de ambos “a” e “b”, social e profissional de um e vital de outro. Mas a decisão em favor da cirurgia estimula “a” a partir da seguinte análise: se a cirurgia for bem sucedida, dará um acréscimo à sua reputação profissional e salvará “b”, e “b” valoriza a tentativa. Esse cálculo sobre a consequência desejada move a decisão de ambos pela realização da cirurgia.

No final das contas, pode-se considerar que as três proposições utilitaristas estão atendidas, isto é, primeiro, que as ações serão moralmente certas ou erradas somente em função de suas consequências, nada mais importando, apenas se torce na origem para que seja positivo o resultado; segundo, avaliadas as consequências, a única coisa que interessa é a quantidade de felicidade ou infelicidade criada, sendo tudo o mais é irrelevante e terceiro, que a felicidade de cada pessoa conta da mesma maneira.

Tanto pela via deontológica quanto pela via utilitarista há caminhos viáveis para se por em ação a estratégia das boas práticas. No entanto, na primeira, a motivação é interna, subjetiva, e está, sobretudo, no profissional. Este deve assegurar-se do que e como deverá cumprir uma ação como seu dever. Assim, compete-lhe informar ao paciente sobre todo o processo de intervenção e esclarecê-lo. Feito isso, havendo a aceitação tácita do paciente em correr o risco ele, ou seu representante legal, assinará um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, por meio do qual diz conhecer todas as implicações e autoriza a realização da intervenção. Pela via utilitarista, a motivação é interna de ambas as partes. Ainda que, formalmente, possa ser adotado o mesmo procedimento documental empregado pela via deontologia, de assinatura do TCLE, tendo em vista a tradição médica, tanto o profissional quanto o paciente estão apostando substantivamente no bom resultado.

Na visão deontológica prevalece uma grande valoração de parte do profissional na dignidade pessoal com que cumpre seu dever; é ele quem sabe o que pode e tem que fazer; na visão Utilitarista prevalece a valoração no melhor resultado possível, no que trará mais felicidade para os envolvidos, sendo o risco de insucesso considerado apenas de forma acessória. Pois tanto o médico quanto o paciente são jogadores em torno de um bom resultado. O bom resultado fará a ambos felizes, cada um de seu lado na situação colocada.

Essa apreciação de um caso que poderá ou não levar a uma intervenção cirúrgica, que como caso de estudo pode ser replicado em outras ações envolvendo outras profissões, aponta que a evolução da moralidade profissional em torno da noção das

boas práticas, pode ser uma forma híbrida encontrada nos anos recentes de tratar uma questão que, de outra maneira, parecia gerar oposição entre deontologistas e utilitaristas, ainda que tenha surgido como demanda de interesses econômicos e políticos, visando aos melhores resultados materiais.

#### **1.14 A ação de comunicar sobre as ações profissionais**

Pode-se chamar de ações profissionais aos conjuntos de atividades estruturadas por distintos grupos de pessoas que as conhecem e as praticam como domínios especializados de conhecimentos práticos, que podem ser integrados em desenhos apropriados ao fornecimento de respostas objetivas e finais para uma clientela estabelecida em um ou vários lugares e em dado tempo?

A pergunta apresentada no parágrafo precedente embute um conceito de ação profissional, que comporta uma dimensão muito ampla, direcionada a atender a todo e qualquer interesse. Tal conceito contém as noções de trabalho, trabalho organizado, trabalhador especializado, conhecimento especializado, projeto de trabalho, cliente e situação histórica e geográfica. Nesse sentido, seu propósito já faz saber o que são ações profissionais e insere subliminarmente em seu conteúdo o fenômeno comunicacional. Essa inserção não se apresenta como um pressuposto, mas sim como um elemento estruturante do pensar sobre quaisquer ações humanas, das quais a ação de natureza profissional tem um peso especial, pelo seu peculiar traço de ser modeladora do caráter das sociedades humanas.

Essa ideia, coerente com o pensamento nietzschiano, particularmente expresso no aforismo 354 de Gaia Ciência (NIETZSCHE, 1998, p. 268-270), decorre da iminência da ação profissional como parte do estado de consciência humana. Pode-se dizer que a profissão existe como forma de expressar o movimento do trabalho; mas trabalho pode ser o exercício de aplicação do esforço físico ou intelectual para produzir algo de um jeito aleatório e não planejado. Já a ação profissional pressupõe outra forma de conduta, tendo em vista que a clientela requer do outro que se estabelece como profissional uma perícia, uma capacidade de antecipar resultado, isto é, um poder de projetar o que irá fazer.

Ao se falar de trabalho organizado, conhecimento especializado, projeto de trabalho, situação histórica e geográfica se está dando com implicada a ideia de estruturas mentais e materiais que se tornam possíveis pelo domínio de processos de comunicação,

que se objetivam por sucessivas etapas de ação com propósito. Dizendo de outro modo, não cabe recordar que a ação profissional sucede toda a formação social, pessoal e escolar que um indivíduo recebeu antes de ser iniciado no aprendizado do conhecimento que vai dar-lhe o saber que o distinguirá do outro que será iniciado em outro ramo. O que talvez seja relevante atentar é que a ação de comunicar sobre as ações profissionais tem uma particularidade que afeta de igual maneira a todos os que agem profissionalmente: é uma ação pela qual os membros de uma categoria profissional poderão expor a sua distinção, a particularização social de sua existência como um grupo identificado pelo domínio específico de um saber. Essa ação de comunicação terá como fundamento inicial demonstrar a distinção entre ser iniciado nesse saber e não o ser. Sua força está na capacidade de convencer a todos as demais pessoas a aceitar a condição de leigos, isto é, a ficarem convencidas de que esse saber contém algo secreto cuja prática “não autorizada” trará prejuízos indiscutíveis, cujos danos afetam negativamente a quem a praticou, a quem autorizou e a quem foi beneficiário de sua execução.

O que se está a afirmar é que a ação de comunicar sobre as ações profissionais estaria subordinada a processo de construção de narrativas confirmatórias da distinção original que deu base para o estabelecimento de cada profissão. É visivelmente percebido que essas narrativas passaram a ser questionadas nas últimas décadas, quanto cada vez mais intensivamente a inteligência binária dos programas computacionais foi incorporando os discursos técnicos e as tecnologias que derivavam das diversas profissões. Assim, muitas das práticas médicas, de engenharia, de gestão, de biblioteconomia vêm sendo auto-matizadas, mas parece que com a mesma facilidade não se consegue automatizar as práticas da assistência psicológica, psicanalítica, a reflexão filosófica, etc. O que as distinguiria? Parece que essas práticas situam-se no âmbito de uma determinada ação profissional cujo exercício depende da relação humano-humano. Mesmo feita à distância, mesmo mediadas por máquina, elas comportam formas de ação, ou melhor, de interação que o pensar humano transformado em programa de computador, pelo que carrega como ação padronizada, não mais profissional no sentido do humano face a face, não substitui.

É possível que nessa brecha comunicacional se mantenha um aspecto valioso da ação de comunicar sobre as ações profissionais se sobre isso for tomada como tal a comunicação interpares sobre os seus compromissos de especialistas no interior de uma

sociedade. Poder-se-á dizer que a ação de comunicar sobre as ações profissionais se dá pela discussão que os profissionais de dado domínio podem fazer entre si em torno da interpretação contínua de seu papel e lugar na sociedade. Dizendo de outra maneira, o seu domínio de conhecimento, ao representar um valor, isto é, algo que a sociedade pode utilizar pelo princípio de seleção e escolha, esse valor poderá ou não ser cultivado pelos seus “guardiões”, que são delegados pela própria sociedade para conservá-lo nos fundamentos e atualizá-lo quanto ao que tem de instrumento e quanto aos sentidos que carrega.

Nesse aspecto, cada grupo profissional tem como instrumento objetivo para executar a ação de comunicar sobre as ações profissionais o seu código de ética profissional e tudo o que pode a partir dele fazer, discutir, atualizar e consagrar como representação da própria profissão. Desse modo, talvez esteja dada às profissões, e daí a sua resistência ao desmonte sofrido pelas diversas corporações pela cultura autoformativa, autorresolutiva do *faça você mesmo, aprenda por si mesmo*, etc., o lugar de sustentar o poder de comunicar sentido, na medida em que se concebiam como construtora de valores.

Isso poderia vir em direção contrária à percepção de estudiosos da psicologia social que, como Berger e Luckmann (2004), tentam interpretar como derrotas as mudanças sofridas pelas sociedades e instituições sociais dominantes que, nas últimas décadas, estão submetidas ao processo condenatório, especialmente com origem de viés econômico. Em parte esses estudiosos parecem ter razão, mas indiretamente suscitam a possibilidade de se pensar que um diálogo das profissões entre si, poderia levar à construção de outros discursos instituidores da sociedade. Segundo eles:

Apesar de as sociedades modernas terem desenvolvido ou permitido o desenvolvimento de instituições especializadas de produção e comunicação de sentido, não estão mais em condições de comunicar ou preservar ordens supra-ordenadas de sentido e valor, obrigatória e geral. A estrutura das sociedades modernas cria, além do bem-estar e de outras vantagens, também as condições para o surgimento de crises subjetivas e intersubjetivas de sentido. (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 80-81)

É evidente que uma das referências tomadas por Berger e Luckmann (2004), para sua análise é a religião com suas grandes corporações, mas as profissões com suas associações nacionais, com suas federações internacionais podem também ter tal perfil. Faltaria a elas talvez seu texto fundador a orientar seu coletivo. Esse texto fundador cujo propósito é orientar a ação de comunicar sobre as ações profissionais é o próprio código



de ética. Na Biblioteconomia, por exemplo, a instituição pela IFLA em agosto de 2012 do seu primeiro Código de Ética, com o devido alcance internacional, parece ser uma resposta nessa direção. Um aspecto relevante desse Código é a forma com que está construído. Morfologia dos códigos de ética profissionais é o tópico de que se trata a seguir.

### 1.15 - Morfologia dos códigos de ética

Sob a noção de morfologia, especialmente quando se observa um dos modos de análise da língua, trata-se das características que têm as palavras em relação à sua natureza. Algumas palavras representam ideias com propriedades essenciais, como os substantivos; outras representam ações, como os verbos, outras mais, representam qualidades que se podem atribuir aos substantivos, essas são chamadas de adjetivos. Na sentença, *a biblioteca foi embelezada*, “biblioteca” representa uma substância, cuja palavra designativa é substantivo; “foi” representa uma ação, cuja palavra designativa é verbo e “embelezada” é uma qualidade dada à biblioteca, cuja palavra designativa é adjetivo. O analista da sentença não examinou a ideia de biblioteca naquilo que ela possivelmente é como parte da realidade sensível. Escapa-lhe considerar o que ela significa no todo, em suas partes e quanto às suas finalidades. Disso se aproximaria mais a análise sintática. Por esse modelo de análise, a mesma sentença será tratada pelos papéis que os agentes nela representados potencialmente praticam no mundo vivido. A palavra “biblioteca” é um *sujeito* que, como tal, tem pluridimensão – presume uma série de componentes expressos por outros termos: projeto, usuário, prédio, pessoal, acervo, serviços, etc.; “embelezada” é uma qualidade de certa figuração dada ao que nela, se existente para os sentidos, representa em um de seus componentes, ou seja, um edifício, sendo então um *predicado*; e “foi” representa um movimento passível ou não de ser executado sobre o sujeito por uma ação intencionalmente realizada em dado momento. Esse movimento, em termos reais sensíveis, pode ser dado no sentido de que se aplicara tinta em suas paredes ou outro cujo significado mais preciso deverá ser buscado. A análise de significado requer que se penetre a sentença enfocando o sujeito.

Foi exposta essa noção de dupla análise, a fim de afirmar que os documentos comumente designados como códigos de ética, se permitem uma análise de conteúdo, discursiva e sintática de seu teor, e também uma análise de sua morfologia.

Pode-se afirmar que Códigos **Prescritivos**, porque determinam o que deve ser

realizado, tendem a modelar-se numa linguagem do direito positivo, dispondo de modo hierárquico uma sequência de tópicos sob a forma de capítulos, seções, títulos, artigos, parágrafos, partindo de um sujeito ou ambiente a quem ou ao qual se aplicam. Esses códigos visam regular o conjunto das relações que poderão ocorrer no interior dos grupos (ou seja, relações praticadas pelos próprios profissionais entre si); entre os membros do grupo e os usuários de seus serviços e entre os membros do grupo e as diversas instâncias da sociedade mais ampla na qual o grupo, suas instituições constituidoras, e cada profissional participa.

Geralmente, tais códigos têm forte caráter normativo e impositivo. Por eles, em que as regras teriam valor por si próprias, por decorrerem de uma clara consciência implícita de dever que cada membro do grupo teria em relação a um compromisso profissional assumido individualmente perante o grupo e testemunhado por membros da sociedade, Isso viria do juramento feito individualmente pelos profissionais relativo ao cumprimento dos atributos que sua profissão admite como de sua competência naquela sociedade. Seu recorte, portanto, os associam à deontologia e deveriam ser designados como Códigos deontológicos. Na maioria desses códigos, como formalidade, há a previsão da existência permanente de Comissões ou Tribunais éticos, constituídos por subgrupos designados pelas entidades gestoras, com a incumbência de receber denúncias, averiguar e, se for o caso, definir e sugerir ou aplicar punições.

Como exemplo para a designação “tribunal” às Comissões destinadas a analisar conflitos éticos, pode ser dado à regulamentação da profissão de Administrador no Brasil. O Conselho Federal de [Profissionais] da Administração, ao adotar através da Resolução Normativa CFA Nº 393, de 6 de dezembro de 2010, um novo Código de Ética dos Profissionais de Administração (CEPA), destaca o Regulamento do Processo Ético. No Art. 13 desse instrumento, consta que o “Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Administração manterão o Tribunal Superior e os Tribunais Regionais, respectivamente, objetivando o resguardo e aplicação do CEPA”<sup>19</sup>.

Designam-se como **declaratórios** os códigos descritivos, porque seus textos são compostos por enunciados de compromissos que uma vez explicitados atendem ao movimento de dada sociedade. A linguagem que adotam tende a expor uma relação de cumplicidade e reconhecimento pelo grupo dos profissionais dos quais são a voz, dos

---

<sup>19</sup> Ver em: <http://www2.cfa.org.br/codigo-de-etica/downloads/RN001310.DOC>. Acesso em: 04-09-2012.

eventos ou circunstâncias que estão implicados na relação entre esses e os usuários de seus serviços no cotidiano da sociedade na qual exercitam suas ações. Esses códigos representam, em sua linguagem, mais a noção de pacto do que de norma, e a ideia de código visa reconhecer e tornar explícitas as relações que poderão ocorrer no interior dos grupos (ou seja, relações cumpridas pelos próprios profissionais entre si); entre os membros do grupo e os usuários de seus serviços e entre os membros do grupo e as diversas instâncias da sociedade mais ampla na qual o grupo, suas instituições constituidoras, e cada profissional participa.

Geralmente, tais códigos têm recorte, que mais os associam ao utilitarismo e, de certo modo, deixam implícita a ideia de que a busca da melhor alternativa para atingir a felicidade, tem início com a conversação e o entendimento. Nesses códigos, se prevê a existência de Comitês de ética, com caráter mais consultivo, visando conciliar situações que requeiram a dissolução de conflitos ou dilemas éticos. Questões que ultrapassam a esses limites geralmente não são referidas, pois em uma sociedade política e socialmente organizada, devem ser tratadas pelas leis civis do país. Por suas características, esses instrumentos deveriam ser designados como Códigos de conduta ou Códigos de comportamento.

Essa breve morfologia dos chamados códigos de ética deixa evidenciado que há uma grande influência em sua concepção de duas ordens de fundamentos: a) o *dever*, pelo qual o sujeito sabe *a priori* porque está destinado a realizar a ação que tem a dar conta em face dos valores inerentes a essa ação e para quem e com que procedimentos morais deve fazê-lo, e b) a *utilidade*, pela qual o sujeito sabe que tem objetivos a alcançar como resultado da ação realizada, tendo em vista a quem se destina e a si próprio.

Logo, há duas distintas percepções de como se manifestar para o grupo, para os usuários e para a sociedade como um todo, o que constitui as convicções de um dado grupo em relação à sua conduta profissional. Desta maneira, essa circunstância, tomada como o significado ético ou moral da ação profissional, interfere na morfologia do Código de Ética, também dos profissionais bibliotecários.

### **1.16 - Morfologia dos códigos de ética dos profissionais bibliotecários**

Internacionalmente, os bibliotecários vêm constituindo uma tradição codificadora de sua conduta profissional, iniciando no começo do século XX, nos Estados Unidos da América. De acordo com Shields (1991)

Em 1903, Mary W. Plumer foi autora de um [Código de Ética], em 1922, Charles Knowles Bolton formulou uma revisão aprovada pela ALA; em 1929, um descontentamento com o documento veio à tona com a proposição de um código que definha e nunca foi ratificado. Esses códigos eram principalmente uma lista extensa de mandamentos que se poderia esperar de uma reunião de cúpula dos administradores, por exemplo, tu não cobiçarás o orçamento da biblioteca vizinha, tu não falarás mal do teu administrador, hás de usar sapatos adequados, etc. De 1968 a 1981, foi uma luta constante para apresentar um código que pudesse ser aprovado pelo Conselho da ALA. Durante este período foi desenvolvido o conceito de bibliotecas como instituições que devem descobrir e empregar métodos para as pessoas encontrarem o que elas querem saber pela utilização do registro gráfico. Quase imediatamente, um princípio moral foi fixado como direito da biblioteca proclamar o direito ao saber. Os bibliotecários têm encontrado maneiras de dizer isso e insistir que negar esse acesso é uma blasfêmia moral e ética contra o Código de Direitos dos EUA. (...) Na convenção da ALA em 1981, uma revisão de um Código de Ética Profissional foi aprovado. É um documento sucinto, informativo e moralista em suas exortações para a conduta profissional. (SHIELDS, 1991, p. 22)

Esse recorte ao texto de Shields (1991) expõe sinteticamente o movimento que vem sendo realizado em torno do teor do Código de Ética dos bibliotecários dos Estados Unidos da América – EUA, mas não à sua morfologia.

Em suas revisões mais recentes, esse Código tem assumido a forma declaratória, como a de sua última versão aprovada em 2008, que se transcreve a seguir. Com o título “Code of Ethics of the American Library Association”, seu texto, tem conteúdo sintético: [<http://www.ifmanual.org/codeethics>]

*As members of the American Library Association, we recognize the importance of codifying and making known to the profession and to the general public the ethical principles that guide the work of librarians, other professionals providing information services, library trustees and library staffs.*

*Ethical dilemmas occur when values are in conflict. The American Library Association Code of Ethics states the values to which we are committed, and embodies the ethical responsibilities of the profession in this changing information environment.*

*We significantly influence or control the selection, organization, preservation, and dissemination of information. In a political system grounded in an informed citizenry, we are members of a profession explicitly committed to intellectual freedom and the freedom of access to information. We have a special obligation to ensure the free flow of information and ideas to present and future generations.*

*The principles of this Code are expressed in broad statements to guide ethical decision making. These statements provide a framework; they cannot and do not dictate conduct to cover particular situations.*

- I. *We provide the highest level of service to all library users through appropriate and usefully organized resources; equitable service policies; equitable access; and accurate, unbiased, and courteous responses to all requests.*
- II. *We uphold the principles of intellectual freedom and resist all efforts to censor library resources.*
- III. *We protect each library user's right to privacy and confidentiality with respect to information sought or received and resources consulted, borrowed, acquired or transmitted.*
- IV. *We respect intellectual property rights and advocate balance between the interests of information users and rights holders.*
- V. *We treat co-workers and other colleagues with respect, fairness, and good faith, and advocate conditions of employment that safeguard the rights and welfare of all employees of our institutions.*
- VI. *We do not advance private interests at the expense of library users, colleagues, or our employing institutions.*
- VII. *We distinguish between our personal convictions and professional duties and do not allow our personal beliefs to interfere with fair representation of the aims of our institutions or the provision of access to their information resources.*
- VIII. *We strive for excellence in the profession by maintaining and enhancing our own knowledge and skills, by encouraging the professional development of co-workers, and by fostering the aspirations of potential members of the profession.*

Essa tendência quanto à morfologia e conteúdo dos códigos de conduta ou ética profissional de categorias ou parte de categorias profissionais que assumam ter compromisso com a explicitação do que parece ser o essencial da relação que almejam implementar entre profissionais e sociedade, profissionais entre si e profissionais e usuários finais dos serviços que oferecem vem sendo reforçada progressivamente nos anos recentes.

Além do diretório de Códigos de ética profissional adotados por várias associações nacionais, disponível no *site* da IFLA, é relevante ressaltar o esforço dessa organização internacional em empregar esse parâmetro num código de ética próprio, intitulado: IFLA Code of Ethics for Librarians and other Information Workers<sup>20</sup>, aprovado pelo IFLA Governing Board, em agosto 2012. Essa postura, possivelmente, tem como efeito afirmar a adequação dessa forma e da simplificação do conteúdo, limitando o código à explicitação do que é, de fato, relevante. Além do mais, pode-se destacar no Código de Ética da IFLA a presença de um preâmbulo, onde estão expostos enunciados que dão

---

<sup>20</sup> Ver em: <http://www.ifla.org/files/faife/publications/IFLA%20Code%20of%20Ethics%20-%20Long%200.pdf>. Acesso em: 04-09-2012.

conta de difundir os propósitos da organização, como a seguir vêm transcritos, o que confere um contemporâneo traço de transparência quanto ao pensamento da entidade:

*This Code of Ethics and Professional Conduct is offered as a series of ethical propositions for the guidance of individual librarians as well as other information workers, and for the consideration of Library and Information Associations when creating or revising their own codes.*

*The function of codes of ethics can be described as: 1) encouraging reflection on principles on which librarians and other information workers can form policies and handle dilemmas; 2) improving professional self-awareness; 3) providing transparency to users and society in general.*

*This code is not intended to replace existing codes or to remove the obligation on professional associations to develop their own codes through a process of research, consultation and cooperative drafting. Full compliance with this code is not expected.*

No site da IFLA, conforme visita realizada em 20 de agosto de 2012, estão disponíveis os textos de códigos de ética correspondentes a 38 países<sup>21</sup>.

Constata-se que entre eles há alguma dissonância entre forma e conteúdo quando se observa a redação de alguns códigos aprovados pelas respectivas associações nacionais.

A título de exemplificação, são apresentados, a seguir, quatro textos de códigos de ética profissional de bibliotecários, construídos por Associações de quatro diferentes países (Suíça, Itália, Filipinas e Armênia). Pelo que neles se encontra, algumas circunstâncias são similares, evidenciando uma provável semelhança entre o fato profissional e a prática desenvolvida. Supostamente, isso quer dizer que há relações entre profissional e profissional, profissional e usuário e profissional e sociedade em quaisquer lugares, mas que não se dão necessariamente com o mesmo olhar de cultura profissional universal quanto à conduta empregada. Considere-se que, desses quatro países, escolhidos por sorteio simples nessa lista para um exame um pouco mais acurado, dois pertencem à Europa e com distinta situação econômica e social e dois pertencem à Ásia. Mais adiante, poder-se-á verificar no Quadro 1 o que essas redações têm em comum com a redação atualizadora do último código brasileiro, que é de 2002, chamado de Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia – CE-CFB.

O primeiro desses códigos, adotado pela Association des Bibliothèques et Bibliothécaires Suisses (BBS), desde 1998, tem a denominação de Code de déontologie des bibliothécaires suisses. Entretanto, quando se observa sua redação, constata-se que

---

<sup>21</sup> Ver em: <http://www.ifla.org/en/faife/professional-codes-of-ethics-for-librarians>. Acesso em: 20-08-2012.

corresponde a uma forma declaratória; sua redação não tem o perfil de disposições construídas sob a perspectiva do texto legal de recorte positivo. Além disso, o texto vem acompanhado de notas explicativas que, certamente, acrescentam uma memória para que em leituras posteriores, não restem dúvidas quanto ao sentido que seus redatores pretenderam dar a certos termos e expressões empregados.

***Ce Code de déontologie a été adopté par l'Assemblée générale du 4 septembre 1998 à Yverdon-les-Bains.***

***Principe général***

*Le métier de bibliothécaire est fondé sur un ensemble de compétences techniques et un projet culturel.*

*Le/la bibliothécaire appartient à un corps professionnel dont l'utilité sociale est reconnue. Sa mission est d'être au service et à l'écoute des besoins des usagers de sa bibliothèque. Il/Elle gère de l'information documentaire et lui confère une valeur ajoutée, quel que soit l'organisme où se déploie son activité.*

*La conscience de sa responsabilité à l'égard de la société en général est à l'origine de ce code. Celui-ci vise à définir aussi bien les devoirs que les droits liés à la profession de bibliothécaire.*

***Constitution des collections***

*En accord avec les missions propres à son institution, le/la bibliothécaire acquiert sans préjugés idéologiques, politiques ou religieux, et en dehors de toute pression, les documents significatifs de la production contemporaine et de la mémoire de l'humanité.*

*Il/Elle constitue des collections susceptibles de permettre aux individus de comprendre l'évolution de la société, d'exercer leurs droits démocratiques, de se développer culturellement et professionnellement, ainsi que de se divertir.*

***Accès aux documents***

*Le/La bibliothécaire met à disposition de tous, sans distinction d'âge, de race, de sexe, de religion, d'appartenance politique ou de statut social, les documents présents dans les collections dont il/elle a la responsabilité et il/elle les promeut activement. Il/Elle offre un accès libre et illimité à la connaissance, la pensée, la culture et l'information, sous réserve de restrictions définies par la loi. Il/Elle veille à rendre les usagers/usagères autonomes.*

*Dans l'intérêt de toutes les catégories d'usagers/usagères, le/la bibliothécaire défend le principe de l'accès gratuit aux documents.*

*Le/La bibliothécaire fournit à tous, selon leurs besoins, les moyens nécessaires à l'obtention de ressources à distance, qu'elles soient électroniques ou non.*

***Préservation***

*Gardien/Gardiennne de la mémoire d'une société donnée, le/la bibliothécaire veille, en accord avec les missions propres à son institution, à la conservation et à la préservation des collections qui lui sont confiées.*

***Formation***

*Le/la bibliothécaire acquiert, entretient et approfondit les compétences professionnelles requises par l'exercice de sa profession. Il/Elle bénéficie*

*d'une formation professionnelle continue et contribue à promouvoir la bonne image de sa profession.*

*Il/Elle œuvre pour l'obtention d'un statut professionnel reconnu et favorise l'engagement de personnel qualifié dans les bibliothèques. Il/Elle fait preuve de solidarité professionnelle en conseillant les bibliothèques et les bibliothécaires en fonction de leurs besoins.*

*Le/La bibliothécaire participe au développement de sa profession. Il/Elle partage et transmet ses connaissances, il/elle participe à la vie des associations professionnelles et les promeut, il/elle publie dans des revues bibliothéconomiques et contribue aux travaux de recherche dans son domaine.*

### **Coopération**

*Le/La bibliothécaire appartient à des réseaux documentaires. Il/Elle travaille en liaison avec des collègues et des institutions ou personnes susceptibles de compléter les prestations qu'il/elle fournit. Il/Elle facilite la coopération entre bibliothèques et bibliothécaires.*

### **Responsabilité**

*Le/La bibliothécaire engage sa responsabilité personnelle à l'égard de tous les usagers/usagères en faisant preuve d'efficacité, de disponibilité et de diligence.*

*Il/Elle garantit la confidentialité des informations qu'il/elle possède concernant les usagers/usagères et la nature de leurs demandes.*

*Il/Elle s'interdit de déformer l'information fournie selon ses préférences ou ses préjugés personnels.*

*Il/Elle sélectionne les sources utilisées pour collecter l'information demandée et dirige ses usagers/usagères vers d'autres spécialistes ou institutions lorsque ses compétences ou les ressources à sa disposition ne répondent pas efficacement à la demande.*

*Dans tous les cas, il/elle se doit d'agir avec discernement.*

### **Notes Explicatives**

#### **Remarques générales**

*Le code est destiné aux bibliothécaires suisses, à leurs employeurs/employeuses, aux usagers/usagères des bibliothèques ainsi qu'au grand public. Il énonce les droits et devoirs que toute bibliothécaire doit respecter et faire valoir. Il cerne les compétences particulières des bibliothécaires auxquelles tout individu peut faire appel.*

*Le code de déontologie des bibliothécaires suisses n'entend pas se substituer aux chartes des bibliothèques individuelles qui définissent, quant à elles, le champ d'activité, les missions, les politiques et les prestations particulières d'une bibliothèque donnée. Il ne devrait pas moins représenter l'exigence éthique de toute charte de bibliothèque.*

*Le terme „bibliothécaire" désigne toute personne travaillant dans une bibliothèque et assumant un rôle de médiateur/médiatrice entre information documentaire et usagers/usagères. Les documentalistes et archivistes pourront se reconnaître dans certains passages du texte, même s'il n'a pas été rédigé à leur intention. Les spécificités de chacune des trois professions rendent difficile l'élaboration, dans un premier temps, d'un code commun. Souhaitons que dans un deuxième temps, des représentant(e)s des trois professions se réunissent pour élaborer un dispositif déontologique unique.*

#### **Remarques spécifiques**



*Principe général*

*„Valeur ajoutée" : toute action du/de la bibliothécaire améliorant la valeur informative des documents (classement, indexation, résumés, bibliographies, etc.).*

*Constitution des collections*

*La constitution d'une collection pertinente implique le développement et l'actualisation des fonds (désherbage).*

*Par „document", il convient d'entendre tous les types de supports (documentation traditionnelle et documents relevant des technologies modernes).*

*Accès aux documents*

*„Accès libre..." : toute forme d'accès, y compris le prêt des documents.*

*„Restrictions définies par la loi" : par exemple, ouvrages ayant fait l'objet d'interdictions légales. Il peut arriver, en outre, qu'une exigence éthique d'ordre supérieur limite le principe de l'accès libre aux documents, dans le cas notamment des publics qui méritent la protection du/de la bibliothécaire, comme les enfants.*

*„Accès gratuit aux documents" : le code de déontologie définit les principes fondamentaux de la profession qui, dans certaines circonstances indépendantes de la volonté des bibliothécaires, peuvent être remis en question. C'est le cas de l'accès gratuit aux documents, principe que les bibliothécaires doivent rappeler et défendre avec vigueur, même si le pouvoir politique les contraint parfois à le transgresser pour des raisons économiques.*

*„Rendre les usagers/usagères autonomes" : le/la bibliothécaire doit faire en sorte que les usagers/usagères de sa bibliothèque puissent acquérir un maximum d'autonomie dans l'utilisation des ressources documentaires mises à leur disposition. Dans cette optique, il/elle doit être à disposition pour les renseigner, il/elle peut rédiger des guides d'utilisation, organiser des séances d'information, des cours, etc.*

*Responsabilité*

*„Agir avec discernement" : le/la bibliothécaire essaie de toutes les façons possibles de prendre conscience de ses préférences ou de ses préjugés personnels et tente, dans son travail, d'en faire abstraction.*

O segundo desses códigos trata-se do Código de ética dos bibliotecários italianos, adotado desde 30 de outubro de 1997 pela Associazione italiana biblioteche (AIB), sob a denominação Codice deontologico del bibliotecario; principi fondamentali. Sua redação, entretanto, destaca que esse Código de conduta é um código de ética. Pode-se entender que tal afirmação quer dizer que se trata de um código deontológico, também pelo fato de suas seções estarem intituladas com o termo “duties” (deveres ou obrigações), na transposição para o idioma inglês. Embora sua redação não esteja sob a forma de disposições de recorte legal positivo, e o porquê disso é esclarecido no primeiro parágrafo de sua introdução, ou seja, para distinguir de textos legislativos, tem nitidamente o traço prescritivo. De outro lado, percebe-se que se trata de um código

sintético.

*The Code of Conduct is a code of ethics; it commits the librarian as a professional and is not a code of legal provisions.*

*The members of the Italian Library Association, the professional guide and guarantor for both librarians and other parties, are obliged to conform to the Code. The Librarian's Code of Conduct embodies the foundations of the profession's independence.*

*The Code of Conduct lays down the librarian's duties toward the user and the profession.*

### **1. Duties toward the user**

*1.1 The librarian guarantees the user access to publicly available information and to documents without any restriction that is not explicitly and previously stated in laws or regulations.*

*1.2 The information supplied by the librarian shall be complete, objective and impartial, i.e., unconditioned by the librarian's personal viewpoints, ideas and values, neither by external political and economic bodies.*

*1.3 The librarian, in managing the library and its services for the public, shall not accept any conditioning as regards sex, ethnic group, nationality, social condition, religion or political opinions.*

*1.4 The librarian shall reject and oppose any form of censorship of the documents gathered and organised and of the information supplied.*

*1.5 The librarian guarantees the confidentiality of the user, of the information he requested or received and of the information sources used.*

*1.6 In carrying out his professional duties, the librarian should not place himself in a position of conflict of interest and shall not use the information and resources available to him by virtue of his position for his personal interest.*

*1.7 It is the duty of the librarian to promote, both individually and collectively, the efficiency and the independence of the library service as an instrument of democracy.*

### **2. Duties toward the profession**

*2.1 The librarian shall honour the profession, profoundly aware of its social usefulness.*

*2.2 The librarian shall possess a broad and in-depth professional knowledge which enable him to provide a high-quality service, according to definite performance indicators and pursuing the optimal use of resources.*

*2.3 The professional knowledge should be continuously and constantly up-dated, also through participation in library associations and organisations.*

*2.4 In his professional activity, the librarian's relations toward his work colleagues shall be based on the principles of correctness, respect and spirit of collaboration.*

### **3. Duties toward documents and information**

*3.1 The librarian undertakes to promote the enhancement and preservation of documents and information.*

*3.2 The librarian undertakes to guarantee the transmission of knowledge through the rational organisation of documents and by acting impartially and professionally.*

*3.3 The librarian, conscious of the global context in which he operates,*

*undertakes to promote both individually and in cooperation the integration of information systems and the removal of the organisational and geographical obstacles which hinder the circulation of information and documents.*

O terceiro desses códigos mostra que os bibliotecários armênios dispõem de seu Código desde junho de 2003. A Armenian Library Association designou-o como Professional code of behaviour of the Armenian Librarian. Pode-se afirmar que se trata de um código declaratório. Este código dos bibliotecários armênios tem a significativa novidade de intitular-se Código de comportamento, embora em língua inglesa o termo *Behavior*, signifique também “conduct or action”. Sob o termo “Bibliotecário” ele arrola dez condutas ou ações que cabe ao bibliotecário cumprir. Nele, estão expostos de forma sintética os compromissos e a extensão com que o profissional bibliotecário deve exercê-los. Em seu parágrafo inicial está explícito o reconhecimento dos princípios e padrões éticos internacionalmente aceitos. Trata-se, por fim, de um código de conduta que enuncia ou declara os compromissos a serem cumpridos, pela adesão consciente dos integrantes da profissão.

*The present Code of Behaviour is based upon internationally acknowledged ethical standards and principles. The relations of a librarian and a user are founded on mutual respect, without regard to their nationality,*

*race, social status, political opinions, religion, gender, and age differences. Within the Code of Behaviour the right to free access to information is considered as one of the cornerstones of library service.*

***The librarian:***

*1 Provides all users with effective, publicly available information, and does not use information resources for the purpose of making the users dependent upon him/herself.*

*2 Fights against matters concerning the restriction of freedom and censorship of information.*

*3 Does not bear responsibility for the consequences of the usage of information by the user.*

*4 Guarantees the confidentiality and privacy of information services to the user (except for those regulated by law).*

*5 Respects and preserves the copyright and intellectual property rights.*

*6 Preserves the intellectual values of Armenians and of all nations, assists in their enrichment, and supports the cultural development of the national minorities living in Armenia.*

*7 Demonstrates concern for the profession of the librarian, the high social status of librarianship and its authority.*

*8 Respects his/her colleagues, is ready to support and cooperate*

*with them.*

9 *Devotes his/her professional abilities, strength and energy to his/her library, and strives to resolve its problems.*

10 *Continuously enriches his/her professional knowledge.*

*It is the moral and professional duty of each and every librarian in the RA to adhere to the above mentioned Code of Behaviour.*

O quarto desses códigos trata-se do Código de Ética dos Bibliotecários Filipinos. Ele apresenta-se com algumas diferenças em relação aos códigos dos três países acima examinados. Enquanto aqueles advêm de Associações profissionais, com autonomia para formular seus valores, expressá-los e aprovar o texto final, e por isso escolhem uma postura mais normativo-prescritiva para expressar sua conduta ou uma postura declaratória e compromissal, a redação do código filipino é uma peça do Estado, submetida que foi ao crivo de uma Comissão de Regulamentação Profissional. Nesse sentido é, dos quatro, o Código cuja estrutura, forma e redação têm grande semelhança com o Código de Ética Profissional do Bibliotecário brasileiro, o chamado Código de Ética do CFB.

Quanto à sua forma e conteúdo é completamente prescritivo e impositivo na medida em que em todas as suas disposições é usado o termo “should” como um termo auxiliar que designa obrigação, sendo o equivalente ao termo “deve” da língua portuguesa. Também, por ser dividido por artigos, se assemelha formalmente a um texto com recorte do discurso legal positivo. É, por tudo isso, um código deontológico.

***Professional Regulation Commission of the Republic of the Philippines Code of Ethics for Registered Librarians - Approved by the Professional Regulation Commission of the Republic of the Philippines in the City of Manila the 14th of August, 1992 (Resolution No. 02 8 1992)***

***Preamble***

*Librarians are imbued with lofty ideals of service to people through books and other records of knowledge, a service they believe is their best way to serve humanity, enrich people's lives and attain self actualization.*

*Through the years the profession of librarianship has developed, and a codification of ideal practices and relationship has become necessary to guide the practitioner in maintaining standards of ethical behavior in his relation with state and society, with clients, with profession and colleagues, with agency, and with oneself.*

***Art. I Relation with State and Society***

1. *Librarians should recognize and respect the supreme authority of the State as expressed through its laws and implemented by its agencies.*

2. *Librarians should always observe that the well-being of the public and interest of the State are above the well-being and interest of any individual.*

3. *Librarians should get involved in civic affairs and cooperate with*

*other organizations to promote the growth and development of the community.*

***Art. II Relation with Clients***

4. *Librarians should remain true to the people they serve. They must act with dignity, fairness, justice, sincerity and genuine willingness in the discharge of their duties. They should refrain from doing acts contrary to laws, morals, customs and public interest.*

5. *Librarians should provide the highest level of service through courteous, prompt, adequate, skillful, accurate and unbiased responses to all requests for assistance.*

6. *Librarians should keep in confidence information that has been obtained in the course of professional service except when disclosure to the appropriate authority is clearly in the public interest.*

7. *Librarians should not discriminate against any library user. They should always make known to the public the resources and services of the library.*

***Art. III Relation with profession and Colleagues***

8. *Librarians should regard their profession as a public trust and at all times uphold the integrity and dignity of the profession and protect it from misrepresentation.*

9. *Librarians should not directly or indirectly assist in the unauthorized practice of librarianship. They should report any violation of any provision of existing laws, rules and regulations, the Code of Ethics for Registered Librarians and other laws affecting the practice of librarianship to the Board for Librarians for proper action.*

10. *Librarians should exchange information with their fellow librarians, contribute to the work of library associations and library schools and cooperate in such other endeavors as to enhance the effectiveness of the library and information science profession.*

11. *Librarians should observe punctuality in appointments, in the discharge of duties, in the fulfillment of contracts, and in any other relationship with clients, employees and employers.*

12. *Librarians should avoid situations in which personal interest might be served or financial benefits gained at the expense of library users, colleagues or the employing agency.*

13. *Librarians should be guided in all their relations by the highest standards of honor and integrity and shall act with fairness and impartiality to all.*

14. *Librarians should keep their reputation above reproach and should so conduct themselves to gain public esteem and respect for the library and the profession.*

15. *Librarians should strive to improve, enhance and upgrade their professional knowledge through formal and informal means.*

16. *Librarians should encourage and provide opportunities for the professional development and advancement of librarians in their employ.*

17. *Librarians should perform and discharge their duties with the highest degree of professionalism, excellence, intelligence and skill.*

18. *Librarians should not malign directly or indirectly the professional reputation, competence, capability, prospects or practice of another professional. They should not use any unfair means to gain*

*professional advancement.*

19. *Librarians should adhere to the principles of due process and equality of opportunity in peer relationships and personal actions.*

20. *Librarians should distinguish clearly in their actions and statements between their personal philosophies and attitudes and those of an institution or professional body.*

21. *Librarians should help to create and maintain conditions under which scholarship can exist like freedom of inquiry, of thought and of expression.*

22. *Librarians should be receptive to new ideas, new knowledge and innovations that will contribute to the development of the profession.*

***Art. IV Relation with Agency***

23. *Librarians should assist in the improvement of libraries and information systems.*

24. *Librarians should be vigilant in the protection of all library property and resources.*

25. *Librarians should resist all efforts by groups or individuals to censor library materials.*

26. *Librarians should perform the functions of their office in good faith and to the best of their abilities, using reasonable skills and diligence, particularly where rights of individuals may be jeopardized by their neglect.*

27. *Librarians should discharge their duties with promptness, punctuality and dispatch.*

***Art. V Relation to Oneself***

28. *Librarians should not accept gifts or favors that might lead to unfair library practice, nor offer any favor, service or things of value to obtain special advantage.*

29. *Librarians should not engage in any activity that would result in a conflict of interest. They should not enter into transactions prejudicial to the library and should not appropriate resources of the library for their personal gain.*

30. *Librarians should be entitled to a just and fair compensation for services rendered. In the computation of such compensation, the period of time consumed, the knowledge, experience, ability and reputation brought into the plan/project, depreciation of materials/equipment used, if any, shall be taken into consideration. Every factor to be accorded such weight as shall be just and reasonable in each specific case.*

31. *Librarians should refrain from associating with, or allowing the use of their names by any persons or organizations whose relationship therewith would cast a doubt on their integrity and reputation.*

***Art VI Effectivity of the Code***

1. *The herein Code shall upon approval hereof by the Commission, take effect after three (3) months following its publication in the Official Gazette or in any newspaper of general circulation.*

Mais adiante neste texto (quadro 1), reitera-se, há uma disposição visual dos conteúdos que compõem os códigos de ética dos bibliotecários suíços, italianos, armênios, filipinos e o CE-CFB. O propósito é permitir uma análise comparativa, de

caráter morfológico, entre esses códigos. Pela análise deles, todos aprovados por seus responsáveis a partir dos anos 1990, pode-se perceber algumas distinções quanto a certos dispositivos ou abordagens que apresentam. Embora essas distinções sejam explicáveis por diferenças culturais gerais e profissionais, quanto ao teor de seu conteúdo destacam o CE-CFB em um patamar que, provavelmente, não atende a um contexto de avanços sociais e tecnológicos assimilados pela população brasileira a partir dos anos da década de 1980. De outro lado, está livre de questionamento que o CE-CFB é, ainda, mais prescritivo e formal-legal-positivo que o código dos bibliotecários filipinos.

### **1.17 - Atualidade de um Código de ética e valor em si para a atuação profissional**

A atualidade de um código de ética profissional está demarcada pelo que ele insere em seu conteúdo e pelo modo como trata esse conteúdo. Para ser atualizado, ele requer que os tópicos tratados correspondam ao que é mais corrente no conjunto dos temas atinentes às relações e práticas de trabalho correntes na sociedade. Além disso, deve atualizar a sua linguagem e deixar uma clara evidência de que o seu caráter normativo não precisa torná-lo um cabedal de chavões legalistas ou de expressões jurídicas, da mesma natureza dos textos legislativos.

Uma linguagem laica e extrajurídica aparentemente tem duas vantagens: 1) torna mais claras as ideias que a categoria profissional formula sobre a conduta a que se propõe seguir, pois se desveste de jargões próprios de outro campo especializado e pode se aproximar de uma linguagem de senso comum mais sintonizada com as expressões de uso cotidiano da população; e 2) por essas ideias estarem expostas com expressões de uso cotidiano o documento se torna mais facilmente comunicável pela redução de ambiguidade e menor exigência de interpretação tornando a sua mensagem mais habilmente assimilável pelos seus destinatários: os próprios membros da profissão, os usuários dos serviços desses profissionais e a sociedade como um todo.

Com essas duas características – clareza verbal e redução de ambiguidade – o código de ética, de conduta ou de comportamento, potencialmente, adquire o valor instrumental que se presume estar na sua origem. Supostamente, ele é uma fonte orientadora da ação profissional. Por ele, o profissional pode ter uma noção mais clara de como proteger-se e proteger os membros de seu grupo e a imagem social do grupo, e bem fazer o seu trabalho para os usuários e sociedade, pois terá mais facilmente formada a convicção de

que o código de conduta não é um instrumento contra si, ao contrário, trata-se de um instrumento do qual ele é coautor em potência. Isso quer significar que um código de orientação profissional de um grupo e de comunicação para a sociedade quanto à conduta desse grupo: 1 – Trata-se de um texto cujo teor se atém à essência relativa às suas relações com colegas, usuários e sociedade; 2 – Que trata de princípios e não de regras, de modo a não se sobrepor às particularidades dos ambientes de trabalho, que são de ajuste interno de cada empresa ou órgão; 3 – Que não visa sobrepor-se à legislação comum do país ou tenta suprir a uma alegada ausência de leis; 4 – Que não pode ser um instrumento destinado a propor penas a possíveis delitos profissionais, substituindo os tribunais civis; 5 – Que não deve expor regras que gerem reação de incredulidade quanto à sua aplicabilidade.

Em outras palavras, um código de conduta ou comportamento, se possível, deve estar construído sob o modelo do código dos bibliotecários armênios: sintético e declaratório.

Códigos com esse padrão de construção, também adotado pela IFLA e pela American Library Association – ALA, respondem ao critério de atualidade por conterem a linguagem simplificada e objetiva, que vêm tomando lugar no mundo das relações de gestão social, econômica e do trabalho, predominantes nas últimas décadas e que tem se destinado a atender às propostas que se apropriam da ideia das boas práticas.

A ideia de Boas práticas constitui cada vez mais uma noção equivalente a princípios que se fundamentam em: fazer com maior economia, fazer com maior transparência, tornar mais compreensível, etc. Tudo isso, deriva da percepção de que o mundo e a cultura do século XXI vão muito além dos modelos de sociedade agropecuária e industrial. Se o código de ética deontológico tem vínculo com o pensamento de Kant e esse pensamento, pela noção do Iluminismo, foi o que deu suporte à Revolução Industrial; se o código de conduta utilitarista responde melhor ao mundo da aceleração econômica a partir do pensamento liberal de John Stuart Mill; se o novo liberalismo econômico do final do século XX gerou a globalização econômica, ou sociedade da informação, sociedade pós-industrial e encaminha para a terceira revolução industrial, como propõe Rifkin (2012), então o código de ética de matriz deontológica, talvez já não responda adequadamente às categorias profissionais que pretendem estar falando a mesma linguagem da sociedade de hoje e das próximas décadas. Ele, provavelmente, não terá o valor de instrumento apropriado para apoiar o bibliotecário nesse tempo social novo.



## PARTE 2 – BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO\*

No Brasil, a ocupação de pessoas em atividades bibliotecárias remonta aos primeiros Colégios de formação escolar instalados pelos sacerdotes jesuítas, ainda no século XVI. Progressivamente, outras iniciativas foram sendo desenvolvidas, com a instituição de espaços de leitura legados à sociedade por alguns beneméritos. No século XIX, tem início um pequeno movimento, já envolvendo o estado provincial, no sentido da abertura de espaços que associavam arquivos e livros, estes últimos para a leitura de um público interessado. Esse século coincide com a formação da Biblioteca Nacional, tida por muitos autores como o parâmetro de Biblioteca para prover a leitura pública no país. Ao mesmo tempo, são difundidas em algumas capitais de províncias brasileiras instalações de entidade promotora da leitura mediante assinatura onerosa, conhecida como Gabinete Português de leitura.

Passar da ocupação laica para uma ocupação já academizada, de certa forma foi uma etapa que se impôs como necessidade à Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro, por constituir-se em maior acervo bibliográfico então existente no início do século XX. Daí se explica a iniciativa de criação naquela instituição cultural de um Curso de Biblioteconomia, visando à preparação técnica de seus funcionários. Esse curso foi criado formalmente em 1911, porém teve seu início em 1915. Não se tratava de um curso aberto e nem era de nível superior. Sua estrutura curricular correspondia aos setores ou necessidades da própria Biblioteca Nacional.

Ao longo do século XX, outras iniciativas foram tomando corpo, incluindo a presença de estrangeiros a treinar equipes brasileiras ou a ida de brasileiros para estágios ou visitas técnicas em bibliotecas no estrangeiro.

Esse movimento foi incorporando a percepção da necessidade de investimentos na constituição de mais bibliotecas no país, num passo lento, coerente com a marcha da expansão econômica brasileira, que é claramente despertada para a implantação industrial, como uma indústria de transformação mais complexa, somente a partir dos anos da terceira década. Essa expansão econômica, o sucessivo deslocamento das populações rurais para as áreas urbanas que contribuíram também para a expansão das cidades, proporciona a formação de demandas para o surgimento de novo curso de

---

\* A construção deste texto introdutório à parte 2 do presente relatório teve como principal fonte bibliográfica: SOUZA, F. C. de. O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

Biblioteconomia em São Paulo. Esse curso, inicialmente implantado sob os auspícios da Prefeitura municipal da capital já contava com outras características e seu propósito era de estar aberto à formação de bibliotecários que pudessem levar o seu saber especializado para outras regiões do país.

Porém, não havia ainda uma clara institucionalização da profissão de bibliotecário. A contratação de pessoas para a ocupação específica e exclusiva dessa atividade ainda não se tornara evidente necessidade e os candidatos provinham de outros campos profissionais já estabelecidos. O patrono da profissão de Bibliotecário no Brasil, Manuel Bastos Tigre, que era engenheiro, escritor e publicitário, prestou concurso no ano de 1915, junto ao Museu Nacional para ocupar atividades de Bibliotecário naquela instituição e, em seu exame, discorreu sobre um tema específico do campo biblioteconômico, a Classificação Decimal.

Esforços em prol da profissionalização se efetivaram a partir do final dos anos da década de 1930, com a criação, em São Paulo, da Associação Paulista de Bibliotecários. Pelo trabalho desenvolvido por essa entidade, foram estabelecidas outras instâncias de socialização profissionalista como o estímulo à criação de entidades similares em outros estados brasileiros, a agregação dessas em Federação (FEBAB, em 1959) de âmbito nacional, a constituição de um Fórum nacional de debates dos temas profissionais e técnicos (CBBD, a partir de 1954). Essas conquistas culminaram com a sanção no início da década de 1960 de legislação regulamentadora e do primeiro currículo mínimo para a formação de bibliotecários no Brasil em nível universitário, aprovado pelo Ministério da Educação.

## **2.1 - Profissão, campos de trabalho e moralidade**

Pode-se afirmar que é a partir dos anos da década de 1960 que as práticas bibliotecárias no Brasil saem da condição de ocupação, ainda que já realizadas como atividade exclusiva por um número significativo de indivíduos, para a condição de profissão a exigir e contar com formação educacional especializada em nível superior.

Por esse período, já havia no país uma prática bibliotecária que atendia a demandas no setor educacional e público, mas também se atuava em segmentos onde eram realizadas atividades mais especializadas de atenção a órgãos governamentais destinados ao planejamento e gestão de políticas do estado, assim como a entidades vinculadas ao setor produtivo industrial, requerendo domínio de técnicas documentárias

associadas à gestão da informação em ciência e tecnologia. Também por essa época, tinha início a primeira etapa de expansão da criação de universidades no Brasil e, um mercado profissional era mais claramente estabelecido para o bibliotecário. Esse mercado, talvez pelas características que a instituição de ensino superior, especialmente a universitária, tem, requer um bibliotecário cuja atuação exige que reúna as características pessoais e profissionais de bibliotecários que atendem a demandas supostamente próprias de todos os outros segmentos, conforme se verá adiante.

Assim, desde essa década, os campos de atuação profissional do bibliotecário brasileiro configuram uma demanda múltipla, apontando para a necessidade de que, além dos instrumentos de regulação social da profissão, da definição das estratégias de educação profissional, inicial e contínua, fossem também discutidos princípios e estabelecidos instrumentos de autorregulação, em que valores relativos à conduta dos bibliotecários se tornassem evidentes para eles próprios, seus empregadores e a sociedade em geral.

Essa foi uma discussão que envolveu os bibliotecários da época e o assunto foi objeto de apreciação em mais de uma das edições do CBBB. Novamente, a iniciativa da discussão se fez a partir dos bibliotecários do Estado de São Paulo.

A força com que a tarefa foi realizada legou um instrumento cuja estrutura, forma e disposições ou regras explícitas ainda hoje estão mantidas, conforme já foi tratado em seção anterior. Por essa razão, trata-se de um documento que provavelmente responde a circunstâncias morais e políticas que foram muito modificadas nos últimos quarenta anos. No início dos anos 1960, a estrutura da chamada segunda revolução industrial mundial estava se consolidando no Brasil. As iniciativas econômicas que tiveram origem nos dois governos chefiados por Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), mais no período de governo Kubitschek (1956-1961), contribuíram também para a transferência da sede do Governo Federal do litoral do Rio de Janeiro, para o interior do território brasileiro. A ideia da interiorização econômica se fortalecia, auxiliada pelo deslocamento do centro de tomada de decisões políticas nacionais que até o ano de 1960, esteve situado no litoral do país. De outro lado, essa interiorização fortalecia mais ainda o incremento econômico do Estado de São Paulo pelo estímulo à implantação de vários segmentos do setor industrial. No caso de São Paulo, fortalecia-se o segmento da indústria automobilística e em torno da nova capital federal, Brasília, incrementava-se a exploração da agricultura de cerrado, vindo a consumir-se nos anos finais do século XX

como o grande território de expansão da agricultura exportadora do Brasil.

Também contribuía com a discussão de uma moralidade própria ao bibliotecário, a implantação a partir dos anos da década de 1960 de novas empresas do setor de comunicação social, com a constituição de redes nacionais de televisão. Uma característica marcante dessas redes foi a difusão de modelos comportamentais predominantes nas cidades sedes das respectivas centrais de produção de programação, Rio de Janeiro ou São Paulo induzindo, propositadamente ou não, a substituição de parâmetros de comportamento e conduta locais até então predominantes nas outras regiões do país. Igualmente, por meio dessas redes, foi sendo fixada, a partir de suas grades de horários de programação, uma modificação na tomada de decisão entre as famílias sobre a precedência de certas atividades, diante de compromisso que passou a existir de acompanhamento de certas exposições da dramaturgia ali encenadas ou de espetáculos atraentes, capaz de superar o interesse pela ida ao teatro ou outros eventos culturais e sociais. Finalmente, foi criada uma fixação em torno de edições jornalísticas nacionais, cujo peso na formação de valores morais, religiosos, econômicos, estéticos, etc. contribuiu para a formação de novos modos de busca da informação, certamente, exigindo outras formas de relacionamento do bibliotecário com seus públicos genéricos, e bibliotecas públicas ou escolares, cujos matizes, aparentemente estão para ser discutidos.

O Código de Ética do Conselho Federal da Biblioteconomia, desde então, convive com essas transformações. Evidentemente, ele contrasta com esse movimento social e parece ter se enrijecido, pois mantém, desde a origem, como ideia subjacente o propósito de regular completamente a atuação profissional e impedir os charlatões de atuar como responsáveis pelas atividades gerenciais, técnicas, culturais e educacionais nas bibliotecas.

## **2.2 - Código de Ética do Conselho Federal da Biblioteconomia (atualidade)**

O Código de Ética do CFB, ora vigente, é o resultante da sua última revisão realizada em 2002, cuja discussão dos pressupostos de sua nova redação está exposta em texto de CUARTAS; VIEIRA; COSTA (2003). De outro lado, sobre ele, têm havido diferentes análises que, em geral, examinam aspectos parciais ou comparativos quanto à aplicabilidade de algumas de suas regras para determinados fins (GUIMARÃES; FERNANDEZ-MOLINA, 2011). Quando ele é tratado de forma mais ampla (SILVA,

2010), as discussões não são consistentes ou conclusivas, dando azo à permanência de um instrumento de amparo ao exercício profissional que hoje pode ser incapaz de cumprir a missão a que se destina, isto é, de orientação da conduta ou comportamento dos profissionais atuando no campo.

No contexto social em que foi produzido originalmente, talvez fizesse todo o sentido a estratégia de uma construção redacional com muito detalhe, o rigor de legislar em um instrumento cuja função principal hoje, provavelmente, seja questionável, dado os avanços políticos e sociais que o país vem experimentando. Esse Código contém disposições que parecem excessivas para os dias atuais e, se na época de sua elaboração e nas sucessivas revisões elas foram entendidas como necessárias de ali constar, hoje sua permanência talvez careça de maior avaliação, sobretudo depois do estabelecimento da Constituição Federal de 1988.

As sucessivas ações das Comissões de Ética do CFB e seus esforços em promover estudos (CUARTAS; VIEIRA; COSTA, 2003) e discussões sobre o tema e difusão de ideias (GOMES; BOTTENTUIT; OLIVEIRA, 2006) parece ainda não terem sido suficientes para a superação desses aspectos até aqui ressaltados. A publicação de textos como a coletânea *Ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional* (GOMES; BOTTENTUIT; OLIVEIRA, 2009), contendo a colaboração de filósofos, sociólogos e pesquisadores da Ciência da Informação sobre o tema e seus aspectos contextuais é parte de um conjunto de contribuições que se vem formando para ser aprofundado e submetido a amplo debate entre os bibliotecários brasileiros.

Um dos itens que constam no CE-CFB é a regulação de procedimentos similares ao tratamento judicial, no caso de processos éticos. Mais à frente, no Quadro 1, mostra-se claramente a distinta situação que se percebe quando se compara, entre si, o teor dos códigos de ética dos bibliotecários suíços, italianos, armênios, filipinos e brasileiros. Suíça e Itália, apenas para tomar o ambiente europeu como referência comparativa, tratam-se de países cujas sociedades se sabe serem muito mais avançadas em política trabalhista e profissional que o Brasil. Entretanto, seus códigos enfocam muito mais questões de deveres profissionais, como supostamente é seu foco, que dos direitos. Essa é outra disposição que não caberia mais estar no CE-CFB. Direitos são estabelecidos em outros instrumentos, como a legislação do estado em relação ao trabalho, ou compete ao sindicato profissional defendê-los. Aliás, a legislação trabalhista brasileira prevê a existência de sindicatos e alguns deles também foram criados por bibliotecários para

responder aos seus interesses profissionais. Outra disposição que não caberia, mas que se encontra entre as disposições gerais no CE-CFB trata da revisão do código. Do modo como se encontra ali redigido aponta para um ônus profissional, quando nem deveria ali constar, na medida em que se constitui rotina que o próprio contexto sempre mutante exige.

Por essas poucas indicações, parece evidente que o código de ética do CFB está carente de atualidade. Porém, se além do que foi referido nesta seção e na anterior, olhar-se para o que há de valoração no código, conforme a Figura 1 abaixo, dá para presumir que nele se considera como valores significativos, cinco aspectos que apontam para posturas relevantes da atuação do profissional, mas que ficam perdidos em meio ao volumoso e detalhado discurso dos deveres, à inapropriada ênfase nos direitos e à descabida abordagem de sanções.

Figura 1 – Valores e posturas profissionais apontados no Código de Ética do CFB

VALORES	POSTURA DESEJÁVEL
Dignidade	Dignificar a profissão
Respeito	Respeitar o valor da ciência Respeitar o valor da técnica Respeitar as leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão Respeitar as atividades dos colegas bibliotecários Respeitar as atividades de outros profissionais atuantes na biblioteca
Responsabilidade	Assumir responsabilidade profissional para com o desenvolvimento da sociedade Assumir responsabilidade cidadã para com os princípios legais que regem o país
Compromisso	Assumir compromisso com o atendimento das demandas dos usuários
Solidariedade	Ser solidário com os colegas, mas sem acobertamento de condutas erradas

Fonte: Elaborado por Francisco das Chagas de Souza

Comparando-se essa Figura 1, com o inteiro teor do código a seguir transcrito talvez se possa perceber que há no código excessos além dos já apontados.

*Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia*  
**RESOLUÇÃO CFB N.º 42 DE 11 DE JANEIRO DE 2002**  
*Dispõe sobre o Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia.*

*O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, resolve:*

### **SEÇÃO I – DOS OBJETIVOS**

**Art.1º** - *O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia.*

### **SEÇÃO II – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES**

**Art.2º** - *Os deveres do profissional de Biblioteconomia compreendem, além do exercício de suas atividades:*

*a) dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe; b) observar os ditames da ciência e da técnica, servindo ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em geral; c) respeitar leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão; d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais; e) contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país.*

**Art. 3º** - *Cumpra ao profissional de Biblioteconomia:*

*a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana;*

*b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade no seu exercício;*

*c) cooperar intelectual e materialmente para o progresso da profissão, mediante o intercâmbio de informações com associações de classe, escolas e órgãos de divulgação técnica e científica;*

*d) guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir;*

*e) realizar de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito de sua profissão ou de colega;*

*f) considerar que o comportamento profissional irá repercutir nos juízos que se fizerem sobre a classe;*

*g) conhecer a legislação que rege o exercício profissional da Biblioteconomia, assim como as suas alterações, quando ocorrerem, cumprindo-a corretamente e colaborando para o seu aperfeiçoamento;*

*h) combater o exercício ilegal da profissão;*

*i) citar seu número de registro no respectivo Conselho Regional, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional;*

*j) estimular a utilização de técnicas modernas objetivando o controle da qualidade e a excelência da prestação de serviços ao usuário;*

*l) prestar serviços assumindo responsabilidades pelas informações fornecidas, de acordo com os preceitos do Código Civil e do Código do Consumidor vigentes.*

**Art.4º** - *A conduta do Bibliotecário em relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, apreço e solidariedade.*

**Art.5º** - *O Bibliotecário deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:*

a) *ser leal e solidário, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as disposições legais que regem o exercício da profissão;*

b) *evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional, sem dispor de elementos comprobatórios;*

c) *respeitar as idéias de seus colegas, os trabalhos e as soluções, jamais usando-os como de sua própria autoria;*

d) *evitar comentários desabonadores sobre a atuação profissional;*

e) *evitar a aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram referido procedimento;*

f) *colaborar com os cursos de formação profissional, orientando e instruindo os futuros profissionais;*

g) *tratar com urbanidade e respeito os colegas representantes dos órgãos de classe quando no exercício de suas funções, fornecendo informações e facilitando o seu desempenho;*

h) *evitar, no exercício de posição hierárquica, denegrir a imagem de profissionais subordinados e outros colegas de profissão.*

**Art. 6º** - *O Bibliotecário deve, com relação à classe, observar as seguintes normas:*

a) *prestigiar as entidades de Classe, contribuindo, sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da coletividade, admitindo-se a justa recusa;*

b) *zelar pelo prestígio da Classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;*

c) *facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas respectivas funções;*

d) *acatar a legislação profissional vigente;*

e) *apoiar as iniciativas e os movimentos legítimos de defesa dos interesses da classe, participando efetivamente de seus órgãos representativos, quando solicitado ou eleito;*

f) *representar, quando indicado, as entidades de Classe;*

g) *auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento deste Código de Ética comunicando, com discricção, aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência.*

**Art.7º** - *O Bibliotecário deve, em relação aos usuários e clientes, observar as seguintes condutas:*

a) *aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo;*

b) *tratar os usuários e clientes com respeito e urbanidade;*

c) *orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual de acordo com suas competências.*

**Art.8º** - *O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade.*

**Art.9º** - *No desempenho de cargo, função ou emprego, cumpre ao Bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente.*

**Art.10** - *Quando consultor, é responsabilidade do Bibliotecário*



*apresentar métodos e técnicas compatíveis com o trabalho oferecido, objetivando o controle da qualidade e a excelência da prestação de serviços, durante e após a execução dos trabalhos.*

### **SEÇÃO III - DOS DIREITOS**

**Art. 11** - São direitos do profissional Bibliotecário:

- a) exercer a profissão independentemente de questões referentes a religião, raça, sexo, cor e idade;*
- b) apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalha, quando as julgar indignas do exercício profissional, devendo, neste caso, dirigir-se aos órgãos competentes, em particular, ao Conselho Regional;*
- c) votar e ser votado para qualquer cargo ou função em órgãos ou entidades de classe, nos termos da legislação vigente;*
- d) defender e ser defendido pelo órgão de classe, se ofendido em sua dignidade profissional;*
- e) auferir benefícios da ciência e das técnicas modernas, objetivando melhor servir ao seu usuário, à classe e ao país;*
- f) usufruir de todos os demais direitos específicos, nos termos da legislação que cria e regulamenta a profissão de bibliotecário;*
- g) preservar seu direito ao sigilo profissional, quando portador de informações confidenciais;*
- h) formular, junto às autoridades competentes, críticas e/ou propostas aos serviços públicos ou privados, com o fim de preservar o bom atendimento e desempenho profissional.*

### **SEÇÃO IV – DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 12** - Não se permite ao profissional de Biblioteconomia, no desempenho de suas funções:

- a) praticar, direta ou indiretamente, atos que comprometam a dignidade e o renome da profissão;*
- b) nomear ou contribuir para que se nomeiem pessoas sem habilitação profissional para cargos privativos de Bibliotecário, ou indicar nomes de pessoas sem registro nos CRB;*
- c) expedir, subscrever ou conceder certificados, diplomas ou atestados de capacitação profissional a pessoas que não preencham os requisitos indispensáveis ao exercício da profissão;*
- d) assinar documentos que comprometam a dignidade da Classe;*
- e) violar o sigilo profissional;*
- f) utilizar a influência política em benefício próprio;*
- g) deixar de comunicar aos órgãos competentes as infrações legais e éticas que forem de seu conhecimento;*
- h) deturpar, intencionalmente, a interpretação do conteúdo explícito ou implícito em documentos, obras doutrinárias, leis, acórdãos e outros instrumentos de apoio técnico do exercício da profissão, com intuito de iludir a boa fé de outrem;*
- i) fazer comentários desabonadores sobre a profissão de Bibliotecário e de entidades afins à profissão;*
- j) permitir a utilização de seu nome e de seu registro a qualquer instituição pública ou privada onde não exerça, pessoal ou efetivamente, função inerente à profissão;*
- l) assinar trabalhos ou quaisquer documentos executados por*

*terceiros ou elaborados por leigos, alheios a sua orientação, supervisão e fiscalização;*

*m) exercer a profissão quando impedido por decisão administrativa transitada em julgado;*

*n) recusar a prestar contas de bens e numerário que lhes sejam confiados em razão de cargo, emprego ou função;*

*o) deixar de cumprir, sem justificativa, as normas emanadas dos Conselho Federal e Regionais, bem como deixar de atender a suas requisições administrativas, intimações ou notificações, no prazo determinado;*

*p) utilizar a posição hierárquica para obter vantagens pessoais ou cometer atos discriminatórios e abuso de poder;*

*r) aceitar qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão por sexo, idade, cor, credo, e estado civil.*

### **SEÇÃO V – DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES E PENALIDADES**

**Art.13** - *A transgressão de preceito deste Código, constitui infração ética, sujeita às seguintes penalidades:*

*a) advertência reservada;*

*b) censura pública;*

*c) suspensão do registro profissional pelo prazo de até três anos;*

*d) cassação do exercício profissional com apreensão de carteira profissional;*

*e) Multa de 1 a 50 (cinquenta) vezes o valor atualizado da anuidade.*

*§ 1º - A pena de multa, de um a cinquenta vezes o valor atualizado da anuidade, poderá ser combinada com qualquer das penalidades enumeradas nas alíneas “a a d” deste artigo, podendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência.*

*§ 2º - A falta de pagamento da multa no prazo estipulado, determinará a suspensão do exercício profissional, sem prejuízo da cobrança por via executiva.*

*§ 3º - A suspensão por falta de pagamento de anuidade, taxas e multas somente cessará com o recolhimento da dívida, podendo estender-se por até três anos, decorridos os quais o profissional terá, automaticamente, cancelado o seu registro, se não resgatar o débito, sem prejuízo da cobrança executiva.*

*§ 4º - A pena de cassação do registro profissional acarretará ao infrator a perda do direito de exercer a profissão em todo Território Nacional, e conseqüente apreensão da carteira de identidade profissional.*

*§ 5º - Ao infrator suspenso por débito será admitida a reabilitação profissional, mediante novo registro, satisfeitos, além das anuidades em débito, as multas e demais emolumentos e taxas cabíveis.*

*§ 6º - As penalidades serão anotadas na carteira profissional e no cadastro do CRB, sendo comunicadas ao CFB, demais Conselhos Regionais e ao empregador.*

**Art.14** - *Compete originalmente aos CRB o julgamento das questões relacionadas a transgressão de preceito do Código de Ética, facultado o recurso de efeito suspensivo, dirigido ao CFB, competindo a este, ainda, originalmente, o julgamento de questões relacionadas à transgressões de*

preceitos do Código de Ética praticadas por Conselheiros Regionais e Conselheiros Federais, bem como transgressões de bibliotecários que atinjam diretamente o Conselho Federal.

**Parágrafo Único** - O recurso deverá ser interposto dentro do prazo 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação da decisão de primeira instância.

#### **SEÇÃO VI – DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES**

**Art.15** - O CFB, deve baixar resolução estabelecendo normas para apuração das faltas e aplicação das sanções previstas neste Código, pautando-se pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, garantidos pela Constituição Federal.

**Art.16** - Na aplicação de sanções éticas serão consideradas como atenuantes:

- a) falta cometida em defesa de prerrogativa profissional;
- b) ausência de punição anterior;
- c) prestação de relevantes serviços à Biblioteconomia.

#### **SEÇÃO VII - DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS**

**Art.17** - O Bibliotecário deve exigir justa remuneração por seu trabalho, levando em conta as responsabilidades assumidas, o grau de dificuldade no desenvolvimento e efetivação do trabalho, bem como o tempo de serviço dedicado, sendo-lhe livre firmar acordos sobre honorários e salário.

**Art.18** - O Bibliotecário deve fixar previamente o valor dos serviços, de preferência por contrato escrito, considerados os elementos seguintes:

- a) a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar;
- b) o tempo que será consumido para a realização do trabalho;
- c) a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços;
- d) as vantagens que advirão para o contratante com o serviço prestado;
- e) a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente;
- f) o local em que o serviço será prestado.

#### **SEÇÃO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.19** - Qualquer modificação deste Código somente poderá ser efetuada pelo CFB, nos termos das disposições legais, ouvidos os CRB.

**Art.20** - O presente Código entra em vigor em todo o Território Nacional a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José Fernando Modesto da Silva

Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia

Publicado no Diário Oficial da União de 14.01.02, seção I. p. 64

### **2.3 - O CE-CFB e os códigos de ética dos bibliotecários da Suíça, Itália, Armênia e Filipinas**

No quadro 1, adiante, mostra-se lado a lado os textos dos códigos de ética adotados por bibliotecários de cinco países: Armênia, Brasil, Filipinas, Itália e Suíça. O propósito orientador dessa comparação, que destaca a morfologia desses instrumentos, é dar a perceber alguns aspectos que os tornam similares e distintos, o que permitirá tentar-se uma compreensão sobre as peculiaridades que particularizam o CE-CFB. Esse confronto, inicialmente visual, serve para confirmar que dentre eles há três características que podem ser destacadas:

Característica 1 – há códigos que apresentam economia textual e códigos que expõem um excesso textual. Deles, o CE-CFB é o mais oneroso.

Cabe ressaltar que, em relação ao tamanho de cada texto, ao se aplicar o contador de palavras do processador de textos Word para checar essa característica, chegou-se aos seguintes valores: o CE-CFB, está contido em 2.017 palavras, o Código de Ética dos bibliotecários filipinos está contido em 1.017 palavras; o dos bibliotecários suíços em 1.015 palavras; o dos bibliotecários italianos em 458 palavras e o dos bibliotecários armênios em 252 palavras. Ao se fazer a leitura desses textos, examinando-se seus conteúdos, observa-se que os Códigos de conduta dos bibliotecários dos demais países não deixam de expressar as ideias fundamentais e os valores essenciais que sugerem a maneira a qual o bibliotecário pode se relacionar mais beneficentemente com seus pares, usuários e sociedade.

Característica 2 – há códigos cuja linguagem com que foram redigidos contém forte carga do jargão jurídico, tendo sido totalmente moldados como textos de lei; contrariamente, há códigos que se apresentam sob uma linguagem mais corrente, aproximando-se de um certo grau de coloquialismo verbal.

No primeiro grupo, ou seja, dos códigos que adotam o jargão jurídico, vê-se que o texto está vazado em uma linguagem, em si, provocadora de afastamento entre o guardião do Código, isto é a entidade que o aplica, e os pacientes do Código, ou seja, os profissionais filiados à entidade. Dentre os códigos que carregam esse viés o CFB é exemplar; nele está explícita a função tribunalícia da entidade. Desse modo, os filiados do CFB têm dentre eles, alguns que, por missão administrativa, são também constituídos como juízes, subvertendo a própria ação civil ou penal do Estado.

Poder-se-á admitir que essa característica judicante do CE-CFB tem explicação histórica e política. E essa história contém dois momentos marcantes. O primeiro é mais distante e provém do modelo de ordenamento jurídico português, em que o Brasil, antes de ter-se constituído como nação, possuía um ordenamento legal dado pelo reinado português que, através das Ordenações Manoelinas<sup>22</sup>, implantadas no final do século XV e início do século XVI, submetiam sob regulação quanto ao seu mover social, político e econômico o homem que aqui se estabelecesse. Faoro (2001), em seu estudo, *Os donos do poder*, oferece importantes elementos informativos e uma interpretação weberiana sobre esse fenômeno e sua historicidade. O segundo momento dessa história teria ocorrido mais recentemente, decorrendo das circunstâncias históricas que, ao envolver o reordenamento econômico e territorial promovido pelos principais Estados europeus em relação aos novos continentes e em relação a seus próprios territórios, provocou a ocorrência de potentes disputas entre as forças expansionistas do capitalismo mercantilista que se desdobrava desde o século XV. Tais disputas, também relacionadas à ampliação de mercados para sua indústria e comércio, contribuíram para a produção das condições de realização de guerras bélicas e predominância de ideias de renovação social com controle central político-militar. (ELIAS, 1997; HERF, 1993)

Essas ideias germinaram uma forma de estado centralizador, com um corpo dirigente autoritário e uma forte concentração de poder. Essa circunstância tinha como modelo, em outro plano, o recém-criado moderno processo de organização da produção industrial em série, em grande escala, na qual grandes massas operárias eram comandadas centralmente pelos engenheiros-chefes. (TOFLER, 1980)

A cópia desse modelo geraria no âmbito do comando e controle das nações o estado nazista, fascista e, portanto, um estado a funcionar sob o comando de um grande chefe, ordenando um corpo integrado e hierarquicamente estruturado de funções o que no período levou à necessidade da implantação de novas estruturas apropriadas, segundo esse modelo, para a melhor e mais eficaz gestão do Estado.

Durante os anos que foram de 1930 a 1945, primeiro período de gestão de Getúlio Vargas, que chegou à Chefia de Estado e de Governo do Brasil, por meio de golpe político e tomada do poder, subvertendo o rito constitucional então vigente, esse modelo foi implantado no Brasil, porém com o acento modernizador sendo

---

<sup>22</sup> Uma informação de caráter genérico sobre essa codificação pode ser vista em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordena%C3%A7%C3%B5es\\_Manuelinas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordena%C3%A7%C3%B5es_Manuelinas). Acesso em: 15-12-2012.

implementado com características mais profundas de 1937 a 1945. (ANTONACCI, 1993)

Nesse primeiro governo de Getúlio Vargas, que foi contemporâneo de outros governos fascistas ou corporativos em vários países (Portugal, Espanha, Alemanha, Argentina, dentre outros) surgem no Brasil as estruturas voltadas para a organização sindical de patrões e de operários, a regulamentação do trabalho e as entidades de credenciamento e fiscalização das profissões e vinculado a esse movimento, um esforço dos profissionais em instituir seus respectivos códigos de ética na medida em que ia se dando o reconhecimento e regulamentação de sua profissão (REZENDE, 1990).

Nesse sentido, pode-se ponderar que a permanência do perfil judicante do CE-CFB, que também pode ver-se em outros instrumentos semelhantes de outras profissões existentes no Brasil, ainda que se possa explicar como sendo uma herança da implantação do Estado Novo brasileiro, ela talvez se sustente com pouca mudança porque ainda prevaleceria muito forte na mente do brasileiro médio o sentimento de súdito herdado da ancestralidade colonialista portuguesa. (FAORO, 2001).

Mesmo quando Getúlio Vargas retorna à presidência da República em 1951, numa situação de candidato eleito num processo de disputa, numa configuração de Estado que passara por um processo de redemocratização, tanto ele como os ocupantes da Presidência da República nos anos seguintes tendem a carregar a imagem de Pai ou Mãe da Pátria, especialmente, enquanto no exercício da Chefia de Estado ou de Governo. No novo momento em que o Chefe de Estado e de Governo legalmente constituído sofre, em 1964, a derrubada (FERREIRA, 2011), os ditadores que ocuparam a Presidência da República de 1964 a 1985, foram igualmente aceitos e legitimados, com pequena reação, como Chefes. Essa circunstância, de certa forma remete para uma relação socialmente assimilada pelo cidadão médio de equivalência ao período da colonização (séculos XVI a XIX) representada pela figura do Governante como *Rei/Imperador = dono dos povos* e *Homem comum = Súdito*. Essa representação que a Psicologia Social pode analisar com profundidade, de certa maneira, faz certo sentido nessa discussão.

Especialmente, após a retomada da plenitude dos direitos civis pelos brasileiros a partir de 1988, consagrados na Constituição Federal hoje em vigência, costuma-se dizer que no Brasil vive-se em um estado democrático e de direito. Ora, numa circunstância de plenitude de cidadania, espera-se que esse sentimento se estenda para

todos os setores de ação das pessoas. E, assim, parece que todos os aspectos que se vem considerando como limitações que o CE-CFB impõe para os bibliotecários devem ser superados. Pode-se pensar assim, pelo entendimento de que o poder da cidadania é a via para que se restaure entre os profissionais o sentido de coautores de seu compromisso para com os pares, com o usuário e com a sociedade.

Característica 3 – há distinção estrutural entre os códigos, quando se considera três aspectos fundamentais quanto à forma:

3.1 – sua autodescrição, num enunciado inicial;

3.2 – sua introdução, exposta como um princípio geral ou preâmbulo, claramente formulado;

3.3 – as condutas descritas ou prescritas.

Nesse terceiro aspecto, há entre os Códigos analisados certa disparidade que, provavelmente, a iniciativa da IFLA, com seu próprio Código, possa auxiliar não a uma homogeneização, certamente indesejável, mas à percepção e explicitação mais evidente pelos bibliotecários de uma universalização dos valores comuns da profissão. Isso seria coerente com a integração científica e tecnológica e com a aproximação entre os grandes temas da pesquisa no campo das práticas profissionais bibliotecárias.

Além desses aspectos, poder-se-ia convergir para o entendimento de que uma profissão global, cuja operação circunscreve ações interinstitucionais, poderia considerar seus profissionais como capazes de uma autorregulação e defendê-la perante as diferentes sociedades, evidentemente respeitando valores morais, culturais, políticos e sociais locais. Não parece sustentável, como modelo de ação profissional internacional, que, em um país, o comportamento profissional seja codificado como um texto legislativo, prescritivo e em outro como um texto declaratório e compromissal. Mas, mesmo que seja assim, isso poderia ser resultado de uma discussão em fórum mundial, que possa apontar para diretrizes relativamente consensuais do mesmo modo como se chegou aos manifestos para certos tipos de bibliotecas, em que se deu a participação e colaboração da UNESCO.

Na próxima parte será exposta uma discussão, na qual se exporá algumas características da instituição universitária, do bibliotecário que nela atua e do processo de comunicação que desenvolve.

### **PARTE 3 – UNIVERSIDADE E BIBLIOTECÁRIO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO**

Nos subtópicos seguintes, em linhas gerais, se caracterizará a instituição universitária em um ambiente internacional e no Brasil, bem como o bibliotecário universitário brasileiro. É que a primeira se constitui em espaço de intervenção e realização da prática profissional e o outro, focalizado no contexto brasileiro, é o agente que, profissionalmente, tem a prioridade no desenvolvimento das ações destinadas aos públicos que buscam a biblioteca típica desse tipo de instituição.

#### **3.1 – A INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE – sua constituição, desenvolvimento e estado atual**

A universidade constitui-se como uma corporação mundial com grande abrangência de propósito. Entretanto, o termo universidade nem sempre significou uma instituição de ensino. Sua missão veio se transformando e se expandindo sucessivamente ao longo do segundo milênio. O seu poder de interferência sobre a sociedade, nos três últimos séculos, continua a ir além da função de formar pessoas para o exercício de profissões qualificadas com respaldo em fundamentação filosófica ou científica.

Desde sua origem, na Europa do século XII, a universidade esteve associada aos principais segmentos do poder político e econômico, e também, como sustenta certa aura de segmento vinculado setor laico ou civil, com potencial para fornecer meios lícitos apropriados ao enobrecimento de parte dos membros da sociedade provindos de extratos econômicos pobres.

Muitos estudos apontam características gerais dessa corporação, quando de ensino, e destacam suas estruturas e disputas internas, num mesmo segmento acadêmico ou entre segmentos acadêmicos distintos. Esses dissensos se dão na medida em que no interior da universidade educacional como um todo, ou nas suas faculdades em particular, são reproduzidas as divisões de classe existentes na sociedade mais ampla. Isso significa que há na sociedade o reconhecimento de que determinadas profissões têm mais relevância social, por terem seus egressos mais valor no mercado de trabalho, expresso pela remuneração de seus membros. Também, há o reconhecimento de maior valor social de algumas profissões, dado por símbolos de erudição ou poder de intervenção artística, etc. Esta disputa estará presente na universidade, revelando-se na maior facilidade que essas pessoas dela oriundas têm de acesso amplo aos canais de fomento



às suas atividades e na maior possibilidade de obtenção dos recursos para a aplicação em suas atividades fins. Igualmente, pela permeabilidade da distinção econômica das famílias nas diferentes sociedades, disputas dessa natureza são também verificáveis entre os membros docentes e entre os discentes de uma mesma faculdade.

Sennett (2008) vê a constituição da universidade como a de uma corporação profissional inovadora em seus processos de gestão e que por esse aspecto poderá ser considerada como sucessora das *guildas* que se constituíram durante o período da idade média europeia. A forma como esse autor descreve uma *guilda* poderá esclarecer em que sentido a corporação universitária seria compreendida como uma estrutura organizacional mais eficiente que essa. Para o autor,

A guilda foi uma instituição de defesa contra as tendências autodestrutivas da economia. [...]. Em geral os conflitos internos eram minimizados em virtude do interesse comum no bem estar do ofício. [...]. Embora independentes, os ministros do rei interferiam no seu funcionamento por meio de estatutos elaborados e revisados por ministros que, na melhor das hipóteses, aconselhavam-se com os líderes das associações. (p. 206) Muitos desses estatutos continham regras comportamentais para a concorrência, baixando instruções estritas [...]. Os primeiros a surgir procuraram criar um controle coletivo, padronizando a produção [...] (p. 206-207).

Os membros das guildas em geral se dedicavam a atividades econômicas protoindustriais e comerciais. O *produto* gerado nas protouniversidades assumia outra característica, sendo essas instituições mais livres que as *guildas*: *Na prática, embora a severidade de suas regras formais aumentasse, as guildas não poderiam lidar com as mudanças correspondentes ao desenvolvimento econômico ao longo do tempo.* (p. 207).

Entretanto, cabe considerar que o aspecto aqui tratado diz respeito não aos produtos elaborados e distribuídos, mas aos processos de gestão e aspectos jurídicos da regulação das atividades, especialmente, a partir do momento em que se associa economia e regulação da atividade produzida. No momento em foco, a própria ideia de universidade era a de um empreendimento oneroso, um negócio não necessariamente ainda vinculado ao ensino. Sempre foi exigido dos membros e dirigentes atrelados a essa corporação que tivessem grande capacidade de fomentar a produção de crescimento material. Nesse particular, Sennett (2008) continua a ser uma fonte importante para a reflexão que se apresenta neste relatório. Segundo ele,

Diferindo do *feudum* rural medieval, que tinha um caráter contratual permanente, e da guilda urbana, que deveria durar a vida toda, as

universidades, muitas vezes, renegociavam seus objetivos e sua própria localização, conforme as circunstâncias, constituindo-se em instrumentos econômicos capazes de aproveitar as oportunidades.” (p. 209)

Embora aparentemente instável, a universidade garantia maior durabilidade, justamente por ser possível reformar suas regras e reorganizá-la se ou quando a conveniência assim o indicasse. [...]. Os negócios da universidade não se interrompiam com a morte de seus fundadores, nem por qualquer outro tipo de mudança na realidade, mesmo que fosse a natureza das transações a que objetivava, ou mesmo o local onde elas se realizavam. (p. 209)

Sem dúvida, havia pessoas dedicadas ao magistério, mas esses educadores não ocupavam prédios específicos; os primeiros estudantes recebiam suas lições em salas alugadas ou em igrejas. [...] Autônoma, a corporação não tinha vínculos com o lugar nem como passado” [...] “Na prática, o estatuto unia a educação ao comércio, pois suas constantes revisões tornavam indispensáveis pessoas hábeis em manejar a linguagem.” A filologia desenvolveu-se nas corporações educacionais. (p. 210)

O poder de revisão foi a primeira característica moderna da corporação. Se um estatuto pode ser alterado, sua *estrutura* transcende, em qualquer tempo, as *funções* a que se destina. Se, por exemplo, a Universidade de Paris eliminasse uma matéria de seu currículo ou seus professores resolvessem mudar-se para qualquer outro lugar, isso não significaria o fim da instituição. (...) O direito de revisão significava mudar e ser permanente. (SENNETT, 2008, p. 209-211, *passim*).

Esse tipo de instituição evoluiu e muitas universidades foram sendo incorporadas às estruturas da Igreja e do Estado. No mundo atual, há um grande contingente de universidades confessionais e estatais, mas cada vez mais é maior o número de universidades privadas. Como corporações de negócios, as universidades têm na educação escolar para as profissões e no ensino fundamental e médio apenas um de seus ramos operacionais. Sabe-se que as maiores universidades são firmas que dispõem de diversos setores capazes de oferecer vários serviços: negócio de imprensa, editoração e distribuição de conteúdos, locação de espaços para eventos esportivos, culturais e científicos; emissão e difusão de programas radiofônicos e televisivos; gestão de pinacotecas e outros acervos de conhecimento; desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas sob demanda, ensino, etc.

Wolf (1993) caracterizou essa diversidade de papéis da universidade, ao olhar para a esse tipo de instituição existente nos Estados Unidos da América, nos anos finais da década de 1980. Em seu livro, ele demonstra ter percebido a existência de quatro modelos de universidade: *a universidade como santuário do saber, a universidade como campo de treinamento para as profissões liberais, a universidade como agência*

*para a prestação de serviços e a universidade como linha de montagem para o homem do sistema.*

O que se tem visto nas últimas décadas é a consolidação dessas funções como atividades fins da universidade. Pode-se dizer que sob a ideia de santuário, a universidade legitima a função da **pesquisa** e de formação de pesquisadores (mestres e doutores); sob a ideia de campo de treinamento para as funções liberais, a universidade mantém uma função de **ensino** destinada à formação de bacharéis e licenciados; sob a ideia de prestação de serviços e linha de montagem para o homem do sistema, a universidade mantém a função de **extensão**. Essa tríade funcional tende a ser apresentada como a grande caracterizadora da corporação universitária. Desses três itens de sua missão, parece cada vez mais assumir um forte apelo como fonte de receita a extensão, por favorecer a grande aproximação com os setores industriais e de serviços, vinculados à economia privada e aos governos.

A despeito dessa tendência, a grande fonte de recursos para a universidade ainda repousa na função ensino, sendo cliente preferencial, primeiro, o estado (ao criar e manter sua própria estrutura universitária) ou ao oferecer financiamento às universidades privadas para atender a essa demanda e, segundo, as famílias de origem dos estudantes.

Para um ou outro desses clientes, o custo da função ensino é significativamente alto, seja pela estrutura básica requerida para o seu atendimento, seja pelo contingente de profissionais docentes e técnico especializados requeridos.

Vários analistas do objeto temático “universidade atual” têm se dedicado à exploração de sua compreensão e um dos mais fortes vieses de interesse tem relação com a questão da sustentação financeira, tanto da função pesquisa, quanto da função ensino. Além dos livros resultantes de pesquisas que vêm realizando ao longo dos últimos anos, Isabelle Bruno, na França; Christopher Newfield, nos Estados Unidos, têm feito a divulgação de suas análises em diferentes periódicos.

O mensário *Le Monde diplomatique Brasil*, de setembro de 2012 (v. 6, n. 62), apresenta, de Isabelle Bruno, o texto intitulado “Por que o preço das universidades dispara em todo o mundo?” (p. 31-32) e de Christopher Newfield o texto intitulado “A dívida estudantil nos Estados Unidos”. Ambas as autoras expõem análises negativas expondo a difícil situação econômica em que vivem as famílias e estudantes que nesses dois países

se veem cada vez mais oneradas com as despesas escolares, em face da progressiva capitalização financeira do negócio ensino. Uma explicação fornecida por Newfield para a situação nos Estados Unidos tem relação com a transferência de responsabilidades de financiamento do Estado para as famílias:

[...] os grandes estabelecimentos privados de ensino superior estão, desde sua fundação, entre os mais caros do mundo: um ano de estudo em Harvard custa em média US\$ 36 mil (US\$ 52.650 se incluídos os custos de subsistência). [...] As subvenções do estado não são suficientes [...]. As universidades públicas [...] inicialmente criadas para oferecer uma solução alternativa quase gratuita ao setor privado, elas faturam atualmente cerca de US\$ 13 mil por ano e por aluno. O ideal original evaporou-se e, para os estudantes não para de subir. [...] A dívida estudantil “Estimada em mais de US\$ 1 trilhão, ela dobrou nos últimos doze anos, a ponto de ultrapassar, hoje, o volume das compras por cartão de crédito [...] A taxa de inadimplência dos estudantes – que não podem recorrer aos procedimentos que alega falência individual – passou de 5% a 10% entre 2008 e 2011. (p. 32)

O quadro geral que consubstancia a existência da corporação universitária, ao se olhar para o texto de Sennett, reafirma que esse tipo de organização, pela característica que ele identificou historicamente a ela associada, é a de se manter como um mutante empreendimento econômico consagrado por dois fatores: autonomia política e autonomia de gestão econômica. Pelo primeiro aspecto é um ente de poder estruturador da sociedade, pelo segundo aspecto é capaz de detectar a demanda social e formular as estratégias apropriadas para atendê-la, em consonância com o contexto que se manifesta na sociedade.

### **3.2 – A universidade no Brasil – rápido olhar sobre sua constituição, desenvolvimento e estado atual**

A universidade brasileira atual faz parte do grande conjunto de entidades que, legalmente, estão inseridas como responsáveis pela oferta do ensino superior, embora somente em torno da metade efetive o que se pode denominar de ensino universitário.

A origem do ensino superior no Brasil remonta às primeiras escolas isoladas, criadas em Salvador e Rio de Janeiro, quando da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, para se instalar no Brasil, destinadas à formação de Advogados e Médicos e, mais tarde, em São Paulo e outros estados da federação, à formação de Agrônomos e outros profissionais.

O primeiro projeto destinado à criação de universidade no Brasil, pensando em

universidade como uma organização voltada ao ensino e à pesquisa, constituída de cátedras orientadas à construção de ciência pura, aplicada e formação profissional, foi de 1934, com a Universidade de São Paulo (USP). Assim, a universidade brasileira começa a ser instituída no século XX e, por isso, o ensino universitário, que se distingue por vários fatores do ensino superior, tem aproximadamente oitenta anos, não alcançado como cultura acadêmica pela totalidade das instituições atualmente em funcionamento. Um grande número de universidades das que hoje existem no país foi formada a partir da reunião de unidades isoladas, dantes criadas como faculdades, institutos ou escolas de ensino superior.

A seção I, do capítulo III, da Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, composta pelos artigos 205 a 214, dispõe sobre a Educação a ser realizada no país. Precisamente no *caput* do artigo 207, designa que: *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

O teor dessa seção, a fim de adquirir condições para sua efetiva aplicação foi submetido a debate pela sociedade. Depois de oito anos de intensa discussão, em que por força de múltiplos interesses de docentes, famílias e instituições escolares se construiu mais dissenso que convergência, um projeto de lei veio a ser transformado na Lei nº 9.394/96 (de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)<sup>23</sup>.

Esse instrumento jurídico traz no capítulo IV (artigos 43 a 57) os elementos estruturantes do setor de educação superior. Legislação complementar – constituída por decretos federais e resoluções e portarias do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação (MEC) – instituiu sistemas e procedimentos de avaliação, reconhecimento de cursos e credenciamentos de instituições de ensino superior (IES) no país. O quadro oficial atual, de acordo com a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 do MEC<sup>24</sup>, mostra a existência de quatro tipos de IES no país: Universidades; Centros Universitários; Faculdades; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Documento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão técnico do MEC responsável pela compilação das estatísticas educacionais brasileiras, em todos os níveis de ensino publicou, em 2012, um resumo

---

<sup>23</sup> Ver em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso: 25-10-2012.

<sup>24</sup> Ver em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port\\_40.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf). Acesso: 25-10-2012.

técnico<sup>25</sup> do Censo da Educação Superior referente a 2010, por meio do qual se pode conhecer alguns dados sobre o número de IES atinente ao período de 2001 a 2010. De acordo com esses dados, visualizados na página 30 do respectivo documento publicado no formato “pdf” havia, no ano de 2001, 1.391 IES, sendo 156 universidades (11,2%), 66 centro de ensino (4,7%), 1.143 faculdades (82,2%) e 26 IFs e CEFETs (1,9%). No ano de 2010, esses indicadores evoluíram para 2.378 IES, sendo 190 universidades (8,0%), 126 centro de ensino (5,3%), 2.025 faculdades (85,2%) e 37 IFs e CEFETs (1,6%). Deve também ser afirmado, com base nesse mesmo resumo técnico, página 33, que o percentual de matrículas por tipo de IES em 2001 era de 64,6% em universidades, 11,1% em centros de ensino superior, 23,6% em faculdades e 0,7% em IFs e CEFETs; mas em 2010 era de 54,3% em universidades, 13,1% em centros de ensino superior, 31,2% em faculdades e 1,4% em IFs e CEFETs. Se for considerada a evolução do número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa, página 30, em 2001 havia o total de 1.391 IES, sendo 183 (13,2%) públicas, das quais 67 (4,8%) federais, 63 (4,5%) estaduais, 53 (3,8%) municipais e 1.208 (86,8%) privadas; porém no ano de 2010 o total de IES era 2.378, sendo 278 (11,7%) públicas, das quais 99 (4,2%) federais, 108 (4,5%) estaduais, 71 (3,0%) municipais e 2.100 (88,3%) privadas.

O sistema de educação superior brasileiro, considerando-se o número de matrículas, ainda com base no mesmo resumo técnico já referido, em sua página 39, abrigava, no ano de 2001, o total de 3.036.113 estudantes matriculados, sendo 944.584 (31,1%) em IES públicas, dos quais 504.797 (16,6%) em IES federais, 360.537 (11,9%) em IES estaduais, 79.250 (2,6%) e 2.091.529 (68,9%) em IES privadas; e no ano de 2010, o total de estudantes matriculados era de 6.379.299, sendo 1.643.298 (25,8%) em IES públicas, dos quais 938.656 (14,7%) em IES federais, 601.112 (9,4%) em IES estaduais, 103.530 (1,6%) em IES municipais e 4.736.001 (74,2%) em IES privadas.

Esses números apontam para um fenômeno que merece um olhar mais atento. É que eles atestam um aumento constante no número de IES, com maior aceleração daquelas de caráter privado, por exemplo, mantidas por empresas particulares individuais ou societárias (Universidade de Fortaleza, Universidade Estácio de Sá, etc.) cujo principal negócio é a educação, ou por confissões religiosas (PUC, METODISTA, LUTERANA, etc.) ou ainda por comunidades locais (UNIVALI, UNISUL, etc.) ou filantrópicas

---

<sup>25</sup> Ver em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_e\\_educacao\\_superior\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_e_educacao_superior_2010.pdf). Acesso: 25-10-2012.

(Universidade Vale do Rio Doce, Universidade de Uberaba, etc.). Nesse sentido, há um decréscimo relativo e contínuo de instituições e número de matrículas estritamente universitárias. Para se ter clareza do efeito disso, é necessário considerar que a legislação caracteriza distintamente os fatores que qualificam cada tipo de IES.

A Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), estabelece que para caracterizarem-se como Faculdades as instituições de ensino superior (IES) necessitam comprovar que dispõem de um quinto do corpo docente em regime de tempo integral; para caracterizarem-se como Centros universitários, IFs e CEFETs os estabelecimentos de ensino devem comprovar que dispõem de um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Ao contrário dessas exigências limitadas para o funcionamento de uma IES, as universidades devem comprovar várias condições, dentre as quais: assegurar uma produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático de temas e problemas mais relevantes tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; dispor de um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; contar com um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Assim, é na Universidade onde se encontrará a efetividade do tripé acadêmico, formado pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seu custo de instalações e recursos humanos tende a ser grande, afastando boa parte dos negociantes da educação de investirem nesse tipo de IES.

Dessa maneira, o ensino superior do país tem uma situação em 2010, em que conta com apenas 8,0% ou 190<sup>26</sup> de suas 2.378 IES a reunir os requisitos institucionais de universidades e 85,2% ou 2.025 como meras faculdades. Por isso, há 54,3% de estudantes matriculados em universidades e 31,2% em faculdades. Apesar do percentual muito baixo de IES universitárias, essas absorvem ainda mais da metade dos estudantes de ensino superior no país.

Olhando-se mais uma vez o mesmo resumo técnico já referido, em sua página 51, encontra-se que em 2001 havia no Brasil um total de 204.109 docentes atuando em IES, dos quais 134.950 (66,11%) em universidades; já em 2010 o total de docentes em IES somava 345.335, dos quais 183.122 (53,02%) em universidades. Considerando-se pela

---

<sup>26</sup> O ranking universitário do Jornal Folha de São Paulo (RUF), realizado em 2012, arrolou 191 universidades. Ver em: <http://ruf.folha.uol.com.br/metodologia/>. Acesso: 25-10-2012.

titulação desses contingentes docentes, em 2001 havia 21,56% com o título doutor e em 2010 esse valor havia crescido para 28,43%, isto é, uma proporção muitíssimo pequena em comparação com o acelerado crescimento do número de estudantes, exibindo uma situação em que muitíssimos recém-egressos do bacharelado assumiram encargos docentes imediatamente.

Nos vários aspectos destacados, esses dados apontam para o fato de que não estão inseridos em universidades em torno de metade dos estudantes de graduação em IES brasileiras e em torno da metade de docentes atuantes em ensino de graduação nas instituições existentes.

De outro lado, considerando-se o sujeito principal que motivou a pesquisa realizada e apresentada no presente relatório, isto é, o bibliotecário universitário brasileiro, é relevante não se perder de vista que seu universo de mercado profissional, institucionalmente caracterizado, não ultrapassa a 190 organizações, sendo grande parte destas de natureza estatal.

Considerando os dados apresentados nesta seção, afirma-se que há no país duas categorias de Bibliotecários vinculados ao Ensino Superior: a) aqueles que atuam na totalidade das Instituições de Ensino Superior (IES) e b) aqueles que atuam no segmento destas IES que são formalmente reconhecidas pelo Ministério da Educação como Universidades. Nesta pesquisa, considerou-se como Bibliotecários Universitários àqueles que atuam nas IES reconhecidas como Universidades.

### **3.3 – Bibliotecário universitário brasileiro: atuação profissional**

Os anos da década de 1960 presenciaram, além de grandes transformações da vida social e política brasileira, o estabelecimento da legislação profissional do bibliotecário ainda hoje vigente, a regulamentação da formação acadêmica do bibliotecário em nível superior com a aprovação do currículo mínimo em 1962 e também um marco na profissionalização do bibliotecário nas bibliotecas das IES, incluídas as universitárias, que foi a exigência de biblioteca como condição para uma IES pleitear e obter seu reconhecimento. Por inusitado que possa parecer, segundo informação de De Deus (2011), “só em 1963 as bibliotecas universitárias firmaram-se como uma condição para regulamentação dos cursos, como ressalta Lemos e Macedo (1974, p.168), quando [...] o Conselho Federal de Educação incluíra entre os requisitos que um curso superior deveria satisfazer para obter reconhecimento, a existência de uma biblioteca”. (DE



DEUS, 2011).

Pode-se afirmar então que, de certa forma, fechava-se um ciclo de grandes conquistas profissionais dos bibliotecários brasileiros. Em relação às bibliotecas universitárias, no âmbito do CBBB, desde sua primeira edição realizada na cidade do Recife em 1954, havia manifestações dos bibliotecários a título de recomendações de ações a serem adotadas pelos reitores universitários nas instituições que dirigiam. Porém, no IV CBBB realizado na cidade de Fortaleza, em 1963, a principal recomendação para os reitores foi: *que seja realizada uma reorganização de base nas Bibliotecas Universitárias*. Essa expressão “Reorganização de base” seguia a terminologia oficial empregada pelo Governo federal de então, que fazia um amplo esforço em favor da realização das chamadas Reformas de Base (FERREIRA, 2011). Na mesma oportunidade foram propostas 16 recomendações dirigidas especificamente *Para as bibliotecas universitárias*, dentre as quais se destacam:

- *Que em todas as universidades brasileiras exista uma perfeita rede de bibliotecas universitárias coordenada por uma Biblioteca Central e orientada por regulamentos que estabeleçam a estrutura interna das bibliotecas e suas várias funções técnicas e administrativas;*
- *Que haja uniformização dos processos técnicos em todas as bibliotecas universitárias para melhor aproveitamento de verbas, de tempo e de pessoal;*
- *Que se incentive a aquisição planejada de material bibliográfico e documentário;*
- *Que os planos para a construção de edifícios para bibliotecas universitárias sejam preparados pelos arquitetos em estreita colaboração e consulta com os bibliotecários;*
- *Que do orçamento total de cada universidade ou instituição se destine não menos de cinco por cento para os serviços bibliotecários;*
- *Que haja participação do bibliotecário-diretor no organismo de governo da universidade ou faculdade;*
- *Que sejam criadas Juntas Nacionais de bibliotecários universitários;*
- *Que os bibliotecários diretores de bibliotecas façam parte das Comissões de Planejamento das Universidades* (FERREIRA, 1979).

Algumas dessas recomendações continuaram a ser reiteradas em subsequentes edições do CBBB. Por exemplo, no VII CBBB, realizado em 1973, na cidade de Belém, uma das recomendações para *as universidades brasileiras*, foi de que *consignem em seus orçamentos verba não inferior a cinco por cento do orçamento total da Entidade às suas bibliotecas*. (FERREIRA, 1979).

Percebe-se, com isso, uma atenção solidária dos bibliotecários brasileiros, dada a

natureza do CBBB como fórum de todos os bibliotecários, para com os bibliotecários universitários quanto às demandas destes. Mas, na medida em que os anos se sucediam os bibliotecários universitários caminharam no sentido de formular canais próprios para articular as suas questões profissionais e técnicas, definindo suas próprias estratégias e instrumentos de ação e os mecanismos que consideraram mais apropriados para a promoção e fortalecimento desse ramo da profissão.

### 3.3.1 – Estratégias de ação

De certa forma, os bibliotecários universitários brasileiros se organizam e constituem um grupo articulado com o propósito de obter meios que possam fortalecer as operações das bibliotecas onde atuam. Eles se esforçam em torno de uma atuação política pela qual tentam influenciar as decisões dos órgãos diretivos de suas instituições e obter a criação de instrumentos governamentais que possam favorecê-las igualmente. Além disso, têm buscado desenvolver ações que conduzam a processos de capacitação profissional continua.

Vieira e outros (2000) fazem a análise das primeiras dez edições de um dos instrumentos mais fortes que, operado a partir de 1978 pelos bibliotecários universitários, tinha algumas metas a atingir. Trata-se do SNBU – Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, realizado em geral a cada dois anos, com número crescente de bibliotecários. Segundo esses autores, isto é, autoras, o texto que apresentaram no XI SNBU:

[...] visa dar um panorama geral do que foram os Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias, na primeira década de sua existência, do ponto de vista dos trabalhos apresentados, dos objetivos propostos, bem como da programação, lugares onde foram sediados os referidos eventos. Enfoca a contribuição desses eventos como um marco da classe de profissionais da informação. A cada encontro, profissionais da informação e outros buscavam encontrar soluções, alternativas e mesmo troca de informações.

O I SNBU, como afirmado por Vieira e outros (2000), aconteceu em Niterói, na Universidade Federal Fluminense, de 23 a 28 de Julho de 1978, tendo como temática: “A Biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento nacional” e como objetivos: *Levantar e discutir as situações relacionadas com as bibliotecas universitárias; reafirmar o intercâmbio de experiência na área; discutir aspectos vinculados à organização e administração de bibliotecas universitárias; divulgar*

*informações técnicas sobre o assunto; contribuir para o esclarecimento e racionalização dos serviços de bibliotecas universitárias em todas as suas manifestações como medida de apoio para o desenvolvimento nacional.* No final, o evento encerrou-se deixando:

[...] 18 propostas de resoluções e conclusões apresentadas nos painéis, nas seções científicas e nas reuniões. Nas propostas foram destacadas a participação do profissional bibliotecário nos conselhos de ensino e pesquisa das universidades; a capacitação contínua do profissional bibliotecário; o cumprimento da Lei 4.084; a definição da política para as verbas das bibliotecas; avaliação periódica de acervo e serviço; e revisões e definições de políticas nas bibliotecas universitárias. (VIEIRA et al., 2000)

As edições seguintes do SNBU mantiveram a abordagem costumeira, nitidamente orientando-se como espaço de discussão técnica, em busca da melhoria das estratégias de planejamento e gestão, em cujo teor a discussão ética está subjacente, mas nunca aflorando decisivamente em seu temário.

O conjunto de temas explorados em todas as edições do SNBU, como abaixo se vê na figura 2, ao longo dos 34 anos de ocorrência do evento, até o ano de 2012, canaliza a discussão para enfoques que reforçam papéis representativos de um olhar relativamente estreito, interno e subalterno.

Figura 2 – SNBU: edições e temário

<b>Edição</b>	<b>Ano/Local</b>	<b>Tema</b>
I	1978 Niterói	A Biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento nacional.
II	1981 Brasília	Avaliação do desempenho da biblioteca universitária no Brasil
III	1983 Natal	Administração de Bibliotecas Universitárias
IV	1985 Campinas	Bibliotecas Universitárias: Usuários e Serviços
V	1987 Porto Alegre	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
VI	1989 Belém	Automação de Bibliotecas e Serviços aos usuários
VII	1991 Rio de Janeiro	Padrões Nacionais para Planejamento e Avaliação em Bibliotecas Universitárias
VIII	1994 Campinas	Integração e Compartilhamento
IX	1996 Curitiba	A Biblioteca Universitária e a Sociedade da Informação
X	1998 Fortaleza	Gestão de Bibliotecas Universitárias: estratégias para um novo tempo
XI	2000 Florianópolis	A biblioteca universitária do século XXI
XII	2002 Recife	Bibliotecas universitárias: espaços de (r)evolução do conhecimento e da informação

XIII	2004 Natal	Bibliotecas universitárias: (re)dimensão de bibliotecas universitárias: da gestão estratégica à inclusão social
XIV	2006 Salvador	Acesso livre à informação científica e bibliotecas universitárias
XV	2008 São Paulo	Empreendedorismo e Inovação: desafios da biblioteca universitária.
XVI	2010 Rio de Janeiro	Onde estamos, aonde vamos?
XVII	2012 Gramado	A Biblioteca Universitária como Laboratório na Sociedade da Informação

Outro instrumento, que exerceu papel relevante durante algum tempo para o bibliotecário universitário brasileiro, foi o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), que constituiu o tema da 5ª. edição do evento em 1987. Tal plano criado em 24 de abril de 1986 teve como objetivo *“harmonizar e estimular o desenvolvimento das bibliotecas universitárias”*. Deve-se atentar para o fato de que:

O ‘embrião’ do PNBU foi o documento apresentado pelo IBICT no 4º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (Campinas, 1985), o qual coletou as recomendações oriundas de diversos seminários e reuniões realizadas sobre o assunto. (VIEIRA et al., 2000)

Segundo um olhar crítico de De Deus (2011) a implantação do PNBU serviu para que fosse gerada a padronização dos sistemas de biblioteca e investimentos, pois “até 86, quando foi criado o PNBU, não havia padronização para acervo, automação, arquitetura das bibliotecas, etc”. Porém, para desconforto político dos bibliotecários universitários “na década de 90 o governo acabou com o PNBU e o substituiu pelo inexpressivo Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino (SDBib) no MEC, mas em 95 ele foi extinto.” Com isso as bibliotecas universitárias “padeceram com o déficit de bibliotecários, maquinário e verba para aquisições de obras, ou seja, os acervos ficaram defasados e desatualizados.” Evidentemente, esses acontecimentos da década de 1990 se deram num período de crise econômica pela qual o país passou e na época em que estava sendo formulada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional que fosse mais bem ajustada aos fundamentos da nova Constituição federal do país que passara a vigir a partir do ano de 1988.

Em 1987, por ocasião do V SNBU, surge novo instrumento de ação política materializado pela criação da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias

(CBBU), modelando-se pelos parâmetros organizativos dos antigos grupos especializados existentes nas Associações de bibliotecárias e na FEBAB. A CBBU mantém atualmente um *site* (<http://www.febab.org.br/cbbu/>) pelo qual se identifica a sua estreita relação com a FEBAB. Consultando-se tal *site*, verifica-se que as demandas de filiação que forem dirigidas à Comissão devem comprovar que seus postulantes procederam ao pagamento de taxas junto à Federação. Essa Comissão atribui-se como principal missão:

[...] promover a formulação de políticas públicas em áreas de interesse, para incentivar a cooperação, o compartilhamento de serviços e produtos, a realização de projetos e pesquisas, a elaboração e editoração de documentos técnico-científicos, a organização de eventos, visando à consolidação da educação continuada e à representação das Bibliotecas Universitárias junto a órgãos governamentais e a comunidade científica brasileira.<sup>27</sup>

É uma avantajada missão que, certamente, implica um déficit de entendimento quanto ao poder que uma Comissão dessa natureza pode almejar, na medida em que “promover a formulação de políticas públicas” requer um poder muito mais efetivo que a disposição voluntária de um grupo. A diretoria da CBBU, correspondente à Gestão 2011–2013, tem uma postura um pouco mais atenuada, embora sem renunciar à missão declarada da Comissão. Essa diretoria propôs em julho de 2011 um conjunto de **Princípios de Gestão** pelo que pretende:

- 1 - Organizar encontros de Bibliotecas Universitárias em todas as Regiões do Brasil;
- 2 - Propor e contribuir com o INEP no estabelecimento de novos critérios para avaliação das Bibliotecas Universitárias;
- 3 - Propor metodologia e credenciar a CBBU como órgão de Certificação da Qualidade das Bibliotecas Universitárias, criando o selo — “BIB Qualidade”;
- 4 - Propor políticas de otimização, integração e compartilhamento de recursos informacionais disponíveis nas Bibliotecas Universitárias;
- 5 - Apoiar a FEBAB na educação continuada dos profissionais das Bibliotecas Universitárias associadas a CBBU;
- 6 - Realizar estudos visando a integração dos catálogos das Bibliotecas Universitárias associadas a CBBU;
- 7 - Atuar em parceria com o Portal de Periódicos da CAPES na sugestão de novas fontes para inclusão no Portal e na divulgação junto as comunidades acadêmica;
- 8 - Propor junto aos setores governamentais estadual e federal e

---

<sup>27</sup> Ver em: [http://www.febab.org.br/cbbu/index.php?option=com\\_content &view=article&id=9&Itemid=11](http://www.febab.org.br/cbbu/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=11). Acesso em: 05-11-2012.

associações brasileiras ligadas ao ensino superior:

8.1 - Criação de um Programa Nacional de Remodelação e Expansão das Bibliotecas Universitárias;

8.2 - Formulação ou adequação de políticas públicas em relação a Bibliotecas Universitárias, visando a melhoria constante de produtos e serviços oferecidos às comunidades acadêmicas;

8.3 - Dar continuidade a publicação da Revista Informação e Universidade, com a adoção de critérios exigidos para a indexação e visibilidade em bases de dados internacionais;

8.4 - Buscar e disseminar ferramentas inovadoras de gestão para as Bibliotecas Universitárias.<sup>28</sup>

Nesses princípios diretivos de um trabalho de governo na Comissão, persiste a atenção à biblioteca universitária como voltada à gestão de meios, sem que algum acento seja dado às questões éticas, tanto em relação às suas próprias equipes funcionais, quanto em relação aos seus usuários.

Observa-se o nítido esforço dessa Gestão da CBBU em sustentar uma retórica que se dirige para a manutenção de uma postura, por parte da Comissão, de continuar a querer agir como a guardiã dos interesses das bibliotecas universitárias a ela associadas, seja lá quais forem tais interesses, e de estar alerta para a manutenção dos fundamentos que se transformaram em interesses históricos dos bibliotecários universitários. Entretanto, há uma questão que não parece estar completamente clara para a Comissão ou, ao menos para alguns de seus membros ou associados que é a seguinte: bibliotecas de quais tipos de IES são consideradas pela CBBU como bibliotecas universitárias? A dúvida é pertinente e se coloca na medida em que essa definição é ambígua em textos de membros da CBBU.

Russo, por exemplo, em texto de 2003, num trecho denominado “Panorama das bibliotecas universitárias brasileiras”, diz:

Com base em um levantamento elaborado pela CBBU, em 1998, foi desenvolvida a base de dados BIBES – Bibliotecas de Instituições Brasileiras de Ensino Superior, atualmente, em sua 3a. edição.

A 1ª. edição da BIBES foi publicada pela CBBU, em parceria com o Sistema de Bibliotecas e Informação – SiBI, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em 1994, em formato impresso, contendo informações cadastrais de 770 bibliotecas de IES brasileiras. Na sua 2a. edição, através da mesma parceria, a BIBES foi atualizada e, dessa vez, lançada em formato eletrônico, armazenada em disquete, contendo os dados cadastrais de 1.014 BUs brasileiras, as quais responderam aos

---

<sup>28</sup> Ver em: [http://www.febab.org.br/cbbu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=13](http://www.febab.org.br/cbbu/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=13). Acesso em: 05-11-2012.

questionários enviados pela CBBU, em 1997/1998.

Com o avanço das tecnologias de informação no ambiente das bibliotecas, o intercâmbio e a cooperação foram muito facilitados e a CBBU, ainda em parceria com o SiBI/UFRJ, iniciou a realização da 3a. edição da BIBES, com a finalidade de divulgar os dados cadastrais das BUs, via WEB. A tarefa foi iniciada em agosto de 2002, com o desenvolvimento de um questionário, o qual foi enviado para 1.444 BUs, através de correio eletrônico, tendo obtido resposta de 679 BUs. Com base na 3a. edição está sendo apresentado, nesse trabalho, um panorama das BUs brasileiras, para que esse diagnóstico venha a servir como base para se efetuar análises sobre a situação atual e a necessidade de ações futuras, que venham a contribuir para a melhoria de seu desempenho.<sup>29</sup>

Conforme se vê, essa Conselheira da CBBU, não distingue claramente, aliás, confunde bibliotecas de IES com BUs. Será que isto não estaria na raiz das dificuldades que as equipes de avaliadores do SINAES-MEC/INEP encontram por ocasião da realização das avaliações de cursos e instituições de ensino superior, quando se trata de apreciar o item biblioteca? A propósito, esse tem sido um tópico que vem recebendo a atenção dos bibliotecários e suscitado a apresentação de várias comunicações nas últimas edições do SNBU.

### **3.3.2 – Efeitos dos mecanismos de promoção e fortalecimento profissional**

Na seção 3.3.1, foram apresentados instrumentos que os bibliotecários atuantes em IES, construíram ao longo de mais de 30 anos com a pretensão de que funcionassem como mecanismos de promoção e fortalecimento político.

A configuração inicial de tais meios estava associada à noção de que esses eram portadores de recursos de educação contínua ou ofereciam recursos destinados ao desenvolvimento desta. Isso estava claro no bojo do PNBU. Aconteceu de este Programa ser extinto e com ele sumiram os recursos que se destinariam à capacitação como atividade estrutural da carreira do bibliotecário atuante em IES.

A extinção do PNBU, com suas características gerais, levou os bibliotecários de IES a caminharem no sentido da criação de um instrumento político a CBBU. Entretanto, pode-se ver que há problemas conceituais. Aparentemente, suas lideranças não distinguem claramente os limites de uma intervenção negocial com outros segmentos sociais, que uma Associação pode postular, sobretudo porque não há essa Associação,

---

<sup>29</sup> Ver em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/341/1/A%20BIBLIOTECA%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20N%C3%81O%20CEN%C3%81RIO%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 05-11-2012.

mas apenas uma Comissão, que, pelo título que a identifica, sugere ser um grupo de trabalho de uma Federação e com essa identidade ela age com relação à captação de arrecadação junto aos seus pares.

Um aspecto de peso significativo deve ser ressaltado. É que alguns textos da CBBU, ou produzidos em seu âmbito, não deixam clareza sobre o alcance do conteúdo que expõem. A Comissão é formalmente designada como de Bibliotecas Universitárias, o Seminário Nacional que a CBBU promove é também designado como de Bibliotecas Universitárias, porém seus textos ora mencionam bibliotecas de IES e ora mencionam bibliotecas universitárias, indistintamente, como se fossem uma única e mesma coisa.

Factualmente, percebe-se que: com base na legislação brasileira, com base no alcance de atuação das IES, com base na profundidade do trabalho requerido por cada tipo de IES, com base na liberdade que as mantenedoras tomaram, com certo abuso, de juntar num mesmo campus ensino médio e superior para ser atendido pela mesma biblioteca e mesma equipe bibliotecária, não é possível ficar sem questionamento se IES representam uma generalidade no interior da qual se destacam as que são, de fato e legalmente, universidades, pois estas não chegam em 2012 ao total de 200 instituições. Em face disso, os mecanismos de promoção e fortalecimento dos bibliotecários que trabalham em IES, em sentido *lato* ou mesmo em universidades, em sentido estrito são insustentáveis.

A fragilidade conceitual que se manifesta em alguns textos da CBBU, expõe também pobreza em potencial operacional, transformando os esforços empreendidos pela Comissão em poucos resultados práticos e em obstáculos para a produção de convencimento junto aos líderes das comunidades acadêmicas do país. Tais circunstâncias vão se refletir em vários outros fatores, sendo um dos mais marcantes a baixa presença de gestão bibliotecária feita de forma compartilhada por bibliotecários e membros de outros segmentos acadêmicos.

O distanciamento que existe entre bibliotecário e demais membros da Comunidade Institucional de Ensino Superior, em grande parte das Instituições, se manifesta no baixo índice de IES que dispõem de uma Política de Formação e Desenvolvimento de coleções legitimada a partir de discussões que envolvem todos os segmentos da comunidade institucional, antes de ser homologado como documento oficial pelo Conselho Superior da IES, nas poucas oportunidades em que isso ocorre. Por isso, muitas bibliotecas de IES e suas equipes não conseguem uma relação desejavelmente



amistosa com o que chamam de seus usuários. Isso se dá, provavelmente, por serem tais usuários tratados como meros consumidores de produtos que se encontram nas “prateleiras” dos armazéns bibliotecários ou maus utilizadores do espaço de leitura e não como parceiros de um projeto, que deveria ser coletivo, de construção institucional.

Há um sentimento que se reproduz por décadas em muitas IES pelo qual os bibliotecários se colocam como “pólicia” das coleções e do silêncio em uma situação na qual os usuários são vistos como potenciais “vândalos”<sup>30</sup> da propriedade coletiva cuja proteção tem que ser assegurada pelos bibliotecários e como promotores de mal estar e barulho que, igualmente, deve ser combatido pelos bibliotecários.

Um dos símbolos da grande diferença de entendimento que ocorre entre parcelas da mesma comunidade institucional, se encontra objetivada pelo instituto da multa financeira, que é uma recorrência ainda de grande evidência nas bibliotecas das IES brasileiras. O modo como a multa é, em geral, empregado, não exhibe que os bibliotecários tenham uma noção suficientemente clara de fundamentos de uma boa conduta profissional ao lidar com os usuários das coleções disponíveis nas bibliotecas em que atuam. Se forem levados em consideração os fundamentos de uma ética da virtude, de uma ética deontológica ou de uma ética consequencialista, nenhum desses fundamentos é capaz de oferecer argumentos que defendam a aplicação da multa financeira como uma boa medida de gestão do uso dos acervos.

Se a ação profissional geralmente posta em prática majoritariamente fragiliza a identidade do bibliotecário das IES como a expressão de um bom profissional, isso vai ser reforçado com os recursos que ele emprega para comunicar as ações que realiza nessas IES e incidirá sobre os valores e o sentido com que vê o seu trabalho. Sobre isso, se tratará na parte seguinte.

---

<sup>30</sup> Para ilustrar uma postura dessa natureza, cabe reportar que dentre as IES integrantes da amostra deste estudo foi a BU-UFSC que mais expôs essa postura, através de campanhas em que utilizou material promocional incluindo cartazes e marcadores de livros. Na folha seguinte, são destacadas duas imagens dessas campanhas “conscientizadoras”.

www.bu.ufsc.br dau@bu.ufsc.br (48) 3721 9310/37219603



# MALINO BASTANTÃO

em ação

Por onde ele passa só deixa a baga!



CAMPANHA PELA PRESERVAÇÃO DO ACERVO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Malino= pessoa malvada, sacana  
Bastantão= pessoa que se acha a melhor  
Baga= semente, caroço

CAMPANHA PELO **silêncio**  
NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

# silêncio



silence    silensium    Ruhe bitte    shizukan shiro kudai ni tak  
 silencio    stilltyggen    urg    tystlänet    hiljaisuutta, kiitos!    silenzio

Uma das formas de preservar o acervo é manter o silêncio e a boa ordem nas bibliotecas.

**PARTE IV – CONCEPÇÕES DE VALOR E SENTIDO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO CFB PARA O BIBLIOTECÁRIO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO CONFORME SEU DISCURSO PÚBLICO: perfil do estudo empírico realizado e discussão**

Já foi visto em parte anterior deste relatório que as noções de valor e sentido não existem como conceitos absolutos. Tais noções têm profunda relação com as maneiras como cada indivíduo singular e, também, como cada coletivo individual enxerga, participa, realiza-se em um mundo vivido. Dependem, por isso, de processos de comunicação e de concepções de espaço e tempo, presente e futuro. São universais e locais ou vice-versa, por estarem integrados a práxis humana, pois não são resultado somente das práticas e, da mesma forma, não são puro pensamento.

Entretanto, neste estudo se busca perceber como a determinação de valores em um dado momento, estabelecida a partir de experiências consolidadas de um dado grupo de bibliotecários atuantes no Brasil nos anos 1950, que partia de dado sentido que pode supor estar presumido e subentendido na orientação fornecida para ações em mundo de práticas futuras, sob a forma de um código de ética profissional, pode ser assimilada. Também se busca perceber se essa assimilação de uma consolidação de valores, como um todo, como um pleno valor, perdura no futuro e pode ser em si dotado e produzir sentido. E ao mesmo tempo, esse olhar se aplica a um grupo particular de bibliotecários – os de Instituições de Ensino Superior - que constitui um segmento da corporação profissional bibliotecária brasileira.

Nas subseções seguintes, expõe-se o perfil do estudo empiricamente realizado, tratando-se do universo e amostra, procedimentos empregados e processos de comunicação adotados pelas BUs, ou Sistemas de Bibliotecas universitárias, na relação com seu público, através de seus sites, homepages ou portais, comentando-se os resultados obtidos.

**4.1 – Universo e instrumento de intermediação na escolha das fontes dos dados primários**

O universo mais amplo sobre o qual se aplicou o estudo foi o das bibliotecas de Instituições de ensino superior (IES) brasileiro. Dados já expostos anteriormente mostraram que essas instituições, cujo número supera a 2.300, em 2012, estão carregadas de dessemelhanças, recomendando que o estudo pudesse ser direcionado para um segmento com recorte mais claramente delineado, constituído por um número

que está em torno de 191 IES que, em suas características operacionais e em seus objetivos institucionais, se distinguem com um perfil que se pode chamar universidade.

Essas instituições universitárias estão instaladas em todas as regiões do país e refletem de certa forma as limitações econômicas, sociais e políticas de seu entorno. Por essa razão, a fim de tornar o trabalho mais manejável, foi tomada a decisão de estabelecer um critério que proporcionaria um recorte mais qualitativo, tomando-se para isso dois fatores com certo grau de aleatoriedade: qualitativamente a avaliação quanto à produção da pesquisa científica e quantitativamente as instituições colocadas nas dez primeiras posições de um instrumento público/publicado sobre desempenho no item pesquisa.

O instrumento de intermediação referido foi o Ranking Universitário da Folha (RUF) criado e difundido pela primeira vez no ano de 2012 pelo jornal Folha de São Paulo (RANKING ..., 2012). O RUF, conforme sua própria descrição expõe, tem como propósito ser *uma listagem inédita das universidades brasileiras, de acordo com a sua qualidade*. Para elaborar o Ranking, o jornal *criou uma metodologia própria (tendo como referências avaliações internacionais consolidadas), que mescla indicadores de pesquisa e de inovação e a opinião do mercado de trabalho e de pesquisadores*.

Pertinente à qualidade da pesquisa, o jornal analisou nove indicadores:

- 1 - *proporção de professores com doutorado;*
- 2 - *número de artigos científicos produzidos;*
- 3 - *porcentagem de publicações em colaboração internacional;*
- 4 - *número de publicações por docente;*
- 5 - *número de publicações no Scielo;*
- 6 - *número de citações;*
- 7 - *número de citações por docente;*
- 8 - *número de citações por publicação científica;*
- 9 - *recursos para pesquisa recebidos do CNPq, Capes e fundações estaduais de amparo à pesquisa.*

Na escolha do instrumento de intermediação, RUF, levou-se em conta tratar-se de fonte que, embora nova no cenário cienciométrico brasileiro, foi construída por

especialistas reconhecidos na área de Ciência da Informação no país<sup>31</sup>; tratar-se de fonte construída através de critérios que asseguraram uma aceitável redução de vieses conceituais ou estatísticos; tratar-se de fonte que arrolou somente as 191 universidades, de direito, existentes no Brasil.

De outro lado, na escolha das dez primeiras instituições arroladas quanto à qualidade da pesquisa levou-se em conta que os bibliotecários atuantes em suas bibliotecas têm um público com um nível de exigência potencialmente muito mais qualificado. Em tese, esse público demanda um atendimento mais completo e complexo, em função do esperado nível de atualização requerido das coleções e, também, por esperar um nível maior de assistência especializada para ter os meios apropriados à produção de teses de doutorado, dissertações de mestrado e resultados aprofundados de pesquisa em seus grupos. Em geral, trata-se de um público que requer uma atuação da equipe bibliotecária sintonizada com a adoção mais eficaz de tecnologias de comunicação da informação mais atualizadas e que desempenhe uma postura profissional propícia a responder com mais agilidade aos pedidos feitos.

Uma vez definido o critério de escolha das IES, partiu-se para o emprego propriamente dito de procedimentos operacionais de pesquisa que vão descritos a seguir.

## **4.2 – Procedimentos empregados**

No estudo realizado foram empregados procedimentos de natureza material e instrumental, consubstanciados em fontes de dados, seleção de amostra e gestão do tempo.

### **4.2.1 – Fontes dos dados primários**

Os dados primários foram processados tendo como fontes os sites das bibliotecas universitárias, também designadas como sistemas de bibliotecas ou similares, pertencentes às dez primeiras instituições melhor avaliadas no RUF em qualidade de pesquisa. De forma geral, esses sites identificam que essas bibliotecas constituem-se

---

<sup>31</sup> Conforme o texto de apresentação da Metodologia, redigido na página do RUF: “A pesquisa foi supervisionada pelo bioquímico da USP e especialista em análise de produção científica Rogério Meneghini. Ele também é coordenador acadêmico da base Scielo, que reúne 260 periódicos científicos nacionais, incluídos no levantamento do RUF [...]”. Ver em: <http://ruf.folha.uol.com.br/metodologia/>. Acesso em: 14-12-2012.

como um complexo de atividades estruturadas sistemicamente e compondo-se de uma rede interna integrada por várias unidades operacionais descentralizadas e lideradas por uma unidade central.

Para se realizar essa etapa, tanto se iniciou a busca pelo próprio *site* da respectiva biblioteca ou sistema de biblioteca, quanto, nas três situações em que tal *site* apresentou alguma dificuldade, fez-se o caminho um pouco mais demorado de começar pela *homepage* da respectiva instituição de ensino superior.

#### 4.2.2 – Amostra selecionada e delimitação da observação

A amostra foi constituída pelas seguintes universidades, arroladas na mesma ordem com que estão listadas no RUF: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UnB). Todas são públicas, sendo que sete pertencem à rede federal e três são estaduais vinculadas ao governo do Estado de São Paulo. Delas, uma está situada na região centro-oeste, duas na região sul e sete na região sudeste.

Nesse sentido, constata-se que há uma coincidência entre o desenvolvimento econômico das regiões representadas e o destaque das instituições com melhor desempenho na variável escolhida, isto é, pesquisa. Destas, reitera-se, fez-se a busca dos dados referentes à biblioteca central com o propósito de conhecer todo o sistema bibliotecário. Alguns dados não estavam disponíveis em algumas delas, como o número de bibliotecários. Quando isso foi evidenciado, preferiu-se não adotá-lo. Mantê-lo poderia prejudicar a capacidade de se fazer comparações de medida como, por exemplo, a proporção de usuários para cada bibliotecário disponível no respectivo sistema.

Ao se realizar a navegação em cada página, se buscou informações sobre: 1 – as finalidades da biblioteca; 2 – a regulamentação das operações e 3 – os serviços ofertados. A ideia que orientou essa delimitação levou em conta que esses aspectos são os mais essenciais em um processo de comunicação que se propõe a assegurar procedimentos mais universais no relacionamento dos sistemas com os usuários ao

mesmo tempo em que visariam proporcionar a independência do usuário e a transparência quanto às operações realizadas.

Do ponto de vista da ética profissional disposta pelo CE-CFB esses itens quando existentes nos sistemas bibliotecários, e bem realizados, poderiam atender aos valores: dignidade, responsabilidade e compromisso. A dignidade se manifestaria como elemento próprio à valorização da identidade profissional do bibliotecário e à defesa do reconhecimento do papel desempenhado. A responsabilidade e o compromisso se manifestariam como expressão de respeito profissional ao pertencimento coletivo do bem público constituído pelos acervos e serviços dispostos para o uso da comunidade universitária e, portanto, como infraestrutura para a própria atuação do bibliotecário na sociedade.

De outro lado, se feito de forma consciente, a partir do conhecimento do teor do código de ética por parte do bibliotecário, as ações executadas representariam a confirmação de um reconhecimento pelo bibliotecário desse mesmo código como um valor profissional, dando sentido a uma conduta de construção coletiva e colaborativa para com profissão, profissional, usuário e sociedade.

#### 4.2.3 – Período de Coleta

As homepages das universidades e, particularmente, de suas bibliotecas centrais ou sistemas de bibliotecas foram visitadas no período de 24 de agosto a 20 de outubro de 2012, numa primeira etapa, mais tarde, até metade do mês de novembro de 2012, complementada com novas incursões em seus conteúdos. O Procedimento de navegação adotado no site da biblioteca ou sistema, visando à localização das informações sobre conteúdo referente ao objeto da pesquisa, envolveu a observação dos dados em três segmentos: a) página inicial; b) página “administração” ou equivalente; c) página “serviços”.

Uma descrição global, porém sintética, de cada Sistema pode ser vista na figura 3 abaixo. Por ela, se percebe que muitas IES têm redes de bibliotecas setoriais em mais de uma cidade.

Figura 3 – Descrição dos sistemas bibliotecários estudados

SIGLA	Descrição
USP	SIBiUSP é o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, que oferece prioritariamente suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão de docentes, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação da USP. O SIBiUSP integra <b>43 bibliotecas de faculdades distribuídas em seis campi universitários</b> , com acervo total de mais de 6 milhões de volumes.

	<a href="http://www.usp.br/sibi/">http://www.usp.br/sibi/</a>
UNICAMP	<p>O <b>Sistema de Biblioteca da Unicamp (SBU)</b> foi criado oficialmente em 25/11/2003, através da Deliberação Consu-A-30. O Regimento Interno do SBU foi disposto pela <a href="#">Deliberação CONSU A-4</a>, de 01/06/2005. É composto pelo Órgão Colegiado, Coordenadoria do SBU e <b>27 bibliotecas, sendo uma central, uma de área e as demais alocadas nas Unidades de ensino e pesquisa.</b></p> <p><a href="http://www.sbu.unicamp.br/portal/index.php/sobre-o-sbu">http://www.sbu.unicamp.br/portal/index.php/sobre-o-sbu</a></p>
UNIFESP	<p><b>Bibliotecas UNIFESP</b></p> <p>Biblioteca Central Unifesp; Campus Baixada Santista; Campus Diadema; Campus Guarulhos; Campus Osasco; Campus São José dos Campos; BV UNIFESP - trajetória científica</p> <p><a href="http://www.biblioteca.unifesp.br/missao">http://www.biblioteca.unifesp.br/missao</a></p>
UFRJ	<p>O Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ teve início em 1983 [...] Há 26 anos o SiBI vem desenvolvendo ações para promover a integração das bibliotecas da UFRJ, bem como para sua integração às políticas acadêmicas e administrativas da instituição.</p> <p>O SiBI atua como órgão promotor do desenvolvimento das bibliotecas, da capacitação continuada de seus membros, da atualização e manutenção dos acervos, modernização e informatização, definição de políticas de informação e padrões técnicos. [...] o trabalho do SiBI visa colocar as bibliotecas da UFRJ no mesmo padrão de qualidade que a UFRJ oferece à sociedade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>As <b>43 Unidades de Informação</b> contam com 394 pessoas distribuídas dentro de 5 tipos de categorias: Bibliotecários; Estagiários; Nível de Apoio; Nível Médio; Outros Profissionais.</p> <p><a href="http://www.sibi.ufrj.br/historico.htm">http://www.sibi.ufrj.br/historico.htm</a></p>
UFRGS	<p style="text-align: right;"><b>SABi</b></p> <p>O Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi) foi implantado em 1989 e adota o software Aleph 500 para gerenciar as atividades e serviços oferecidos pelas <b>33 bibliotecas da UFRGS</b> a sua comunidade usuária.</p> <p>Todo o processo de automação das rotinas das bibliotecas do SBU é desenvolvido sob a coordenação de uma <a href="#">comissão técnica</a> especificamente voltada para realização desta atividade.</p> <p><a href="http://www.biblioteca.ufrgs.br/sabi.htm">http://www.biblioteca.ufrgs.br/sabi.htm</a></p>
UFMG	<p>O <b>Sistema de Bibliotecas da UFMG</b> é constituído por <b>26 bibliotecas setoriais</b> nas áreas: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas/Fisiológicas; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Colégio Técnico; Teatro Universitário; Centro Pedagógico; Museu de História Natural; Carro Biblioteca.</p> <p>As Bibliotecas Setoriais estão vinculadas tecnicamente à Biblioteca Universitária e são responsáveis pelo oferecimento à comunidade universitária, de serviços e produtos de informação necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFMG, bem como de acervos específicos em suas áreas de atuação/abrangência.</p> <p><a href="https://www.ufmg.br/biblioteca/">https://www.ufmg.br/biblioteca/</a></p>



UNESP	<p><b>Sobre a rede</b> A Rede de Bibliotecas é constituída pela <b>Coordenadoria Geral de Bibliotecas – CGB</b>, com escritórios em São Paulo e Marília, e <b>mais 32 Bibliotecas das Unidades Universitárias e Experimentais da UNESP, distribuídas em 23 cidades do Estado de São Paulo.</b></p> <p><a href="http://www.unesp.br/portal#!/cgb/rede-de-bibliotecas/sobre-a-rede/">http://www.unesp.br/portal#!/cgb/rede-de-bibliotecas/sobre-a-rede/</a></p>
UFSCar	<p>A Biblioteca Comunitária (BCo) foi inaugurada em 17 de agosto de 1995 [...] A <b>Biblioteca Comunitária</b>, integra o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - SIBI-UFSCar, que é composto pela <b>Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias (BSCA) - Campus Araras</b> e pela <b>Biblioteca de Sorocaba (BSO) – Campus Sorocaba.</b></p> <p><a href="http://www.bco.ufscar.br/a-bco/apresentacao">http://www.bco.ufscar.br/a-bco/apresentacao</a></p>
UFSC	<p>A Biblioteca Universitária da UFSC é um órgão vinculado à Pró-reitoria de Infraestrutura, e coordena o sistema de Bibliotecas. Este sistema é composto pela <b>Biblioteca Central e 7 Bibliotecas Setoriais (BSCCSM-Medicina, BSCCA-Agrárias, BSCFM-Física e Matemática, BSCA-Colégio de Aplicação, BSCED-Educação, Biblioteca Setorial do Campus de Araranguá BSARA, Biblioteca Setorial do Campus de Curitiba BSCUR e Biblioteca Setorial do Campus de Joinville BSJOI)</b>, com uma centralização administrativa e técnica.</p> <p><a href="http://portalbu.ufsc.br/estrutura/">http://portalbu.ufsc.br/estrutura/</a></p>
UNB	<p><b>Biblioteca Central e 5 Setoriais:</b> Biblioteca do Hospital Universitário; Biblioteca do Centro de Excelência em Turismo (CET); Biblioteca Campus Ceilândia; Biblioteca Campus Planaltina; Biblioteca Campus Gama</p> <p><a href="http://www.bce.unb.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=7&amp;Itemid=28">http://www.bce.unb.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=7&amp;Itemid=28</a></p>

#### 4.3 – O processo de comunicação pública para difusão das ações profissionais realizadas na biblioteca universitária

Um pressuposto, subliminar a este estudo, é que a prática profissional do bibliotecário constitui uma ação comunicativa. Ademais, é de se considerar que profissões passíveis de serem interpretadas como executoras de ações práticas de tecnologia social, desempenhadas em organizações cujas características por si só pré-determinam suas atividades, o caso da biblioteca, do hospital, da penitenciária, por exemplo, dependem de que seus praticantes mantenham um bom relacionamento com seus patrocinadores e com seus usuários finais. Tal circunstância, num movimento de mão dupla, contribui vivamente para que os membros dessas profissões se articulem no sentido de construir um alinhamento de suas condutas pessoais a fim de que possam parecer convergentes quanto a uma mesma noção de como atuar.

Isso não significa que cada um dos profissionais, como uma pessoa individual, deva

abdicar de sua forma de ser e ver o mundo. Entretanto, espera-se de cada um que esteja ciente de que deve cuidar para que a profissão do ponto de vista de seus praticantes pareça se orientar por valores que possuem um efeito formativo sobre os usuários dos serviços proporcionados. Igualmente, que cada um adote e compartilhe um instrumento global, como um código de conduta, tomando-o como um valor estruturante de suas ações profissionais.

A prática profissional bibliotecária parece que poderia gerar mais benefícios sociais e econômicos para seus praticantes se cada um pudesse tomar um determinado conjunto de valores como diretrizes para suas ações. Isso, igualmente não quer dizer que os valores profissionais não podem jamais ser discutidos e redimensionados, mas que isso deveria ser realizado como parte de deliberações coletivas, em que os membros da profissão através de círculos de estudo, por exemplo, aprofundariam o conhecimento em torno do que necessita ser revisto, atualizado ou recriado, discutindo e deliberando em seguida em espaços de assembleias. Parece que esse modo de atuação, que se realizava antes dos anos 1980 por parte dos bibliotecários brasileiros, especialmente, no âmbito do CBBB, vem se perdendo ao longo dos últimos anos e se consoma no próprio abandono integral ou parcial das associações bibliotecárias por seus associados, assim como pelo manifesto desinteresse dos recém-ingressos na profissão em retomar essa postura/conduta.

Como decorrência desse virtual abandono dos ambientes de defesa profissional, afrouxam-se os códigos de conduta profissionais, no caso do CE-CFB. Dessa maneira, esgarçam-se os conteúdos dos textos com os quais os bibliotecários pretendem dizer aos usuários sobre o seu fazer naqueles momentos em que virtualmente desejam consolidar isso na explicitação das finalidades, regulamentação e serviços que são prestados pelas bibliotecas onde atuam. Tal fato também é perceptível nas homepages das bibliotecas onde esses bibliotecários atuam ou em textos escritos através dos quais os bibliotecários acreditam que estão se comunicando com seus públicos. Nos tópicos a seguir serão sintetizadas as informações encontradas nas respectivas *homepages* das universidades identificadas no item 4.2.2 acima.

#### **4.3.1– Finalidades e valores expressos pela biblioteca**

A figura 4 abaixo exhibe os termos que foram empregados como discurso público/publicado de cada Biblioteca e, por isso, expostos nos sites de cada uma das

universidades identificadas na primeira coluna, sobre o que é representativo das finalidades da respectiva BU.

Sete termos foram empregados. Considerando que eles não são mutuamente excludentes, demarcam o maior ou menor alcance que a equipe da biblioteca consegue dar às finalidades que enxerga para o resultado de sua atuação.

Em três instituições foram empregados três termos, havendo coincidência nelas do termo *Missão*. Esse termo foi empregado por sete das dez bibliotecas, sendo o único e exclusivo termo empregado em três delas. O termo *Objetivo* foi empregado por quatro bibliotecas. O termo *Visão* foi empregado por duas bibliotecas. Os termos *Valores*, *Finalidade*, *Função e Atribuições* foram empregados uma só vez e em bibliotecas distintas. Soa particularmente preocupante o fato de que em apenas uma das dez bibliotecas existe a explicitação de preocupação com valores.

Na homepage de uma das bibliotecas universitárias componentes da amostra, nenhuma explicitação foi oferecida acerca de quais seriam as suas finalidades. É também motivo de preocupação pelo fato singular, de que se trata da universidade com a segunda melhor colocação em qualidade de pesquisa.

Figura 4 – Finalidades da Biblioteca

INSTITUIÇÃO	TERMOS DESIGNATIVOS DAS FINALIDADES DA BIBLIOTECA OU SISTEMA
USP	[1] Missão + [2] Visão + [3] Valores
UNICAMP	Indisponível
UNIFESP	[1] Missão + [4] objetivos
UFRJ	[5] Finalidade + [4] objetivos
UFRGS	[6] Função
UFMG	[1] Missão
UNESP	[1] Missão + [4] objetivos + [7] atribuições
UFSCar	[1] Missão + [2] visão + [4] objetivos
UFSC	[1] Missão
UNB	[1] Missão

Consulta *online* em 27 de setembro de 2012

Legenda: [1] Missão, [2] Visão, [3] Valores, [4] objetivos, [5] Finalidade, [6] Função, [7] atribuições.

Quanto aos valores afirmados como assumidos pela biblioteca ou sistema, a figura 5 abaixo mostra que apenas a biblioteca universitária da instituição distinguida como a de melhor desempenho em qualidade da pesquisa, a USP, tinha uma posição publicada. Mesmo assim, parece uma posição vazia ou imprecisa, quando afirma *respeitar a ética*

e os valores humanos, pois há ênfase num mesmo aspecto embora não esteja claro que os redatores pretendiam isso. Nas homepages das demais BUs não há a explicitação dos valores porventura assumidos.

Figura 5 – Valores das bibliotecas

INSTITUIÇÃO + BIBLIOTECA	VALORES EXPRESSOS
USP	Manter o compromisso com a democratização do acesso à informação de forma equitativa, respeitando a ética, os valores humanos e a sustentabilidade. <sup>32</sup>
UNICAMP	Não consta
UNIFESP	Não consta
UFRJ	Não consta
UFRGS	Não consta
UFMG	Não consta
UNESP	Não consta
UFSCar	Não consta
UFSC	Não consta
UNB	Não consta

Consulta *online* em 27 de setembro de 2012

#### 4.3.2 – Regulamentação das operações

Embora se esteja a destacar algumas facetas das regulações adotadas nos Sistemas das IES em foco, desdobrando-as conforme este texto vai se desenrolando, há mais adiante novas figuras nas quais se descreve a partir dos documentos publicizados nas homepages dos Sistemas de Bibliotecas das dez universidades que foram destacadas

<sup>32</sup> Embora seja relevante constatar que o SIBI-USP fez esse esforço de definição de valores profissionais, constata-se que ainda está além do razoável. Por contraste, vejamos os Core Values of Librarianship da *American Library Association* – devidamente precedido de um discurso fundador: Fonte: American Library Association - Core Values of Librarianship (<http://www.ala.org/offices/oif/statementspols/corevaluesstatement/corevalues>, acesso em: 15-12-2012) A base da biblioteconomia moderna sustenta-se em um conjunto essencial de valores fundamentais que definem, informam e orientam a nossa prática profissional. Estes valores refletem a história e o desenvolvimento contínuo da profissão e têm sido aperfeiçoados, ampliados e aprofundados por numerosas declarações políticas da Associação Americana de Bibliotecas. Entre esses estão: - Acesso; - Confidencialidade / Privacidade; - Democracia; - Diversidade; - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida; - Liberdade Intelectual; - Preservação; - O bem público; - Profissionalismo; - Serviço; - Responsabilidade Social.

Para ser mais específico, em relação ao ambiente de biblioteca universitária, pode-se ver a Declaração de valores da equipe da Biblioteca da Universidade de California – Berkeley. *UC Berkeley Library - Statement of Values*. 2000. Fonte: (<http://www.lib.berkeley.edu/AboutLibrary/values.html>, acesso em: 15-12-2012). - Colegialidade e Cooperação; - Comunicação Eficaz; - Excelência e Criatividade; - Justiça; - Tomada de decisão participativa; - Crescimento e Desenvolvimento Profissional; - Reconhecimento; - Ambiente de trabalho seguro, confortável e saudável.

pelo RUF, como as detentoras em 2012 da melhor qualidade em pesquisa, o estado em que se acham em termos de regulamentação de alguns aspectos básicos, quais sejam:

1 – disponibilidade de instrumentos formais de regulação dos procedimentos que envolvem o Sistema, seus recursos e seus usuários;

2 – a fonte de legitimidade dessa regulação;

3 – a designação que adotam para o público que demanda os serviços disponibilizados pela biblioteca para atendê-lo;

4 – o que está disposto nos instrumentos existentes quanto a:

4.1- Material emprestado: público, tipo e quantidade;

4.2 - Controle de prazo de devolução.

É relevante acentuar-se a razão pela qual tais aspectos estão em destaque, a fim de que se possa mais adiante, no item 4.3.4, fazer-se uma apreciação sobre o sentido que aparenta ter essa Comunicação entre Sistemas e usuários, ou sobre a conduta profissional, especificamente a partir do aspecto 4 acima assinalado, isto é, *o que está disposto nos instrumentos existentes nos Sistemas de Bibliotecas das IES melhor qualificadas em pesquisa quanto a: 1- Material emprestado: público, tipo e quantidade; e 2 - Controle de prazo de devolução.*

A comunicação desenhada ou endossada pelos bibliotecários que atuam em tais Sistemas e por eles difundida em suas homepages revela uma determinada forma pela qual o bibliotecário universitário atuante nessas instituições intui e realiza sua conduta profissional. Tal conduta é cumprida distintamente nas IES, mas os dados discursivos contidos nos sites dessas bibliotecas mostram uma diversidade que desnuda e confirma o restrito papel da CBBU e do SNBU como dispositivos a serviço dos bibliotecários, provavelmente mais direcionados a aspectos que se distanciam do bem estar dos usuários dessas bibliotecas. Os discursos encontrados nesses sites majoritariamente acusam um desconhecer, por um lado, e um ultrapassar, por outro lado, toda e qualquer postura de profissionais bibliotecários que se orientam em sua ação por meio de doutrinas éticas que se destacaram no Ocidente como mais relevantes nos três últimos séculos, isto é, a deontologia ou o utilitarismo.

Analisando-se a figura 6, mais adiante, chega-se a uma breve visão sobre o que há em comum ou o que tem distância em relação ao núcleo de cada um dos aspectos acima

assinhalados. Mas antes de examinar tais aspectos, cabe observar que nem todos os dez sistemas ou bibliotecas selecionados já regularam organicamente o modo de operação com o usuário. Há dentre eles sistemas, já bem consolidados, enquanto outros aparentam uma situação em que o usuário não conta com um tratamento respeitoso e dignificante nas disposições que para ele estão formuladas.

Em relação à *disponibilidade de instrumentos formais de regulação dos procedimentos que envolvem os Sistemas, seus recursos e seus usuários* observa-se uma situação diversa, demonstrando a precariedade que se manifesta em nove das dez instituições, posto que dentre elas seja a USP a que se apresenta mais claramente organizada. Isso remete para que se procure verificar a fonte de legitimidade dessa regulação em cada situação. Nesse tópico interessa, sobretudo, reconhecer de onde partem as deliberações sobre o *marco legal formal* que rege as relações entre o Sistema de Bibliotecas e os usuários. Pelo que se levantou nos sites dos dez Sistemas, sete não indicam a origem das regras adotadas, o que faz supor que tais regras brotam de dentro do próprio Sistema como revela a figura 6 abaixo.

Figura 6 – Regulamentação dos Sistemas de Bibliotecas

INSTITUIÇÃO	INSTRUMENTO(S) FORM(AL)(AIS)	LEGITIMIDADE DO INSTRUMENTO
USP	a-Regimento interno do SIBI; b-Regulamento do empréstimo do material bibliográfico	a-Resolução da Comissão de Legislação e Recursos; b-Portaria do Reitor
UNICAMP	a-Regimento interno do SBU b-Regulamento de circulação de material bibliográfico do SBU	a-Deliberação do Conselho Universitário
UNIFESP*	Regulamento <i>Biblioteca da antiga FPM</i>	Não indica a fonte da legitimidade
UFRJ*	Cada Biblioteca do Sistema tem seu próprio regulamento  <i>(Regulamento da Biblioteca central do CCS)</i>	Não indica a fonte da legitimidade
UFRGS	Regulamento de circulação de coleções	Portaria do Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica acatando proposta da Direção da Biblioteca Central
UFMG	Regulamento do Sistema de Bibliotecas	Não indica a fonte da legitimidade
UNESP (Campus de Marília)*	Cada biblioteca conta com seu próprio regulamento.  <i>Regulamento da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências</i>	Não indica a fonte da legitimidade
UFSCar	Política de empréstimos	Não indica a fonte da legitimidade
UFSC*	Não dispõe de regimento na	Não indica a fonte da

	Biblioteca coordenadora do Sistema <i>(Normas para empréstimo da Biblioteca setorial de Curitiba)</i>	legitimidade
UNB	Normas gerais da BCE	Não indica a fonte da legitimidade

Obs.: 1 - Todas as Instituições que compõem essa figura contam com mais de um campus; 2 – Alguns dos respectivos Sistemas Bibliotecários não dispõem de um Regimento/Regulamento que se aplique igualmente a todas as unidades; 3 – O asterisco destaca as instituições das quais se utilizou um regimento de uma unidade setorial escolhido aleatoriamente, exceto da UNESP, cuja unidade foi escolhida intencionalmente por atender também à área de Ciência da Informação.

Essa figura 6 vista acima, permite supor que algumas comunidades universitárias, por um lado, não tem dado atenção ao controle que deveriam exercer sobre esses Sistemas e, por outro lado, que os gestores de parte dessas IES não veem esses Sistemas com a importância reclamada historicamente pelos bibliotecários. Esse distanciamento de assunção de uma responsabilidade fundamental leva os bibliotecários a acumular ônus políticos e repetir erros de gestão, que vem em prejuízo dos próprios usuários, os mesmos que não assumem suas funções políticas de usuários das bibliotecas. Ao não contarem com uma fonte externa ao seu próprio ambiente, mas interna às IES às quais se vinculam, para lhes regular, controlar e fiscalizar suas ações, esses Sistemas tendem a ser tirânicos na sua relação individual com os usuários finais exercendo um incompreensível e insustentável esmagamento desses. Nesse sentido, embora os dez Sistemas designem em seus documentos o público a que atendem com a expressão *usuário*, há um desses Sistemas – UNIFESP – que trata o usuário também por *sócio* um termo que soa estranho no ambiente universitário. Esse termo é resquício da biblioteca pública ou comunitária. Decerto, trata-se de um arcaísmo e é revelador de um descompasso institucional.

#### 4.3.3 – Serviços ofertados

A busca realizada com o propósito de identificar os serviços oferecidos pelas BUs das dez universidades brasileiras com melhor desempenho em pesquisa, segundo o RUF – 2012, mostra através da figura 7, que a resposta a esse tópico revela bastante diversidade e distintas formas de apresentação, variando a estratégia de organização das informações e de acesso às mesmas. Há uma diversidade arquitetural nas homepages das BUs, assim como há uma diversidade de concepção do que significa *Serviço*. Em algumas bibliotecas a oferta de acesso à base de dados entra nessa categoria. Igualmente

pode ser *Serviço* a consulta livre aos acervos ou o autoempréstimo. A biblioteca de uma dessas universidades dispõe de muitas das atividades designadas *serviços* pelas demais, entretanto, não utiliza essa designação.

Figura 7 – Serviços oferecidos pelas BUs

IES	SERVIÇOS OFERECIDOS PELA BIBLIOTECA CONFORME CONSTANTE NA SUA <i>HOMEPAGE</i>
USP	Pessoalmente, estão disponíveis os serviços: Consulta livre aos acervos Orientação sobre o uso da biblioteca e do acervo Consulta a bases de dados internas e externas Orientação para localização de informações nas bibliotecas Empréstimo Domiciliar Empréstimo entre bibliotecas Reprografia Comutação Bibliográfica Intercambio on-line Doações
UNICAMP	Regulamento de Circulação Acesso e Consulta Local Empréstimo domiciliar Empréstimo Entre Bibliotecas Comutação Bibliográfica Programa de Capacitação de Usuários em Informação Científica Acesso ao Catálogo Automatizado do Sistema de Bibliotecas da Unicamp Acesso à Busca Integrada Acesso à Biblioteca Digital da Unicamp Acesso a Fontes Eletrônicas Apoio para Eventos
UNIFESP	Levantamento Bibliográfico Ficha Catalográfica Comutação Localização de Documentos
UFRJ	Acesso remoto a bases de dados Depósito e divulgação de teses e dissertações Base Minerva Portal Capes Portal de Periódicos da UFRJ Memória Institucional da UFRJ Empréstimo entre bibliotecas COMUT
UFRGS	Atendimento ao Usuário (Serviço de Referência) Orientação ao Usuário



	<u>Comutação Bibliográfica</u> Orientação Bibliográfica Consulta Local <u>Empréstimo Domiciliar</u>
UFMG	Circulação de materiais Empréstimo entre bibliotecas Empréstimo rápido Comutação bibliográfica Normalização bibliográfica Fichas catalográficas Visitas orientadas Atendimento ao PNE Campanhas de conscientização Serviço de alerta Exposições Serviço 24 horas
UNESP	(Em Marília)  Orientação aos usuários Empréstimo Domiciliar Empréstimo entre Bibliotecas Comutação Bibliográfica Nacional e Internacional Capacitação de Usuários Orientação e Normalização de Trabalhos Acadêmicos Acesso ao texto completo de publicações científicas nacionais e internacionais
UFSCar	Autoempréstimo Caixa de devolução de livros Espaço de Estudos BCo Guarda-Volumes Livros de consulta Local Reprodução de documentos Visitas técnicas
UFSC	Acessibilidade – AAI Aquisições (sugestões/novas) Auditórios, laboratórios e espaço cultural Bases de dados – Saber Bookmark BU Informa Catalogação na Fonte ISSN – ISBN Círculo de leitura Comutação Bibliográfica Conheça a Biblioteca Dissertações/teses/TCCs EAD – Ensino a distância Empréstimo entre bibliotecas Espaço digital More NetBooks

	Normalização de trabalhos Nossos formulários Programa de Capacitação Redes cooperativas Sala Verde WEB TV
UNB	O conjunto de serviços não está assim designado

Fontes utilizadas: sites das instituições + site da biblioteca. A busca foi realizada entre os dias 28 de setembro a 20 de outubro de 2012.

O que também se pode extrair da figura 7 acima é revelador de uma falta de padronização. E essa falta ao não ser superada revela uma singularidade de cada Sistema, e leva a intuir pela reiteração do emprego de práticas amadoras e carentes de toda uma visão estratégica de longo prazo o que, no limite, reforça uma débil postura ética, que afeta o próprio bibliotecário e, por decorrência, o seu público final.

#### **4.3.4 – Comunicação sobre conduta profissional**

Ao se focalizar os instrumentos existentes nos Sistemas de Bibliotecas das IES brasileiras melhor qualificadas em pesquisa pelo RUF - 2012 percebemos que eles comunicam de forma muito clara, muitas vezes estranha aos fundamentos de uma aceitável ética profissional bibliotecária, a relação que se dispõem a encetar com seus públicos. Neles estão expressas, de um lado, quais são as distintas categorias de beneficiários dos serviços que produzem; os tipos de materiais e ações que põem à disposição desses públicos; os limites que oferecem quanto ao acesso e uso do que está ofertado, as formas de controle da circulação de material, as condições em que se dá essa circulação, as restrições impostas, estipulando os controles que serão empregados, especialmente no que toca aos prazos para posse provisória e devolução dos materiais.

Comece-se pelos públicos que são eleitos como usuários, ressaltando que na sua definição existem fatores locais intervenientes na sua composição, a depender das distintas unidades, relacionamentos externos interinstitucionais. Olhando-se como conjunto, através da figura 8, vê-se a quais públicos esses Sistemas de Bibliotecas atendem.

Figura 8 – Público atendido com serviço de empréstimo bibliográfico

INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ATENDIDO PARA EMPRÉSTIMO
USP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- aluno de graduação e servidor técnico-administrativo;</li> <li>- aluno de pós-graduação;</li> <li>- docente</li> </ul>
UNICAMP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprimorando;</li> <li>- Comissionado;</li> <li>- Docente da UNICAMP;</li> <li>- Estagiário;</li> <li>- Funcionário Funcamp;</li> <li>- Funcionário Unicamp;</li> <li>- Médico residente;</li> <li>- Monitor;</li> <li>- Patrulheiro;</li> <li>- Pesquisador colaborador voluntário;</li> <li>- Prestador de serviço voluntário;</li> <li>- Pesquisador colaborador voluntário;</li> <li>- Bolsista Instrutor Graduação;</li> <li>- Complementação Aposent.-CLT;</li> <li>- Docente Estatutário Aposentado;</li> <li>- Funcionário Estatutário Aposentado;</li> <li>- Pesquisador Visitante;</li> <li>- Plantonista;</li> <li>- Professor Visitante;</li> <li>- Intercâmbio Internacional de Graduação;</li> <li>- Intercâmbio Internacional de Pós-Graduação;</li> <li>- Intercâmbio Nacional de Graduação;</li> <li>- Intercâmbio Nacional de Pós-Graduação.</li> </ul>
UNIFESP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alunos de Graduação, Extensão ou Pós-Graduação, devidamente matriculados;</li> <li>- Docentes, Residentes e funcionários ativos.</li> </ul>
UFRJ (CCS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- corpo docente;</li> <li>- discente;</li> <li>- estagiários;</li> <li>- funcionários</li> </ul>
UFRGS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- corpo docente;</li> <li>- corpo discente;</li> <li>- corpo técnico-administrativo;</li> <li>- colaborador convidado.</li> <li>- servidor aposentado da UFRGS;</li> <li>- inativo no Banco de Pessoal da UFRGS</li> <li>- funcionários do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA);</li> <li>- Funcionários de instituições reconhecidas e credenciadas que venham a firmar convênio com alguma unidade da UFRGS que contenha cláusula referente ao uso da biblioteca;</li> <li>- outros usuários de vínculo temporário definidos pela UFRGS.</li> </ul>
UFMG	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alunos da UFMG regularmente matriculados nos cursos de: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Graduação;</li> <li>b) Pós-Graduação nos cursos de Doutorado, Mestrado e Especialização;</li> <li>c) Cursos Técnicos (Ensino Médio);</li> <li>d) Ensino fundamental.</li> </ul> </li> <li>- Alunos visitantes relacionados a projetos/convênios de intercâmbio interinstitucional, tanto nacionais como estrangeiros, regularmente matriculados na UFMG;</li> <li>- Alunos de aperfeiçoamento;</li> <li>- Professores na ativa e aposentados;</li> <li>- Professores e artistas visitantes durante a validade do contrato;</li> <li>- Professores substitutos e/ou contratados durante a validade do contrato;</li> <li>- Pesquisadores durante a validade da Bolsa de Pesquisa;</li> <li>- Funcionários na ativa e aposentados;</li> <li>- Funcionários durante a validade do contrato, contratados pela: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Cruz Vermelha; - <u>Cadastro de menores da Cruz Vermelha</u></li> </ul> </li> </ul>

	b) Fundações; c) Casu; d) Multicoop; e) Fump; f) Assufemg; g) Empresas terceirizadas; <u>Modelo carta funcionários terceirizados</u> - Residentes; - Projeto Veredas; - Tutores à Distância; - Programa Provoc; - Usuários do Carro Biblioteca (Neste caso, os empréstimos são somente do acervo do Carro); - Mobilidade Estudantil.
UNESP (Campus de Marília)	- comunidade interna (docentes, discentes e funcionários); - comunidade externa. - Os alunos do CAUM e UNATI; - comunidade que possua vínculo institucional com a Universidade.
UFSCar	- comunidade interna da UFSCar (alunos de graduação, pós-graduação, docentes, servidores técnicos administrativos e pesquisadores) - comunidade externa (cidadãos com residência em São Carlos, Água Vermelha e Santa Eudóxia).
UFSC	- servidor docente e técnico-administrativo; - alunos de graduação regularmente matriculados nos cursos da UFSC; - alunos de pós-graduação regularmente matriculados nos cursos da UFSC;
UNB	- Alunos de graduação e de pós-graduação; - Docentes e servidores, ativos e inativos; - Ex-alunos.

Fica evidente que alguns Sistemas detalham com mais precisão quais os públicos que atenderão, enquanto outros adotam rótulos mais genéricos.

Uma vez conhecidos os públicos que serão atendidos pelos Sistemas, cabe averiguar a informação sobre os tipos de materiais, as quantidades e o tempo de permanência que os usuários poderão contar com livros ou outros itens. Um fato que desperta atenção, é que nem todos os Sistemas são capazes de regular centralmente os tipos de matérias e prazos de empréstimo remetendo a decisão para cada uma de suas subunidades, conforme se pode ver na figura 9 a seguir.

Figura 9 – Material emprestado, quantidade e tempo de empréstimo

INSTITUIÇÃO	TIPO DE MATERIAL EMPRESTADO, QUANTIDADE E TEMPO DE EMPRÉSTIMO											
USP	- Aluno de graduação e servidor técnico-administrativo: dez itens, em comodato por dez dias consecutivos; - Aluno de pós-graduação: quinze itens, em comodato por vinte dias consecutivos; e - Docente: vinte itens, em comodato por trinta dias consecutivos.											
UNICAMP	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>Itens por usuário</th> <th>Dias de empréstimo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aprimorando</td> <td>5</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>Comissionado</td> <td>10</td> <td>28</td> </tr> </tbody> </table>	Categoria	Itens por usuário	Dias de empréstimo	Aprimorando	5	7	Comissionado	10	28		
Categoria	Itens por usuário	Dias de empréstimo										
Aprimorando	5	7										
Comissionado	10	28										

	Docente UNICAMP	10	28
	Estagiário	5	7
	Funcionário Funcamp	10	28
	Funcionário Unicamp	10	28
	Médico Residente	10	28
	Monitor	5	7
	Patrulheiro	5	7
	Pesquisador Colaborador Voluntário	10	28
	Prestador de serviço voluntário	5	7
	Professor Colaborador Voluntário	10	28
	Bolsista Instrutor Graduação	5	7
	Complementação Aposent.-CLT	5	14
	Docente Estatutário Aposentado	10	14
	Funcionário Estatutário Aposentado	5	14
	Pesquisador Visitante	10	14
	Plantonista	5	14
	Professor Visitante	10	14
	Intercâmbio Internacional de Graduação	5	7
	Intercâmbio Internacional de Pós-Graduação	5	28
	Intercâmbio Nacional de Graduação	5	7
	Intercâmbio Nacional de Pós-Graduação	5	28
UNIFESP	Quantidade de livros emprestados - 3 livros, desde que não sejam de exemplares de um mesmo livro. Prazo - 7 dias corridos para cada livro emprestado.		
UFRJ (CCS)	Cada usuário poderá retirar 2 (dois) livros e/ou 2 (duas) teses por um prazo máximo de 10 dias.		
UFRGS	1. item emprestado por 14 (quatorze) dias para corpo docente; corpo discente de pós-graduação; colaborador convidado; bibliotecas de outras instituições locais, nacionais e estrangeiras e bibliotecas do SBU; 2. item emprestado por 7 (sete) dias para corpo discente de graduação, de educação infantil, ensino fundamental, médio e profissional; corpo técnico-administrativo; servidor aposentado da UFRGS; funcionários do HCPA; funcionários de instituições reconhecidas e credenciadas pela UFRGS e outras categorias de usuários definidas pela UFRGS.		
UFMG	Os prazos de empréstimo são definidos pelas bibliotecas do Sistema.  Sobre o limite de obras para empréstimo - O número de obras permitido para empréstimo padrão, para cada usuário, é de até 07 (sete) obras para professores, alunos de pós-graduação e pesquisadores e de até 05 (cinco) obras para as demais categorias. Para o usuário do Carro Biblioteca, o limite é de 02 (duas) obras.		
UNESP (Campus Marília)	- Graduação: 6 livros, 6 teses e/ou dissertações, 3 trabalhos de conclusão de curso, por um prazo de 7 dias. - Pós-Graduação: 10 livros, 10 teses e/ou dissertações, 5 trabalhos de conclusão de curso, por um prazo de 30 dias. - Docentes: 15 livros, 15 teses e/ou dissertações, 10 trabalhos de conclusão de curso, por um prazo de 30 dias. - Funcionários: 6 livros, 6 teses e/ou dissertações, 3 trabalhos de conclusão de curso, por um prazo de 7 dias. - CAUM e UNATI: 3 livros, 3 teses e/ou dissertações, 1 trabalho de conclusão de		

	<p>curso, por um prazo de 7 dias.</p> <p>- Usuários Flex: 3 livros, 3 teses e/ou dissertações, 1 trabalho de conclusão de curso, por um prazo de 7 dias.</p> <p>Parágrafo Único: Todas as categorias de usuários terão um limite de empréstimo de 3 CDs e 3 fitas de vídeo, por um prazo de 7 dias.</p>
UFSCar	<p>Comunidade Interna - Acadêmica</p> <p>Categoria de Usuário Qtde obras por Prazo de Empréstimo</p> <p>GR - alunos de Graduação São Carlos G,B,T,E 6 por 10 dias</p> <p>GA - alunos de Graduação Araras G,B,T,E 6 por 10 dias</p> <p>GS - alunos de Graduação Sorocaba G,B,T,E 3 por 05 dias</p> <p>GU - alunos de Graduação UAB G,B,T,E 6 por 10 dias</p> <p>GC - alunos de Graduação IFSP (CEFET) G,B,T,E 3 por 10 dias</p> <p>PG - alunos de Pós-Graduação São Carlos G,T,E 6 por 15 dias B ( 4 por 15 dias )</p> <p>PA - alunos de Pós-Graduação Araras G,T,E 6 por 15 dias B ( 4 por 15 dias )</p> <p>PS - alunos de Pós-Graduação Sorocaba G,T,E 3 por 11 dias B ( 3 por 11 dias )</p> <p>PE - Pesquisadores G,T,E 6 por 15 dias B ( 4 por 15 dias )</p> <p>DO - Docentes: Visitantes, Substitutos, Adjunto G,T,E 6 por 15 dias B ( 4 por 15 dias )</p> <p>DC - Docentes IFSP (CEFET) G,T,E 6 por 15 dias B ( 4 por 15 dias )</p> <p>TE - Téc. Administrativos e Superiores São Carlos G,T,E 6 por 10 dias B ( 4 por 10 dias )</p> <p>TA - Téc. Administrativos e Superiores Araras G,T,E 6 por 10 dias B ( 4 por 10 dias )</p> <p>TC - Téc. Administrativos IFSP (CEFET) G,E 3 por 10 dias</p> <p>TS - Téc. Administrativos e Superiores Sorocaba G,T,E 6 por 05 dias B ( 1 por 05 dias )</p> <p>TU - Tutores UAB G,T,E 6 por 10 dias B ( 4 por 10 dias )</p> <p>UF - Unidades UFSCar: deptos e laboratórios G,T,E 12 por 365 dias</p> <p>B1 - Interno biblioteca: encadernação, pequenos reparos G,B,T,E 12 por 365 dias</p> <p>Comunidade Externa</p> <p>CX - Cidadãos: alunos do Ensino Fundamental, Médio e 3º grau, Professores e Profissionais Liberais G,E 6 por 10 dias</p> <p>SA - Servidor Aposentado: docente e técnico-administrativo G, T, E 6 por 10 dias</p> <p>HE - Hospital Escola: Estudantes e Estagiários G,T,E 6 por 10 dias B ( 4 por 10 dias )</p> <p>HF- Hospital Escola: Funcionários (preceptores), Médicos, Enfermeiros, Fonoaudiólogos, etc...</p> <p>G,T,E 6 por 10 dias B ( 4 por 10 dias )</p> <p>DV - Deficientes Visuais: usuários com deficiência visual G,T,E 6 por 10 dias X ( 30 por 15 dias )</p> <p>BB - Outras Bibliotecas G,T,E 6 por 30 dias</p> <p>Fitas de vídeo - todas as categorias 1 por 03 dias</p>
UFSC	<p>- alunos de graduação: 15 dias</p> <p>- servidores docentes e técnico-administrativos: 30 dias.</p>
UNB	<p>Alunos de graduação da UnB:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Livros - 10 volumes - 15 dias</li> <li>• Periódicos - 5 volumes - 7 dias</li> </ul> <p>Alunos de pós-graduação da UnB:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acervo OAE - 10 volumes - 30 dias</li> <li>• Discos - 2 discos - 5 dias</li> <li>• Fitas VHS - 2 fitas - 3 dias</li> <li>• Livros - 15 volumes - 30 dias</li> <li>• Mapas - 6 mapas - 15 dias</li> <li>• Microficha - 10 microfichas - 4 dias</li> <li>• Periódicos - 10 volumes - 7 dias</li> <li>• Slides - 40 slides - 5 dias</li> </ul> <p>Docentes da UnB, ativos e inativos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acervo da OAE - 10 volumes - 30 dias</li> <li>• Discos - 2 discos - 5 dias</li> <li>• Fitas VHS - 3 fitas - 5 dias</li> <li>• Livros - 15 volumes - 30 dias</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapas - 6 mapas - 15 dias</li> <li>• Microficha - 10 microfichas - 4 dias</li> <li>• Periódicos - 10 volumes - 7 dias</li> <li>• Slides - 40 slides - 5 dias</li> </ul> <p>Ex-alunos da UnB inscritos na Associação de Ex-alunos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Livros - 5 volumes - 15 dias</li> </ul> <p>Instituições cadastradas na BCE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Livros - 3 volumes - 15 dias</li> </ul> <p>Servidores técnicos-administrativos da UnB (NA, NM):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discos - 2 discos - 15 dias</li> <li>• Fitas VHS - 3 fitas - 5 dias</li> <li>• Livros - 10 volumes - 30 dias</li> <li>• Microficha - 10 microfichas - 4 dias</li> <li>• Periódicos - 10 volumes - 7 dias</li> </ul> <p>Servidores técnico-administrativos da UnB (NS):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discos - 2 discos - 5 dias</li> <li>• Fitas VHS - 2 fitas - 3 dias</li> <li>• Livros - 10 volumes - 30 dias</li> <li>• Microficha - 10 microfichas - 4 dias</li> <li>• Periódicos - 10 volumes - 7 dias</li> </ul>
--	--

Essa comunicação propagada pelas BUs dessas IES informa ou estipula quais os materiais são disponibilizados para os seus diversos públicos e deve-se averiguar como se dá o controle de permanência do(s) materi(al)(ais) emprestados com os respectivos usuários. Aqui, então, começam a se revelar distinções de postura, as quais nem sempre são explicadas à luz da coleção bibliográfica ou dos demais recursos e serviços existentes em cada um dos Sistemas de Biblioteca. De uma forma geral, as regras predominantemente adotadas fogem a uma lógica clara. Pode-se admitir mais uma vez que nesse conjunto de sistemas bibliotecários o SIBI/USP se revela positivamente diferente dos demais na medida em que possui instâncias formalizadas que – compostas por docentes, discentes e por pessoal bibliotecário – discutem e deliberam de maneira que as normas são resultantes do envolvimento de membros representativos das várias comunidades beneficiárias e não se constituem apenas ato de discricionário da equipe bibliotecária.

O que se verifica a partir dos dados obtidos nos sites dos Sistemas de BUs é que há pelo menos duas grandes modalidades de exercício do controle quanto ao cumprimento pelos usuários dos prazos de empréstimo de materiais: 1 - a suspensão de empréstimo, e 2 – a imposição de multa financeira. Nos dois casos, há nuances e mesmo em alguns Sistemas de BUs a combinação das duas modalidades.

A Suspensão de empréstimo é adotada de uma forma mais pura na USP e na UFSCAR. Na UNICAMP o que ocorre, conforme explicitado no site do Sistema, é a

adoção da suspensão de empréstimo, renovação e reserva. Nota-se que nos sites dos Sistemas de Bibliotecas dessas três IES não há qualquer menção a uma penalização que resvale para o financeiro, quando se trata de estimular o cumprimento pelos usuários dos prazos máximos de empréstimos de materiais informacionais.

Na UNIFESP e na UNESP (Marília), mesmo que os Sistemas adotem preferencialmente a modalidade de suspensão de empréstimo com a finalidade de desestimular o não cumprimento de prazos pelos usuários, verifica-se na primeira (UNIFESP) a situação da suspensão de empréstimo que, ultrapassando a 30 dias, permite ao usuário trocá-la por penalidade financeira; no caso da segunda (UNESP) o usuário ultrapassando a 30 dias de atraso cairá obrigatoriamente em penalidade financeira.

No conjunto dos Sistemas de Bibliotecas examinados, verifica-se pela figura 10 a seguir que as cinco IES sediadas no Estado de São Paulo, incluídas as duas federais, priorizam a modalidade suspensão de empréstimo como estímulo ao cumprimento pelos usuários dos prazos de permanência com os materiais que obtiveram por empréstimo. Os Sistemas de Bibliotecas das outras cinco IES, localizadas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, dão preferência em aplicar a multa financeira. Assim, parece que não cogitam da adoção de outras estratégias que visem ao desestímulo à retenção de acervo por parte do usuário. É o caso da UFRJ, UFRGS, UFMG, UFSC e UNB. Há uma espécie de fúria arrecadatória financeira que deveria ser mais estudada no futuro. Tal fato se confirma, por exemplo, pela atitude da Biblioteca Central do CCS-UFRJ quando explicita que serão computados na cobrança de dias de atraso os sábados, domingos e feriados, ao contrário da muito diferente postura do Sistema da UFSCAR, que mesmo não fazendo a cobrança de multa financeira evita contar domingos e feriados como dias úteis para apurar o total de dias que o usuário permaneceu com o material emprestado.

Figura 10 – Estímulo à devolução do material emprestado no prazo contratado

INSTITUIÇÃO E MODALIDADE DE ESTÍMULO AO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE DEVOLUÇÃO DAS OBRAS EMPRESTADAS
USP - suspensão de empréstimo
UNICAMP - suspensão de empréstimo, renovação e reserva
UNIFESP - suspensão - após 30 dias a suspensão poderá ser trocada por aquisição de livros
UFRJ - multa que incidirá também sobre sábados, domingos e feriados



UFRGS - multa
UFMG - multa
UNESP (Campus de Marília) - Suspensão do uso de quaisquer serviços; após 30 dias somente multa financeira
UFSCar - suspensão diária, não incidente sobre domingos e feriados
UFSC - multa por dia útil de atraso e por obra
UNB - multa por dia de atraso e por obra

Mas pode-se observar, ainda, na comunicação com seus usuários, que alguns desses Sistemas de Bibliotecas tendem a ultrapassar alguns limites da razoabilidade, racionalidade e justiça, invadindo direitos que foram outorgados aos usuários no ato da concessão do empréstimo de livros. Quanto a isso, por exemplo, o Sistema da UNIFESP afirma: *Os motivos de viagens, plantões, perdas, roubos, doenças não serão aceitos como pretexto para a não devolução do(s) livros emprestado(s) no prazo regulamentar.* O Sistema da UFRGS diz, também, que: *Às bibliotecas setoriais será reservado o direito de, a qualquer momento, requisitar o item emprestado pertencente ao SBU.* O Sistema da UFMG prescreve: *Orientação: Faça a renovação com 1 (um) dia de antecedência para evitar problemas e/ou multas, ou: Deve o usuário cadastrado no Sistema de Bibliotecas: Atender aos pedidos de comparecimento à Biblioteca quando solicitado.*

Essas prescrições contém certa fineza que, embora soe desconcertante, parece antiprofissional e antiética, mas superada sem dúvida pela mensagem que se encontra no site do Sistema da UNB, quanto ao sentido da cobrança da multa: *A BCE não tem fins lucrativos, o pagamento da multa é de caráter educativo.* Essa frase cunhada pelo Sistema da UNB pode ter sido colocada em seu site ingenuamente, contudo, representa uma provocação ao imoralismo de *Além do bem e do mal*, de Nietzsche.

Contrariamente a esses exemplos, que contém certo contrassenso ético profissional, mais uma vez sobressai-se prudente e positivamente o SIBI-USP. Segundo o que consta em seu site, percebe-se que o empréstimo de material informacional institui uma relação contratual em que há direitos e obrigações de parte a parte, posto que o empréstimo é transacionado como uma operação de *comodato*, a qual assegura à parte usuária não sofrer demandas ou constrangimentos semelhantes aos expostos nos sites dos Sistemas da UFRGS e da UFMG e reportados no parágrafo anterior. Diz o SIBI/USP:

Os itens dos acervos da USP que forem emprestados simultaneamente

obedecem às seguintes regras:

I - aluno de graduação e servidor técnico-administrativo: dez itens, em comodato por dez dias consecutivos;

II - aluno de pós-graduação: quinze itens, em comodato por vinte dias consecutivos;

III - docente: vinte itens, em comodato por trinta dias consecutivos.

Para além desse último aspecto destacado, que por contraste demonstra de parte de quem opera a maior parte desses Sistemas de Bibliotecas e, provavelmente também de quem faz parte da CBBU, despreparo em manter-se atento a questões da mutualidade do direito, há também a questão humana que deixa de ser contemplada de modo razoável em mensagem como a prescrita no site do Sistema da UNIFESP, isto é, de que *perdas, roubos, doenças não serão aceitos como pretexto para a não devolução do(s) livros emprestado(s) no prazo regulamentar* ou como afirmado no regimento da Biblioteca da UNESP (Marília): *Excedido o prazo da categoria a que pertence, sem renovação ou devolução da obra, o usuário em atraso terá uma penalidade, não podendo fazer uso de quaisquer serviços do SBD*<sup>33</sup>.

Fez-se o destaque em negrito nessas mensagens para ressaltar a postura nitidamente opressora que as sentenças revelam para situações em que os Sistemas estabelecem punição para a situação em que um usuário não honrou com a devolução do material emprestado no prazo contratado.

No primeiro caso, está revelada a intolerância em relação à maioria das justificativas que poderiam ser apresentadas, classificando-as como pretextos. Em caso de desonra de contrato, pretexto, mesmo numa concepção genérica, tem um sentido de intenção

---

<sup>33</sup> O Regulamento (<http://www.marilia.unesp.br/Home/Biblioteca/regulamento.pdf>, acesso em: 14-12-2012) da Biblioteca da FFC/UNESP, Marília, também designada Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD), trata como serviços o seguinte: capítulo XII – Serviço de pesquisa bibliográfica; capítulo XIII – Serviço de Normalização bibliográfica; capítulo XIV – Serviço de Comutação Bibliográfica; capítulo XV – Serviço de empréstimo entre bibliotecas. O parágrafo único do artigo 6º. refere-se a um “serviço de empréstimo de materiais”. O Art. 20º estabelece: “Excedido o prazo da categoria a que pertence, sem renovação ou devolução da obra, o usuário em atraso terá uma penalidade, não podendo fazer uso de quaisquer serviços do SBD”. O site da mesma Biblioteca (<http://www.marilia.unesp.br/#!/biblioteca/sobre-a-biblioteca/>, acesso em: 14-12-2012) trata em seu menu como Serviços o seguinte: “Empréstimo entre bibliotecas - Rede Unesp; Empréstimo entre Bibliotecas - Extra Unesp; Comutação Bibliográfica; Turnitin”. Considerando a divergência entre o teor do Regimento e o teor do site da Biblioteca sobre quais são os serviços oferecidos, um usuário prudente deverá se precaver quanto a um tratamento potencialmente injusto, ao levar em conta a falta de limite para o que consta no artigo 20 do Regimento, isto é, “não podendo fazer uso de quaisquer serviços do SBD”. Quais?

dirigida<sup>34</sup>. Ora, um atropelamento ou acidente de trânsito que poderá ocorrer enquanto o usuário está a caminho de fazer a entrega do material, pode, por exemplo, acontecer, levá-lo a pernoitar no hospital, etc. Para o Sistema isso é irrelevante, é pretexto, pelo visto.

Caberia refletir quanto a isto. Quem pode controlar uma doença súbita? E que justiça é consequente quando se prevê punir situações que podem ocorrer acima do controle humano?

No segundo caso, há também um problema a refletir. É que o usuário está a descoberto, na medida em que a comunicação que ele recebe é ambígua. Pelo Regulamento da Biblioteca, ele vai saber que os itens considerados como Serviços diferem daqueles que lhe são comunicados pelo menu do site. Fatalmente, pela falta de precisão na linguagem exposta pelo Sistema ele poderá ser injustamente penalizado. Poderá ser impedido de ter acesso a outros benefícios, pois o salão de leitura poderia “ad hoc” ser inserido, no calor de uma contenda, na expressão muito ampla, que está no Regimento: “quaisquer”. Numa situação assim, que poderá ocorrer, como se poderá, sem uma grande dose de injustiça, negar ao usuário fazer o uso do salão de leitura da biblioteca ou até mesmo utilizar localmente a coleção disponível, apenas porque não devolveu um material na época contratada?

Além do mais, no primeiro caso, ao afirmar que justificativas, ainda que de validade social e moral questionáveis, são *pretextos*, é julgar *a priori* o usuário e antecipar uma decisão, sem que ele tenha direito à defesa. Sem que se dê o direito ao contraditório ao usuário já se está a colocá-lo na condição de pessoa de caráter duvidoso. Agindo assim, a negativa de defesa quer dizer que a equipe da BU já prefigurou um usuário padrão, em que as eventuais situações de fato serviriam para confirmar o perfil esperado pelo bibliotecário. Essa percepção, constituída a partir do exame dos regulamentos dos Sistemas escolhidos devem servir de alerta para uma firme atualização dos processos de comunicação adotados e, especialmente, para a compatibilização dos conteúdos dos vários documentos elaborados com o mesmo propósito, isto é, de gerar o máximo bem para os usuários.

Ora, se não é isso que essas mensagens presentes nos sites da maior parte dos

---

<sup>34</sup> No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2ª. ed. rev. aum., Ed. Nova Fronteira, 1986, p. 1390, pretexto significa: “razão [...] que alega para dissimular o motivo real de uma ação ou omissão; desculpa”. Dissimular (p. 599) quer dizer: “ocultar ou encobrir com astúcia, disfarçar; proceder com fingimento, hipocrisia”. Desculpa (p. 554) significa: “justificação; evasiva”.

Sistemas de Bibliotecas analisados querem afirmar, então não há apenas uma questão na comunicação empregada como instrumento de transação de mensagens, mas há também uma questão de formulação dos conteúdos que se quer comunicar e o sentido que se quer validar com essa comunicação. Se uma potencial má conduta ética do bibliotecário não se afirma nesse caso na má escolha dos conteúdos presentes na maior parte desses sites então ela se revelará em uma deformação de seu caráter por insuficiência de compreensão de que a conduta ética profissional é também um conteúdo que precisa exprimir o domínio que o profissional demonstra ter do Código de Ética que sua profissão postula. Esse domínio decorrerá da constância com que ele consulta, lê e pratica os valores desse instrumento aplicado ao exercício de sua profissão.

#### **4.4 – Concluindo**

O material que se acabou de examinar é constituído pelos discursos sistematizados nos principais espaços de expressão empregados pelos bibliotecários da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de Brasília (UnB) para dizer aos seus públicos, mas também a quem em suas páginas navegue, sobre suas concepções de valor e sentido de suas práticas de trabalho e da convicção que têm acerca do bem que produzem com sua ação. Supostamente, tais concepções teriam sua origem no instrumento profissionalmente construído, que tem por finalidade dar as diretrizes de atuação dos membros da categoria, a fim de que o conjunto dos indivíduos – cada bibliotecário – reflita ou espelhe o pensamento do indivíduo coletivo, isto é, da respectiva sociedade profissional de que fazem parte. Este instrumento é o Código de Ética profissional. No caso brasileiro, trata-se do Código de Ética gerido pelo CFB desde 1966 e válido para todos os bibliotecários nacionais, inclusive para o bibliotecário universitário brasileiro. No entanto, parece ser uma questão inescapável a de se o discurso público, publicado nos sites dos Sistemas bibliotecários das IES estudadas, sobre a conduta do bibliotecário diante do usuário de tais Sistemas, revela um profissional que adere aos valores expostos nesse Código.

Se for olhado para os últimos parágrafos da subseção anterior, é forçoso dizer que nem todos os bibliotecários universitários, e não em todas as situações, aderem aos valores expostos no CE-CFB. Deve-se admitir, porém, que há discursos mostrando uma boa e consciente atuação profissional. Nos sites das dez BUs estudadas está mais evidente a boa atuação que se dá no SIBI-USP. Todos os demais Sistemas infirmam o CE-CFB, especialmente em relação aos valores: 1 - *Responsabilidade*, isto é, no valor pelo qual o bibliotecário deve: a) Assumir responsabilidade profissional para com o desenvolvimento da sociedade e b) Assumir responsabilidade cidadã para com os princípios legais que regem o país e 2 - *Compromisso*, isto é, no valor pelo qual o bibliotecário deve assumir compromisso com o atendimento das demandas dos usuários.

Esses são os dois principais valores que o CE-CFB postula no sentido de assegurar a integração do bibliotecário com os seus públicos e com a sociedade na qual em seu conjunto de relações busca reconhecimento de identidade e dignificação profissional.

Se isso não é feito, parece insustentável afirmar que o CE-CFB é tomado pelo bibliotecário brasileiro sob a perspectiva lançada por Kant, ou seja, como uma “mera coisa”\*, capaz de instrumentalizar esse especialista para um bom exercício profissional.

Ora, o desconhecimento ou uma obscura percepção pelo bibliotecário brasileiro do valor do CE-CFB, seja isso algo que decorra de uma atitude assumida de forma consciente ou não, estrangula qualquer perspectiva de discussão sobre o sentido que o Código possa ter.

Nesse caso, este momento da análise pode servir para se afirmar que o CE-CFB não existe com indiscutível valor para o bibliotecário brasileiro atuante em Biblioteca universitária. Isso não quer dizer, entretanto, que haja má disposição desse bibliotecário em assumir o CE-CFB. Algumas vezes pode haver circunstâncias tais como:

- 1) ruídos na formação escolar do estudante de Biblioteconomia,
- 2) desinteresse das lideranças profissionais em agendar o tema no SNBU e nas políticas direcionadas à biblioteca universitária,
- 3) ausência de clareza no dimensionamento do conceito de biblioteca universitária,
- 4) dissonância entre o texto do CE-CFB, com suas mais de 2.015 palavras, e a razoabilidade da extensão da redação de um instrumento dessa natureza.

---

\* A propósito, ver nas folhas 82-83 deste relatório citação a RACHELS (2012) comentando a perspectiva de Kant sobre valor.

Pode haver também vários conflitos possíveis entre valores pessoais pragmáticos e utilitaristas que predominam na sociedade brasileira nas três últimas décadas da qual o bibliotecário faz parte e na qual convive cotidianamente com um CE-CFB construído através de um texto de perfil deontológico e mantido pelo CFB nas últimas quatro décadas.

Além disso, o CE-CFB é apresentado, formalmente, como uma Resolução, que o intitula “Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia”. Linguisticamente, ele não pertence ao bibliotecário, e, por isso, pode ser claramente tomado como mais uma “arma” que uma entidade paraestatal (que o CFB é, a serviço do Ministério do Trabalho e do Emprego) dispõe para pressionar esse mesmo bibliotecário a adotar uma conduta “ideal”, não contestatória a esse Estado. Considerando todo o período de opressão política vivido pelos brasileiros de 1964 a 1988, essa não é uma interpretação desprezível. Entretanto, cabe perceber que desde a década dos anos 1990 a sociedade brasileira, convive com um clima de liberdades políticas e pluralidade de ideias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transcorrer das ações desenvolvidas ao longo desta pesquisa tornou possível o reconhecimento de que no cenário brasileiro em que se exerce a profissão de bibliotecário há muito aspectos componentes de uma fenomenologia desta profissão, que ainda não foram explorados em todas as suas dimensões.

De outro lado, dados os vários desvios que vêm se acumulando ao longo do tempo, pode-se temer que esses aspectos não venham a ser tratados com a acuidade que eles requerem, como melhor resposta ao interesse social.

O fulcro da pesquisa logrou associar ainda que não explicitamente três desses aspectos: a prática profissional concreta; a regulação dessa prática e a capacitação para o exercício da profissão de bibliotecário. Evidentemente, está claro que não se tratou de uma pesquisa sobre mercado de trabalho, legislação profissional e menos ainda sobre educação profissional.

O que se fez foi apreciar como os bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias expressam para os seus públicos os valores que orientam suas ações no esforço profissional de atendê-los. Para isso, se analisou os conteúdos do principal veículo de comunicação que hoje os Sistemas de Bibliotecas universitárias disponibilizam aos seus usuários, isto é, os sites, homepages ou portais.

Conhecer o que está exposto nesse veículo de comunicação é ver, através da leitura do escrito e da visualização de materiais disponibilizados por esses profissionais e, igualmente, ouvir o que têm a afirmar quanto ao que acreditam seja a melhor forma de melhor atender às expectativas desse público.

Ora, a fórmula verbal “melhor forma de melhor atender às expectativas desse público” é, por si, uma expressão originária do pragmatismo utilitarista consequencialista que como uma diretriz para a ação e, portanto, para a atuação profissional, choca-se com outra expressão, cada vez menos ouvida nos discursos de bibliotecários que é: “prometo tudo fazer”.

O “prometo tudo fazer” é a expressão, de origem deontológica, que se encontra no Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB); é parte do texto do juramento ético do bibliotecário brasileiro, recomendado às escolas/cursos de graduação em Biblioteconomia, através de resolução do CFB, a ser proclamado pelos formandos desses cursos, por ocasião do ato solene de colação de grau de cada uma das novas

turmas que saem dos bancos acadêmicos.

Esta situação representada por certo antagonismo desses dois discursos expõe um choque entre a realidade vivida pela maioria das pessoas, incluídos os estudantes de Biblioteconomia, ao participarem em seu cotidiano de uma sociedade onde abundam os valores pragmáticos e utilitaristas “do poder” e que têm no Código de Ética de sua profissão, tão logo a assumam, uma fraseologia que porta valores “do dever”.

Nesse choque que decorre de uma oposição de valores predominantes no dia a dia — ouvidos nas calçadas, nos rádios, lidos nos jornais, vistos na televisão e no cinema e valores que estão cristalizados em textos criados há mais de cinquenta anos, sustentados em uma realidade passada de séculos — há a incompreensão de uma realidade mutante e isso mais cedo ou mais tarde vai levar a que se aponte que há um problema na educação formal do bibliotecário.

Será dito aberta ou veladamente que no Curso de Biblioteconomia não se ensina a Ética Profissional ou que se ensina pouco e mal. Isso deve ser um tema de pesquisa para se desenvolver com maior abrangência. Entretanto, o trabalho de Bottentuit e outros (2009), já referido neste relatório, afirma que em apenas nove cursos de graduação em Biblioteconomia existentes em 37 instituições, havia uma disciplina própria sobre Ética Profissional, com a temática constante no projeto pedagógico. Desses, em somente sete essa disciplina tinha caráter obrigatório; em outro a disciplina era eletiva e no último de caráter optativo.

Olhando-se para o Estado de Santa Catarina, em que o Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC oferta esta disciplina desde 2001 (SOUZA, GUIMARÃES, 2012), na primeira fase/semestre parece que o conteúdo ministrado/vivenciado vai se perdendo ao longo das demais fases. Isso apontaria para um ensinar pouco, pois são apenas 36 horas de disciplina obrigatória específica ou apontaria para um ensinar mal, uma vez que parece não ser retomado nas demais disciplinas. Atesta-se isso, de certa maneira, nas pesquisas já realizadas no PGCIN/UFSC sobre o tema Ética em Bibliotecas. Em três de cinco dissertações já defendidas sobre o assunto: RASCHE (2005); PIZARRO (2010); STUMPF (2012) há manifestações dos entrevistados de que a escola não ensinou o suficiente. O porquê da não retomada dos fundamentos éticos como de interesse em outras disciplinas ao longo da execução do Currículo precisa ser estudado, pois envolve muitos fatores, incluído também a presença de disciplinas e docentes não



originalmente graduados em Biblioteconomia e, portanto, não orientados pelos fundamentos éticos profissionais dirigidos aos bibliotecários.

Do mesmo modo com que o CFB, por meio de Resolução formal, estimula às escolas a que garanta a proclamação do juramento profissional, ele também o faz no sentido de que haja o ensino de Ética bibliotecária e, igualmente, por Resolução, trata dos procedimentos de aplicação do processo ético”<sup>35</sup>.

Nominalmente, então, esse Código não é um instrumento que pertence ao bibliotecário, mas é um instrumento de um órgão que exerce uma delegação do Estado, para “registrar” bacharéis em Biblioteconomia e torná-los oficialmente profissionais, ano a ano, uma vez que ao final de cada doze meses caduca a validade desse registro. E o que particulariza esse Código é o poder de prescrição ou determinação de um tipo de comportamento ou de atitudes a serem seguidas pelos bibliotecários, isto é, por todos(as) aqueles(as) que estando academicamente “prontos” para iniciar uma vida profissional dependem da “confirmação” dada pelo Estado, através do CFB-CRB, para entrar em ação.

Num quadro ideológico recortado desta maneira, em que se colocam em conflito valores pessoais de estudantes de Biblioteconomia confrontando o “real vivido” e o “ideal aprendido”, percebe-se outro fator: a presença no mercado de trabalho de uma categoria profissional formada por indivíduos praticantes de valores pessoais e familiares vividos em choque permanente com valores profissionais “de papel”. Isto quer dizer, que há uma situação insustentável na manutenção de um Código de conduta profissional, cujas disposições entram em conflito com aquelas que seus membros melhor admitem em suas vidas privadas.

Parece que se tem em tudo isso uma situação que, levada ao extremo, conduz à formação de pessoas com valores que devem lhes parecer estranhos ao seu ambiente e ao seu tempo, por pessoas que na condição de docentes ou supervisores de estágios

---

<sup>35</sup> Esses documentos são os seguintes: **Resolução CFB n°040**, de 22 de outubro de 2001. Dispõe sobre processo ético, dando nova redação aos art. 42 e 62 da Resolução CFB n°399/93, publicada no Diário Oficial da União de 24.02.1993, sessão I, página 997/3000; **Resolução CFB n°399**, de 24 de fevereiro de 1993. *Dispõe sobre normas para apuração de faltas e aplicação das sanções do Código de Ética Profissional*; **Resolução CFB n°153**, de 6 de março de 1976. *Dispõe sobre o ensino de Ética Bibliotecária*; **Resolução CFB n°152**, de 6 de março de 1976. *Dispõe sobre normas de conduta do bibliotecário quando em atividade de supervisão de estágio de alunos de Biblioteconomia*; **Resolução CFB n°006**, de 13 de julho de 1966. *Dispõe sobre o Juramento Profissional do Bibliotecário*.

sabem que estão fazendo essa distorção prosperar; todas comandadas por uma série de normativas corporativistas e envelhecidas, contra as quais não ousam se manifestar.

Uma situação assim configurada pode ser denominada de uma realidade imoralista, proveniente do verbo Nietzscheano, no sentido de que se distancia de qualquer projeto de dignificação profissional e pessoal. E por ser assim, produzirá certamente uma percepção social no sentido de estimulação dos bibliotecários a continuarem “presos” ao CFB-CRB pela ação institucional desses órgãos que agem no cumprimento do papel de delegado do Estado para fins de confirmação do direito de trabalho ao bibliotecário. Mas esse aprisionamento, não impede sempre que possível, que o bibliotecário deixe de reconhecer o Código de Ética que, em sendo do Conselho, não o obriga a assumi-lo voluntariamente como um valor, pois para esse bibliotecário ele não o é.

Essa não assunção voluntária do CE-CFB como um valor tem se manifestado em muitos ambientes, pois há outros fatores que se somam ao discurso que ele contém como um discurso que em vários aspectos, tanto na forma como no conteúdo está superado.

Entretanto, o discurso social é um tecido composto com as várias concepções e formas de dizer sobre o mundo empírico e sobre o mundo das ideias. E por essa razão o CE-CFB, sempre que “filtrado” pode ter utilidade e pode ser utilizado para promover respostas, mesmo aos mais destemidos utilitaristas, fazendo-os extrair algum sentido, quanto às responsabilidades sociais que todos os profissionais têm diante das necessidades humanas de progresso espiritual e bem estar material. Ocorre que no CE-CFB a filtragem se dará sobre pouco conteúdo, implicando em grande investimento na sua leitura, interpretação e aplicação das pertinentes orientações de conduta e comportamento.

Ao longo deste relatório, pode-se observar na figura 1 que da filtragem do CE-CFB sobressaiam pouco valores, que efetivamente se aplicariam ao momento presente, especialmente, nos ambientes urbanos brasileiros, onde se estabelecem mais de quatro quintos da população. Também se pode perceber que nos anos recentes, a confirmar a defasagem do CE-CFB, há um forte movimento internacional no sentido de acentuar as posturas que, pelas iniciativas dos setores econômicos e empresariais, aguça a disposição das pessoas em pensarem as suas ações como dirigidas a fazer o melhor, para o maior número de usuários, pelo máximo de tempo, com o mínimo de custo e o menor tempo de espera. A isso vem sendo dado o nome de boas práticas. E essas boas práticas

têm se transformado em Códigos de conduta nas empresas, nas entidades públicas, em várias entidades profissionais, nas organizações de fomento à pesquisa científica, alcançando o movimento bibliotecário internacional, com relevantes iniciativas da IFLA e de algumas Associações Nacionais e acadêmicas, a começar pela ALA, ALISE, etc.

Códigos de conduta é o nome contemporâneo cada vez mais aplicado ao que dantes se chamava código de ética. A diferença está em que a denominação Código de Ética remete à ideia de dever, de obrigação e essa noção é confirmada pelos filósofos como uma criação do pensamento Kantiano no século XVIII. A designação “manual de boas práticas”, que hoje corre, tem limitações, pois parece remeter a um conjunto de instruções para que se realize uma atividade. O ponto de equilíbrio que reúne a ideia de um produto a ser feito ou serviço a ser fornecido e, além disso, embute a noção de autorrespeito de quem faz somado ao respeito que esse produtor/realizador tem para com o cliente combina-se formando o que se pode denominar como “Código de conduta ou de comportamento profissional”.

Ora, ao verem tudo isso diante de si, com maior ou menor grau de discernimento sobre o que está afirmado, parece que bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia, aliados a professores dos cursos de Biblioteconomia têm silenciosamente tomado distância do CE-CFB. Isso faz sentido quando mais uma vez refere-se ao estudo de Bottentuit e outros (2009). Também se pode agregar um dado de coleta complementar<sup>36</sup>, realizada em Universidade inserida na primeira amostra, a UFC.<sup>37</sup>

Contudo, essas circunstâncias que se manifestam no Brasil, ainda centradas na alimentação de conflitos de valores no espaço de formação e de atuação dos bibliotecários, apontam para dificuldades que recaem sobre todos, como um círculo vicioso. Desse modo, torna-se cada vez mais uma necessidade que os profissionais bibliotecários assumam uma postura mais moderna em torno da proposição, discussão e adoção de um instrumento de autorregulação, retirando-o da alçada do estado, isto é, da gestão CFB.

Ao não dispor ainda de um Código de conduta profissional, que responda a um discurso social atual, parece que o bibliotecário põe em prática uma ação de negação

---

<sup>36</sup> Essa coleta complementar constitui opinião publicada pelo autor na Coluna Prática Profissional e Ética, referente a novembro de 2012, intitulada: O bibliotecário brasileiro despreza conscientemente o Código de Ética do CFB? Ver em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=714](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=714). Acesso em: 15-12-2012.

<sup>37</sup> A modificação da amostra da pesquisa está explicada na Nota Metodológica apresentada em seção própria adiante.

velada do Código de Ética existente, o do CFB. Essa negação se manifesta de várias formas.

Tomando o ambiente das Instituições de Ensino Superior brasileiras, com a finalidade de olhar para essa circunstância, percebe-se que em seu principal fórum, o SNBU, o assunto não tem sido objeto do temário desenvolvido nas 17 reuniões feitas de 1978 a 2012. Também não compõe o conjunto de itens em torno do qual a CBBU se articula. Olhando-se para as homepages das BU de dez das 191 universidades, selecionadas para esta investigação pelo critério de melhor desempenho em pesquisa, também se percebe que, na categoria de um valor, a ética é mencionada apenas no site do SIBI-USP.

Porém, a ética mencionada pelo SIBI-USP o é como um valor universal, não há menção por nenhuma dessas bibliotecas do Código de Ética do CFB como um valor profissional. Na dimensão de um valor, mesmo tendo sido criado há mais de 40 anos, o CE-CFB ainda poderia ser tomado como uma referência básica para orientar a atuação profissional. Na dimensão de valor, ele poderia ser ainda um guia, na perspectiva propugnada por Kant, isto é, o de ter o reconhecimento potencial de uma “mera coisa”, que não se pode dispensar de buscar para fazer o caminho profissional.

Os sites, homepages ou portais analisados não dão a perceber que ali está reconhecida a existência do CE-CFB nem como essa “mera coisa” Kantiana. Ao não estar inserido no conjunto dos instrumentos dos bibliotecários dessas BU, ainda que como “mera coisa”, algumas práticas questionáveis acontecem nessas BU e mostram que o esquecimento do CE-CFB pode influir nisso.

Dentre as BUs analisadas, a que melhor responde ao seu usuário pleno, isto é, como cliente de informação e pessoa, é o SIBI-USP. Talvez, a origem da USP, cujo projeto de implantação na década de 1930 parte da concepção de uma instituição universitária plena, contribuía nesse sentido sendo o fundamento desta postura. O fato é que no SIBI-USP há um conjunto de dispositivos legais cuja formulação e execução envolve representação de toda a comunidade da instituição, contrabalançando poderes de grupos específicos de profissionais bibliotecários e usuários das bibliotecas do Sistema.

Nesse sentido, o SIBI-USP se particulariza nesse conjunto de BUs estudado. Nele há a presença nos canais de deliberação, das fontes que alimentam o viés pragmático, isto é, dos diferentes tipos de usuários. Esse fato, certamente, leva o sistema a estar mais atento a relações interpessoais e aos resultados que, como uma composição dotada de

significação, conduz a uma clareza dos comportamentos desejáveis, não havendo intimidação na declaração da ética como um valor, ainda que feita de forma ambígua.

Em contraste, em alguns dos outros sistemas estudados nesta investigação, pelos termos que empregam em seus regulamentos ou regimentos, em geral carregados de ambiguidades, não se vê a explicitação de compromissos éticos, não significando, entretanto o total abandono da noção de ética<sup>38</sup>.

Por tudo isso, pode-se fechar o presente relatório, com a constatação de que esse ambiente especial de atuação do profissional bibliotecário brasileiro, que é a biblioteca universitária e as estruturas político profissionais dos bibliotecários de IES, tem potencial importante para se revelar como um bom lugar para estudos sobre o comportamento profissional do bibliotecário.

Pelo trabalho aqui relatado, dá para se perceber que há vários aspectos que, como limitações ao exercício da profissão de bibliotecário, devem ser superados. Cabe apontar duas ações que poderiam ser realizadas:

- 1- A composição de uma Comissão direcionada à preparação de uma proposta de Código de conduta profissional do bibliotecário brasileiro, que contenha uma linguagem contemporânea aos valores pragmáticos utilitaristas hoje em vigência;
- 2- A inserção nos fóruns de bibliotecários universitários, do tema Ética profissional como assunto permanente. Certamente, seria, como um tema multidisciplinar, um dos elementos chave na interpretação da mais benéfica relação profissional - usuários, proporcionando ganhos justos para ambos os lados, além de colaborar com as outras áreas de atuação do bibliotecário brasileiro.

---

<sup>38</sup> Estudo realizado como Dissertação de Mestrado no PGCIN/UFSC por STUMPF (2012) mostra como o Discurso do Sujeito Coletivo composto por bibliotecários de duas grandes universidades do Estado de Santa Catarina revela uma noção imprecisa e de senso comum quanto à Ética geral e, por outro lado, pouco relevante quanto se trata da Ética Profissional bibliotecária.

## NOTA METODOLÓGICA

A proposta de estudo quanto à sua parte empírica inicialmente submetida à apreciação do CIN-PGCIN/UFSC e PPGCI/UNESP sofreu pequenas modificações no que toca aos aspectos amostrais e em relação à aplicação do instrumental de coleta, transcrição e tratamento dos dados.

A necessidade de tais modificações se manifestou tão logo foi dado início ao processo de trabalho investigativo, antecedendo à elaboração propriamente dita do instrumental de coleta.

Fora previsto no projeto básico que seriam estudados os discursos de bibliotecários atuantes em duas bibliotecas de instituições federais e de duas bibliotecas de instituições estaduais de ensino superior. Seria buscada uma instituição de cada categoria no estado de São Paulo, recaindo a escolha na Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP sediada em Marília e na Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos [UFSCar]. No estado do Ceará a escolha recaiu sobre as Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará [UFC] e da Universidade Estadual do Ceará [UECE]. Ainda no mês de abril de 2012, quando da primeira estada de trabalho que o autor realizou no Campus da UNESP, em Marília, SP, pode sentir o desconforto de, como usuário, indagar presencialmente à recepção na secretaria da Biblioteca da FFC/UNESP (Marília) sobre a possibilidade de entrevistar-se com a Diretora em torno de um possível encaminhamento de entrevista de pesquisa. Não ficou evidente que, naquele momento, houvesse um preparo do pessoal para mediar esse interesse de forma positiva ou ao menos que a resposta fosse fornecida com a seriedade que um cliente de biblioteca universitária pode esperar. Por duas vezes, no dia 11 de abril de 2012, na parte da manhã, só foi informado de que a Diretora estava em reuniões, com visível desinteresse do informante<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Essa é uma situação que, em geral, produz desconforto no usuário e o autor estava ali na condição de usuário do Sistema. É um fenômeno associado ao processo de comunicação, podendo ter implicações na avaliação da Biblioteca. O SIBI/USP, por exemplo, a esse respeito, tem se empenhado na detecção desse tipo de agravo. Seu RELATÓRIO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DAS BIBLIOTECAS DO SIBI/USP: PAQ/2009, o último disponibilizado (Ver em: [http://www.usp.br/sibi/AreaTecnica/Relatorio\\_PAQ\\_2009.pdf](http://www.usp.br/sibi/AreaTecnica/Relatorio_PAQ_2009.pdf), acesso em: 15-15-2012), na questão 15 - *Funcionários qualificados para responder às minhas questões* (p. 32) destaca que: “O empenho e cortesia no atendimento, questão 10, foram declarados satisfatórios pelos respondentes. *Olhando para as respostas abertas, percebe-se que 117 usuários não concordam, pois explicaram que muitos funcionários são antipáticos, ineficientes e mal educados*”. O fato de tal circunstância ser buscada e revelada publicamente poderá servir de incentivo a que outros Sistemas também o façam, a fim de que os

Após esse acontecimento, no dia 26 de abril de 2012, o autor enviou uma comunicação por e-mail, utilizando endereços localizados através dos sites das respectivas bibliotecas, aos diretores(as) das bibliotecas da UNESP-Marília, UFSCar e UFC. Com relação à Biblioteca da UECE, na oportunidade, não constava da respectiva página o e-mail da Diretora ou da própria biblioteca. Para esse caso, o autor enviou e-mail para a responsável por uma das bibliotecas setoriais consultando sobre a possibilidade de sua intermediação. De nenhum desses destinatários houve manifestação em retorno. Prevendo uma eventual dificuldade para o agendamento de entrevistas, na época prevista no projeto, o autor preparou uma minuta de instrumento de coleta de dados autoaplicável (questionário). Visando o aperfeiçoamento do instrumento, o autor submeteu-o, em 22 de maio de 2012, à análise de membros do Grupo de Pesquisa em que participava na UFSC. Esses são atuantes em bibliotecas e apontaram em retorno aspectos em que o instrumento poderia ter melhora em seus termos. De posse dessas sugestões, o autor preparou uma nova minuta, gerada no *Google docs*, acessível a colaboradores que potencialmente poderiam responder, direcionando-a a 05 bibliotecários(as) de biblioteca universitária a quem foi enviado um e-mail, em 24 de maio de 2012, pedindo sua colaboração. A esse convite não foi fornecida qualquer manifestação, havendo um retorno da postagem por erro de endereço. Simultaneamente, pelo acúmulo de não respostas que se manifestava, o autor, em 28 de maio de 2012, enviou mensagem ao Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), filiada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), consultando-lhe nos seguintes termos:

*Prezado Presidente da CBBU*

*Inicialmente me apresento. Sou Francisco das Chagas de Souza [<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783245A2>] membro do Corpo Docente do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC.*

*No momento, desenvolvo estágio de pós-doutorado em Ciência da Informação na UNESP (Marília) - São Paulo, sob a supervisão do Prof. José Augusto Guimarães. E aqui em face de projeto de pesquisa integrado a esse estágio surge a base para esta consulta. O título da pesquisa é: PERCEPÇÕES DE VALOR E SENTIDO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO*

---

usuários, que são a grande maioria dos membros da Comunidade institucional, possam ser qualitativamente melhor providos de atenção.

*BRASILEIRO [CE-CFB] PARA A VIDA PROFISSIONAL E SOCIAL DO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, ATUANTE EM BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL.*

*O objetivo geral apontado é: Compreender a contribuição que o CE-CFB oferece para o bibliotecário quanto à sua identidade profissional e quanto à sua inserção na sociedade como pessoa portadora da profissão de bibliotecário.*

*Com os resultados alcançados pretendo, além de atender àquele objetivo científico, também formular uma proposta de aperfeiçoamento do Código de Ética do Conselho Federal da Biblioteconomia, a ser apresentada ao CFB.*

*O ponto focal desta consulta, então, é o seguinte: a CBBU se disporia a conhecer este projeto avaliando se recomendaria aos seus associados a dele participarem no preenchimento do instrumento de coleta de dados?*

*Ficarei no aguardo de uma manifestação, neste e-mail ou em <francisco.chagas.souza@gmail.com>!*

*Com antecipados agradecimentos,*

A esta mensagem veio resposta no dia seguinte, 29 de maio de 2012, em que o Presidente da CBBU responde:

*Prezado Francisco*

*Agradeço seu contato e interesse na consulta a CBBU, estarei encaminhando a sua proposta a Diretoria da CBBU e as Conselheiras em junho durante uma reunião a ser realizada na UFG. Tão logo tenha uma decisão entrarei em contato.*

*Atenciosamente*

*Presidente CBBU - Gestão: 2011-2013*

Até o dia 29 de setembro de 2012 a resposta para essa consulta não foi fornecida, comunicando ao autor qualquer que fosse a decisão da CBBU.

Entretanto, o projeto de pesquisa tinha um cronograma a atender. Nesse, fora previsto que entre os dias 16 de maio a 15 de junho de 2012 seria feita a identificação dos profissionais bibliotecários correspondentes aos critérios de participação. Dos dias 01 a 10 de julho seria feito o agendamento de entrevistas e a realização dessas entrevistas ou coleta direta de dados dar-se-ia de 11 de julho a 10 de setembro de 2012. Pelo quadro negativo que vinha se estabelecendo, o autor foi pressionado a fazer a definição de outras estratégias visando refazer a amostra e reprogramar a forma de obtenção do discurso de bibliotecários. Essa decisão apontou para a busca do espaço institucional da biblioteca, num lugar onde estivessem espelhados com maior ou menor



grau de detalhamento os conteúdos que os bibliotecários, ou as equipes dirigentes de cada sistema de bibliotecas universitárias, avaliam como de maior valor em sua comunicação com o seus respectivos usuários. Com essa definição constituída buscou-se refazer a amostra e a fonte das informações. No primeiro caso, houve a ampliação do número de instituições participantes para dez. No segundo, a fonte passou a ser material escrito, editado e configurado como homepage, site ou portal das bibliotecas universitárias inseridas na amostra a partir do critério de qualidade em pesquisa.

Esta nota visa esclarecer às instituições que apoiaram a realização da investigação, como etapa central do Estágio de Pós-Doutorado, sobre a imponderabilidade do objeto da pesquisa de caráter social, ressaltado por vários estudiosos, a começar por Habermas no seu texto *A lógica das ciências sociais*. É impossível deixar de reconhecer que esse objeto é dotado de vontade, sentimento, virtudes e não virtudes que interferem positiva ou negativamente na condução da atividade científica. De outro lado, esta nota metodológica serve para evidenciar o potencial estado de aceitação/rejeição pelos dirigentes das bibliotecas universitárias brasileiras de estudos que possam envolvê-los, ou a suas equipes, diretamente como informantes em um tema que exigiria um nível de reflexão que ultrapassa suas ações instrumentais cotidianas.

Evidentemente, esta nota serve para apontar o estágio em que a biblioteca universitária brasileira se encontra quanto à própria percepção que suas equipes têm com relação ao que seja o trabalho público e para o público. Seu público é uma idealização à qual deve sujeitar-se o público de fato. A dificuldade nas instituições estudadas de fazerem a explicitação daquilo que suas equipes acreditam serem seus valores, em seu ambiente de comunicação pública, pode ser revelador da necessidade de um programa de reciclagem no próprio processo de educação continuada que porventura desenvolvem. Se isso terá como suporte os fundamentos de moralidade ou se subordinará às regras instrumentais das boas práticas é o que poderá ser visto em outros estudos.

## REFERÊNCIAS

- ALA – American Library Association. *History of the ALA Code of Ethics*. Ver em: <http://www.ala.org/advocacy/proethics/history>. Acesso em: 15-12-2012.
- ALMEIDA, F. J. R. de. Ética e Desempenho Social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *R. Administração Contemporânea*, v. 11, n. 3, p. 105-125, jul./set. 2007.
- ALMEIDA, L.; TAVARES, P. Valores de vida em estudantes universitários de cursos tecnológicos e de humanidades. *Avaliação Psicológica*, v. 8, n. 2, p. 153-168, 2009
- ANGELUCCI, L. et al. Jerarquía de valores en estudiantes universitarios. *Argos*, v. 25, n. 48, p. 6-21, 2008.
- ANTONACCI, M. A. M. *A vitória da razão (?)*: o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1993. 285 p.
- ARAGÃO, E. M. A FEBAB e o movimento associativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9.; JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5. *Anais*. Porto Alegre: ARB, 1977. V. 2, p. 117-126.
- ARISTÓTELES (383-322 a. C.). Ética a Nicômaco. In: ARISTÓTELES. *Vida e obra*. Trad. e notas de Pinharanda Gomes. São Paulo: Círculo do Livro, 1996. P. 117-320.
- AZEVÊDO, E. A. O mundo da vida e a ação, em Alfred Schütz. *Problemata : Rev. Int. de Filosofia*, v. 2., n. 1, p. 54-74, 2011.
- BARKOW, J. H. Regras de conduta e conduta da evolução. In: CHANGEUX, Jean-Pierre (dir.) *Fundamentos naturais da ética*. Trad. Vasco Casimiro. Lisboa: Instituto Piaget, © 1993. p. 83-98.
- BENITEZ ZAVALA, A. La educación en valores em el ambito de la educación superior. *R. Iberoamericana sobre calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v.7, n.2, p. 117-129.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Trad. Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2004. 94 p.
- BILSKY, W. A estrutura de valores: sua estabilidade para além de instrumentos, teorias, idade e culturas. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 10, n. 3, p. 12-33, maio/jun. 2009.
- BISCALCHIN, A. C. S; ALMEIDA, M. A. Apropriações sociais da tecnologia: ética e netiqueta no universo da infocomunicação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 193-207, jan./jun. 2011. Ver em: <http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/60>. Acesso em: 15-08-2012.
- BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E.; FERREIRA, M. Abordagens da ética nos cursos de Biblioteconomia e campos afins das Instituições de Ensino Superior brasileiras. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. (Org.). *Ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional*. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 162-187.
- BRECHT, B. A vida de Galileu. In: BRECHT, B. *Teatro completo*, em 12 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v. 6, p. 51 - 170.
- BRUNO, I. Por que o preço das universidades dispara em todo o mundo? *Le Monde diplomatique Brasil*, v. 6, n. 62, p. 31-32, set. 2012.
- BUNGE, C. A. Ethics and the reference librarian. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 45-62.

- CABRERA, J. O imenso sentido do que não tem nenhum valor. *Philosophos*, v. 11, n. 2, p. 331-365, ago./dez. 2006.
- CABRERA, J. Sentido da vida e valor da vida: uma diferença crucial. *Philosophos*, v. 9, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 2004.
- CARDOSO, I. de A. R. *A universidade da comunhão paulista*; o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982. 187 p.
- CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem*; introdução a uma filosofia da cultura humana. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 391 p.
- CASTRO, C. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000. p. 178
- CHRISTIANS, C. G. Information Ethics in a Complicated Age. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 3-17.
- CICERO (106-43 a.C.). *Dos deveres*. Trad. de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002. 151 p.
- CRAWFORD, H. In Search of an Ethic of Medical Librarianship. *Bull. Med. Libr. Assoc.*, v. 66, n. 3, p. 331-337, July 1978.
- CUARTAS, E. G. D.; VEIRA, M. L. de M.; COSTA, C. G. Código de Ética Profissional do Bibliotecário: 15 anos depois. *Biblos*, Rio Grande, v. 15, p. 195-209, 2003. Ver em: [http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/370/1/Artigo\\_C3%B3digo%20de%20C3%89tica%20Profissional%20do%20Bibliotec%C3%A1rio%2015%20anos%20depois.pdf](http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/370/1/Artigo_C3%B3digo%20de%20C3%89tica%20Profissional%20do%20Bibliotec%C3%A1rio%2015%20anos%20depois.pdf). Acesso: 24-09-2012.
- CUPANI, A. *Filosofia da tecnologia*: um convite. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011. 234 p
- DE DEUS, C. C. R. D. Evolução das Bibliotecas Universitárias e suas Relações com as Políticas Educacionais no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 24. *Anais*. Maceió, 07-10 ago. 2011.
- DURKHEIM, É. *Lições de sociologia*. Trad. de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 304 p.
- ELIAS, N. *Os alemães*; a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 431 p.
- ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Trad. de Álvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 351 p.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Trad. de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Ed. 70, 2008. 204 p.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201 p.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os Outsiders; sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAORO, Raymundo Faoro. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FEREZ, O. C.; CHAUI, M. de S. Vida e obra. In: FRIEDRICH Nietzsche; obras incompletas. Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho e Posfácio de Antonio Cândido. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- FERREIRA, C. N. C. et alii. *1954-1979*; jubileu dos congressos de biblioteconomia e documentação; temários, autores, trabalhos apresentados, recomendações. Curitiba: 1979. 1 v.
- FERREIRA, J. *João Goulart*; uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 713 p.

- FERREIRA, N. M. *Ethical considerations for collection developers: a South African Perspective*. [Collection Developer for Law University of South Africa Library Service]. September 2008. <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=19&cad=rja&ved=0CGkQFjAIOAo&url=http%3A%2F%2Fuir.unisa.ac.za%2Fbitstream%2Fhandle%2F10500%2F206%2FEthics.doc%3Fsequence%3D1&ei=hQVbUJ70B5Oa8wTusICoBw&usg=AFQjCNEj9wLoijCsfQ0aJDAB6szmcVQa6A&sig2= KGJTPTPeXNAql8LJI4QVA>
- FIGUEIREDO, M. Pós-fenomenologia e Ciência da Informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2012. Ver em: <http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/85>. Acesso em: 15-08-2012.
- FLEISCHMANN, K. R.; ROBBINS, R. W.; WALLACE, W. A. Designing educational cases for intercultural information ethics: the importance of diversity, perspectives, values, and pluralism. *Journal of education for library & information science*, v. 50, n. 1, 2009.
- FLORIDI, L. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 37-47, jul./dez. 2010. Ver em: <http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/31>. Acesso em: 15-08-2012.
- FLORIDI, L. Philosophical Conceptions of Information. *Lecture Notes in Computer Science*, n. 5363, p. 13-53, 2009. Ver em: <http://www.philosophyofinformation.net/publications/pdf/sipiat.pdf>. Acesso em: 15-08-2012.
- FLORIDI, L. La filosofia dell'informazione e i suoi problemi. *Iride*, v. 18, n. 45, p. 291-312, 2005. Ver em: <http://www.philosophyofinformation.net/publications/pdf/1fdieisp.pdf>. Acesso em: 15-08-2012.
- FLORIDI, L. The Philosophy of Information as a Conceptual Framework. Preprint from <http://www.philosophyofinformation.net>. Ver em: <http://www.philosophyofinformation.net/publications/pdf/tpoiaacf.pdf>. Acesso em: 15-08-2012.
- FLORIDI, L. *Network Ethics: Information and Business Ethics in a Networked Society*. Preprint from <http://www.philosophyofinformation.net>. Ver em: <http://www.philosophyofinformation.net/publications/pdf/neiabeians.pdf>. Acesso em: 15-08-2012.
- FLUSSER, V. *A dúvida*. São Paulo: Annablume, 2011(a). 122 p.
- FLUSSER, V. *A escrita; há futuro para a escrita?* Trad. do alemão: Murilo Jordelino da Costa. São Paulo: Annablume, 2010. 178 p.
- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta; ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Annablume, 2011(b). 108 p.
- FLUSSER, V. Nosso programa. In: FLUSSER, V. *Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983(a). p. 25-31.
- FLUSSER, V. Nosso saber. In: FLUSSER, V. *Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983(b). p. 41-48.
- FLUSSER, V. Nossa comunicação. In: FLUSSER, V. *Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983(c). p. 57-63.
- FLUSSER, V. Nosso encolhimento. In: FLUSSER, V. *Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983(d). p. 81-88.
- FLUSSER, V. Nosso relacionamento. In: FLUSSER, V. *Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983(e). p. 153-160.
- FLUSSER, V. Retorno. In: FLUSSER, V. *Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983(f). p. 161-168.

- FLUSSER, V. Nosso trabalho. In: FLUSSER, V. *Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983(g). p. 33-39.
- FRANCELIN, M. M.; PELLEGATTI, C. Filosofia da Informação: reflexos e reflexões. *Transinformação*, v.16, n.2, p.123-132, maio/ago. 2004. Ver em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/include/getdoc.php?id=198&article=64&mode=pdf>. Acesso em: 15-08-2012.
- FREUD, S. (1856-1939). *O mal-estar na cultura*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2011. 191 p.
- FROHMANN, B. Subjectivity and Information Ethics. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 59, n. 2, p. 267-277, 2008
- FURNER, J. A brilliant mind: Margaret Egan and social epistemology. *Library Trends*, v. 52, 4, p. 792-809, 2004. Ver em: <http://polaris.gseis.ucla.edu/jfurner/papers/furner-04librarytrends-b.pdf>. Acesso em: 15-08-2012.
- GOEHNER, D. Ethical aspects of the librarian/vendor Relationship. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 73-82
- GOERGEN, P. Educação e valores no mundo contemporâneo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 983-1011, Especial - Out. 2005.
- GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. (Org.). *Ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional*. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009.
- GOUVEIA, V. V. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 3, p. 431-443, 2003.
- GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GOMEZ; M. N.; DILL ORRICO, E. G. *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: Ed. UFRN, 2006. p. 237-266.
- GUIMARÃES, J. A. C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. Aspectos éticos no tratamento temático da informação: uma análise de valores e problemas a partir da realidade profissional e educativa nos países do MERCOSUL. In: ENCUENTRO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCADORES E INVESTIGADORES DE BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE. (8: 2008: México, D.F.). *Memoria del ...* México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011. p. 161-173.
- GUIMARÃES, J. A. C. et alii. Ethics in the knowledge organization environment; na overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (ed.). *Proceedings of the Tenth International ISKO Conference, 5-8 August 2008*, Montréal, Canada. S.I., Ergon Verlag, 2008. p. 361-366. (Advances in Knowledge Organization, v. 11).
- HABERMAS, J. *Comentários á ética do discurso*. Trad. Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, © 1991. 221 p.
- HABERMAS, J. *A lógica das ciências sociais*. Trad. Marco Antonio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2009. 335 p.
- HAUPTMAN, R. Five assaults on our integrity. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 83-92.
- HEIM, K. M. Human resources management: ethics in personnel. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 101-114.

- HERF, J. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 283 p.
- HIRSCH, A. Construcción de un estado del conocimiento sobre valores profesionales en México. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, v. 8, n. 2, 2006. Ver em: <http://redie.uabc.mx/vol8no2/contenido-hirsch2.html>. Acesso em: 15-08-2012.
- HOBBS, Th. (1588-1679). *Do cidadão*. Trad. de Fransmar Costa Lima. São Paulo: Martin Claret, 2009. 288 p.
- HOBBS, Th. (1588-1679). *Leviatã; ou matéria, formas e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. de Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009. 485 p.
- HUME, D. (1711-1776). *Investigação acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HURYCH, J.M.; GLENN, A.C. Ethics in Health Sciences Librarianship. *Bull. Med. Libr. Assoc.*, v. 75, n. 4, p. 342-348, Oct. 1987.
- ILHARCO, F. *Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003. (Campus do saber, v. 4). 207 p.
- ILHARCO, F. Filosofia da Informação: alguns problemas fundadores. In: SOPCOM, 3, 2004. *Anais...*, v. 2, 2004. Ver em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ilharco-fernando-filosofia-informacao-alguns-problemas-fundadores.pdf>. Acesso em: 15-08-2012.
- JAMES, W. (1842-1910). *Pragmatismo*. Trad. Jorge Caetano da Silva. São Paulo: Martin Claret, 2006. 175 p.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KANT, I. (1724-1808). *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006. 251 p.
- KAUFMANN, J-C. *A invenção de si; uma teoria da identidade*. Trad. Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 306 p.
- LETICHEVSKY, S. S. ¿Qué son los valores?. Recordando el libro de Risieri Frondizi, publicado por Fondo de Cultura Económica en 1958. *El Catoblepas: revista crítica del presente*, n. 108, feb. 2011. Ver em: <http://www.nodulo.org/ec/2011/n108p14.htm>. 04-11-2012.
- LIMEIRA, M. I. C. de A. *Alinhamento de valores pessoais e organizacionais: Um estudo de caso em empresa de médio porte*. Niterói, 2004. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) - Universidade Federal Fluminense. 171 f.
- LINHA do tempo - 70 anos de Biblioteconomia na FESPSP. Ver em: <http://www.slideshare.net/monitorfabci/linha-do-tempo-descritiva-folder-web-4559098>. Acesso: 20-09-2012.
- LLANO, A.; LLANO, C. Dilemas éticos de las empresas actuales. *BuenasTareas.com*. 31 mar. 2011. Ver em: <http://www.buenastareas.com/ensayos/Dilemas-Eticos-De-Las-Empresas/1851910.html>. Acesso em: 19-08-2012.
- LOCKE, J. (1632-1704). *Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 316 p.
- MALINOWSKA, B. K. Valores profissionais: valores de los docentes y valor de La docência. *Reencuentro*, n. 49, ago. 2007. p. 51-58.
- MCCOY, M. *Platão e a retórica de filósofos e sofistas*. Trad. Livia Oushiro. São Paulo: Madras, 2010. 232 p.
- McGUIGAN, G. S. Crisis of professionalism in public services: Addressing challenges to librarianship from a public administration perspective. *Library Review*, v. 60, n. 7, p. 560-574, 2011.
- MENESES, R. D. B. de; SIMÕES, M. C. A Pessoa e os valores para as solidariedades:

- significados axiológicos. *Eidos : Revista de filosofia de la Universidad del Norte*, n. 11, dic. 2009, p. 36-80. Universidad del Norte – Colombia.
- MORRISON, S. F. The ethics of access: towards an equal slice of the pie. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 93-100
- MOSTAFA, S. P. *Epistemologia da Biblioteconomia*. 1985. 140 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Pós- Graduação em Filosofia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.
- NADAI, E. *Ideologia do progresso e ensino superior*; São Paulo, 1891-1934. São Paulo: Ed. Loyola, 1987. 275 p.
- NDWANDWE, S. C. *Teaching and learning of Information Ethics in Library and Information Science Departments/Schools in South Africa*. Dissertation (Masters Degree in Library and Information Science University of Zululand. Department of Library and Information Science). 2009.
- GONZALEZ de GOMEZ, M. N. Questões éticas da informação: aportes de Habermas. In: GONZALEZ de GOMEZ, M. N.; LIMA, C. R. M. de. (Org.). *Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política*. Brasília: IBICT, 2010. p. 48-67.
- NEWFIELD, C. A dívida estudantil nos Estados Unidos. *Le Monde diplomatique Brasil*, v. 6, n. 62, p. 32-33, set. 2012.
- NIETZSCHE, F. (1844-1900). *Além do bem e do mal*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. 11. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 246 p
- NIETZSCHE, F. (1844-1900). *O anticristo*. Trad., notas e apres. de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2012. 128 p.
- NIETZSCHE, F. (1844-1900). *Assim falou Zaratustra*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 359 p.
- NIETZSCHE, F. (1844-1900). *A filosofia na era trágica dos gregos*. Trad. e apres. de Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2012. 137 p.
- NIETZSCHE, F. (1844-1900). *A Gaia ciência*. Trad. Maria Helena Rodrigues de Carvalho, Maria Leopoldina de Almeida, Maria Encarnação Casquinho. Lisboa: Relógio D'Água, 1998. 322 p.
- NIETZSCHE, F. (1844-1900). *Genealogia da moral*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. 2. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 167 p.
- ORTEGA Y GASSET, J. Eu sou eu e minha circunstância. In: ESCÁMEZ SÁNCHEZ, J. *Ortega y Gasset*. Trad. José Gabriel Perissé Madureira. Recife: Editora Massangana, 2010. p. 111-119.
- PÉREZ BERNAL, Á. Filosofia y educación: ¿para qué hablar hoy de valores? Entrevista a Victoria Camps. *Contribuciones desde Coatepec*, n. 19, p. 113-127, jul.-dec. 2010.
- PIZARRO, D. C. *Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial em Santa Catarina*. Florianópolis, 2010. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Ver em: [http://www.cin.ufsc.br/pgcin/Pizarro\\_Daniela%20Camara.pdf](http://www.cin.ufsc.br/pgcin/Pizarro_Daniela%20Camara.pdf). Acesso em: 15-12-2012.
- PORTO, J. B.; TAMAYO, Á. Escala de Valores Relativos ao Trabalho – EVT. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 19, n. 2, p. 145-152, mai/ago 2003.
- PORTUGAL. Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas. *Portal da RCBP*: Páginas - Mapa [Online]. Ver em: <http://rcbp.dglb.pt/pt/servico/paginas/mapa.aspx>. Acesso em: 16-08-2012.

- PORTUGAL. *Rede de Bibliotecas Escolares*; modelo de avaliação da biblioteca escolar. Lisboa: Ministério da Educação, 2011. Ver em: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/83/mabe.pdf>. Acesso em: 16-08-2012.
- RACHELS, J. *Elementos de filosofia moral*. 2. ed. Trad. F. J. Azevedo Gonçalves. Lisboa: Gradiva, 2012. 315 p.
- RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA – 2012. Ver em: <http://ruf.folha.uol.com.br/rankings/pelaqualidadedepesquisa/>. Acesso em: 27-09-2012
- RASCHE, F. *Ética em bibliotecas públicas: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários*. Florianópolis, 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Ver em: <http://www.cin.ufsc.br/pgcin/FranciscaRasche.pdf>. Acesso em: 15-12-2012.
- RENDÓN-ROJAS, M. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2012. Ver em: <http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/113>. Acesso em: 15-08-2012.
- REZENDE, A. P. *História do movimento operário no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990. 88 p.
- RIFKIN, J. *A terceira revolução industrial*. Trad. Maria Lúcia Rosa. São Paulo: M.Books, 2012. 320 p.
- RONCONI, D. R. Os códigos de ética e disciplina empresariais e seu impacto na dinâmica da sociedade e na cidadania empresarial. In: CHRISTOFOLETTI, R.; BECK, A. A. H. (org.). *Ética, ciência e conhecimento*. Itajaí: Ed. Univali, 2006. p. 67-89.
- ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2011. 173 p.
- RUSSO, L. G. M. *A Biblioteconomia brasileira: 1915-1965*. Rio de Janeiro: INL, 1966. 357 p.
- SALDANHA, G. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 47-67, jan./jun. 2011. Ver em: <http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/41>. Acesso em: 15-08-2012.
- SCHUTZ, A.; LUCKMANN, Th. *Las estructuras del mundo de la vida*. Trad. Nestor Miguéz. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. 315 p.
- SENNETT, R. *Carne e pedra*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. 417 p.
- SHAHEEN, M. A.; ARIF, M.; MIRZA, M. S. Information ethics in Pakistani librarianship: The role of online mailing groups. *The International Information & Library Review* (2012), doi:10.1016/j.iilr.2012.04.003 IN PRESS
- SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, Brasil, v. 6, n. 1, p. 9-12, jun. 1977. Ver em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1564>. Acesso em: 15-08-2012.
- SHERA, J.. Toward a theory of Librarianship and information science. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, Brasil, v. 2, n. 2, p. 87-96, dez. 1973. Ver em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1643>. Acesso em: 15/8/ 2012.
- SHIELDS, G. R. The FBI creates an awareness of librarian ethics: an opinionated historical review. In: LANCASTER, F. W. (ed.). *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 19-30.



- SILVA, J. L. C. A tríade identidade, ética e informação na biblioteconomia brasileira: análise sobre o código de ética do bibliotecário. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.7, n. 2, p. 76-101, jan./jun. 2010.
- SOUZA, F. C. de. Ciência da Informação no Brasil: o desenvolvimento da pesquisa e suas implicações na formação de mestres e doutores. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.22, n.1, p. 79-94, jan./abr. 2012. Ver em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9680/7362>. Acesso em: 16-08-2012.
- SOUZA, F. C. de. *O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009. 189 p.
- SOUZA, F. C. de. *Modernização e biblioteconomia nova no Brasil*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. 222 p.
- SOUZA, F. C.; GUIMARAES, J. A. C. Dimensões integradoras do ensino e pesquisa de ética profissional em biblioteconomia e ciência da informação no Brasil: um olhar a partir da UFSC e da UNESP-Marília. In: IX ENCUESTRO DE DIRECTORES Y VIII DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 2012, Montevideo. *Actas...* Montevideo, 2012. v. 1. p. 1-15.
- SOUZA, F. C. et alii. Ética profissional e autoavaliação do potencial de beneficência ou maleficência do trabalho realizado pelo bibliotecário atuante em bibliotecas públicas, empresariais e universitárias em Santa Catarina: uma perspectiva comparativa. In: XIII ENANCIB, 2012, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: PPGICS/ICICT/FIOCRUZ-ANCIB, 2012. v. 1, p. 1-20.
- SOUZA, F. C.; STUMPF, K. Presença do tema ética profissional nos periódicos brasileiros de Ciência da Informação e Biblioteconomia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, p. 94-115, 2009.
- SOUZA, S. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília. v. 14, n. 2, p. 189-196, jul./dez. 1986. Ver em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=17538>. Acesso em: 15-08-2012.
- STUMPF, K. *Ética em bibliotecas universitárias: representações expressas no discurso de bibliotecários*. Florianópolis, 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
- STUMPF, K. Ética profissional bibliotecária evidenciada nos discursos apresentados nos periódicos científicos brasileiros e espanhóis. *Biblos* (Rio Grande), v. 25, p. 103-130, 2011.
- TOFLER, A. *A terceira onda*. 2. ed. Trad. João Távora. Rio de Janeiro: Record, 1980. 491 p.
- TRIPATHI, S.; TRIPATHI, A. Privacy in libraries: the perspective from India. *Library Review*, v. 59, n. 8, p. 615-623, 2010.
- VERGER, J. *As universidades e a idade média*. São Paulo: UNESP, 1990. 170 p.
- VIEIRA, K. C. et alii. Panorama dos Seminários nacionais de bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO Nacional de Bibliotecas Universitárias, 11. Florianópolis, 2000. *Anais*. Florianópolis, 2000.
- VIVAS LÓPEZ, S.; SORIANO, D. R. Ética empresarial, globalización y dirección de recursos humanos. *Cuadernos de Estudios Empresariales*, v. 12, p. 201-213, 2002.
- WENGERT, R. G. Some ethical questions for consideration and discussion. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 115-118.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 2009. 2 v.

WHITE, Herbert S. Teaching professional ethics to students of Library and information science. In: LANCASTER, F. W. (ed.) *Ethics and the Librarian*. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 31-44.

WOLFF, R. P. *O ideal da universidade*. Trad. Sonia V. Rodrigues e Maria C. P. Barbosa Lima. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

ZANDONADE, T. Social Epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. *Library Trends*, v. 52, n. 4, p. 810-832, Spring 2004. Ver em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1705/Zandonade810832.pdf?sequence=2>. Acesso em 15-08-2012.